

Universidade de Brasília
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Arthur Britta Scandelari

Sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní:
adjuntos, argumentos e predicados

Brasília
2021

Arthur Britta Scandelari

Sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní:
adjuntos, argumentos e predicados

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística.

Orientador: Professor Doutor Dionei Moreira Gomes.

Brasília

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SA788s Scandelari, Arthur B.
Sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní:
adjuntos, argumentos e predicados / Arthur B. Scandelari;
orientador Dioneu M. Gomes. -- Brasília, 2021.
222 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2021.

1. Tupí-guaraní. 2. Tipologia linguística. 3. Sintagma
posposicional. 4. Adjunto. 5. Argumento. I. Gomes, Dioneu
M., orient. II. Título.

Arthur Britta Scandelari

Sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní:
adjuntos, argumentos e predicados

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística.

Orientador: Professor Doutor Dionei Moreira Gomes.

Data de defesa e aprovação: 24 de junho de 2021.

Considerando o contexto de pandemia da covid-19 e a realização das atividades acadêmicas em formato remoto (Resolução CEPE-UnB nº 0117/2020), a assinatura do presidente e dos membros da banca foi realizada por meio eletrônico, conforme consta do processo SEI-UnB nº 23106.070569/2021-92.

Banca examinadora

Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes
Universidade de Brasília – UnB (LIP/PPGL/UnB)
Orientador e Presidente da banca

Profa. Dra. Marina Maria Silva Magalhães
Universidade de Brasília – UnB (LIP/PPGL/UnB)
Membra titular da banca / Examinadora interna

Prof. Dr. Angel Humberto Corbera Mori
Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP)
Membro titular da banca / Examinador externo

Profa. Dra. Walkíria Neiva Praça
Universidade de Brasília – UnB (LIP/PPGL/UnB)
Membra suplente da banca

Agradecimentos

Ao professor Dionei Moreira Gomes, orientador e parceiro de pesquisa, por dedicar tanto tempo a seus estudantes, por acreditar no poder transformador da educação e por transmitir esses valores àqueles à sua volta.

Aos demais professores da Universidade de Brasília (UnB) com os quais tive a oportunidade de conviver e aprender.

À UnB, universidade pública, de qualidade e gratuita, que consegue se manter fiel a suas responsabilidades sociais.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelas bolsas de estudo que viabilizam a pesquisa científica no Brasil.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da UnB, pela bolsa de estudo que permitiu a conclusão desta dissertação em meio à pandemia da covid-19 e pela seriedade com que busca elevar a qualidade da pesquisa linguística.

A todos os pesquisadores das obras consultadas nesta dissertação, com destaque para Aryon Dall'Igna Rodrigues (*in memoriam*), Lucy Seki (*in memoriam*), Marina Maria Silva Magalhães e Walkíria Neiva Praça.

Aos povos originários do Brasil, que vivem, lutam e resistem há mais de quinhentos e vinte anos contra o apagamento, a violência e a opressão, produzidos continuamente com a conivência do Estado e o silêncio da sociedade.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é identificar o tratamento dado a sintagmas posposicionais em pesquisas já realizadas sobre línguas da família tupí-guaraní. O tema está alinhado a um projeto maior, voltado à classificação das línguas em perspectiva tipológica, que visa a compreender como tem sido feita a distinção entre argumentos e adjuntos em pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras. Na fase atual, empreendemos revisão bibliográfica sobre três línguas, Kamaiurá, Apyãwa (Tapirapé) e Guajá, realizada com base em um protocolo de pesquisa elaborado por nós. Sintetizamos as visões e os critérios recorrentes empregados pelos especialistas de cada língua e oferecemos novas propostas de análise. Quando avaliados por critérios exclusivamente formais, os sintagmas posposicionais tendem a ser classificados como adjuntos. No entanto, ao examinar os dados e as terminologias empregadas pelos autores, percebemos que tais sintagmas estabelecem vínculo sintático, semântico e também pragmático com os demais constituintes da oração. Em algumas situações, os sintagmas são exigidos pelo sentido do predicado, assemelhando-se a argumentos semânticos, mesmo que recebam marcas formais de adjunto. Em outras, não são previstos nem pela semântica, nem pela sintaxe, mas são necessários pragmaticamente. Além das funções de argumento e adjunto, verificamos uma função a mais dos sintagmas posposicionais, a de predicado oracional. No entanto, identificamos poucos exemplos prototípicos de predicado, argumento ou adjunto. Com base nisso e nas evidências fornecidas pelos próprios especialistas, adotamos abordagem amparada na teoria dos protótipos e propomos duas escalas ou *continuum* para representar as funções dos sintagmas posposicionais: a primeira, entre argumentos prototípicos em um extremo e adjuntos prototípicos em outro; a segunda, incluindo a função de predicado como a mais nuclear, com os polos [+NÚCLEO] em uma extremidade e [+PERIFERIA] em outra. Entre os usos prototipicamente mais nucleares e os prototipicamente mais periféricos, é possível propor uma gradação complexa de diferentes usos, com destaque para as funções centrais de argumento e quase argumento. Todas as propostas de análise, assim como as escalas, são hipóteses, destinadas a pesquisas futuras, que precisarão ser confirmadas pelos especialistas das línguas.

Palavras-chave: Família tupí-guaraní; tipologia; sintagma posposicional; adjunto; argumento; predicado; protótipo.

Abstract

The main objective of the research is to identify the treatment given to postpositional phrases in research already carried out by different authors in languages of the Tupí-Guaraní branch. The topic is in line with a larger project, aimed at classifying languages in a typological perspective, which seeks to understand how the distinction between arguments and adjuncts has been made in research on Brazilian indigenous languages. At the current stage, we undertake a bibliographic review on three languages, Kamaiurá, Apyãwa (Tapirapé), and Guajá, carried out based on a research protocol that we developed. We summarize the views and the recurring criteria employed by the specialists in each language and offer new analysis proposals. When evaluated by exclusively formal criteria, postpositional phrases tend to be classified as adjuncts. However, when examining the data and terminologies used by different authors, we realize that such phrases establish a syntactic, semantic, and also pragmatic link with the sentence. In some situations, the postpositional phrases are required by the semantic of the predicate, resembling semantic arguments, even when they receive formal adjunct marks. In others, they are required neither by semantics nor by syntax, but by pragmatics. In addition to the argument and adjunct functions, we identify one more function of the postpositional phrases, that of predicate. However, we identify few prototypical examples of predicate, argument or adjunct. Based on this and on the evidence provided by the specialists themselves, we adopt an approach based on the prototype theory and propose two scales or continuum to represent the functions of the postpositional phrases: the first, between prototypical arguments at one end and prototypical adjuncts at the other; the second, including the predicate function as the most nuclear, with the [+NUCLEAR] pole at one end and the [+PERIPHERY] at the other. Among the prototypically nuclear uses and the prototypically peripheral uses, it is possible to propose a complex gradation of different uses, with emphasis on the central functions of argument and quasi-argument. All analysis proposals, as well as scales, are hypotheses, intended for future research, which need to be verified by language specialists.

Keywords: Tupí-Guaraní branch; typology; postpositional phrase; argument; adjunct; predicate; prototype.

Lista de abreviaturas e símbolos

A	Sujeito de verbo transitivo
ABL	Ablativo
AFAST	Afastado
AF	Afirmativo
AL	Alativo
ART	Artigo
AT	Atestado
ATE	Atenuativo
ATR	Caso atributivo
AT1	Partícula evidencial de testemunho/passado recente
cf.	Conferir
CAUS	Causativo
CAUS.COM	Prefixo causativo-comitativo
CC	Causativo comitativo
CD	Conectivo discursivo
CERT	Certificação
CIRC	Modo circunstancial
COL	Sufixo coletivizador
COM	Comitativo
COMP	Comparativo
COMPL	Aspecto completivo
CONJ	Partícula conjuntiva aditiva
CÓP	Cópula
CTF	Partícula direcional centrífuga
DAT	Dativo
D.E	Demonstrativo espacial
DEM	Demonstrativo
DES	Desiderativo
DIM	Diminutivo
DIR	Direcional
DIST	Distante
DUB	Partícula epistêmica dubidativa
F	Foco
FS	Fim de sentença
G	Modo Gerúndio
GER	Gerúndio
GRAT	Gratuito
HAB	Aspecto habitual
IMPER	Imperativo
I2	Indicativo 2
IND	Pronome indefinido
INDEF	Indefinido (possuidor)
INDII	Sufixo do modo indicativo II
INSTR	Instrumental
INT	Intensivo
INTENS	Intensivo
INTER	Interrogação
LK	<i>Linker</i> (marca de adjacência)
LN	Locução (sintagma) nominal

LOC	Caso locativo
LP	Locução (sintagma) posposicional
MASD	Mantenedor de agentividade do sujeito demovido
MOSTR	Partícula mostrativa
MS	Falante de sexo masculino
N	Caso nuclear
N	Sufixo nominal
NA	Série não ativa (argumento “não agente”)
NASS	Não assertivo
N.ASS	Conteúdo informado não assumido pelo falante
NEG	Negação
NINT	Não interrogativo
NM	Caso não marcado
NMLZ	Nominalizador
NOM	Nominalizador
N.PAC	Nominalização de paciente
Npr	Nome próprio
NZR	Afixo nominalizador
O	Objeto direto
Oi	Objeto indireto
PAS	Passado
PAS.REC	Passado recente
PE	Pessoa exclusiva
PI	Pessoa inclusiva
PL	Plural
PLU	Partícula pluralizadora de sujeito
POS	Posposição
POSP	Posposição
POSS	Partícula epistêmica de possibilidade
PROJ	Partícula de aspecto projetivo
PROSP	Sufixo de atualização nominal prospetiva
PRÓX	Próximo
Q	Interrogativo
REC	Recíproco
REDUP	Reduplicação
REFER	Referenciante
REF	Reflexivo
REFL	Reflexivo
REFL/REC	Prefixo reflexivo/recíproco
REL	Prefixo relacional
REP	Reportivo
RET	Sufixo de atualização nominal retrospectiva
RETR	Continuativo retrospectivo
RFR	Referenciante
R ¹	Prefixo relacional de referente contíguo
R ²	Prefixo relacional de referente não contíguo
SG	Singular
SIMIL	Partícula epistêmica similitiva
SN	Sintagma nominal
SP	Sintagma posposicional

SUBJ	Modo subjuntivo
SV	Sintagma verbal
TRANS	Sufixo de caso translativo
V	Verbo
VEL	Velho
VIS	Visual
VOL	Volitivo
vs.	<i>Versus</i>
1	Primeira pessoa
1excl	Primeira pessoa do plural exclusiva
13	Primeira pessoa plural exclusiva, 'nós, nos'
2	Segunda pessoa
2/IMP	Segunda pessoa singular no modo imperativo
23	Segunda pessoa plural, 'vós, vos'
3	Terceira pessoa
I	Série I
II	Série II
III	Série III
=	Fronteira de clítico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Definição do problema de pesquisa.....	13
1.2. Objetivos.....	14
1.3. Justificativa.....	15
1.4. Metodologia.....	16
1.4.1. Preceitos subjacentes ao protocolo	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1. Introdução.....	18
2.2. Adposições	19
2.2.1. Diacronia	19
2.2.2. Conceito, tipologia e desafios.....	20
2.3. Argumentos vs. adjuntos: introdução ao tema.....	23
2.3.1. Critérios e desafios para diferenciar argumentos de adjuntos	26
2.3.1.1. Schütze (1995): uma abordagem gerativa	32
2.3.2. Por uma abordagem prototípica para classificar argumentos e adjuntos.....	36
2.3.2.1. Teoria dos protótipos: argumentos e adjuntos.....	38
2.4. Forma gramatical e frequência de uso.....	43
2.5. Valências e transitividade.....	44
2.5.1. Transitividade	49
2.6. Entre argumentos e adjuntos: oblíquo e quase argumento	53
2.6.1. Argumento oblíquo, complemento oblíquo e quase argumento.....	56
2.7. Considerações finais do capítulo	60
3. KAMAIURÁ, APYÃWA E GUAJÁ.....	61
3.1. Introdução.....	61
3.2. A família linguística tupí-guaraní.....	61
3.2.1. Classificação interna da família tupí-guaraní	62
3.3. Resultados do protocolo de pesquisa.....	63
3.3.1. Kamaiurá	63
3.3.2. Apyãwa (Tapirapé).....	86
3.3.3. Guajá.....	107
3.4. Considerações finais do capítulo	126
4. SÍNTESE ANALÍTICO-TEÓRICA.....	128

4.1.	Introdução.....	128
4.2.	Síntese teórica.....	128
4.3.	De volta aos objetivos da pesquisa.....	130
4.4.	Próximos passos e desafios futuros.....	133
4.4.1.	Adposições vs. afixos de caso.....	133
4.4.2.	Terminologia.....	134
4.5.	Considerações finais do capítulo.....	135
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
	REFERÊNCIAS.....	139
	APÊNDICE 1 – PROTOCOLO DE PESQUISA.....	152
	APÊNDICE 2 – APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE PESQUISA.....	154
	Kamaiurá.....	154
	Apyãwa (Tapirapé).....	176
	Guajá.....	199

1. INTRODUÇÃO

Ao pesquisar os sintagmas posposicionais nas línguas indígenas da família tupí-guaraní, buscamos identificar como esses sintagmas são classificados por pesquisadores da área. Nas principais obras sobre o assunto, identificamos tendência majoritária de associá-los à função de adjunto. Em nenhum caso, salvo uma única exceção, são classificados como argumento, embora os autores recorram com frequência a terminologias que remetem a essa função.

Tal disparidade entre adjuntos e argumentos chama atenção sobretudo pelo fato de, em algumas situações, os sintagmas posposicionais serem tratados como predicado de toda a construção, não só do sintagma, passando assim a desempenhar duas funções extremas nas línguas: a mais periférica e a mais nuclear, porém com um vazio entre elas.

Nesta dissertação, apresentamos discussão a respeito do tratamento sintático atribuído a sintagmas posposicionais na literatura especializada e, ao final, propomos reanálise de dados. Ao sugerir possibilidades de análise, estamos apenas formulando hipóteses, com o intuito de incentivar os pesquisadores a examinar constituintes geralmente relegados nas discussões linguísticas.

Em relação ao projeto desenvolvido, apresentamos a seguir: definição do problema de pesquisa, objetivo principal e objetivos específicos, justificativa e metodologia, incluindo o detalhamento de um protocolo de pesquisa elaborado para este e outros trabalhos.

1.1. Definição do problema de pesquisa

A tipologia linguística preocupa-se em classificar as línguas de acordo com parâmetros gramaticais, a fim de identificar correlações e propriedades comuns entre elas e contribuir para explicar a linguagem humana. Atualmente, buscam-se padrões tipológicos parciais, que expliquem fenômenos gramaticais específicos (cf. SHIBATANI; BYNON, 1995). A distinção entre argumentos e adjuntos enquadra-se nesse cenário, apresentando-se como paradigma potencial para a classificação das línguas naturais.

No âmbito da linguística tipológico-funcional, assumimos que argumentos e adjuntos são categorias relacionadas a necessidades funcionais que temos, de expressar ou não alguns constituintes linguísticos. Nesta perspectiva, procuramos identificar as características formais e funcionais de sintagmas posposicionais (SP) em línguas da família tupí-guaraní, com o intuito de diferenciá-los translinguisticamente, e determinar as variações possíveis entre as línguas dessa e de outras famílias. Essa abordagem não significa, entretanto, que a revisão da literatura

especializada tenha se restringido a uma linha teórica somente. A pesquisa abrange diferentes correntes de pensamento que trataram da distinção entre argumento e adjunto.

Na literatura linguística, via de regra, os SP são identificados como adjuntos, porém, como demonstram Haspelmath (2003) e Hagège (2010), também podem ser argumentos. Interessam-nos principalmente os SP usados em construções passivas¹, causativas de verbos transitivos, dativas, locativas e possessivas, ou os que carregam papel semântico de agente, paciente, tema, experienciador, estímulo, locativo e instrumento. A escolha dessas construções deve-se às diferenças constatadas no plano sintático e no semântico, isto é, ao fato de que os papéis semânticos associados a essas construções, apesar de serem expressos de maneira uniforme em diversas línguas, são os mais controversos relativamente à classificação de adjunto ou argumento.

Por conseguinte, buscamos identificar como os SP presentes em construções desse tipo são tratados pelos linguistas que pesquisaram ou pesquisam as línguas tupí-guaraní. Os dados das três línguas consideradas nesta dissertação, Kamaiurá, Apyãwa (Tapirapé) e Guajá, foram obtidos em pesquisas de outros autores, já realizadas na área, com destaque para Seki (2000a), Praça (2007) e Magalhães (2007), respectivamente.

1.2. Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa é identificar o tratamento sintático dado aos SP em trabalhos já realizados sobre línguas da família tupí-guaraní e responder à seguinte pergunta: qual relação sintática estabelecem os SP com os demais constituintes da oração — argumento ou adjunto?

Os objetivos específicos que nortearam a pesquisa são: 1) identificar quais critérios foram usados para classificar os SP; 2) verificar se há uso de posposições distintas para expressar lugar, meta e fonte, enquadrando-se no padrão mais comum entre os cinco padrões observados na tipologia de Pantcheva (2010); 3) verificar a existência de posposições multifuncionais com escopo também pragmático, a exemplo de modalização, fonte da informação ou voz de autoridade (cf. EPPS, 2008; HAGÈGE, 2010; GOMES, 2019); 4) identificar qual tipo de complemento as posposições podem tomar: nomes, pronomes (livres ou clíticos), morfemas pessoais presos, advérbios, orações, entre outros; 5) verificar se as posposições manifestam algum isomorfismo com verbos e nomes; e 6) verificar a possibilidade

¹ De acordo com Seki (2000a, p. 285), por exemplo, “há um tipo de construção em Kamaiurá, envolvendo nominalização de verbos transitivos com o sufixo {-ipyt} ‘paciente’, que é funcionalmente equivalente à passiva do Português”.

de aplicar, à distinção entre argumento e adjunto, uma classificação em termos prototípicos, mais alinhada com análises como as de Creissels (2014) e Haspelmath (2014a).

Adicionalmente, aventamos possíveis contribuições extras, que serão aprofundadas na continuação da pesquisa: 7) identificar diferenças e semelhanças entre línguas dos distintos ramos da família tupí-guaraní, no tocante às formas e funções dos SP; e 8) contribuir para os estudos tipológicos a respeito dos SP e da distinção entre argumentos e adjuntos.

1.3. Justificativa

Partindo do pressuposto de que “Relações gramaticais como sujeitos ou objetos diretos [ou seja, argumentos] estão entre os mais básicos conceitos de muitos modelos de gramática e são frequentemente consideradas, explícita ou implicitamente, como universais” (WITZLACK-MAKAREVICH; BICKEL, 2013, p. 124, tradução nossa²), consideramos que o estudo de argumentos e adjuntos posicionados pode contribuir para:

- a) a identificação de padrões, tanto de contato linguístico quanto de mudanças históricas;
- b) a validação ou não de princípios sintáticos universais;
- c) a verificação de regularidades translinguísticas;
- d) a compreensão dos sistemas linguísticos em geral;
- e) o aprendizado de línguas estrangeiras, a exemplo de dicionários de valência (cf. HASPELMATH, 2014b; HASPELMATH; HARTMANN, 2015).

O foco nos SP deriva dos escassos estudos realizados sobre o assunto, em comparação a outras questões linguísticas, e da diversidade conceitual verificada sobre o tema, cuja compreensão representa desafio à descrição e à teorização linguística. Os critérios empregados para responder ao questionamento inicial, a respeito da relação sintática que os SP estabelecem com os constituintes da oração, não são conclusivos, razão pela qual alguns autores defendem que não é possível fornecer solução aplicável translinguisticamente à questão.

Incluimos as línguas indígenas nesse debate porque suas peculiaridades em relação a línguas mais estudadas, de origem europeia, têm fornecido área profícua de pesquisa linguística. Conforme destaca Rodrigues (1966, p. 5-6),

Cada nova língua que se investiga traz novas contribuições à linguística; cada nova língua é uma outra manifestação de como se pode realizar a linguagem humana. [...] Cada nova estrutura linguística que se descobre pode levar-nos a alterar conceitos antes firmados e pode abrir-nos horizontes novos para a visualização geral do fenômeno da linguagem humana.

² *Grammatical relations such as subjects or direct objects are among the most basic concepts of many models of grammar and are often regarded, either explicitly or implicitly, as universal.*

O estudo das línguas menos investigadas tem continuamente ajudado a questionar e consolidar conhecimentos sobre a estrutura da linguagem humana. Nesta mesma linha, Gomes (2018) enfatiza a diversidade linguística encontrada na região amazônica e destaca o valor das línguas indígenas para a ciência, relatando a atenção que o tema recebeu de Rodrigues (2000) e de Grinevald e Seifart (2004), por exemplo. De acordo com o autor:

Diante de tamanha diversidade, Grinevald & Seifart (2004) destacam alguns desafios tipológicos em relação às línguas amazônicas, também já ressaltados por outros autores: o estudo da ordem de palavras, o da ergatividade, o dos sistemas de classificação nominal, em especial os presentes nas línguas da parte oeste da Amazônia. (GOMES, 2018, p. 2-3)

A presente pesquisa tangencia todos esses assuntos, uma vez que são abordados por diferentes especialistas no intuito de identificar argumentos e adjuntos, e abrange o estudo da valência verbal, que viabiliza a compreensão da correspondência entre as relações gramaticais e os papéis semânticos e pragmáticos.

1.4. Metodologia

Empreendemos levantamento bibliográfico a respeito dos SP em pesquisas já realizadas sobre línguas da família tupí-guaraní. Para tanto, pesquisamos teses, dissertações, livros e artigos referentes à morfossintaxe dessas línguas.

Como ponto de partida para a seleção das línguas que compõem nosso estudo, seguimos a proposta de Rodrigues e Cabral (2002) relativa à classificação interna da família tupí-guaraní. De acordo com essa subdivisão, os autores relacionam oito ramos internos à família (cf. Seção 3.2.1). Consideramos, adicionalmente, as seguintes reflexões de Mello e Kneip (2017, p. 5, grifos nossos):

As aplicações anteriores da ‘Teoria da Migração Linguística’ consideram apenas a diversidade linguística dentro do tronco Tupí, já que é bastante clara a concentração desta diversidade onde hoje é o estado de Rondônia. A partir desta evidência tão forte, subtende-se o foco de dispersão tupí-guaraní (família) na mesma região, sem ser considerado que em Rondônia há apenas um subconjunto tupí-guaraní com línguas bastante semelhantes: Parintintin, Juma, Tenharin, Urueuwauwau e Amundava. Se formos considerar a **região de maior diversidade linguística da família tupí-guaraní, esta seria mais próxima ao leste amazônico**, onde está concentrado o maior número de línguas: Asurini do Trocará, Parakanã, Tembê, **Tapirapé**, Guajajara, **Guajá**, Urubu-Kaapor, Aurê e Aurá, Anambé, Wayampé, Emerillon, Asurini do Xingu, Araweté e **Kamayurá** (14 línguas), de quatro subconjuntos diferentes segundo a classificação de Rodrigues (1985a).

Esse debate sobre a importância da diversidade para a identificação da origem dos povos contribuiu para a seleção das línguas representativas de cada ramo. Ao explorar a variedade de

línguas da família na análise de um mesmo fenômeno, buscamos alcançar melhor compreensão dos fatos.

Com vista a abranger tal diversidade e verificar semelhanças e diferenças entre as línguas, selecionamos, inicialmente, três ramos distintos. Assim, trabalhamos com três línguas: Apyãwa (ramo IV), Kamaiurá (ramo VII) e Guajá (ramo VIII). Nessa escolha, priorizamos línguas que foram extensamente estudadas, a fim de ter acesso a grande quantidade de dados qualificados e análises bem estruturadas, especialmente no que se refere aos SP.

Para a execução da pesquisa, cumprimos o seguinte percurso: 1) formação de banco de dados com teses, dissertações, livros e artigos sobre a morfossintaxe das línguas da família tupí-guaraní, com foco nas pesquisas que evidenciam diferenças entre argumentos e adjuntos e que especificam relações gramaticais e SP; 2) identificação dos critérios usados pelos pesquisadores para classificar os SP em adjunto ou argumento (e, eventualmente, em predicado); 3) levantamento dos critérios comuns e dos diferentes; 4) revisão da literatura linguística geral, de distintas filiações teóricas, relativa à distinção entre argumento e adjunto; 5) revisão da literatura linguística geral sobre adposições; 6) identificação de conceitos comparáveis translinguisticamente, tais como: agente, paciente, tema, experienciador, estímulo, locativo, instrumento; e 7) cotejamento dos critérios encontrados nas pesquisas feitas com os relatados na literatura linguística.

Com o intuito de padronizar o trabalho de pesquisa e construir uma base de dados comparável tipologicamente, elaboramos um protocolo de pesquisa, composto de perguntas de natureza morfológica, sintática, pragmática, semântica e terminológica (cf. Apêndice 1). Esse protocolo foi aplicado às três línguas (cf. Apêndice 2).

1.4.1. Preceitos subjacentes ao protocolo

Como parte da metodologia, apresentamos informações que buscamos ao longo da pesquisa ou que nos orientaram na execução do protocolo.

- D) Perguntas sobre posposições
- a) Morfologia: ocorrem com quais morfemas (nomes, pronomes, clíticos, afixos)? Qual a ordem deles? Existem morfemas exclusivos de adposições? É possível identificar isomorfismo? Ocorrem com argumento interno oracional? São classificadas como “adverbiais”?
 - b) Sintaxe: funcionam como adjunto, argumento, predicado? Têm argumento interno?
 - c) Semântica: assumem papel de agente, causador-agente, paciente, locativo, alvo, fonte, benefactivo, tema, experienciador, instrumento, etc.?

- d) Pragmática: ativam o chamado modo indicativo II? Em caso afirmativo, ocorre com quais pessoas? Há contexto discursivo específico que possibilita seu acionamento?
- II) Perguntas sobre sintagmas posposicionais
- Autores classificam os SP, sintaticamente, apenas como adjunto? Há indícios de tratamento mais nuclear?
 - O que diferencia os SP de outros sintagmas (posição, afixos, negação, interrogação, topicalização, focalização, possibilidade de omissão/apagamento não automático, entre outros)?
 - Os SP com função de adjunto são mais marcados, por serem menos usados e menos previsíveis que eventuais SP com função mais nuclear?
 - Na definição do que é nuclear ou periférico nas línguas, os autores explicitam testes de acessibilidade/restricção a operações sintáticas ou morfossintáticas (posições que podem ser relativizadas, como S, A, O, Oi, Oblíquos, Adjuntos)?
 - Na definição de “predicado”, autores especificam se é aristotélico ou fregeano?
 - Autores tratam “oblíquo” como “argumento”?
- III) Busca de informações sobre o *status* sintático do participante posposicionado
- Construções transitivas com verbo ditransitivo (dar, mandar, enviar, colocar, trocar, etc.);
 - Construções transitivas com verbo considerado transitivo indireto (verificar operações de mudança de valência que ajudem a identificar a transitividade do predicado);
 - Construções causativas feitas a partir de verbos transitivos;
 - Passivas ou similares;
 - Predicados locativos (conferir os casos em que as posposições se prestem ao papel de predicado adverbial, locativo, existencial ou possessivo, verificando o que ocorre quando há predicados oracionais com esses mesmos valores);
 - Predicados existenciais;
 - Predicados possessivos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Introdução

Com o intuito de verificar se os critérios usados na classificação dos SP como argumento ou adjunto, nas línguas da família tupí-guaraní, permitem comparações translinguísticas para fins tipológicos, e de embasar teoricamente a pesquisa, empreendemos revisão da literatura especializada sobre o tema. Nesta seção, apresentamos sucintas revisões bibliográficas de temas variados, como reflexo da quantidade de assuntos que o debate alcança.

Procuramos compreender a classe das adposições, as definições de argumento mais recorrentes entre os autores, os critérios empregados para discernir entre argumento e adjunto,

bem como as diferentes abordagens teóricas sobre o assunto. Esses estudos nos levaram a empreender uma revisão bibliográfica concisa sobre valência, voz e transitividade.

Neste capítulo, apresentamos perspectivas teóricas referentes a: adposições; diferença entre argumentos e adjuntos; propostas de classificação gradual ou prototípica de argumentos e adjuntos; teoria dos protótipos; relação entre forma gramatical e frequência de uso; valências e transitividade; complemento oblíquo e quase argumento. Por fim, fornecemos as considerações finais do capítulo.

2.2. Adposições

De acordo com Hagège (2010), as adposições formam uma classe gramatical que tem recebido pouca atenção nas pesquisas tipológicas quando comparada às demais categorias. Embora existam mais tipos de adposições na literatura, como a preposição, a circumposição e a ambiposição (cf. HASPELMATH, 2003), nesta pesquisa usamos o termo para nos referir especificamente às posposições, que são o tipo encontrado nas línguas da família tupí-guaraní. Identificamos preposições apenas no Nheengatú (Língua Geral Amazônica), por empréstimo do Português, devido ao histórico de intenso contato entre essas línguas, que resultou em alterações significativas na primeira (cf. RODRIGUES, 1996; CRUZ, 2011).

2.2.1. Diacronia

Quanto à origem das adposições, e de acordo com breve revisão bibliográfica, a maioria dos autores consultados parece admitir que elas tendem a ser diacronicamente derivadas de nomes ou verbos (cf. BYBEE, 1988; ARISTAR, 1991, HASPELMATH, 2003; HAGÈGE, 2010). No entanto, existem processos distintos, a exemplo das adposições oriundas de afixos de caso: “Além da evolução histórica de verbos e substantivos para Adps [adposições] por gramaticalização, outro desenvolvimento — a evolução histórica de afixos de caso para Adps — é atestado e estudado em várias línguas, por exemplo, línguas românicas” (HAGÈGE, 2010, p. 36, tradução nossa³).

Na família tupí-guaraní, a tendência geral também é observada. Em relação ao Tupinambá, Rodrigues (1952/2013, p. 55, grifos nossos) informa que:

As posposições tupís correspondem às preposições das línguas indo-europeias, mas sempre se pospõem à palavra que regem, seja este pronomes ou substantivo: *xe-r-úb-a*

³ *Besides the historical evolution from verbs and nouns to Adps by grammaticalization, another development—the historical evolution from case affixes to Adps—is attested and studied for various languages, for example Romance languages.*

r-obaké ‘diante de meu pai’, *nde-r-obaké* ‘diante de ti’. Em geral elas têm origem nominal e nesta é fácil perceber um derivado de *obá* II ‘rosto, face’.

Além de ter fornecido a possível origem das posposições, consideramos que, ao falar de regência, o autor reconhece que elas se comportam tanto como nomes quanto como verbos, dada a similaridade entre ambos na família. Em outras palavras, essa origem comum pode ter relação com o isomorfismo atual.

Cruz (2011, p. 123) também corrobora essa perspectiva diacrônica, mesmo referente ao Nheengatú: “A maioria dos advérbios e também as posposições compartilham propriedades morfológicas com nomes. Ambas as classes podem ter origem em processos de gramaticalização a partir de nomes”. Com base nos dados, a autora chega à conclusão de que “A distinção nome/posposição é gradativa” (CRUZ, 2011, p. 222).

Na mesma linha, Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 168) afirmam que “A série II de marcadores pessoais também ocorre com posposições em todas as línguas da família possivelmente porque, com muita frequência, as adposições têm sua origem em nomes”.

2.2.2. Conceito, tipologia e desafios

Haspelmath (2003) destaca a função relacional das adposições e os papéis semânticos que estabelecem entre sintagmas nominais (SN) e predicados, como locativo, instrumental, beneficiário e causa. O autor afirma que são sempre uma classe fechada de palavras, a qual não costuma ser extensa, e que muitas línguas não dispõem de adposições, sendo suas funções geralmente desempenhadas por sistemas de caso ou substantivos relacionais. Para Haspelmath (2003), embora as adposições derivem de substantivos relacionais, podem originar-se de advérbios, o que lhes permite exercer funções adverbiais.

Hagège (2010, p. 28, tradução nossa⁴), por sua vez, também focaliza o aspecto relacional das adposições, ao explicar que “uma das funções características de uma Adp [adposição] é relacionar um termo, com o qual constitui um sintagma adposicional, a um predicado, muitas vezes representado por um SV [sintagma verbal], e assim marcar a relação gramatical e semântica entre eles”. Aprofundando-se na análise, define as adposições como uma categoria morfolexical, pelo fato de que “muitas expressões construídas com Adps [adposições], cujo significado é compreensível pela composicionalidade (portanto, não são expressões

⁴ [...] *one of the characteristic functions of an Adp is to relate a term, with which it constitutes an Adp-phrase, to a predicate, often represented by a VP, and thus to mark the grammatical and semantic relationship between them.*

idiomáticas), pertencem ao léxico, bem como à gramática” (HAGÈGE, 2010, p. 269, tradução nossa⁵).

Neste sentido, elas não são apenas um instrumento gramatical. Pelo contrário, podem apresentar conteúdo semântico e implicações pragmáticas. Em outras palavras, conforme Hagège (2010), as adposições não são elementos puramente relacionais, de maneira que a relação estabelecida por elas pode conter, em si, uma realidade — constatação que condiz com o objetivo específico 3 de nossa pesquisa (verificar a existência de posposições multifuncionais com escopo também pragmático, a exemplo de modalização, fonte da informação ou voz de autoridade).

Hagège (2010) também enfatiza a versatilidade funcional das adposições e fornece listas sobre a diversidade sintática e polissêmica da categoria. O autor elabora proposta explicativa para ilustrar a hierarquia dos domínios semânticos, conforme vemos a seguir:

[...] se uma língua tiver uma ou mais Adps [adposições] marcando a função motivadora [*motivative function*]⁶, ela terá uma ou mais marcando as funções espaço-temporais pré e pós-essivas [*pre- and postessive functions*], e, se tiver isso, ela terá uma ou mais Adps marcando as funções dativa e alativa. (HAGÈGE, 2010, p. 282, tradução nossa⁷)

A partir dessas evidências, investigamos posposições com função também pragmática. A título de ilustração, Epps (2008) identificou a existência de posposições multifuncionais na língua Hup: “Várias das posposições locativas são usadas para codificar relações temporais, além de relações espaciais, e, em alguns casos, elas têm funções abstratas adicionais, relacionadas ao discurso” (EPPS, 2008, p. 463, tradução nossa⁸). A posposição *hiyó?*, por exemplo, pode indicar lugar (‘sobre’, ‘em cima de’) ou ‘falha, erro’, enquanto a posposição *mi?*, além de também indicar lugar (‘sob’, ‘dentro de casa’), expressa as noções de ‘ao mesmo tempo’ e ‘apesar de’ (EPPS, 2008, p. 465-466).

⁵ [...] *many expressions built with Adps the meaning of which is understandable by compositionality (therefore not idioms) belong to the lexicon as well as to the grammar.*

⁶ Entre as adposições do Inglês com a função semântica “*motivative*” (motivadora), Hagège (2010, p. 262) menciona “*because of; for; thanks to*” (respectivamente, em tradução livre: por causa de, para/por, graças a).

⁷ [...] *if a language has one or more Adps marking the motivative function, it will have one or more marking the spatio-temporal pre- and postessive functions, and if it has that, it will have one or more Adps marking the dative and allative functions.*

⁸ *A number of the locative postpositions are used to encode temporal relations in addition to spatial relations, and in some cases they have further, more abstract discourse-related functions.*

Quanto às possibilidades de codificação de expressões direcionais, Pantcheva (2010, p. 2, tradução nossa⁹) propõe uma tipologia com cinco padrões logicamente possíveis, relativos às posições que indicam lugar, meta e fonte:

- a. Lugar=Meta=Fonte (L=M=F) – uma língua com este padrão tem um único marcador (seja um afixo de caso ou adposição) para codificar lugar, meta do movimento e fonte do movimento, não distinguindo, portanto, entre as três funções.
- b. Lugar=Meta≠Fonte (L=M≠F) – neste caso, existe um marcador que é ambíguo entre lugar e meta do movimento, e um segundo marcador que expressa a fonte do movimento.
- c. Lugar≠Meta≠Fonte (L≠M≠F) – este é o padrão das línguas que possuem um marcador diferente para cada uma das três noções.
- d. Lugar≠Meta=Fonte (L≠M=F) – tal língua tem um marcador que codifica movimento, independentemente de ser orientado pela meta ou pela fonte. O lugar é expresso por um marcador diferente.
- e. Lugar=Fonte≠Meta (L=F≠M) – em tal língua, as noções de lugar e fonte de movimento são expressas pelos mesmos meios, excluindo-se a meta de movimento, que é codificada diferentemente.

Entre eles, os mais comuns, de acordo com as pesquisas consideradas pela autora, são Lugar=Meta≠Fonte (31%) e Lugar≠Meta≠Fonte (60,7%). Esses dois padrões mais recorrentes diferenciam apenas o caso ablativo (fonte), com sincretismo entre o locativo (lugar) e o alativo (meta), ou utilizam adposições distintas para marcar os casos locativo, alativo e ablativo. As demais ocorrências são residuais ou não atestadas nas línguas analisadas. Com base nessa tipologia, pesquisamos se as línguas da família tupí-guaraní confirmam os padrões aventados, isto é, se apresentam posições distintas para exprimir lugar, meta e fonte ou, ao menos, para indicar a fonte.

Por fim, desde suas primeiras publicações, Rodrigues (1952/2013, p. 52, grifos nossos) fornece exemplos de isomorfismo entre diferentes sintagmas nas línguas da família tupí-guaraní. Vejam-se, por exemplo, os seguintes dados do Tupinambá, a respeito do “prefixo de relação” {r-} e das classes de tema I (não recebe o prefixo) e II (recebe o prefixo):

Esta classificação abrange os temas de substantivos, de adjetivos, de verbos e de posições: **substantivos**, *aná*m I “parente(s)” *xe-anám-a* “meu(s) parente(s)”, *etám* II “terra” *xe-r-etám-a* “minha terra”; **adjetivos**, *katú* I “bom” *xe-katú* “eu sou bom”, *ory’b* II “alegre” *xe-r-ory’b* “eu estou alegre”; **verbos**, *kutúk* I “ferir” *xe-kutúk* “ferem-

⁹ a. Location=Goal=Source (L=G=S) – a language with this pattern has one single marker (be it a case affix or adposition) to encode location, goal of motion and source of motion, thus drawing no distinction between the three functions.

b. Location=Goal≠Source (L=G≠S) – in this case, there is one marker which is ambiguous between location and goal of motion, and a second marker which expresses source of motion.

c. Location≠Goal≠Source (L≠G≠S) – this is the pattern of languages that have a separate marker for each of the three notions.

d. Location≠Goal=Source (L≠G=S) – such a language has one marker that encodes motion, regardless of whether it is goal oriented or source oriented. Location is expressed by a different marker.

e. Location=Source≠Goal (L=S≠G) – in such a language the notions of location and source of motion are expressed by the same means, to the exclusion of goal of motion, which is encoded separately.

me”, *ekár* II “procurar” *xe-r-ekár* “procuram-me”; **posposições**, *suí* I “de” *xe-suí* “de mim”, *esé* II “por” *xe-r-esé* “por mim”.

Magalhães e Mattos (2014, p. 278-279) constatarem o isomorfismo no Guajá e fazem proposta para esclarecer a semelhança entre os sintagmas nominal, verbal e posposicional, chamando atenção para a função de argumento interno exercida pela série II dos pronomes clíticos:

O que podemos concluir a partir dessa comparação entre os diferentes tipos de sintagmas do Guajá é que temos a mesma marcação de pessoa para o genitivo, o objeto da posposição, o objeto pronominal do verbo divalente e o argumento único do verbo monovalente estativo: a série II, responsável por expressar o argumento interno desses sintagmas.

Ao estudar as línguas indígenas amazônicas, Queixalós e Gomes (2016, p. 14-15) também chamam atenção para a existência de isomorfismo estrutural entre sintagmas nominais, verbais e posposicionais nessas línguas, o qual se manifesta “em uma variedade de elementos formais: possível presença de um argumento interno, ordem sequencial entre esse argumento e o núcleo, identidade na marcação do núcleo (paradigmas pronominais) ou na marcação do dependente (casos)”. Além dessas semelhanças, consideramos indícios de isomorfismo: a forma como o núcleo organiza o constituinte, o modo pelo qual os sintagmas são flexionados e os marcadores que os sintagmas aceitam.

Tais características são identificadas por Guerrero (2017, p. 3, tradução nossa¹⁰) nas adposições: “As adposições são semelhantes aos verbos não apenas porque requerem um complemento, mas também porque exigem propriedades morfossintáticas particulares em seus complementos”. Em outras palavras, as posposições não só predicam, mas também subordinam, selecionando a forma de seus argumentos internos, como veremos nas línguas da família tupí-guaraní, em que o caso argumentativo, para citar um exemplo, é comum aos complementos verbais e posposicionais (inclusive quando posposições atuam como núcleo de predicado equativo).

2.3. Argumentos vs. adjuntos: introdução ao tema

Na literatura linguística, os sintagmas adposicionais geralmente são identificados como adjuntos, porém também podem ser argumentos. A título de exemplo, comparemos as expressões preposicionadas em “Ela cortou a carne **com a faca**” e “Ela quebrou a vidraça **com**

¹⁰ *Las adposiciones son similares a los verbos no solo porque requieren un complemento, sino también porque demandan propiedades morfosintáticas particulares en sus complementos.*

o **punho**”, adaptadas do texto de Haspelmath e Hartmann (2015, p. 5-6, grifos e tradução nossos¹¹).

No Português, ambas tendem a ser consideradas adjuntos, pelo fato de acrescentarem uma circunstância ao predicado oracional. Contudo, se nos basearmos no critério que evoca o sentido dos verbos para diferenciar argumentos de adjuntos, concluiremos que a primeira pode ser argumento, pois o verbo “cortar” implica a noção de dividir ou partir algo com um instrumento afiado, cortante. Assim, seguindo esse critério, o instrumento usado (a faca) poderia já estar previsto no significado do verbo¹². Fato diverso ocorre na segunda frase, pois o sentido de “quebrar” não estipula uma forma específica de tornar algo quebrado, dado que a vidraça pode ser quebrada de várias maneiras, não só com o uso de partes do corpo do agente.

Essa análise está de acordo com a constatação de Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 31), segundo a qual “O termo ‘argumento’ identifica um elemento nominal que mantém relação (sintática e/ou semântica) com o verbo”. No entanto, como o critério semântico, apesar de amplamente aceito, é visto com ceticismo por alguns especialistas devido às várias possibilidades de interpretação que proporciona, nota-se que algumas aparentes restrições têm sido tratadas como verdades e influenciado os estudos tipológicos.

A título de exemplo, vejamos as condicionantes apresentadas por Whaley (1997, p. 69, tradução nossa¹³), referentes à quantidade de argumentos obrigatórios que um verbo pode projetar e à marcação exclusiva que recebem:

Certos verbos, como *dar*, também requerem três argumentos. Nunca se encontram, no entanto, verbos que requeiram quatro ou mais argumentos, seja em Inglês ou em qualquer outro idioma. Assim, parece haver um limite de três argumentos verbais obrigatórios. Além disso, o tratamento desses argumentos requeridos tende a manter um *status* privilegiado na morfologia e sintaxe das línguas: eles são marcados de maneiras não disponíveis para outros sintagmas nominais que ocorrem na sentença [...].

Onishi (2001), em sua análise sobre relações gramaticais, também reconhece que as línguas apresentam orações (não verbos) com três argumentos obrigatórios, porém parece desconsiderar os SP que não são enquadrados como objetos indiretos clássicos (argumento de verbos como “dar”, “mostrar”, “contar”):

¹¹ *They cut the meat [with the knife] e He broke the window [with his fist]*, respectivamente.

¹² É possível alegar que o sintagma atua como argumento também pelo critério pragmático, uma vez que cortar carne com uma faca está relacionado a práticas culturais.

¹³ *Certain verbs such as give also require three arguments. One never finds, however, verbs that require four or more arguments, either in English or any other language. Hence, there seems to be an upper limit of three mandatory verbal arguments. Furthermore, the treatment of these required arguments tends to hold a privileged status in the morphology and syntax of languages: They are marked in ways not available to other noun phrases occurring in the sentence [...]*

Começamos nossas investigações com a suposição de que toda língua tem orações transitivas e intransitivas e que essas orações funcionam em termos de três categorias gramaticais centrais — A, O e S (cf. Dixon, 1979, 1994). Elas são:

- A o argumento central de uma oração transitiva, que denota prototipicamente o controlador ou iniciador da atividade descrita pelo verbo;
 O o outro argumento central de uma oração transitiva, que denota prototipicamente o participante afetado pela atividade descrita pelo verbo;
 S o único argumento central de uma oração intransitiva.

Quase todas as línguas também têm orações ‘transitivas estendidas (ou ditransitivas)’ (tipicamente envolvendo ‘dar’ e, muitas vezes, alguns outros verbos como ‘mostrar’ e ‘dizer’) que exigem um terceiro argumento obrigatório. O *status* sintático dos dois argumentos centrais não A desses verbos difere de língua para língua. Dois padrões básicos são comumente observados em relação à identificação de objeto de tais verbos (Dixon, 1994, p. 120; ver também Dryer, 1986):

(1)	‘dar’	Doador	Presente	Recipiente
	‘mostrar’	Mostrador	Coisa mostrada	Pessoa a quem é mostrada
	‘dizer’	Falante	Mensagem	Destinatário
(a)	A		O	não O
(b)	A		não O	O

(ONISHI, 2001, p. 1-2, tradução nossa¹⁴)

Em sentido diverso, autores que recorrem à semântica para distinguir entre argumentos e adjuntos tendem a ampliar as possibilidades de análise. Witzlack-Makarevich e Bickel (2013, p. 125, tradução nossa¹⁵), por exemplo, adotam um conceito exclusivamente semântico para analisar a distinção entre as classes:

Uma expressão dependente é um argumento de um predicado se o seu papel na situação for atribuída por esse predicado. Esse não é o caso dos adjuntos. Vista desse modo, a distinção argumento *vs.* adjunto é exclusivamente semântica e independente da forma como uma oração dependente é expressa.

No excerto, salientamos o fato de os autores empregarem “predicado” e não “verbo” para se referir ao elemento nuclear. Essa opção terminológica, a nosso ver, gera pelo menos

¹⁴ *We start our investigations with the assumption that every language has transitive and intransitive clauses, and that those clauses function in terms of three core grammatical categories—A, O and S (cf. Dixon 1979, 1994). They are:*

A *the core argument of a transitive clause, which prototypically denotes the controller or initiator of the activity described by the verb;*
 O *the other core argument of a transitive clause, which prototypically denotes the participant affected by the activity described by the verb;*
 S *the sole core argument of an intransitive clause.*

Almost every language also has ‘extended transitive (or ditransitive)’ clauses (typically involving ‘give’, and often some other verbs such as ‘show’ and ‘tell’) which require a third obligatory argument. The syntactic status of the two non-A core arguments of these verbs differs from language to language. Two basic patterns are commonly observed with regard to object identification of such verbs (Dixon 1994: 120; see also Dryer 1986):

(1)	‘give’	Donor	Gift	Recipient
	‘show’	Shower	Thing shown	Person to whom shown
	‘tell’	Speaker	Message	Addressee
(a)	A		O	non-O
(b)	A		non-O	O

¹⁵ *A dependent expression is an argument of a predicate if its role in the situation is assigned by this predicate. This is not the case for adjuncts. Seen this way, the argument *vs.* adjunct distinction is exclusively semantic and independent of the way a clausal dependent is expressed.*

duas implicações práticas: o predicado pode ser verbal ou não verbal, e mesmo assim projetar argumentos; e um verbo formalmente intransitivo pode fazer parte de um predicado (ou de uma oração) que exige dois ou mais argumentos, produzindo discrepâncias entre a forma e o uso.

Witzlack-Makarevich e Bickel (2013, p. 125, tradução nossa¹⁶) também adotam os termos “argumento” e “não argumento” para discorrer sobre o assunto: “primeiro, precisamos esclarecer a distinção entre argumentos e não argumentos, ou seja, adjuntos”. Logo, quando falam em adjunto, estão se referindo a um não argumento, o que nos fornece uma definição pela oposição.

Em outra perspectiva teórica, Dowty (1991, p. 554, tradução nossa¹⁷) também já indicava os desafios do debate sobre adjuntos e subcategorização de argumentos:

Podem os adjuntos, ou os próprios advérbios, receber um papel temático? Fillmore (1988) disse que sim, mas parecia haver espaço para dúvidas. Se podemos atribuir um papel temático às medidas de distância ou peso, que tal às medidas de velocidade, como em *Ele dirigiu o carro a 50 mph?* Mas então onde paramos? Por exemplo, teria *muito rápido* um papel temático em *Ele dirigiu o carro muito rápido*, ou teria *rapidamente* um papel em *Ela anda rapidamente?*

Ao retomar divergências como essas, buscamos introduzir a complexidade da questão. No tocante às pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras, Gomes (2018, p. 2) constata inconsistências entre proposições teóricas e evidências linguísticas, resultantes dos desafios inerentes ao tema, e indaga se, “de fato, não haveria critérios comuns que possibilitariam a identificação desses elementos”.

2.3.1. Critérios e desafios para diferenciar argumentos de adjuntos

Os critérios para a distinção entre argumentos e adjuntos variam na literatura. Entre as propostas para identificá-los, a que focaliza noções semânticas tem ampla aceitação nas descrições linguísticas, apesar de não haver “correspondência estreita entre os participantes previstos e o que normalmente são considerados argumentos” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 6, tradução nossa¹⁸).

Nessa linha, argumentos seriam os constituintes obrigatórios da oração, pelo fato de serem exigidos por uma carência semântica verbal, e adjuntos seriam os constituintes não selecionados semanticamente pelo verbo. Logo, no enunciado “A mãe deu uma bicicleta ao

¹⁶ [...] we first need to clarify the distinction between arguments and nonarguments, i.e. adjuncts.

¹⁷ Can adjuncts, or adverbs themselves, be assigned a thematic role? Fillmore (1988) said yes, but there would seem to be room for doubt. If we can assign a thematic role to measures of distance or weight, how about measures of rate, as in He drove the car 50 m.p.h.? But then where do we stop? For instance, does too fast have a thematic role in He drove the car too fast, or does quickly have one in She walks quickly?

¹⁸ [...] there is no close match between entailed participants and what are normally considered arguments [...]

filho no Dia das Crianças”, o verbo “dar” exigiria três argumentos (“A mãe”, “uma bicicleta” e “ao filho”), sendo que o último deles é preposicionado, e o constituinte restante, circunstancial, seria um adjunto (“no Dia das Crianças”), apesar de também ser nucleado por preposição (“em”).

Essa proposta soma-se a outra muito próxima dela, referente à noção de especificidade do verbo, segundo a qual “o raciocínio básico para distinguir argumentos de adjuntos” consiste no fato de que “argumentos são específicos do verbo e, em consequência, devem ser aprendidos junto com cada verbo, enquanto o uso de adjuntos é independente de verbos específicos” (HASPELMATH, 2014a, p. 5, tradução nossa¹⁹). Uma das situações que ilustram esse critério é a especificidade de codificação, como na comparação entre os verbos “gostar” e “apreciar”, em que o primeiro codifica um de seus argumentos por meio de uma preposição (por exemplo, “Eu gosto [*de* filmes nacionais]”), diversamente do segundo, apesar de os sentidos serem bastante próximos (por exemplo, “Eu aprecio [filmes nacionais]”). Contudo, tal qual no caso anterior, o próprio autor acaba por descartar esse critério para fins de comparações translinguísticas, uma vez que não é possível aplicá-lo igualmente a todos os argumentos de uma mesma língua, nem a todas as línguas.

Existem, assim, diversas formas de averiguar a diferença entre argumentos e adjuntos, entre as quais, sintetizamos:

- a) a obrigatoriedade sintática de aparecimento de um termo, como a exigência que um verbo faz de um objeto. Em “The dragon devoured **the princess**”²⁰, a retirada do constituinte sublinhado tornaria a frase agramatical (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 7, grifos nossos);
- b) a especificidade de ocorrência, segundo a qual um nome, na função de argumento, não ocorre com qualquer verbo. Compare-se “He called **his brother**” com “*She laughed **her brother**”²¹: a mesma estrutura, no segundo exemplo, fica incorreta pela mudança do verbo (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 8, grifos nossos);
- c) o chamado *happen test* (também usado para identificar a especificidade de ocorrência), em que a viabilidade de antepor a expressão *and this happened*²² a um termo o insere entre os adjuntos. O enunciado “She called her brother **in the morning**” pode ser

¹⁹ [...] *the basic rationale for distinguishing arguments from adjuncts: Arguments are verb-specific and thus have to be learned together with each verb, whereas the use of adjuncts is independent of particular verbs.*

²⁰ “O dragão devorou **a princesa**”, em tradução livre.

²¹ “Ele chamou **seu irmão**” e “*Ela riu **seu irmão**”, respectivamente, em tradução livre.

²² “e isso aconteceu”, em tradução livre.

reescrito como “She called her brother, and this happened **in the morning**”²³, indicando que o constituinte sublinhado exerce a função de adjunto (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 8, grifos nossos).

Esses critérios, no entanto, não são válidos para todas as situações. Com base na semântica verbal, por exemplo, constituintes locativos podem ser considerados tanto argumento quanto adjunto, a depender da situação, como em “Ele foi **à praia**”, em que a retirada do sintagma preposicionado tornaria a oração incompreensível fora de um contexto que a licencie, como em: a) “Ele já foi?”; b) “Sim, ele foi”. O critério da obrigatoriedade não identifica a omissão automática de argumentos, a exemplo de “Você já conversou com eles? Sim, **conversei** e chegamos a um acordo”. O da especificidade acaba por tratar sujeitos como adjuntos, pois os sujeitos tendem a ocorrer com diversos verbos, porém desconhecemos autores que não os incluam entre os argumentos. O *happen test*, por fim, nas línguas que viabilizam tal retomada anafórica, gera construções pouco elucidativas, como no par “She called **her brother**” e “*She called, and this happened **her brother**” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 9, grifos e tradução nossos^{24,25}).

No que tange à obrigatoriedade, Creissels (2014) também reconhece a limitação desse parâmetro e sustenta que:

A única diferença geral entre argumentos e adjuntos, em relação a obrigatoriedade vs. opcionalidade, é que os adjuntos só podem ser opcionais, e a falta de especificação do significado correspondente é a única interpretação possível da ausência de um dado tipo de adjunto, enquanto, translinguisticamente, argumentos não expressos têm dois tipos possíveis de interpretação: ou codificam a falta de especificação do participante correspondente, ou são identificados a um referente recuperável do contexto ou da situação [...]. (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²⁶)

Deste modo, o autor rejeita o teste da omissão como critério seguro para classificar um SN como argumento ou adjunto:

²³ “Ela chamou seu irmão **pela manhã**” e “Ela chamou seu irmão, e isso aconteceu **pela manhã**”, respectivamente, em tradução livre.

²⁴ “Ela chamou **seu irmão**” e “*Ela chamou, e isso aconteceu **seu irmão**”, respectivamente, em tradução livre.

²⁵ O *happen test* é similar aos testes de constituinte usados na teoria gerativa para encontrar constituintes sintáticos por meio da técnica da retomada anafórica: “fazer o mesmo” (para situações mais agentivas) e “acontecer o mesmo” (para situações menos agentivas). Neste sentido, o *happen test* funciona mais para identificar constituintes, ou seja, conjuntos de palavras que se comportam como unidade, do que para distinguir argumentos de adjuntos.

²⁶ *The only general difference between arguments and adjuncts with respect to obligatoriness vs. optionality is that adjuncts can only be optional, and lack of specification of the corresponding meaning is the only possible interpretation of the absence of a given type of adjunct, whereas cross-linguistically, unexpressed arguments have two possible types of interpretation: either they encode lack of specification of the corresponding participant, or they are identified to a referent retrievable from the context or the situation [...]*

Consequentemente, a não omissibilidade de um sintagma nominal, ou o fato de a omissão de um determinado sintagma nominal desencadear uma interpretação anafórica, pode constituir um critério para identificá-lo como argumento, mas a omissibilidade interpretada como falta de especificação não fornece pista sobre se o sintagma nominal em questão deve ser visto como argumento ou adjunto. (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²⁷)

Apesar de reconhecer que argumentos são exigências semânticas feitas pelo verbo, Creissels (2014) refuta o recurso a aspectos unicamente semânticos, limitado à dicotomia entre participantes essenciais *vs.* não essenciais, como critério para a distinção translinguística entre argumentos e adjuntos. E acrescenta que, “no nível sintático, as línguas diferem significativamente na maneira como regulam a obrigatoriedade *vs.* a opcionalidade de sintagmas nominais” (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²⁸). Assim, Creissels (2014) acaba por evocar a natureza do lexema verbal como determinante na identificação de um participante em um evento. Todavia, ele destaca também a necessidade de averiguar como essa questão léxico-semântica se reflete na sintaxe.

Nesse ponto, Creissels (2014) reforça o posicionamento de Haspelmath e Hartmann (2015) — de que nem todos os participantes previstos são expressos no enunciado, e certos argumentos não são previstos pelo significado do verbo — e afirma que “alguns verbos não permitem a expressão de um participante obrigatório” (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²⁹).

Witzlack-Makarevich e Bickel (2013) também estabelecem distinção entre argumentos e não argumentos (adjuntos) pelo viés semântico, o qual, segundo eles, seria bastante intuitivo, mas alertam para o fato de que diferenciá-los em casos concretos não é simples. Os autores lembram que testes são comuns entre os pesquisadores, porém afirmam que não se aplicam a todas as línguas. Por isso, consideram que:

Em última análise, a distinção entre argumentos e adjuntos requer uma análise léxico-semântica minuciosa de verbos individuais, uma tarefa que é essencialmente perpendicular à e independente da investigação de relações gramaticais em línguas individuais. (WITZLACK-MAKAREVICH; BICKEL, 2013, p. 126, tradução nossa³⁰)

²⁷ *Consequently, the non-omissibility of a noun phrase, or the fact that the omission of a given noun phrase triggers an anaphoric interpretation, can constitute criteria for identifying it as an argument, but omissibility interpreted as lack of specification gives no clue as to whether the noun phrase in question must be viewed as an argument or an adjunct.*

²⁸ *At the syntactic level, languages differ greatly in the way they regulate the obligatoriness *vs.* optionality of noun phrases.*

²⁹ *[...] some verbs do not allow the expression of an obligatory participant.*

³⁰ *Ultimately, the distinction between arguments and adjuncts requires a thorough lexicalsemantic analysis of individual verbs, a task that is essentially orthogonal to and independent from the investigation of grammatical relations in individual languages.*

Com respeito à identificação de argumentos, os autores fornecem análise complexa, que contempla três eixos: 1) papéis semânticos generalizados, que incluem vinculações lexicais (especificações lexicais e referenciais de argumentos); 2) seletores de argumentos ou não argumentos³¹; e 3) condições em nível oracional, com destaque para “cenário” ou “alinhamento hierárquico” (WITZLACK-MAKAREVICH; BICKEL, 2013, p. 130, tradução nossa³²).

Além dos desafios apresentados, que interferem no estabelecimento de parâmetros uniformes para comparações translinguísticas, pesquisadores têm usado critérios particulares para identificar argumentos e adjuntos nas línguas estudadas (cf. HASPELMATH, 2014a), o que, em tese, eleva a variedade de conceitos na literatura e dificulta pesquisas de natureza tipológica. Em adição aos critérios mencionados anteriormente (semântico, da obrigatoriedade, da especificidade e o *happen test*), outros são usados em línguas específicas, entre os quais, citamos a posição do constituinte na sentença, as estratégias de relativização e a codificação.

Em Alemão, por exemplo, “adjuntos adverbiais como *am Vormittag* ‘pela manhã’ podem ocorrer na posição pós-particípio [...], enquanto os argumentos adverbiais (como *dorthin* ‘lá’ [...]) não podem” (HASPELMATH, 2014a, p. 5, tradução nossa³³). Em Sliammon ou Comox (língua Salishe), sintagmas oblíquos tidos como argumento — “objetos oblíquos”, segundo Haspelmath (2014a, p. 6, tradução nossa³⁴) — são relativizados sem marcador específico, ao passo que os tidos como adjuntos são relativizados por meio de nominalizador particular ($\alpha x^w=$). Em Saliba (língua falada na Papua Nova Guiné), por fim, adjuntos são marcados por posposição, e argumentos não recebem a marca.

Com base nessas evidências, Haspelmath (2014a) afirma que os distintos critérios usados produzem categorias também distintas. Em consequência, defende que só se podem comparar conceitos, não categorias específicas, como argumentos e adjuntos, posicionamento que mantém em outros textos: “O princípio básico é [...] que as línguas podem ser prontamente comparadas apenas em relação a significados e sons/gestos, mas não em relação a suas categorias, porque apenas significados e sons, mas não categorias, são universais” (HASPELMATH, 2014b, p. 495, tradução nossa³⁵).

³¹ [...] *argument selectors refer to any morphosyntactic structure, process, rule, constraint or construction that selects a subset of arguments (and possibly non-arguments) and treats them differently from other arguments (or non-arguments) of the clause* (WITZLACK-MAKAREVICH; BICKEL, 2013, p. 129).

³² [...] *scenario conditions, sometimes also treated under the term ‘hierarchical alignment’*.

³³ [...] *adverbial adjuncts such as am Vormittag ‘in the morning’ may occur in post-participle position [...], while adverbial arguments (such as dorthin ‘there’ [...]) may not [...]*

³⁴ “*oblique objects*”.

³⁵ *The basic principle is [...] that languages can be readily compared only with respect to meanings and sounds/gestures, but not with respect to their categories, because only meanings and sounds, but not categories, are universal.*

Creissels (2014, p. 54, tradução nossa³⁶) parece se aproximar dessa visão, ou ao menos questionar padrões tipológicos, ao fazer a seguinte afirmação: “O que tentei mostrar neste artigo sobre o exemplo de beneficiários é que a distinção sintática entre termos nucleares e oblíquos é, em grande medida, específica de cada língua”.

No entanto, conforme exposto anteriormente, pretendemos aferir a validade dessas conclusões. Ao investigar como tem sido feita a distinção entre argumentos e adjuntos nas pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras, tentamos confrontá-las com abordagens teóricas vigentes, especialmente as de cunho tipológico, em busca de critérios comuns que viabilizem a identificação desses elementos.

Para confirmar ou negar tais hipóteses, empreendemos levantamento sobre as características formais dos SP nas línguas da família tupí-guaraní. A partir disso, buscamos averiguar as variações possíveis e, deste modo, verificar a possibilidade de estabelecer ou não um parâmetro tipológico para adjuntos e argumentos. No decorrer da pesquisa, identificamos a necessidade de incluir os predicados nesse parâmetro, tendo em vista a recorrência dessa função associada aos SP.

Nesse percurso, testamos explicações fundamentadas na adaptação funcional (cf. HASPELMATH, 2019a), em que as pressões de uso impactariam a codificação, conforme explicitaremos adiante. Essa proposta encontra respaldo em Furtado da Cunha e Costa (2003, p. 68), ao sustentarem que “a estrutura argumental tem a ver com frequência no uso linguístico real. O modo como os verbos se combinam com nomes não é uma propriedade estável [...], mas um fato altamente variável”.

Para o estabelecimento de padrões tipológicos, ainda que parciais, além de observar os aspectos morfológicos e sintáticos mais comuns, ainda é preciso recorrer aos usos contextuais nas línguas, identificando a frequência de cada termo e comparando-a com sua codificação. Reconhecemos que o foco no uso exigirá pesquisas mais extensas, capazes de fornecer tais informações. Como não encontramos obras de especialistas com essa dimensão, serão necessárias pesquisas futuras sobre as línguas, o que, momentaneamente, foge ao escopo deste trabalho.

³⁶ *What I have tried to show in this article on the example of beneficiaries is that the syntactic distinction between core terms and obliques is language-specific to a considerable extent.*

Por ora, mantemos o posicionamento de que “uma perspectiva universalista das línguas humanas não é incompatível com a atenção particularista aos detalhes das línguas individuais” (HASPELMATH, 2014b, p. 504, tradução nossa³⁷).

2.3.1.1. Schütze (1995): uma abordagem gerativa

Recorremos a um autor de filiação teórica gerativa que faz revisão bibliográfica sobre a identificação de argumentos, analisa os critérios mais recorrentes adotados por outros pesquisadores e discorre sobre pontos relevantes para nossa pesquisa. Em suas análises, Schütze (1995): a) demonstra a fragilidade dos testes empregados; b) iguala a importância da semântica à da sintaxe; c) reconhece que não só verbos, mas também nomes, podem ter argumento (sem defender que sejam núcleo de predicado para isso); d) reconhece as dificuldades terminológicas na área, a exemplo de *modifier* e *adjunct* (modificador e adjunto, em tradução livre).

Em relação aos testes, Schütze (1995) revisa as maneiras de distinguir argumentos e adjuntos (chamados de “modificadores” ou “não argumentos”³⁸) e aplica os testes da literatura para avaliá-los. Ao listar aqueles que considera úteis, justifica as limitações de todos. Os testes baseados na semântica são: opcionalidade, dependência do núcleo, iteratividade e paráfrases copulares. Os sintáticos são: substituição por pró-forma, ordenamento e extração. Além desses, considerados problemáticos em alguns contextos, porém úteis em outros, o autor cita os seguintes testes que parecem funcionar, entretanto afirma que não são úteis para identificar argumentos: extraposição; *PP-preposing*; escopo do quantificador; *entailment*; estrutura de argumento compartilhada de N e V; testes de Culicover e Wilkins.

Nessa reanálise, pondera que “Esses experimentos, portanto, têm pouco a dizer sobre uma preferência de anexação puramente estrutural” e chega à seguinte conclusão: “A conclusão clara desta seção é que todos os experimentos sob exame aqui confundiram vários fatores na avaliação das preferências de anexação, e nenhum deles constitui evidência clara contra a operação de uma preferência argumental” (SCHÜTZE, 1995, p. 132, tradução nossa³⁹). A nosso ver, a revisão empreendida pelo autor demonstra que testes amplamente utilizados em

³⁷ [...] a universalist perspective on human languages is not incompatible with a particularist attention to the details of individual languages.

³⁸ “I use modifier as a cover term for nonarguments independent of their structural position” (SCHÜTZE, 1995, p. 100).

³⁹ These experiments therefore have little to say about a purely structural attachment preference. [...] The clear conclusion from this section is that all of the experiments under examination here confounded numerous factors in assessing attachment preferences, and none of them constitute clear evidence against the operation of an argument preference.

pesquisas, por serem supostamente objetivos, lógicos e, em tese, mais científicos, carregam sérias fragilidades.

Em relação aos instrumentais, Schütze (1995, p. 132, tradução nossa⁴⁰) defende que os SP nucleados por *with* ‘com’ têm várias propriedades de argumento. No próximo excerto, o autor reafirma a volatilidade dos testes sintáticos e reforça seu posicionamento em prol da semântica como ponto central de seu posicionamento teórico:

Para resumir, existem alguns testes sintáticos e alguns testes semânticos segundo os quais instrumentais são argumentos. Existem também alguns testes sintáticos que indicam o oposto, e existem alguns testes semânticos ambíguos, mas não há testes semânticos que favoreçam o *status* de modificador. Se argumento [argumenthood] é fundamentalmente uma noção semântica, e nem o *to do* teste nem o teste de ordenamento têm uma base semântica clara (ao contrário do teste de iteratividade), então, em uma situação de escolha forçada, é razoável concluir que instrumentais são argumentos. No entanto, para os propósitos presentes, uma conclusão mais fraca será suficiente, a saber, os instrumentais claramente têm várias propriedades de argumento. Assim, sob uma versão do algoritmo de Abney que admita graus de argumento [argumenthood], eles ainda serão levados a se anexar a um SV sempre que a anexação do SN concorrente for um modificador puro, como é na maioria das sentenças que foram testadas.

No geral, Schütze (1995) busca compreender a qual termo os sintagmas preposicionais (SP) tendem a se relacionar (o autor fala em *attachment*, ‘anexar’, ‘ligar’) no mecanismo humano de processamento das sentenças: ao SV ou ao SN. Segundo o autor, alguns pesquisadores, como Lyn Frazier, afirmam que, preferencialmente, relacionamos o SP ao SV. Nesta visão, sempre tentamos ligar o SP ao SV (*VP-attachment*) antes de buscar uma interpretação voltada ao SN (*NP-attachment*). Em consequência, os SP anexados a um SN seriam mais difíceis de processar.

Outros pesquisadores, como Taraban e McClelland (1988)⁴¹, baseados no conteúdo da frase, não em princípios sintáticos, afirmam que adequamos a expectativa de acordo com o conteúdo da sentença. Assim, podemos dar preferência à relação entre SP e SN. Para eles, a

⁴⁰ *To sum up, there are some syntactic tests and some semantic tests according to which instrumentals are arguments. There are also some syntactic tests that indicate the opposite, and there are some equivocal semantic tests, but there are no semantic tests that favour modifier status. If argumenthood is fundamentally a semantic notion, and neither the do so test nor the ordering test have a clear semantic basis (unlike the iterativity test), then in a forced-choice situation it is reasonable to conclude that instrumentals are arguments. However, for present purposes a weaker conclusion will suffice, namely that instrumentals clearly have several argument properties. Thus, under a version of Abney's algorithm that admits of degrees of argumenthood, they will still be driven to attach to VP whenever the competing NP attachment is a pure modifier, as it is in most of the sentences that have been tested.*

⁴¹ Citação extraída de Schütze (1995).

frase “b” a seguir é mais fácil de processar do que a frase “a” (SCHÜTZE, 1995, p. 96, grifos nossos):

- a. *The thieves stole all the paintings **in the night**.*
 b. *The thieves stole all the paintings **in the museum**.*⁴²

Por sua vez, considerando que “nenhum dos experimentos acima controlava o tipo de relacionamento entre o SP e o N ou V: se era um argumento ou um modificador” (SCHÜTZE, 1995, p. 97, tradução nossa⁴³), Schütze defende o posicionamento de outro autor, Abney (1989), cuja proposta parte da distinção entre argumento e adjunto. Assim, dependendo da sentença, tenderíamos a anexar o SP ao SV ou ao SN.

Ao analisar especificamente a distinção entre argumentos e adjuntos (“modificadores”), Schütze (1995, p. 99, tradução nossa⁴⁴) cita Jackendoff (1977), como base para a discussão atual, e destaca a importância da semântica no debate:

Vamos começar tentando entender o que a distinção argumento/modificador pretende capturar. A seguinte passagem de Jackendoff é provavelmente considerada a fonte padrão sobre esse assunto; observe os apelos cruciais à semântica.

Se classificarmos os complementos em bases semânticas, descobriremos que existem três maneiras distintas em que um complemento pode ser integrado a uma interpretação semântica: como um argumento funcional, como um modificador restritivo e como um modificador não restritivo... Começemos com argumentos funcionais. Aqueles itens lexicais que estritamente subcategorizam sintagmas em seu ambiente podem ser pensados como funções semânticas que tomam como seus argumentos as interpretações dos sintagmas estritamente subcategorizados. Por exemplo, o verbo *dar* estritamente subcategoriza um sujeito, um objeto e um objeto indireto, e pode ser pensado como uma função semântica $f(x, y, z)$ que mapeia triplos ordenados de termos em proposições... Similarmente, o substantivo *parte (de)* estritamente subcategoriza um SP e pode ser tratado semanticamente como uma função $g(x)$ que mapeia termos em termos. (Jackendoff 1977: 57)

Nessa interpretação semântica, existiriam três tipos possíveis de “complemento”, entre os quais estariam os argumentos e os modificadores. Entre aqueles, novamente vemos o

⁴² Em tradução livre: a. Os ladrões roubaram todas as pinturas **na noite**; b. Os ladrões roubaram todas as pinturas **no museu**.

⁴³ [...] *neither of the above experiments controlled for the type of relationship between the PP and the N or V: whether it was an argument or a modifier.*

⁴⁴ *Let us begin by trying to get a handle on what the argument/modifier distinction is intended to capture. The following passage by Jackendoff is probably taken as the standard source on this matter; notice the crucial appeals to semantics.*

If we classify complements on semantic grounds, we find that there are three distinct ways in which a complement may be integrated into a semantic interpretation: as a functional argument, as a restrictive modifier, and as a nonrestrictive modifier... Let us begin with functional arguments. Those lexical items which strictly subcategorize phrases in their environment can be thought of as semantic functions which take as their arguments the interpretations of the strictly subcategorized phrases. For example, the verb give strictly subcategorizes a subject, an object, and an indirect object, and can be thought of as a semantic function $f(x, y, z)$ which maps ordered triples of terms into propositions... Similarly, the noun part (of) strictly subcategorizes an NP, and can be treated semantically as a function $g(x)$ which maps terms into terms. (Jackendoff 1977: 57)

destaque aos três argumentos do verbo “dar”, além do reconhecimento de nomes projetando argumentos.

Após listar autores que expressaram posicionamentos similares, Schütze (1995, p. 100, tradução nossa⁴⁵) sintetiza sua análise referente ao papel da semântica:

Assim, parece haver dois ângulos para ver o contraste semântico: qual é a função semântica de um sintagma, conforme resumido em (5), e como o próprio sintagma recebe sua interpretação, conforme resumido em (6).

(5) Um argumento preenche um papel na relação descrita por seu núcleo, cuja presença pode estar implícita pelo núcleo. Em contraste, um modificador predica uma propriedade separada de seu núcleo ou sintagma.

(6) Um sintagma P é um argumento de um núcleo H se a contribuição semântica de P para o significado de uma sentença em que P está associado a H depende da identidade particular de H. Por outro lado, P é um modificador se sua contribuição semântica for relativamente constante através de uma série de sentenças nas quais se combina com diferentes núcleos.

A proposição de (5) aproxima-se da ideia vista anteriormente, de que o instrumento (faca) está presente na semântica do verbo (cortar). O modificador, nessa visão, acrescentaria informação imprevista pelo núcleo. Por sua vez, a proposta de (6) assemelha-se à especificidade de ocorrência, segundo a qual um nome, na função de argumento, não ocorre com qualquer verbo (núcleo, neste caso).

Na sequência, Schütze (1995, p. 100, tradução nossa⁴⁶) propõe análise da classe “*argumenthood*” (argumento) baseada em graus, não em categorias discretas (mutuamente excludentes), e esclarece que, se essa for uma noção semântica, devemos assumir que as preposições podem ter alguma influência na interpretação do sintagma, juntamente com a influência semântica que recebem do verbo:

É claro que é possível (e, em minha opinião, verdadeiro) que *argumenthood* não seja um fenômeno do tipo tudo ou nada, mas que venha em graus. Se for fundamentalmente uma noção semântica, isso não deveria ser surpreendente: simplesmente significa [...] que uma preposição pode dar *alguma* contribuição para a interpretação de um SP que ela encabeça, enquanto também conta com uma contribuição semântica do verbo principal. Nesse caso, minha versão da proposição

⁴⁵ Thus, there seem to be two angles from which to view the semantic contrast: what the semantic function of a phrase is, as summarized in (5), and how the phrase itself receives its interpretation, as summarized in (6).

(5) An argument fills a role in the relation described by its associated head, whose presence may be implied by the head. In contrast, a modifier predicates a separate property of its associated head or phrase.

(6) A phrase P is an argument of a head H if the semantic contribution of P to the meaning of a sentence in which P is associated with H depends on the particular identity of H. Conversely, P is a modifier if its semantic contribution is relatively constant across a range of sentences in which it combines with different heads.

⁴⁶ It is of course possible (and, in my view, true) that *argumenthood* is not an all-or-nothing phenomenon, but that it comes in degrees. If it is fundamentally a semantic notion, that should not be surprising: it simply means [...] that a preposition might make some contribution to the interpretation of a PP that it heads, while also relying on a semantic contribution from the main verb. If so, my version of Abney’s claim is that the parser maximizes the extent of argument relations, that is, the degree of semantic cohesion among sentential elements; this means that an attachment that passes only two or three argument diagnostics is still expected to be preferred over one that passes none.

de Abney é que o analisador/interpretador maximiza a *extensão* das relações de argumento, ou seja, o grau de coesão semântica entre os elementos sentenciais; isso significa que uma anexação/ligação que passa em apenas dois ou três diagnósticos de argumento ainda deve ser preferida sobre uma que não passe em nenhum.

Para finalizar, Schütze (1995, p. 146, tradução nossa⁴⁷) conclui que “vários estudos experimentais importantes que pretendiam abordar a questão de saber se existe uma preferência puramente estrutural na relação/anexação inicial de SP [*PP attachments*] e SV *versus* SN foram crucialmente falhos”. Consideramos essa conclusão relevante por não restringir a diferença a aspectos estruturais, exclusivamente morfossintáticos.

Na sequência, o autor reforça a importância da semântica na identificação de argumentos:

A afirmação básica subjacente é que argumento [*argumenthood*] é uma propriedade sintático-semântica de expressões linguísticas que não pode ser reduzida a frequências de coocorrência entre os núcleos relevantes, embora certamente se correlacione a essas frequências em um grau substancial. (SCHÜTZE, 1995, p. 146, tradução nossa⁴⁸)

Embora compartilhem muitas das visões do autor, constatamos que a base de todos os raciocínios é o Inglês, o que não deslegitima suas análises, porém suscita dúvidas sobre sua representatividade tipológica. Como apontado por Creissels (2014), esse desafio se repete na literatura.

2.3.2. Por uma abordagem prototípica para classificar argumentos e adjuntos

A categorização é uma habilidade cognitiva basilar, voltada à compreensão do mundo, que se manifesta em todas as atividades humanas. No entanto, os dados analisados até o momento têm mostrado que as classificações categóricas herdadas da tradição grega, fundamentadas nas chamadas “condições necessárias e suficientes” (CNS), não explicam satisfatoriamente diversos fenômenos linguísticos, a exemplo da relação que os sintagmas posposicionais estabelecem com os demais constituintes da oração.

A proposta das CNS afirma que uma coisa é algo se, e somente se, preencher determinados critérios, pré-definidos. Caso tais critérios não sejam integralmente satisfeitos, a definição dessa coisa será alterada e, em consequência, ela será classificada em outra categoria. Vejamos um exemplo de Cançado (2008, p. 93), referente ao conceito de “menina”:

⁴⁷ [...] several important experimental studies that claimed to address the question of whether there is a purely structural preference in initial PP attachments to VPs versus NPs were crucially flawed.

⁴⁸ The basic underlying claim is that argumenthood is a syntactico-semantic property of linguistic expressions that cannot be reduced to co-occurrence frequencies between the relevant heads, although it surely correlates with such frequencies to a substantial degree.

(3) x é uma menina se e somente se:

- x é humano;
- x é criança;
- x é fêmea, etc.

Podemos entender as propriedades como condições: se alguma coisa no mundo tem que ter as propriedades em (3) para ser uma menina, então essas propriedades serão chamadas de condições necessárias. Ainda, se pudermos estabelecer o grupo exato de propriedades para definir o que seja uma menina, então estas serão as condições suficientes, ou seja, conseguimos identificar a quantidade certa de informações para o conceito de menina.

Percebe-se que, na categorização clássica, os membros de cada categoria devem compartilhar o mesmo conjunto de propriedades. Em consequência, as fronteiras entre as categorias precisam ser claras, de modo que uma categoria não se confunda com a outra e que cada coisa pertença exclusivamente a uma única categoria.

No entanto, como observa Cançado (2008), essa abordagem tem um problema fundamental: os indivíduos divergem sobre quais são as condições necessárias e suficientes para representar as coisas no mundo. As informações necessárias para uns não correspondem às identificadas por outros, e o mesmo ocorre em relação às informações suficientes. Ou seja, se as condições mudam de acordo com os pontos de vista, os conceitos acabam por variar, e não será possível estabelecer categorias claras e uniformes para tudo o que existe e que desejamos classificar.

A abordagem das CNS aproxima-se da noção de “discrição” ou “discreto” usada na Linguística, que pode ser definida da seguinte forma:

discrição (*n.*) Uma proposta de propriedade definidora da linguagem humana (contrastando com as propriedades de outros sistemas semióticos), por meio da qual os elementos de um signo podem ser analisados como tendo fronteiras definíveis, sem gradação ou continuidade entre eles. Um sistema sem discrição é considerado ‘contínuo’ ou não discreto [...]. (CRYSTAL, 2008, p. 149-150, tradução nossa⁴⁹)

Um dos principais problemas oriundos dessa abordagem consiste no fato de que os critérios adotados pelos pesquisadores não são capazes de explicar a complexa classificação dos constituintes SP nas línguas, motivo pelo qual pesquisadores das línguas tupí-guaraní tendem a classificar todos os sintagmas posposicionais, independentemente de sua semântica ou relevância pragmática, como adjunto.

Em contraposição a isso, defendemos que os fenômenos linguísticos devem ser analisados em termos gradativos, de maneira que as classes de palavras e suas funções sintáticas

⁴⁹ *discreteness* (*n.*) *A suggested defining property of human language (contrasting with the properties of other semiotic systems), whereby the elements of a signal can be analysed as having definable boundaries, with no gradation or continuity between them. A system lacking discreteness is said to be ‘continuous’ or non-discrete [...]*

não sejam definidas *a priori*, mas no contexto de uso. Classificar os SP em graus aumenta significativamente o poder de descrição e explicação de seu comportamento nas línguas.

2.3.2.1. Teoria dos protótipos: argumentos e adjuntos

Em nossa abordagem, compreendemos a categorização por meio da teoria dos protótipos, segundo a qual as categorias usadas na compreensão do mundo são organizadas em torno de protótipos, isto é, de modelos que melhor as representam. Rosch (1975, p. 544-545, tradução nossa⁵⁰) sintetiza a questão da seguinte forma:

Rosch (1973) argumentou previamente que categorias não são — como muitas tradições de pesquisa em psicologia, linguística e antropologia sugerem — entidades lógicas e delimitadas, cujos membros são definidos por possuir um item de um conjunto simples de traços criteriais, em que todas as instâncias que possuem os atributos criteriais têm um grau completo e igual de membro. Em vez disso, muitas categorias naturais são internamente estruturadas sobre um protótipo (casos mais claros, melhores exemplos) da categoria, com membros não prototípicos, tendendo para uma ordem dos melhores para os piores exemplos. O presente estudo fornece mais evidências de que nem todos os membros de uma categoria são equivalentes, e adiciona informações sobre a relação entre os membros prototípicos da categoria e os não prototípicos, nomeadamente, que os melhores exemplos de uma categoria podem servir como pontos de referência em relação aos quais outros membros da categoria são julgados.

Nesta perspectiva, cada protótipo é o exemplo típico de sua categoria pelo fato de possuir o maior número de propriedades (ou traços) que a caracterizam. Em uma gradação, esse membro padrão é mais central que outros e representa todos os demais membros de sua categoria⁵¹ (cf. ROSCH; MERVIS, 1975). Estes, por sua vez, fazem parte da classe porque possuem alguns traços característicos dela, mas não necessariamente todos os traços. Tal abordagem difere da teoria tradicional, que previa as condições necessárias e suficientes para todos os membros de uma categoria.

⁵⁰ Rosch (1973) has previously argued that categories are not—as many research traditions in psychology, linguistics, and anthropology imply—logical, bounded entities, membership in which is defined by an item's possession of a simple set of criterial features, in which all instances possessing the criterial attributes have a full and equal degree of membership. Rather, many natural categories are internally structured into a prototype (clearest cases, best examples) of the category with nonprototype members tending towards an order from better to poorer examples. The present study provides further evidence that not all members of a category are equivalent and it adds information concerning the relation between the prototype and nonprototype category members, namely that the best examples of a category can serve as reference points in relation to which other category members are judged.

⁵¹ Aproximando-se da proposta de Rosch e Mervis (1975), Dowty (1991) propõe um sistema de papéis temáticos (também chamados de “relações temáticas”) baseado em protótipos, não em categorias discretas, com o intuito de estabelecer generalizações na seleção argumental. O que há, para o autor, são fronteiras incertas (*unclear boundaries*) entre os papéis temáticos. Salientamos, contudo, que a classificação prototípica de Dowty (1991) se refere apenas a argumentos, não a adjuntos.

É importante destacar que o protótipo varia de acordo com o contexto. Conforme Lakoff e Johnson (2003, p. 164, grifos e tradução nossos⁵²),

Isso mostra que nossas categorias (por exemplo, CADEIRA) não são rigidamente fixas em termos de propriedades inerentes dos próprios objetos. O que conta como uma instância de uma categoria depende do nosso propósito ao usar a categoria. Esse é o mesmo ponto que fizemos acima, em nossa discussão sobre *Definição*, na qual mostramos que as categorias são definidas para fins de compreensão humana, por protótipos e semelhanças de família com esses protótipos. **Essas categorias não são fixas, mas podem ser reduzidas, expandidas ou ajustadas em relação aos nossos objetivos e outros fatores contextuais.** Uma vez que a veracidade de uma afirmação depende de as categorias empregadas na afirmação servirem, a veracidade de uma afirmação será sempre relativa à maneira como a categoria é entendida para nossos propósitos em um determinado contexto.

Assim, por exemplo, os protótipos de bebidas, cores, jogos, móveis ou adjetivos podem ser distintos conforme a situação, a região, o país, a idade dos indivíduos, a língua falada, entre outros. Essa variação não invalida a teoria, pois o que importa não é a repetição do protótipo em todas as culturas, mas o fato de que todas categorizam o mundo de modo gradativo, ou seja, com base em protótipos, não em categorias discretas.

Por isso, em relação à distinção entre argumentos e adjuntos posicionados, além de critérios formais (morfossintaxe), são necessários critérios funcionais (semântica e pragmática) para identificar a maior ou menor centralidade de um SP na oração. Se começarmos a análise pelas adposições, Guerrero (2017, p. 3, tradução nossa⁵³) defende que elas são usadas em funções diferentes, variando da central até a periférica, de modo a evidenciar que não se encaixam em definições discretas: “Hagège (2010, p. 37) demonstra que as adposições e a flexão são as duas estratégias mais comuns para marcar argumentos centrais, complementos nominais e argumentos periféricos”.

Hagège (2010), de fato, explicita análise baseada em *continuum*, conforme exposto a seguir:

Nós podemos, portanto, propor, à luz dessa importante contribuição das Adps [adposições] para a marcação de funções, que existe um *continuum* ao longo do qual vários fenômenos podem ser alocados, e no qual complementos centrais e adverbiais aparecem como dois polos, em vez de membros de uma oposição estrita. Um dos

⁵² This shows that our categories (e.g., CHAIR) are not rigidly fixed in terms of inherent properties of the objects themselves. What counts as an instance of a category depends on our purpose in using the category. This is the same point we made above, in our discussion of Definition, where we showed that categories are defined for purposes of human understanding by prototypes and family resemblances to those prototypes. **Such categories are not fixed but may be narrowed, expanded, or adjusted relative to our purposes and other contextual factors.** Since the truth of a statement depends on whether the categories employed in the statement fit, the truth of a statement will always be relative to the way the category is understood for our purposes in a given context.

⁵³ Hagège (2010: 37) demuestra que las adposiciones y el caso flexivo son las dos estrategias más comunes para marcar argumentos centrales, complementos adnominales y argumentos periféricos.

fenômenos que melhor ilustram essa polaridade são os chamados “*adjects*”. (HAGÈGE, 2010, p. 200, tradução nossa⁵⁴)

Ainda nesse trecho, destacamos a terminologia adotada (“complemento central” e “complemento adverbial”). A variação na literatura teórica pode induzir a erro se tomarmos “complemento” diretamente por argumento. O próximo excerto fornece exemplos e nos auxilia a compreender melhor a visão do autor:

O fenômeno dos “adjects”

“*Adject*” é um termo cunhado por Feuillet (1987, p. 23) para se referir a **participantes marcados por Adps [adposições] sem ter o caráter opcional dos complementos adverbiais**. Um exemplo de tais participantes é aquele que ocorre em sentenças cujo **predicado é um verbo trivalente** com referência espacial contendo um sujeito e um objeto. Tal é o caso, em muitas línguas, de verbos que significam “pôr” que é “colocar algo em um lugar”. Para mencionar apenas duas línguas, o Inglês diz *put a book on the table*, e o Francês, com o mesmo significado, *mettre un livre sur la table*. Outro exemplo de *adject* é o complemento de verbos que requerem, para ocorrer em uma sentença, a presença de uma especificação local, temporal, etc., como em Francês *il habite en ville/chez ses parents* “ele mora na cidade/na casa de seus pais””. (HAGÈGE, 2010, p. 207, grifos e tradução nossos⁵⁵)

Para Hagège (2010), então, sintagmas adposicionais podem ser alocados ao longo de um *continuum* sintático, não estando necessariamente limitados a funções menos centrais. Exemplo disso seriam os participantes adposicionais não opcionais, o que o autor chama de “*adjects*”, como visto nas sentenças mencionadas, com predicados trivalentes e sentido espacial, locativo, temporal ou especificativo. Segundo nossa interpretação, o *continuum* de Hagège (2010) poderia ser assim representado:

Complementos centrais

Complementos adverbiais



⁵⁴ We can therefore propose, in the light of this important contribution of Adps to function-marking, that there is a continuum along which various phenomena can be located, and that core and adverbial complements appear as two poles, rather than as members of a strict opposition. One of the phenomena which best illustrate this polarity is what has been called “*adjects*”.

⁵⁵ The phenomenon of “*adjects*”

“*Adject*” is a term coined by Feuillet (1987: 23) to refer to **participants marked by Adps without having the optional character of adverbial complements**. An example of such participants is the one that occurs in sentences whose **predicate is a trivalent verb** with spatial reference containing a subject and an object. Such is the case, in many languages, of verbs meaning “put” that is “place something in a spot”. To mention only two languages, English says *put a book on the table*, and French, with the same meaning, *mettre un livre sur la table*. Another example of *adject* is the complement of verbs which require, to occur in a sentence, the presence of a local, temporal, etc., specification, as in French *il habite en ville/chez ses parents* “he lives in town/at his parents’”.

Nesta mesma linha de argumentação, Creissels (2014), ao constatar que a semântica não se reflete necessariamente na sintaxe, volta-se a uma classificação dos participantes semânticos na forma de escala⁵⁶, em oposição à forma de categoria discreta:

As observações sustentam a posição segundo a qual um argumento semântico [*semantic argumenthood*], como conceito comparativo, deve ser diferenciado de seus possíveis correlatos sintáticos, e deve ser definido como um conceito escalar, e não categórico, refletindo a interação entre os vários fatores que podem contribuir para definir o grau de envolvimento de participantes em um evento⁵⁷. (CREISSELS, 2014, p. 41, tradução nossa⁵⁸)

Em nossa interpretação, essa definição de argumento semântico fortalece a perspectiva aqui defendida de valência semântica, como veremos adiante. Creissels (2014) propõe ainda que a distinção entre argumento e adjunto deva ser pensada em termos de protótipo, sobretudo a partir da análise do papel de beneficiário, cuja função adjuntiva não se confirma translinguisticamente em diversas situações (o que igualmente defendemos em nossas análises das línguas tupí-guaraní):

O papel do beneficiário fornece uma ilustração particularmente boa da medida em que o comportamento dos SN cumprindo um determinado papel semântico pode variar translinguisticamente em comparação ao comportamento de argumentos típicos ou adjuntos típicos, fornecendo assim suporte claro à abordagem de protótipo em relação ao argumento [*argumenthood*]. (CREISSELS, 2014, p. 41, tradução nossa⁵⁹)

Posteriormente, afirma que a concepção escalar elimina a divisão categórica entre adjuntos e argumentos oblíquos:

[...] não se deve esperar que exista distinção clara entre adjuntos verdadeiros e argumentos oblíquos (sintagmas nominais relativamente altos na escala de argumento [*argumenthood*], mas codificados como adjuntos típicos) se a distinção entre argumentos e adjuntos em si for concebida como escalar:

argumentos	-----	adjuntos
termos sintáticos nucleares		oblíquos

(CREISSELS, 2014, p. 44, tradução nossa⁶⁰)

⁵⁶ Eventual distinção entre “escala” e “*continuum*” não tem se confirmado na literatura. Os autores citados parecem usar os termos para mostrar que a diferença entre argumentos e adjuntos não é categórica, mas prototípica ou gradual.

⁵⁷ Creissels (2014, p. 42, tradução nossa) define “argumento semântico” do seguinte modo: “Argumento semântico pode, portanto, ser definido em termos do grau de envolvimento dos participantes no evento” (*Semantic argumenthood can therefore be defined in terms of degree of involvement of participants in the event*).

⁵⁸ *The observations support the position according to which semantic argumenthood as a comparative concept must be distinguished from its possible syntactic correlates, and must be defined as a scalar rather than categorical concept reflecting the interaction between the various factors that may contribute to defining the degree of involvement of participants in an event.*

⁵⁹ *The role of beneficiary provides a particularly good illustration of the extent to which the behavior of NPs fulfilling a given semantic role may vary cross-linguistically in comparison with the behavior of typical arguments or typical adjuncts, providing thus clear support to the prototype approach to argumenthood.*

⁶⁰ *no clear-cut distinction must be expected to exist between true adjuncts and oblique arguments (noun phrases relatively high on the scale of argumenthood but encoded like typical adjuncts) if the distinction between arguments and adjuncts itself is conceived as scalar:*

Com base no quadro, subentende-se que participantes com codificação periférica não atuam necessariamente como adjuntos e podem ter função de argumento. Os adjuntos seriam, assim, uma categoria menor que a dos oblíquos, a qual se estende até os argumentos.

Em abordagem similar, aplicada a uma língua específica, Zariquiey (2017) recorre à noção de *continuum* para fazer a distinção entre argumentos e adjuntos. Em sua análise, observa três tipos de argumento não sujeito na língua peruana Kakataibo (Kashibo, família Pano) — I) objetos de predicados transitivos (sem marcação explícita de caso); II) “quase objetos” (sem marcação explícita de caso, ocorrendo com predicado intransitivo), na terminologia empregada pelo autor; e III) objetos oblíquos (com marcador locativo indireto, ou seja, com marca de caso oblíquo, ocorrendo com predicado intransitivo) — e compara-os aos adjuntos, que são sempre marcados por caso oblíquo ou posposição e não podem sofrer reflexivização nem reciprocização.

Com base nisso, propõe que “a existência de três diferentes argumentos não sujeito em Kakataibo produz um efeito de *continuum* na distinção entre objetos e adjuntos, e isso revela que os objetos [*objecthood*] na língua precisam ser entendidos como uma categoria gradiente e variável” (ZARIQUIEY, 2017, p. 719, tradução nossa⁶¹). Encontram-se aí, a nosso ver, tanto uma distinção gradual entre argumento (objeto) e adjunto, quanto uma distinção gradual entre tipos de objeto.

Além do mais, Zariquiey (2017) afirma que “objetos, como qualquer outra relação gramatical, podem ser definidos em termos de suas propriedades morfossintáticas, as quais podem variar translinguisticamente e são altamente dependentes do perfil tipológico da língua” (ZARIQUIEY, 2017, p. 722, tradução nossa⁶²). Em outras palavras, subentendemos que é possível fazer a distinção entre argumentos e adjuntos em base tipológica, amparada em definições de propriedades morfossintáticas, o que permitiria comparações translinguísticas, ainda que haja variações nessas propriedades.

Resumindo, à semelhança de Schütze (1995), Witzlack-Makarevich e Bickel (2013), Haspelmath (2014a) e Creissels (2014) questionam a capacidade de aplicação dos critérios atuais para diferenciar, translinguisticamente, argumentos de adjuntos. Creissels (2014) reconhece a necessidade de aplicar um tratamento prototípico (ou gradual) à distinção, sem

<i>arguments</i>	-----	<i>adjuncts</i>
<i>core syntactic terms</i>		<i>obliques</i>

⁶¹ [...] *the existence of three different non-subject arguments in Kakataibo produces a continuum-like effect in the distinction between objects and adjuncts, and it reveals that objecthood in the language needs to be understood as a gradient and variable category.*

⁶² [...] *objects, as with any other grammatical relation, can be defined in terms of their morphosyntactic properties, which can vary cross-linguistically and are highly dependent on the typological profile of the language.*

apresentar rejeição a uma análise translinguística nesta perspectiva. Zariquiey (2017), por sua vez, também defende análise baseada em abordagem gradual/prototípica e deixa subentendida, em nossa interpretação, a possibilidade de estabelecer comparações translinguísticas de natureza morfossintática, aproximando-se, neste ponto, de Hagège (2010).

2.4. Forma gramatical e frequência de uso

Outra generalização de Haspelmath que está sendo testada — além da proposta de que apenas conceitos permitiriam comparações translinguísticas — se refere à correspondência entre forma gramatical e frequência de uso. Haspelmath (2018) propõe que a frequência de uso, a previsibilidade e a codificação eficiente seriam capazes de explicar a marcação diferenciada de papéis locativos e de objetos. Neste sentido, afirma que:

A marcação de lugar diferencial é uma situação em que a codificação de papéis locativos, alativos ou ablativos depende de subclasses de substantivos, em particular de nomes de lugares (topônimos), substantivos comuns inanimados e substantivos humanos. (HASPELMATH, 2018, p. 1, tradução nossa⁶³)

Essa proposta busca explicar os tipos de marcação que os participantes podem receber e, principalmente, a causa de tais marcações, com a premissa de que um sistema gramatical que marque usos menos comuns é mais eficiente. Para tanto, o autor adota critérios amparadas no uso: frequência, expectativa ou previsibilidade, referência e sua correlação com a codificação (assimétrica).

Haspelmath (2019a, p. 1, tradução nossa⁶⁴) expande a análise para diversos tipos de codificações gramaticais assimétricas, como exposto no resumo de seu artigo: “Eu afirmo que todas as oposições gramaticais envolvendo uma diferença de significado mínima e uma diferença de frequência significativa são refletidas em uma assimetria de codificação universal”. Adicionalmente, reforça a posição de que precisamos comparar conceitos, não categorias:

Se alguém quisesse explicar esses universais por restrições representacionais impostas por uma gramática universal, então esperaria que as línguas mostrassem as mesmas categorias e características, mas para a explicação funcional-adaptativa que proponho aqui, tudo o que precisamos é de comparabilidade por meio de conceitos comparativos claros. (HASPELMATH, 2019a, p. 4, tradução nossa⁶⁵)

⁶³ *Differential place marking is a situation in which the coding of locative, allative or ablative roles depends on subclasses of nouns, in particular place names (toponyms), inanimate common nouns and human nouns.*

⁶⁴ *I claim that all grammatical oppositions involving a minimal meaning difference and a significant frequency difference are reflected in a universal coding asymmetry [...]*

⁶⁵ *If one wanted to explain these universals by representational constraints imposed by universal grammar, then one would expect languages to show the same categories and features, but for the functional-adaptive explanation that I propose here, all we need is comparability through clear comparative concepts.*

Assim, ao tratar da marcação diferenciada com base nas mesmas causas (frequência de uso, previsibilidade e eficiência de codificação), Haspelmath (2019a) fornece ideias para buscarmos a diferenciação entre argumentos e adjuntos. Ou seja, os adjuntos seriam mais marcados (ou sistematicamente codificados) por serem menos usados, logo, menos previsíveis, enquanto os argumentos seriam menos marcados, pelos motivos opostos, o que garantiria a eficiência na comunicação⁶⁶. Pensando nos SP por esse ângulo, questionamos se eles representariam, via de regra, situações menos frequentes e, por isso, seriam codificados com adposições (mais material linguístico), diversamente dos argumentos mais comuns, como sujeito e objeto, sem codificação de caso (sem material morfológico gramatical).

A nosso ver, essa seria uma tentativa de explicação fundamentada na adaptação funcional, em que as pressões de uso são geradoras da previsibilidade e da codificação. Para citar alguns exemplos, Haspelmath (2019a) defende que os membros mais usados entre os seguintes pares comparativos são menores ou têm codificação zero: singular (casa) vs. plural (casas); presente (anda) vs. futuro (andar^á); voz ativa (desenhou) vs. voz passiva (**foi** desenhado). Ou seja, os constituintes mais frequentes, representados pelo singular, pelo tempo presente e pela voz ativa, são mais previsíveis, de sorte que têm sua compreensão garantida sem codificação especial. Nesta perspectiva, há correspondência gramatical entre forma e frequência, não necessariamente entre forma e significado. É importante lembrar que o foco dessa análise, consoante Haspelmath (2019a), está nas motivações funcionais, não na codificação, já que esta resulta daquelas.

2.5. Valências e transitividade

Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 30) alertam para o fato de que alguns conceitos são empregados indistintamente entre os linguistas, inclusive em gramáticas descritivas: “[...] os conceitos de regência verbal, valência verbal e transitividade são tratados como sinônimos tanto nas gramáticas tradicionais [...] como nas gramáticas descritivas [...]”. Em vista disso, e da proximidade desses temas com o objeto da dissertação, procuramos distinguir as noções de valência e transitividade, começando pela primeira.

Castilho (2016, p. 688) define valência pelo nome de “princípio da projeção”:

⁶⁶ Como exposto anteriormente, Haspelmath (2014a) não considera válida essa maneira de interpretar os fatos linguísticos. Para ele, podem-se comparar conceitos ligados a argumentos e adjuntos, não propriamente as categorias “argumento” e “adjunto”.

Princípio de projeção

Propriedade geral das línguas pela qual [...] organizamos a sentença usando expressões que selecionam outras como argumentos sentenciais, atribuindo-lhes caso gramatical e papel temático, dispondo-as no enunciado e estabelecendo entre elas regras de concordância [...]

O princípio da projeção foi identificado na Gramática clássica e perpetuado na tradição ocidental sob a denominação de *transitividade*. Ele foi retomado modernamente pelos analistas da conversação e pelos sintaticistas, notando-se neste caso uma oscilação terminológica entre *transitividade*, *regência*, *valência*.

Em sua exposição, além da variedade terminológica, vemos que a valência é responsável pela relação entre as expressões que compõem uma sentença; que os constituintes projetados são argumentos da sentença; e que esses argumentos recebem não só função morfossintática, mas também semântica (papel temático). Embora o autor não empregue o termo “valência semântica”, entendemos que, ao mencionar a atribuição de papel temático, acaba por reconhecer o fenômeno.

Crystal (2008, p. 507, grifos e tradução nossos⁶⁷), por sua vez, fornece a seguinte definição de valência:

valência (s.) Um termo introduzido pelo linguista francês Lucien Tesnière (1893-1954) [...] O termo é derivado da química e é usado em linguística para se referir ao número e tipo de ligações que os elementos sintáticos podem formar uns com os outros; essa ‘capacidade de combinação’ também é conhecida como *adicity* ou aridade. Como na química, **um determinado elemento pode ter valências diferentes em contextos diferentes**. Uma gramática de valências apresenta um modelo de uma sentença contendo um elemento fundamental (tipicamente, o verbo) e uma série de **elementos dependentes (variavelmente referidos como argumentos, expressões, complementos ou valentes)** cujo número e tipo são determinados pela valência atribuída ao verbo. [...] Valência lida não apenas com o número de valentes com o qual um verbo é combinado para produzir um núcleo de sentença bem formado, mas também com a classificação de conjuntos de valentes que podem ser combinados com diferentes verbos. Por exemplo, *dar* e *pôr* geralmente têm valência 3 (trivalente), mas os valentes governados pelo primeiro (sujeito, objeto direto e objeto indireto) são diferentes daqueles governados pelo último (sujeito, objeto direto e adverbial locativo). Verbos que diferem dessa maneira são tidos como associados a diferentes conjuntos de valências.

Embora o autor se concentre na valência sintática, salienta que a valência muda de acordo com o contexto, que o elemento gerador da valência tende a ser o verbo e que os

⁶⁷ *valency* (n.) A term introduced by the French linguist Lucien Tesnière (1893–1954) [...] The term is derived from chemistry, and is used in linguistics to refer to the number and type of bonds which syntactic elements may form with each other; this ‘combining capacity’ is also known as *adicity* or *arity*. As in chemistry, **a given element may have different valencies in different contexts**. A valency grammar presents a model of a sentence containing a fundamental element (typically, the verb) and a number of **dependent elements (variously referred to as arguments, expressions, complements or valents)** whose number and type is determined by the valency attributed to the verb. [...] Valency deals not only with the number of valents with which a verb is combined to produce a well-formed sentence nucleus, but also with the classification of sets of valents which may be combined with different verbs. For example, *give* and *put* usually have a valency of 3 (trivalent), but the valents governed by the former (subject, direct object and indirect object) are different from those governed by the latter (subject, direct object, and locative adverbial). Verbs which differ in this way are said to be associated with different valency sets.

elementos dependentes são chamados de argumentos, complementos ou valentes. Crystal (2008) recorda que a valência também se refere à classificação de grupos desses elementos dependentes, mostrando que a classificação de argumentos, complemento ou valentes varia de acordo com o verbo (ou do elemento que projeta a valência).

Givón (2001, p. 105, tradução nossa⁶⁸) já havia mencionado essa característica da estrutura oracional de agrupar participantes, porém o fez com foco na semântica:

Verbos são caracterizados semanticamente, primeiro, pelos *papéis semânticos* obrigatórios dos participantes no estado ou evento que codificam. Cada verbo — e tipo de verbo — tem um agrupamento característico de tais participantes obrigatórios. Além dos seus papéis semânticos atribuídos no estado ou evento, os participantes também assumem *papéis gramaticais* característicos na oração, como sujeito, objeto direto ou objeto indireto [...]. Assim, enquanto os papéis semânticos definem o estado ou evento semanticamente, os papéis gramaticais definem a oração sintaticamente. Orações simples são, portanto, definidas em termos de seus dois *frames* ou modelos correspondentes, um semântico e outro sintático.

Nessa passagem, Givón (2001) reconhece tanto o *status* sintático de um verbo quanto o semântico, além de identificar influência recíproca entre ambos. Ou seja, na estrutura argumental, não se pode falar apenas do *frame* sintático. Além de correlatos formais, típicos da sintaxe, a semântica precisa ser avaliada. Como veremos adiante, as construções dativas da família tupí-guaraní corroboram esse tipo de análise, já que tendem a ocorrer, sem apagamento, em sintagmas posposicionais.

A correspondência entre papéis semânticos e relações gramaticais, não obstante, pode ser modificada. De acordo com Payne (1997), todas as línguas dispõem de mecanismos que alteram a valência verbal. Em consequência, a valência sintática liga-se aos conceitos de voz e transitividade, usados tradicionalmente nos estudos gramaticais, e permite analisar as línguas nos seus diversos níveis, desde o morfológico e sintático (nível formal) ao semântico e pragmático (nível funcional). Payne (1997, p. 172, tradução nossa⁶⁹) declara que:

O efeito semântico/pragmático (isto é, conceitual) do aumento da valência sintática pode ser caracterizado, de forma mais geral, como a elevação de um participante periférico para o centro do palco, enquanto o efeito de diminuir a valência é reduzir

⁶⁸ *Verbs are characterized semantically first by the obligatory semantic roles of the participants in the state or event they code. Each verb—and verb type—has a characteristic cluster of such obligatory participants. In addition to their assigned semantic roles in the state or event, participants also assume characteristic grammatical roles in the clause, such as subject, direct object or indirect object [...]. Thus, while semantic roles define the state or event semantically, grammatical roles define the clause syntactically. Simple clauses are thus defined in terms of their two matching templates or frames, one semantic, the other syntactic.*

⁶⁹ *The semantic/pragmatic (i.e., conceptual) effect of increasing syntactic valence can be characterized most generally as upgrading a peripheral participant to center stage, whereas the effect of decreasing valence is to downplay a normally center-stage participant to peripheral status, or eliminating it from the scene altogether.*

um participante normalmente da cena central para uma situação periférica, ou eliminá-lo da cena completamente.

Assim, o estudo da valência auxilia a compreensão da correspondência entre as relações gramaticais e os papéis semânticos e pragmáticos, inclusive em termos tipológicos (cf. PAYNE, 1997). Seguindo essa lógica, alguns autores ampliam explicitamente o conceito de valência. Furtado da Cunha (2006, p. 117) assim expõe a questão:

Os termos “valência” e “estrutura argumental” normalmente se referem ora ao aspecto sintático da relação entre o predicado e seus argumentos, ora à relação semântica entre eles, ora a ambos, salientando o papel dominante do verbo na estruturação gramatical da oração em que ocorre. Desse modo, a estrutura argumental pode focalizar as relações gramaticais dos argumentos (sujeito, objeto direto, etc.), assim como os papéis semânticos que lhes são atribuídos (agente, paciente, etc.).

Posteriormente, ao delinear o alcance da valência verbal, Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 31) explicitam a diferença entre valência sintática e valência semântica: “valência verbal pode indicar o número de argumentos que o verbo seleciona (valência quantitativa), suas funções sintáticas (valência sintática) e seus papéis semânticos (valência semântica)”. Um dos exemplos mais elucidativos dessa distinção talvez seja o fenômeno do agente na voz passiva, previsto como participante (semântico), mas não como argumento (sintático). Por exemplo, na frase “A população será vacinada em 2022”, além de não haver previsão sintática do agente da locução verbal “será vacinada”, a exteriorização do tempo (“em 2022”) parece ser mais relevante do que a do agente, haja vista o desastre que assola o Brasil.

Em sentido parecido, Haspelmath e Hartmann (2015) argumentam que nem todos os participantes previstos são expressos no enunciado, já que a previsibilidade semântica pode ocorrer em termos de potencialidade, como visto no agente da voz passiva e como mostram no exemplo do verbo “mentir”, em Inglês, em que o conteúdo falseado não pode ser declarado pelos falantes:

Em primeiro lugar, nem todos os participantes previstos podem ser abertamente expressos. Por exemplo, o verbo inglês *tell* [dizer, contar] permite a expressão tanto do destinatário quanto do conteúdo, mas o *lie* [mentir] não permite a expressão do conteúdo:

(16) a. *She told her address to her friend.*

[Ela contou seu endereço para sua amiga.]

b. *She lied (*her address) to her friend.*

[Ela mentiu (*seu endereço) para sua amiga.]

(HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 6, tradução nossa⁷⁰)

⁷⁰ *First, not all entailed participants can be overtly expressed. For example, the English verb tell allows the expression of both the addressee and the content, but lie does not allow the expression of the content: [...]*

(16) a. *She told her address to her friend.*

b. *She lied (*her address) to her friend.*

Ademais, segundo os autores, existem argumentos que não são previstos pelo significado do verbo. Por exemplo, na frase “*Roland baked me a cake*”⁷¹, esclarecem que o beneficiário *me* (‘-me’) não se realiza necessariamente (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 6). Todavia, quando esse beneficiário é expresso, notam que ele costuma ser considerado argumento. Por isso, ao falar de argumentos, estamos nos referindo a cada um dos elementos nominais que o predicado relaciona, ou seja, estamos falando da valência sintática, também chamada de valência gramatical. Isso não implica, contudo, que deixamos de analisar também a valência semântica e suas possíveis implicações para o *status* argumental de um dado constituinte.

Haspelmath (2014a, p. 14, tradução nossa⁷²), por seu turno, retoma a complexidade do conceito de valência mencionando sete princípios, já elencados por outro autor:

[...] minha visão atual é de alguma forma mais próxima da desconstrução de Jacobs (1994) sobre o conceito de “valência”. De acordo com Jacobs, o conceito original de valência consiste de sete diferentes (embora não relacionados) conceitos: obrigatoriedade, envolvimento, necessidade semântica, exocentrismo, especificidade formal, restrições seletivas e associatividade.

Desta maneira, em consonância com Furtado da Cunha e Costa (2003), admitimos a interdependência entre sintaxe, semântica e pragmática, cujo vínculo se manifesta por meio da transitividade, não só verbal, mas também semântica. Compreendemos que a transitividade não está apenas no verbo, mas no todo, na interação entre texto, cultura e gramática, isto é, no contexto de uso. Por conseguinte, conceitos que evidenciem motivações, como voz, em situações de promoção de objeto ou demissão de agente, devem ser priorizados para formular explicações, em detrimento do mero registro de aumento ou diminuição da valência. Tencionamos, com isso, retirar o foco exclusivo de instrumentos formais, em prol de análises centradas no uso (cf. MARTIN, 2000).

Propomos avaliar eventuais casos de alteração de valência, em que se insere a discussão entre argumentos e adjuntos, de forma holística, como consequência de usos específicos. Investigamos os usos de construções passivas, causativas de transitivos e congêneres a fim de averiguar o *status* formal do participante (típico dessas construções) que ocorre em um SP e propor novas análises. Para confirmar nossas hipóteses, no entanto, lembramos que serão

⁷¹ “Roland assou-me um bolo” (tradução nossa).

⁷² [...] *my current view is somewhat closer to Jacobs’s (1994) deconstruction of the “valency” concept. According to Jacobs, the original valency concept really consists of seven different (though not unrelated) concepts: obligatoriness, involvement, semantic necessity, exocentricity, formal specificity, selectional restrictions, and associatedness.*

necessárias pesquisas adicionais conduzidas ou orientadas pelos especialistas de cada língua examinada por nós.

2.5.1. Transitividade

A noção de transitividade assumida por Hopper e Thompson (1980) mostrou-se fundamental para a análise dos fenômenos aqui identificados e subsidia parte significativa das conclusões desta dissertação. Hopper e Thompson (1980, p. 251, grifos e tradução nossos⁷³) propõem que:

Transitividade envolve uma série de componentes, **apenas um dos quais é a presença de um objeto do verbo**. Esses componentes estão todos envolvidos com a eficácia com a qual uma ação ocorre, por exemplo, a pontualidade e telicidade do verbo, a atividade consciente do agente e a referencialidade e grau de afetação do objeto. **Esses componentes covariam entre si língua após língua**, o que sugere que a **Transitividade é uma propriedade central do uso da língua**. A proeminência semântica e gramatical da Transitividade mostra-se derivar de sua característica função discursiva: alta Transitividade está correlacionada com primeiro plano, e baixa Transitividade com plano de fundo.

A transitividade, vista tradicionalmente como a transferência de uma ação de um participante para outro, é entendida pelos autores de modo escalar. Diferentemente da compreensão habitual, ela não se limita ao verbo e seu objeto. Para identificá-la, é necessário considerar mais parâmetros, a exemplo de eficácia da ação, evento pontual, evento télico, atividade consciente, referencialidade, grau de alteração (“afetação”) do objeto, entre outros.

A aplicação desses critérios demonstra que a definição tradicional de transitividade é insuficiente, pois a ação não precisa “transitar” necessariamente para que a oração preencha os parâmetros de transitividade. Um enunciado com sujeito de verbo intransitivo (S) pode ser mais transitivo do que um enunciado com sujeito de verbo transitivo (A) e objeto direto (O). Por exemplo, a sentença *Susan left* ‘Susan saiu’ tem mais propriedades transitivas do que *Jerry likes beer* ‘Jerry gosta de cerveja’, conforme exposto a seguir:

Considerar a Transitividade como um *continuum* tem, contudo, uma consequência potencialmente menos confortável: uma sentença com dois participantes pode ser avaliada abaixo de uma com um único participante. Assim, pelos traços nos quais elas diferem, a oração 6, de um participante, tem mais traços de alta Transitividade do que a oração 7, de dois participantes:

⁷³ *Transitivity involves a number of components, only one of which is the presence of an object of the verb. These components are all concerned with the effectiveness with which an action takes place, e.g., the punctuality and telicity of the verb, the conscious activity of the agent, and the referentiality and degree of affectedness of the object. These components co-vary with one another in language after language, which suggests that Transitivity is a central property of language use. The grammatical and semantic prominence of Transitivity is shown to derive from its characteristic discourse function: high Transitivity is correlated with foregrounding, and low Transitivity with backgrounding.*

(6) *Susan saiu.*

Kinesis: ação.

Aspecto: télico.

Pontualidade: pontual.

Volicionalidade: volitivo.

(7) *Jerry gosta de cerveja.*

Participantes: dois.

Essa conseqüência, entretanto, nos parece absolutamente correta. (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 254, tradução nossa⁷⁴)

Assim, orações comumente classificadas como intransitivas podem apresentar diferentes graus de transitividade. Hopper e Thompson (1980, p. 265, tradução nossa⁷⁵) formulam esse posicionamento: “Logo, vemos que, mesmo entre o que os gramáticos têm tradicionalmente chamado de orações ‘intransitivas’, é bastante razoável designar algumas como mais Transitivas do que outras”. A nosso ver, atribuir um rótulo sintático *a priori*, amparado apenas em marcas gramaticais e desconsiderando os demais parâmetros que influenciam a estrutura argumental, pode levar a classificações enviesadas.

Uma das propostas centrais de Hopper e Thompson (1980, p. 266, tradução nossa⁷⁶), que demonstrou grande poder explicativo para os fenômenos que identificamos, refere-se à constatação de que a transitividade se manifesta em nível de oração, não de constituinte. E mais, ela opera em *continuum*:

É importante retomar aqui a visão particular de Transitividade que é defendida no presente artigo: é uma relação que se obtém ATRAVÉS DE UMA ORAÇÃO. Não está restrita a um constituinte ou par de constituintes. Conseqüentemente, a presença de um O explícito é apenas um traço de uma oração Transitiva; ele coexiste com outras propriedades definidoras (como Agentividade, Kinesis, etc.). E, assim como uma oração pode ter um segundo participante explícito e ainda estar alinhada com a oração intransitiva, também pode não ter um segundo participante e ainda possuir traços

⁷⁴ *Regarding Transitivity as a continuum has, however, one potentially less comfortable consequence: a sentence with two participants may rate lower than one with a single participant. Thus, for the features by which they differ, the one-participant clause 6 has more high-Transitivity features than the two-participant clause 7:*

(6) *Susan left.*

Kinesis: action.

Aspect: telic.

Punctuality: punctual.

Volitionality: volitional.

(7) *Jerry likes beer.*

Participants: two.

This consequence, however, seems to us absolutely correct.

⁷⁵ *Thus we see that, even among what grammarians have traditionally called ‘intransitive’ clauses, it is quite reasonable to designate some as more Transitive than others.*

⁷⁶ *It is important to recall here the particular view of Transitivity which is defended in the present paper: it is a relationship which obtains THROUGHOUT A CLAUSE. It is not restricted to one constituent or pair of constituents. Consequently, the presence of an overt O is only one feature of a Transitive clause; it co-exists with other defining properties (such as Agency, Kinesis etc.). And just as a clause may have an overt second participant, and still be aligned with the intransitive clause, so also it may lack a second participant, and yet have Transitive features. Because Transitivity is not dichotomous, but is a continuum, it follows that clauses lacking an overt O must be locatable somewhere on this continuum; but it does not necessarily follow that such clauses are situated at the extreme intransitive end.*

Transitivos. Como a Transitividade não é dicotômica, mas é um *continuum*, segue-se que orações sem O explícito devem ser localizáveis em algum lugar desse *continuum*; mas isso não significa necessariamente que tais orações se situem na extremidade intransitiva final.

Em consequência, a análise da estrutura argumental deve ser feita no nível da oração (ou do predicado), não apenas do verbo ou de outro constituinte predicador. Caso contrário, não será possível avaliar os critérios que compõem a transitividade. Novamente, percebemos o efeito da observação de que nem todos os participantes previstos são expressos no enunciado e de que certos argumentos não são previstos pelo significado do verbo (cf. HASPELMATH; HARTMANN, 2015). Nestas situações, há que se examinar toda a construção para compreender o grau da transitividade.

Em nossa interpretação de alguns dados nas línguas tupí-guaraní em análise (cf. Seção 3.3), e como consequência do constante processo de mudança linguística, propomos que a predicação se antecipa à forma do constituinte. Ela projeta um argumento enquanto o verbo (ou outro predicador) ainda não mudou sua classificação (morfo)sintática. Parece haver uma espécie de *delay* (ou atraso, demora) entre o que o verbo projeta, em termos formais, e o que a língua realmente produz, em termos funcionais. Em outras palavras: a forma avança mais lentamente que a função, e esse fato fica evidente na análise da estrutura argumental e, por conseguinte, da transitividade. Como lembram Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 22-23), “a codificação morfossintática é, em grande parte, resultado do uso da língua”, e “a gramática tem origem no discurso”. Assim, a forma demora a adaptar-se ao uso, e é no funcionamento da língua, no discurso e na pragmática, que conseguimos observar a gramática.

Sobre a relação entre a pragmática e a forma, Givón (2001, p. 117, tradução nossa⁷⁷) observa que participantes pragmáticos, embora relevantes, não são necessariamente formalizados pela sintaxe:

Tópico e foco são, de fato, altamente relevantes para a sintaxe e exibem fortes interações com ela [...]. Mas interação não significa identidade, nem é uma base suficiente para espremer todas as propriedades que interagem na gramática em um único formalismo sintático, um que, claramente, não foi projetado para representá-las.

Em outras palavras, os participantes pragmáticos nem sempre encontram abrigo no formalismo sintático. Logo, trabalhar com apenas duas categorias (argumento e adjunto), ignorando outras possibilidades que as línguas nos mostram, como predicado e quase

⁷⁷ *Topic and focus are indeed highly relevant to syntax and exhibit strong interactions with it [...]. But interaction does not mean identity, nor is it a sufficient ground for squeezing all features that interact in grammar into a single syntactic formalism, one that was clearly not designed to represent them.*

argumento, equivale a perpetuar análises baseadas em categorias mutuamente excludentes e descartar qualquer perspectiva de gradação.

Vejam, por exemplo, as construções causativas, a respeito das quais Hopper e Thompson (1980, p. 264, tradução nossa⁷⁸) afirmam: “[...] causativas são construções altamente Transitivas: elas devem envolver pelo menos dois participantes, um dos quais é um iniciador, e o outro que é totalmente afetado e altamente individualizado”. É por esse ângulo de alta transitividade que Onishi (2000) interpreta os dados do Motuna, língua papua falada na Papua-Nova Guiné. Para o autor, a causativa apresenta constituinte causado com traço [+CENTRAL], ou seja, não periférico⁷⁹. Como será proposto adiante, identificamos fenômeno parecido nas causativas da família tupí-guaraní, o que eleva a nuclearidade dos SP nessas construções.

Fato semelhante ocorre com as estruturas dativas, associadas diacronicamente à transitividade: “Também é relevante notar que, como apontado por Comrie (MS) e Givón (1976), um morfema dativo é frequentemente reanalisado como um marcador de O definido e/ou animado” (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 260, tradução nossa⁸⁰). Do mesmo modo que fizemos para as causativas, propomos que os SP dativos das línguas aqui pesquisadas tendem a ter mais centrais, uma vez que as características do O, como definitude e animacidade, podem ser fundamentais para a transitividade.

Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 34) filiam-se teoricamente a Hopper e Thompson (1980) e veem a transitividade como fenômeno oracional, relacionado ao discurso: “[...] a transitividade não é uma propriedade inerente de um dado verbo. Dependendo do contexto de uso, um mesmo verbo pode variar entre uma classificação transitiva ou intransitiva”. E esclarecem que a sintaxe não é suficiente para avaliar a transitividade de uma oração: “[...] na avaliação da transitividade interagem elementos tanto de natureza sintática (presença/ausência de SN complemento), quanto semântica (papel semântico do objeto) e pragmática (uso textual

⁷⁸ [...] *causatives are highly Transitive constructions: they must involve at least two participants, one of which is an initiator, and the other of which is totally affected and highly individuated.*

⁷⁹ De acordo com Onishi (2000, p. 129-130, grifos nossos):

The causative verb *uko-wooto-* can also take two NP arguments, one with a human referent in O function, and the other with a non-human referent in E function:

(29) (b) *tii-ko peeko-no uri turu-wee-m-mo*
 ART+L-EMPH 3N-sgPOSS-L village return-MID3S-pauc/pl-GENL
uru-ku [hoo pau ponnaa]_E
 CONT3pauc/plS-GENL+DS ART+M food plenty
uko-wooto-o-r-u-ng

carry-CAUS-3O+3A-pauc/pl-REM.PAST-M

As they were returning to their village he made them carry plenty of food
 [he sent plenty of food with them]

⁸⁰ *It is also relevant to note that, as pointed out by Comrie (ms) and Givón 1976, a dative morpheme is often re-analysed as a marker of definite and/or animate O's.*

do verbo)”. Para explicar a complexidade da transitividade, as autoras se baseiam na cognição e enfatizam os elementos salientes atrelados à experiência humana⁸¹. A investigação dessa questão, entretanto, foge ao escopo de nossa pesquisa.

De todo modo, a perspectiva funcionalista extrapola o nível de análise focado apenas no verbo, em sua morfologia, e fornece material teórico para compreendermos os dados das línguas aqui pesquisadas. A transitividade não é uma propriedade estacionária. Pelo contrário, varia de acordo com os contextos de uso. Por estar em constante construção, não é suficiente olharmos apenas para o verbo na análise dos constituintes que ocorrem com ele.

Castilho (2016, p. 263) corrobora essa interpretação:

[...] é um fato que a transitividade gramatical é uma propriedade da sentença, e não do verbo que a constrói. Não há verbos exclusivamente transitivos, nem verbos exclusivamente intransitivos. É o uso na sentença que explicita a decisão tomada pelo falante⁸².

Ou seja, para compreender a construção, devemos partir da sentença em uso, do discurso, não de alguma característica atribuída previamente às classes gramaticais⁸³.

Do que foi visto, portanto, destacamos pontos comuns aos autores citados: reconhecem a propriedade escalar ou gradiente da transitividade, em conjunto com análises baseadas em protótipos; atribuem importância à semântica, ao lado da sintaxe; conferem papel central ao discurso na configuração da oração ou do predicado sentencial. O potencial explicativo de tais constatações, amparadas em dados empíricos de línguas tipologicamente não relacionadas, fortalece o posicionamento adotado em nosso trabalho.

2.6. Entre argumentos e adjuntos: oblíquo e quase argumento

Precisamos entender o que tem sido chamado de “oblíquo” para tentar compreender outras expressões relacionadas ao termo, como “argumento oblíquo”, “complemento oblíquo” e “objeto oblíquo”. Haspelmath (2019b, p. 1, grifos e tradução nossos⁸⁴) nota que a definição se transformou com o tempo:

⁸¹ “Logo, a universalidade do complexo de transitividade parece residir no fato de que os parâmetros que o compõem refletem elementos cognitivamente salientes, ligados ao modo pelo qual a experiência humana é apreendida” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011, p. 51).

⁸² Na metade do século XX, ao descrever o Tupí Antigo com base nos doze primeiros versos de “Dança de Dez Meninos”, de José de Anchieta, Rodrigues (1952/2013, p. 46) já mencionava a importância de analisar as línguas no uso linguístico real: “Não se obedeceu a nenhum critério especial para a escolha do texto. O ideal para um estudo seria um texto indígena espontâneo”.

⁸³ Por esse motivo, nossa pesquisa não se encerra aqui, pelo contrário, as hipóteses levantadas são convites à pesquisa, pois ainda precisarão ser testadas pelos especialistas de cada língua.

⁸⁴ *Grammatical terms often change their meanings through a novel use of an existing term that is primarily motivated by the desire to avoid coining a new term. For example, the term oblique⁸⁴ used to refer to all non-*

Os termos gramaticais frequentemente mudam seus significados por meio de um novo uso de um termo existente que é principalmente motivado pelo desejo de evitar a criação de um novo termo. Por exemplo, o termo oblíquo usado para se referir a todos os casos não nominativos (havia o caso nominativo e os casos oblíquos). Desde a década de 1970, contudo, passou a ser usado para todos os casos, exceto o nominativo e o acusativo, bem como (de forma geral) para todos os casos e adposições que são usados para **argumentos** que não sejam o sujeito transitivo e o objeto direto (por exemplo, Nichols, 1984).

Segundo o pesquisador, “oblíquo” teria dois usos: um antigo, referente a todos os casos gramaticais não nominativos; e um recente, relativo aos casos gramaticais nem nominativos, nem acusativos, mas incluindo os casos e adposições usados para **argumentos** diferentes de sujeito ou objeto direto. Em outras palavras, o termo teria se especializado um pouco nas últimas décadas. Embora essa distinção possa ter ocorrido nos anos 1970, os pesquisadores não a seguem rigorosamente.

Payne (1997), Martin (2000) e Crystal (2008), para citar apenas três autores de produção atual, empregam “oblíquo” em suas análises. Notamos, contudo, certa variação entre eles. Payne (1997, p. 48, tradução nossa⁸⁵) informa que:

Usaremos o termo oblíquo para nos referir a participantes opcionais, como *faca* em 18a [Bonny comeu feijão com sua faca]. Os argumentos de um verbo e seus papéis semânticos devem ser especificados na entrada lexical, ou no dicionário, de cada verbo. Às vezes, essa informação é conhecida como uma estrutura de argumento ou *frame* de caso do verbo.

Posteriormente, Payne (1997, p. 129, tradução nossa⁸⁶) esclarece que um oblíquo não seria equivalente ao que se costuma chamar de argumento: “Os termos comuns usados para se referir a relações gramaticais são sujeito, objeto direto, objeto indireto, ergativo e absoluto. O termo oblíquo se refere a nominais que não possuem uma RG para algum predicado”.

Para Martin (2000), por sua vez, um oblíquo pode exercer as funções do caso acusativo, ou seja, pode ser argumento:

Creek tem um sistema nominativo/não nominativo (‘oblíquo’) de marcação de caso em que *-t* ocorre no final de um sintagma nominal sujeito e *-n* [oblíquo] ocorre nas extremidades dos sintagmas nominais não sujeito dentro de uma oração [...] Na

*nominative cases (there was the nominative case and the oblique cases). Since the 1970s, however, it has come to be used for all cases apart from the nominative and the accusative, as well as (more generally) for all cases and adpositions that are used for **arguments** other than the transitive subject and direct object (e.g. Nichols 1984).*

⁸⁵ *We will use the term oblique to refer to optional participants such as knife in 18a [Bonny ate beans with her knife]. The arguments of a verb and their semantic roles must be specified in the lexical, or dictionary, entry for each verb. Sometimes this information is known as an argument structure or case frame of the verb.*

⁸⁶ *Common terms used to refer to grammatical relations are subject, direct object, indirect object, ergative, and absolute. The term oblique refers to nominals that lack a GR to some predicate.*

linguagem coloquial, o nominativo *-t* e o oblíquo *-n* são, às vezes, omitidos. (MARTIN, 2000, p. 378, tradução nossa⁸⁷)

O uso de oblíquo como argumento fica evidente nestes exemplos:

(d) Como o plural impessoal *-ho-* funciona para desenfatar um sujeito, é a forma preferida de traduzir a passiva em Inglês:

(32) *mô·meys ísti sosséyho·c·ô·f...*
mas pessoas rejeitaram:tripl:IMPERS.PL: LGR-quando
'Mas quando o povo foi expulso...' (Matthew 9:25)

(e) O plural impessoal Creek difere de uma passiva, contudo, no fato de que os objetos continuam a ser codificados como objetos, com o oblíquo *-n*:

(33) *oymó·lki·n yahá·n akálho·y·ín*
fervendo.água-OBL lobo-OBL despejar.em: IMPERS.PL:LGR-DS
'... eles derramam água fervente no lobo...' (1939)
(MARTIN, 2000, p. 388, tradução nossa⁸⁸)

Em sintonia com o que outros autores afirmam sobre a elevada transitividade das construções causativas, vemos a mesma marca de oblíquo também usada com o constituinte causado:

(d) O causado tem marcação de caso como outros objetos, com o oblíquo *-n*:

(55) *honánwa-t istocí·n hómpeyc-ís*
masculino-NOM bebê-OBL comer:DIRECT.CAUS-INDIC
'O homem está alimentando o bebê'
(MARTIN, 2000, p. 395, tradução nossa⁸⁹)

Ainda em relação ao oblíquo com função argumental, Martin (2000, p. 397, tradução nossa⁹⁰) afirma: "Como essas traduções sugerem, o causativo indireto adiciona um predicado causativo mais alto e agente superior à estrutura da oração. O causador adicionado é marcado no nominativo, e o causado e todos os outros não sujeitos são marcados no oblíquo".

⁸⁷ Creek has a nominative/non-nominative ('oblique') system of case marking in which *-t* occurs at the end of a subject noun phrase and *-n* [oblique] occurs at the ends of nonsubject noun phrases within a clause [...] In colloquial speech, nominative *-t* and oblique *-n* are sometimes omitted.

⁸⁸ (d) Because impersonal plural *-ho-* functions to deemphasize a subject, it is the preferred way to translate the English passive:

(32) *mô·meys ísti sosséyho·c·ô·f...*
but people cast.out:tripl:IMPERS.PL:LGR-when
'But when the people were put forth...' (Matthew 9:25)

(e) The Creek impersonal plural differs from a passive, however, in that objects continue to be coded as objects, with oblique *-n*:

(33) *oymó·lki·n yahá·n akálho·y·ín*
boiling.water-OBL wolf-OBL pour.on:IMPERS.PL:LGR-DS
'...they pour boiling water on Wolf...' (1939)

⁸⁹ (d) The causee is case-marked like other objects, with oblique *-n*:

(55) *honánwa-t istocí·n hómpeyc-ís*
male-NOM baby-OBL eat:DIRECT.CAUS-INDIC
'the man is feeding the baby'

⁹⁰ As these translations suggest, the indirect causative adds a higher causative predicate and agent to the clause structure. The added causer is marked in the nominative, and the causee and all other nonsubjects are marked in the oblique.

O verbete apresentado por Crystal (2008, p. 337, tradução nossa⁹¹), em seu dicionário de Linguística, também atesta que a definição mais antiga de “oblíquo” continua em uso entre os especialistas:

oblíquo (adj.) (obl, OBL) Nas línguas que expressam relações gramaticais por meio de flexões, esse termo refere-se à forma adotada por um sintagma nominal (geralmente um único substantivo ou pronome) quando se refere coletivamente a todas as formas de caso de uma palavra, exceto a do caso não marcado ou nominativo.

Como essa amostra evidencia, existe uma diversidade de interpretações na literatura, e o termo tem oscilado até entre teóricos de peso. As diferentes compreensões de oblíquo coexistem, razão pela qual, quando encontramos o termo em uma obra, precisamos saber se estamos diante de um argumento ou não. Como é impraticável definir todos os termos utilizados em um trabalho científico, acabamos deduzindo o significado de “oblíquo” pelos exemplos aduzidos, não por definições.

Em uma breve análise das obras referentes à família tupí-guaraní, segundo nossa interpretação, consideramos que os pesquisadores têm pendido para um valor nem tão argumental, nem tão adjuntivo, mas intermediário entre ambos. Embora muitas vezes associem explicitamente os oblíquos aos adjuntos, tornando os termos quase sinônimos (talvez pela necessidade de apresentar descrições mais dicotômicas ou assentadas em critérios formais), os exemplos fornecidos revelam que “oblíquo” costuma ser usado para dados menos claros, que suscitam dúvidas, nos quais não há um adjunto prototípico nem tampouco um argumento prototípico. Assim, para nós, o termo acabou se tornando uma espécie de subterfúgio em algumas ocorrências, ou seja, uma terminologia ainda vaga ou indefinida, empregada para evitar classificação decisiva entre argumento e adjunto.

2.6.1. Argumento oblíquo, complemento oblíquo e quase argumento

Em consequência da variedade de interpretações na literatura, identificamos autores utilizando expressões aparentemente contraditórias, como “argumentos oblíquos” e “complementos oblíquos”. Em relação à primeira, Creissels (2014, p. 54, tradução nossa⁹²) a define como “participantes essenciais” e menciona, a título de exemplo, o papel de recipiente de verbos como “dar” em construções ditransitivas:

⁹¹ *oblique (adj.) (obl, OBL) In languages which express grammatical relationships by means of inflections, this term refers to the form taken by a noun phrase (often a single noun or pronoun) when it refers collectively to all the case forms of a word except that of the unmarked case, or nominative.*

⁹² *Many languages have so-called oblique arguments, which as a first approximation can be defined as essential participants encoded in the same way as typical adjuncts (for example, the recipients of verbs of giving in ditransitive constructions of the indirective type).*

Muitas línguas têm os chamados argumentos oblíquos, os quais, como uma primeira aproximação, podem ser definidos como participantes essenciais codificados da mesma forma que os adjuntos típicos (por exemplo, os recipientes dos verbos como “dar” em construções ditransitivas do tipo indireto).

Nessa definição, notamos que um participante considerado essencial e chamado de argumento recebe a mesma marcação de um adjunto típico. Logo, o autor reconhece o valor argumental do oblíquo desse tipo de verbo e constata que ele recebe a mesma marcação dos adjuntos. Entendemos que codificação via adposição é consequência da necessidade de incluir um terceiro argumento na sentença.

Exemplificando com uma pesquisadora do Karitiana (família Arikém, tronco Tupí), vemos que a definição de “argumento oblíquo” demonstra não haver incompatibilidade entre argumento e não obrigatoriedade: “O termo ‘argumento oblíquo’ é utilizado aqui para indicar um argumento não obrigatório, marcado por uma adposição. Entende-se, ainda, que é possível que a adposição não seja realizada fonologicamente (morfema zero)” (STORTO, 2001, p. 165). Nessa exposição, a autora acaba por demonstrar a posição intermediária desse constituinte, entre argumento e adjunto.

A terminologia também aparece em Givón (2001, p. 161, tradução nossa⁹³), que emprega “argumentos opcionais” para participantes adicionais:

A maioria dos tipos oracionais verbais, tanto transitivos quanto intransitivos, podem ter, além de seus participantes obrigatórios, também alguns argumentos opcionais. Mais comumente, estes são adicionados como objetos indiretos, mas pelo menos um deles comumente reivindica a vaga de objeto direto, deslocando o paciente obrigatório.

Apesar de serem opcionais, Givón (2001) não os trata como adjunto, e ainda afirma que atuam frequentemente como objeto indireto. Ou seja, na visão do autor, mesmo sendo opcionais, continuam a ser argumentos, de modo que a opcionalidade não é critério suficiente para definir um adjunto — perspectiva que adotamos para analisar as línguas da família tupí-guaraní. Para explicar a diferença entre constituintes obrigatórios e opcionais, Givón (2001, p. 111, tradução nossa⁹⁴) informa que a semântica se impõe na seleção dos obrigatórios:

A diferença entre constituintes obrigatórios e opcionais é aproximadamente a seguinte: constituintes obrigatórios são indispensáveis para a definição semântica do

⁹³ *Most verbal clause-types, both transitive and intransitive, can take, in addition to their obligatory participants, also some optional arguments. Most commonly, these are added as indirect objects, but at least one of them commonly claims the direct-object slot, displacing the obligatory patient.*

⁹⁴ *The difference between obligatory and optional constituents is roughly as follows: Obligatory constituents are indispensable for the semantic definition of the verb or event-type. Optional constituents, either lexical or grammatical, are added for the occasion, but are not indispensable for the semantic definition of the verb or event-type.*

verbo ou do tipo de evento. Constituintes opcionais, lexicais ou gramaticais, são adicionados para a ocasião, mas não são indispensáveis para a definição semântica do verbo ou do tipo de evento.

Por conseguinte, Givón (2001) primeiro reconhece que alguns verbos têm tendência a ter um argumento opcional. Segundo, que, para um constituinte não argumento ser considerado opcional, é preciso que não seja solicitado pela semântica do verbo.

Sobre os chamados participantes periféricos ou opcionais, retomamos o posicionamento de Creissels (2014, p. 47, tradução nossa⁹⁵):

[...] a noção de participante periférico ou opcional deve ser usada com cautela nas discussões sobre argumento [*argumenthood*], uma vez que, em algumas línguas, um participante com o mesmo papel semântico de instrumento pode ser tratado da mesma maneira que adjuntos típicos na estrutura básica de argumentos de verbos de bater [*hitting verbs*] não derivados, enquanto em outras línguas é tratado como argumento típico.

Logo, o sentido do enunciado, não só a codificação, pode determinar a existência de um argumento. As construções com *dative shift*, no Inglês, demonstram indício desse fato:

A alternância benefactiva inglesa [...] mostra que, na mesma língua, o mesmo participante envolvido no mesmo evento com o mesmo papel de beneficiário pode ser codificado como um adjunto típico ou como o paciente de construções monotransitivas, ou seja, como um argumento típico. (CREISSELS, 2014, p. 48, tradução nossa⁹⁶)

Assim, participantes tradicionalmente considerados periféricos podem ser centrais, apesar da codificação, já que esta não delimita a função sintática. Zariquiey (2017) reforça esse posicionamento a respeito da incompatibilidade entre codificação e características argumentais: “Assim, os dados apontam para uma situação em que codificação e propriedades comportamentais não coincidem em termos de como elas tratam os diferentes tipos de argumentos não sujeito em Kakataibo” (ZARIQUIEY, 2017, p. 721, tradução nossa⁹⁷). Em suas análises, o autor emprega a expressão “quase objeto” para conseguir explicar os objetos não prototípicos da língua pesquisada.

Em consequência, conforme veremos nas línguas indígenas aqui pesquisadas, argumentos codificados com posposição ou constituintes semanticamente solicitados pelo

⁹⁵ [...] *the notion of peripheral or optional participant must be used with caution in discussions about argumenthood, since a participant with the same semantic role of instrument may be treated in the same way as typical adjuncts in the basic argument structure of non-derived hitting verbs in some languages, whereas in other languages, it is treated like typical arguments.*

⁹⁶ *The English benefactive alternation [...] shows that, in one and the same language, the same participant involved in the same event with the same role of beneficiary can be encoded like a typical adjunct or like the patient of monotransitive constructions, i.e., like a typical argument.*

⁹⁷ *So, the data point to a situation in which coding and behavioral properties do not coincide in terms of how they treat the different types of Kakataibo non-subject arguments illustrated in this paper.*

verbo podem ser interpretados como obrigatórios ou ser classificados de “argumentos opcionais”, a exemplo dos complementos de verbos intransitivos do Guajá, ou ainda como periféricos, seguindo uma das possibilidades de Creissels (2014). Em nossa hipótese, reforçamos a ideia de que não são necessariamente adjuntos, na linha de Givón (2001) e Zariquiey (2017), todavia propomos a terminologia “quase argumento” para analisá-los.

Castilho (2016, p. 266), ao tratar de argumentos e adjuntos no Português, interpreta a terminologia “complemento oblíquo” como argumento interno e afirma que tal função pode se manifestar em um sintagma adposicional. O autor, inclusive, observa que “oblíquo” pode estar relacionado tanto à expressão “quase argumento” quanto aos adjuntos adverbiais:

Complemento oblíquo = argumento interno, expresso por sintagma nominal ou por um sintagma preposicional proporcionais a uma preposição + *ele/isso/lá*, por um sintagma adverbial comutável por sintagma preposicional, ou por toda uma sentença comutável por *disso, para isso*.

O oblíquo vem às vezes denominado “quase argumento”, e na Gramática Tradicional algumas de suas ocorrências são analisadas ora como complementos terminativos, como em Pereira (1915/1933: 299), ora como adjuntos adverbiais.

Sobre o uso de “quase argumento”, Castilho (2016, p. 689) o define no verbete das chamadas “quase categorias”, no glossário de sua obra: “Expressões que não se integram prototipicamente numa dada categoria. Esse é o caso dos quase prefixos, quase verbos, quase conjunções, quase modalizadores, quase argumentos”. Assim como propomos, parece que os pesquisadores das línguas tupí-guaraní também têm recorrido a “oblíquo” para interpretar fenômenos não prototípicos.

A dificuldade de classificação está em conformidade com o que Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 22) afirmam sobre a gramática das línguas: “Admite-se que a gramática de qualquer língua exhibe padrões morfossintáticos estáveis, sistematizados pelo uso, ao lado de mecanismos de codificação emergentes, cujos princípios motivadores se busca descrever”. Em outras palavras, manifestações novas, **não** inseridas em categorias prototípicas como argumento e adjunto, poderiam ser abordadas por meio de terminologias mais condizentes com seu real *status* não prototípico na língua, como “quase argumento”.

Em nossa interpretação, conforme a proposta de *delay* entre forma e função, o quase argumento pode estar ligado aos processos de mudança linguística em curso, com verbos que estariam ampliando sua transitividade. Logo, o SP não seria formalmente um argumento, mas figuraria funcionalmente entre os argumentos, dada a frequência de uso e o papel semântico que desempenha nos enunciados. Como veremos nas línguas aqui pesquisadas, os exemplos recorrentes de SP que podem ser entendidos como parte desse processo são aqueles com participantes destinatários (dativos) e aqueles rotulados de “oblíquo” pelos especialistas.

Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 59-60, grifos nossos) auxiliam na fundamentação de nossa proposta:

Pertencem a este grupo [orações com um participante expresso] aquelas orações em que o verbo projeta uma **moldura semântica transitiva**, mas apresenta apenas o argumento sujeito. Em outras palavras, alguns verbos que semanticamente ‘pedem’ dois argumentos podem ocorrer sem o argumento objeto.

Com base nisso, reforçamos a importância de distinguir a valência sintática (presença do argumento O) da valência semântica (projeção do argumento O), o que possibilita analisar os constituintes em função de quase argumento ou quase objeto. A existência de uma “moldura semântica transativa” também atua nessa direção.

2.7. Considerações finais do capítulo

Ao apresentar nosso referencial teórico, expusemos as definições e características recorrentes da classe das adposições na literatura teórica, bem como os processos diacrônicos mais comuns na formação dessa classe. Mencionamos as funções sintáticas geralmente associadas aos sintagmas adposicionais e detalhamos os critérios e conceitos empregados para identificar argumento e adjunto, com base em diferentes filiações teóricas, incluindo testes e desafios de classificação.

Em vista disso, propusemos abordagem amparada na teoria dos protótipos, a qual foi explicitada e contrastada com a visão clássica de condições necessárias e suficientes. Descrevemos uma hipótese funcional que associa a forma gramatical à frequência de uso, tratamos das definições e dos tipos de valência, exemplificados com alguns casos de voz verbal, e discorremos sobre transitividade e sua relação a estrutura argumental.

Por fim, defendemos o ponto de vista de Hopper e Thompson (1980) referente ao escopo oracional da transitividade, como proposta explicativa para os SP da família tupí-guaraní. Após rever brevemente os usos do termo “oblíquo” na literatura, frequentemente associado a sintagmas adposicionais, sugerimos que o SP não prototípico situado entre argumentos e adjuntos, em uma escala gradativa, seja considerado “quase argumento”.

Considerando nossa breve revisão bibliográfica, verificamos que muitas são as línguas que dispõem de sintagmas adposicionais em função de argumento. Alves (2021), por exemplo, mostra que os SP do Canela (família Jê) atuam como argumentos, mais especificamente como objetos. O próprio Português seria outro exemplo.

A seguir, apresentamos os resultados concretos da pesquisa sobre argumentos e adjuntos em línguas da família tupí-guaraní, a partir da análise do tratamento dispensado aos SP nas línguas Kamaiurá, Apyãwa e Guajá.

3. KAMAIURÁ, APYÃWA E GUAJÁ

3.1. Introdução

Diferentemente dos capítulos anteriores, este se concentra nas línguas da família tupí-guaraní. Antes de apresentar nossas hipóteses de análise linguística, fornecemos algumas informações a respeito das línguas e as propostas de classificação interna da família. Assim, o capítulo está subdividido nos seguintes tópicos: a família linguística tupí-guaraní; classificação interna da família tupí-guaraní; síntese do protocolo de pesquisa nas três línguas investigadas: Kamaiurá, Apyãwa (Tapirapé) e Guajá. A sequência de apresentação das línguas reflete a ordem em que foram pesquisadas por nós.

3.2. A família linguística tupí-guaraní

A família tupí-guaraní, do tronco linguístico tupí, abrange cerca de trinta línguas espalhadas geograficamente pela América do Sul, mas faladas sobretudo na região amazônica (RODRIGUES, 1999/2018)⁹⁸. Segundo proposta de Rodrigues e Cabral (2002), essa família está subdividida em oito ramos, quais sejam⁹⁹:

Ramo I: Guaraní Antigo, Kaiwá (Kayová, Pãí), Ñandeva (Txiripá), Guaraní Paraguaio, Mbyá, Xetá (Serra dos Dourados), Tapieté, Chiriguano (Ava), Izoceño (Chané), Guayakí (Axé);

Ramo II: Guarayo (Guarayú), Sirionó, Horá (Jorá);

Ramo III: Tupí, Língua Geral Paulista (Tupí Austral), Tupinambá, Língua Geral Amazônica (Nhe'engatú);

Ramo IV: Tapirapé, Asuriní do Tocantíns, Parakanã, Suruí (Mujetire), Avá-Canoeiro, Tembé, Guajajára, Turiwára;

Ramo V: Araweté, Ararandewára-Amanajé, Anambé do Cairarí, Asuriní do Xingu;

Ramo VI: Kayabí, Apiaká, Parintintín (Kagwahífb), Tupí-Kawahífb (Tupí do Machado, Pawaté, Wiraféd, Uruewauwau, Amondáva, Karipúna, etc.), Juma;

Ramo VII: Kamayurá;

Ramo VIII: Wayampí (Oyampí), Wayampípukú, Emérillon, Jo'é, Urubu-Ka'apór, Anambé de Ehrenreich, Guajá, Awré e Awrá, Takunhapé.

(RODRIGUES; CABRAL, 2002, p. 335-336)

⁹⁸ Em relação à quantidade de línguas da família, existe variação nos números levantados pelos autores. Jensen (1999, p. 128, tradução nossa) contabiliza mais de quarenta línguas ou dialetos: “Mais de quarenta línguas ou dialetos foram identificados como membros da família tupí-guaraní” (*Over forty languages or dialects have been identified as members of the Tupí-Guaraní subgroup*). Queixalós (2006, p. 252, tradução nossa) apura cerca de quarenta e cinco línguas: “O tupí-guaraní constitui, em número de línguas — cerca de 45 — a maior das dez famílias que se ramificam do filo tupí” (*Tupí-Guaraní constitutes, in terms of number of languages – about 45 – the largest of the ten families branching out from the Tupi phylum*).

⁹⁹ Algumas das diferentes propostas de classificação interna da família tupí-guaraní serão brevemente apresentadas na seção seguinte.

Entre as dezenas de línguas, destacamos o Tupinambá, pertencente ao ramo III, pela vasta área de influência alcançada no passado e pela antiguidade dos registros que chegaram até nós. O Tupinambá, ou Tupí Antigo, era falado pelos povos indígenas do litoral brasileiro e foi sendo interiorizado ao longo do tempo, chegando até a Amazônia, mas está extinto desde o século XVIII, sobretudo devido ao extermínio desses povos (RODRIGUES, 1986; DIETRICH, 2010).

As línguas analisadas nesta dissertação são o Apyãwa ou Tapirapé (ramo IV), o Kamayurá (ramo VII) e o Guajá (ramo VIII). As análises de todas foram influenciadas, em maior ou menor grau, pelos trabalhos prévios com o Tupinambá, já que esta foi a primeira língua indígena descrita em nosso território e serve de base para análises, comparações diacrônicas e reconstruções linguísticas.

Em relação à origem da família tupí-guaraní, Mello e Kneip (2017) apresentam proposta inovadora: para os pesquisadores, a área de origem da família seria distinta da região de origem do tronco. Segundo a Teoria da Migração Linguística, o local de maior diversidade linguística se relaciona com a área de origem de um povo. Neste sentido, o espaço ocupado há mais tempo gera diversidade, ou, em outras palavras, quanto mais diverso, mais antigo é o povoamento. Nessa proposta, essa região seria o leste amazônico:

Se formos considerar a região de maior diversidade linguística da família Tupi-Guarani, esta seria mais próxima ao leste amazônico, onde está concentrado o maior número de línguas: Asurini do Trocará, Parakanã, Tembê, Tapirapé, Guajajara, Guajá, Urubu-Kaapor, Aurê e Aurá, Anambé, Wayampé, Emerillon, Asurini do Xingu, Araweté e Kamayurá (14 línguas), de quatro subconjuntos diferentes segundo a classificação de Rodrigues (1985a). (MELLO; KNEIP, 2017, p. 5)

A nosso ver, o debate sobre a importância da diversidade para a identificação da origem do povo é útil para, por analogia, fazermos estudo de línguas representativas de cada ramo. Ou seja, pretendemos explorar a diversidade de línguas da família para discutir um mesmo fenômeno e buscar sua melhor compreensão.

Atualmente, a população indígena tupí-guaraní totaliza 120.978 pessoas (IBGE, 2020), muitas das quais não falam a língua de seus antepassados.

3.2.1. Classificação interna da família tupí-guaraní

Entre as propostas de classificação interna da família, além de Rodrigues e Cabral (2002), destacamos: Mello (2002), Dietrich (2010) e Michael (2015).

Mello (2002) recorre a aspectos fonológicos e lexicais para propor mudanças nas classificações anteriores de Rodrigues. Assim, temos os seguintes subgrupos para as línguas aqui pesquisadas: Kamaiurá (V), Apyãwa (VIc), Guajá (VII).

Dietrich (2010) segue organização geográfica na apresentação das línguas. Em sua subdivisão, distingue os critérios fonológico, geográfico e morfossintático: o Apyãwa faz parte do Grupo asurini-tenetehara-tapirapé, especificamente do Grupo Parque do Xingu (IV); o Kamaiurá inclui-se no Grupo do Alto Xingu (VII fonológica e geograficamente, mas IV morfossintaticamente); e o Guajá, no Grupo amazônico setentrional, ao sul do Amazonas (VIII fonológica e geograficamente, porém V morfossintaticamente).

Michael (2015) se baseia em modelos computacionais bayesianos para, assim como Mello (2002), sugerir revisão das propostas anteriores de Rodrigues. Sua classificação, em formato de gráfico, apresenta o Kamaiurá acima, mais próximo do Apyãwa, seguidos pelo Guajá, na metade superior.

Em relação à representatividade de nossa amostra, constatamos que, pela proposta de Mello (2002), selecionamos os subgrupos centrais e finais (V, VIc, VII e IX). De acordo com Dietrich (2010), escolhemos representantes dos grupos III, IV, VII e VIII. Pela proposta de Michael (2015), selecionamos a metade superior do gráfico.

3.3. Resultados do protocolo de pesquisa

Elaboramos um protocolo de pesquisa, composto de perguntas de natureza morfológica, sintática, pragmática, semântica e terminológica, a fim de padronizar o trabalho de pesquisa. Entre os objetivos desse método, buscamos compreender a variedade de critérios empregados pelos autores, construir uma base de dados comparável tipologicamente e contribuir para o estabelecimento de metodologia de pesquisa uniforme.

Aplicamos o protocolo às três línguas aqui investigadas (cf. Apêndice 2), na seguinte ordem: Kamaiurá, Apyãwa e Guajá. Deste modo, a sequência de apresentação dos resultados reflete a ordem em que as línguas foram pesquisadas. Os exemplos linguísticos apresentam numeração sequencial entre colchetes, seguida da numeração original da obra consultada.

3.3.1. Kamaiurá

Nossa pesquisa teve início com o Kamaiurá, língua falada no Alto Xingu, no estado de Mato Grosso (MT), e pertencente ao ramo VII da família tupí-guaraní, de acordo com a

classificação proposta por Rodrigues e Cabral (2002). O protocolo de pesquisa aplicado ao Kamaiurá teve por base duas obras: Seki (2000a, 2000b).

Além dessas, pesquisamos mais obras cujas informações não foram aproveitadas neste momento da pesquisa: Seki (2014, 2001, 2000c, 1999, 1987, 1983, 1982, 1976); Drude (2011); Franchetto (2011); Kamaiurá (2010); Agostinho (2009); Aikhenvald (2002); Kamaiurá *et al.* (1998); Dietrich (1990); Nichols (1986); Silva (1981); Harrison (1977); Saelzer (1976); Galvão (1953); Schmidt (1942).

Por fim, algumas obras não foram encontradas durante a realização da pesquisa: Seki (2013a, 2013b, 2000d, 1997, 1996, 1990, 1984); Everett e Seki (1985); Brandon e Seki (1984); [Seki] Ferreira (1973); Harrison (1964); Collins (1962); Oberg (1953); Carvalho, Lima e Galvão (1949); Steinen (1940).

Apresentamos a seguir nossa resposta à última questão do protocolo, de número 18, a qual representa uma síntese das análises de Seki (2000a, 2000b) e de nossas propostas de análise, referentes à classificação dos SP no Kamaiurá. Disponibilizamos o protocolo completo e preenchido, com as respostas às Questões 1 a 17, no Apêndice 2 desta dissertação.

18. Esboçar proposta de classificação dos sintagmas adposicionais na escala entre argumento e adjunto

Resposta: A seguir, representamos duas escalas com a classificação dos SP, uma conforme a análise de Seki (2000a, 2000b), outra conforme nossa interpretação. Após essas representações e respectivas análises, faremos mais uma proposta de escala, incluindo os SP em função de predicado. Em todas, situamos os constituintes equivalentes no mesmo ponto. À esquerda, estão os mais nucleares e, à direita, os mais periféricos, mais próximos do adjunto prototípico. A título de exemplo, o chamado “objeto indireto” (dativo de verbos como “dar” e “dizer”), tratado formalmente como “oblíquo” (adjunto na análise de Seki (2000a)), é apresentado por nós em posição mais central.

Ao considerar os níveis sintático, semântico e pragmático na análise linguística, concluímos que apenas uma parcela dos SP seria enquadrada em uma função prototípica (predicado, argumento ou adjunto). Por conseguinte, a maioria não pode ser classificada em categorias discretas, pelo fato de mesclarem distintas características desses níveis, conforme demonstrado em nossa escala.

Esclarecemos que as propostas de escala são nossas, não da pesquisadora. Seki (2000a, 2000b) não adota uma noção escalar ou teoria de protótipos, ao menos não de maneira explícita.

Seus dados, no entanto, nos levaram a um tratamento teórico e analítico escalar. Em outras palavras, nossos fundamentos para o tratamento [+NUCLEAR] e escalar dos SP estão nas próprias obras da autora. Por exemplo, no já citado “objeto indireto”, a terminologia é de Seki (2000a, p. 72), não nossa.

Adicionalmente, esclarecemos que as escalas aqui propostas são hipóteses e podem servir de programa de pesquisa aos especialistas no Kamaiurá. Neste sentido, com base em nossa pesquisa e no que a própria autora escreveu, oferecemos possibilidades de análise e hipóteses de classificação dos SP, as quais precisarão ser confirmadas pelos pesquisadores da língua.

18.1. Síntese da literatura sobre as funções dos SP no Kamaiurá

Apresentamos uma síntese, em forma de escala (para fins de comparação com a escala que proporemos adiante), referente ao *status* gramatical dos sintagmas posposicionais, conforme Seki (2000a, 2000b). Todos os adjuntos representados nesta escala são considerados “adjunto da sentença” pela autora, terminologia que simplificamos para “adjunto” apenas por questão de espaço, mas mantivemos na última posição da escala a fim de explicitar o constituinte prototípico. Os termos empregados nesta escala, a exemplo de “complemento” e “adjunto”, refletem os usos da autora.



- a) **“Complemento de cópula”**: Seki (2000a, p. 149) afirma que “Sintaticamente a LP [locução (sintagma) posposicional] funciona como adjunto da sentença, como complemento de cópula e como predicado de orações não verbais”. Em relação ao complemento de cópula, a autora afirma que “O complemento de construção com o

verbo {-eko} ‘cópula’ manifesta-se por nominal marcado nos casos ‘nuclear’, ‘atributivo’, ‘locativo’ e por adverbiais” (p. 354). E, na seção “Meios de expressar funções sintáticas”, Seki (2000a, p. 352-354) situa o complemento de cópula entre funções como sujeito e objeto. Assim, o exemplo 1 (444) mostra o SP [[*motaw-a*] *r-ehe*] ‘por (em busca de) comida’, exigido pelo SV de cópula [*i-ko-w*]. Destacamos que o exemplo 2 (1164) revela estrutura similar, com a posposição *wite* ‘comparativo’ agindo como núcleo do argumento [[*t-uw-a*] *wite*] ‘igual ao pai dele’. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

- [1] (444) [[*motaw-a*] *r-ehe*] *i-ko-w*
 comida-N Rel-Causa 3-Cóp-Circ
 ‘ele está por [em busca de] comida’
(SEKI, 2000a, p. 149, colchetes da glosa nossos)
- [2] (1164) [[*t-uw-a*] *wite*] *i-ko-w*
 3-pai-N Comp 3-Cóp-Circ
 ‘ele é igual ao pai dele’
(SEKI, 2000a, p. 309, colchetes nossos)
- [3] (229) [[*a’e-a*] *wite*] *rak* *oro-ko* *kwāj* *pe=wan*
 isso-N Comp AT 1Pe-Cóp MS Dist=Pl
 ‘é assim que nós ficamos, pessoal’
(SEKI, 2000a, p. 102, colchetes nossos)
- [4] (1220) [[*ko*] *katy*] *rak* *ere-ko*
 roça Dir At 2sg-Cóp
 ‘você estava na roça’
(SEKI, 2000a, p. 327, colchetes nossos)

- b) Adjunto “objeto de comparação”:** Seki (2000a, p. 185) informa que “A relativização da posição de oblíquos e de objeto de comparação ocorre frequentemente sob a forma de relativas sem núcleo. O verbo nominalizado vem marcado com sufixo de caso oblíquo ou vem associado a posposições [5 (628)]”. Considerando que o morfema *wat* ‘nominalizador de circunstância’ “ocorre somente com adverbiais, formando nomes que se caracterizam por sua relação com a circunstância expressa pelo adverbial” (p. 122-123), a autora atribui ao SP objeto de comparação a função de adjunto, ao afirmar que “Na relativização de objeto de comparação, a locução posposicional constituída de verbo nominalizado e da posposição *wite* ‘comparativo’ é novamente nominalizada com *wat* ‘nominalizador de circunstância’”. Assim, no exemplo 5 (628), o SP nucleado por *wite* ‘comparativo’ funciona como adjunto da sentença. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

- [5] (628) [i-peir-ipyr -er-a wite] a'ia'iw=ine jene=r-etam-a ko'y=py
 3-varrer-Nom-Pas-N Comp Intens=Af 1Pi=Rel-aldeia-N FS =MS
 'nossa aldeia é como [uma] que foi muito varrida'
 [Como uma (que foi) varrida] é [a nossa aldeia]
 (SEKI, 2000a, p. 185, proposta de tradução nossa)

c) **Adjunto de comparação com *wi*:** de acordo com Seki (2000a, p. 307),

Comparações que envolvem verbos descritivos são expressas por meio de uma construção na qual o nominal que manifesta o *standard* da comparação ocorre como objeto da posposição *wi* 'ablativo', e o termo de comparação ocorre como sujeito da construção, vindo associado à partícula quantificadora *a'ia'ip*. Como mostram os exemplos seguintes, a partícula pode vir posposta ao constituinte nominal sujeito ou, na ausência deste, ao constituinte verbal, no qual o sujeito vem marcado por elemento pronominal.

Nos exemplos seguintes, os SP $[[je=]wi]$ 'do que eu' são considerados adjuntos formalmente.

- [6] (1153) ene=a'ia'ip ne=jey'a [[je=]wi]
 você=Intens 2sg=ser alto 1sg=Abl
 'você é mais alto do que eu'
 [Em relação a mim, você é mais alto]

- [7] (1154) ne=jey'a a'ia'ip [[je]=wi]
 2sg=ser alto Intens 1sg=Abl
 'você é mais alto do que eu'

- [8] (1155) ene tykwara'i a'ia'ip ere-'ata [[je =]wi]
 você rápido Intens 2sg-andar 1sg=Abl
 'você anda mais rápido do que eu'

(SEKI, 2000a, p. 307, colchetes nossos)

d) **Adjunto de construção recíproca com dois nominais:** ao tratar da coordenação com o morfema *nite*, Seki (2000a, p. 246) afirma que "A construção com *nite* em certos contextos é ambígua entre uma interpretação comitativa e conjuntiva. Evidência de que o morfema conserva sua natureza posposicional é o fato de que, ao preceder o verbo, acarreta a ocorrência deste na forma circunstancial". Logo, considerando que o "Modo circunstancial [...] só ocorre numa construção em que há a topicalização do adverbial" (p. 131) e que "Os adverbiais [...] funcionam na sentença como adjuntos e como predicado [locativo, temporal ou existencial] em orações não verbais" (p. 148), os SP dos exemplos 9 (910) e 10 (911), indicados por nós entre colchetes, são formalmente considerados adjuntos. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

- [9] (910) moĩ-a o-jo-u'u [[wararuwijaw-a] nite]
 cobra-N 3-Rec-morder cachorro-N Com
 'a cobra e o cachorro se morderam um ao outro'

[10] (911) sapaĩ [[aritana] nite] o-jo-popytywõ=awa
 n.pr. n.pr. Com 3-Rec-ajudar=PI
 ‘Sapaĩ e Aritana se ajudam um ao outro’
 (SEKI, 2000a, p. 247, colchetes nossos)

- e) **Adjunto agente causado [upe]:** Seki (2000a, p. 291, grifos nossos) informa que, “No verbo causativo transitivo, o *Causer* aparece como sujeito A e o sujeito original passa à condição de *Causee*, ocorrendo tipicamente como **objeto indireto**, assinalado pela posposição *upe* ‘dativo’”. Como visto no item anterior, o constituinte “objeto indireto” é tratado pela pesquisadora como adjunto (p. 157). Logo, o SP [[*o-kywyr-a*] *upe*] ‘irmão dela’ funciona como adjunto da sentença. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

	A	O	V	Oi	
[11] (1094)	kujã	-a	h-y’yw-a	o-’awyky-ukat	[[o -kywyr-a] upe]
	mulher-N	3-flecha-N	3-fazer-Caus	3Refl-irmão -N	Dat
	‘a mulher mandou seu irmão fazer as flechas dele (outro)’				
	(SEKI, 2000a, p. 292, colchetes nossos)				

- f) **Adjunto de verbo ditransitivo “dar” [upe] e do verbo “trocar” [pupe]:** o SP nucleado pela posposição *upe* ‘dativo’ (“objeto indireto, com verbos como *-me’en* ‘dar’, *kawe’en* ‘contar’”, p. 72) é analisado formalmente por Seki (2000a, p. 294) como adjunto: “Os verbos ditransitivos admitem um objeto indireto, que em Kamaiurá é expresso por uma locução posposicional com a posposição *upe* ‘dativo’, e se comporta em geral como outros adjuntos da língua”. Apesar de empregar a terminologia “objeto indireto”, Seki (2000a, p. 157) mantém a análise de adjunção:

Além dos argumentos nucleares A, Sa, So, O e do predicado verbal a oração simples pode conter outros constituintes que exprimem distintos papéis semânticos — objeto indireto, causa, locação etc., e que são tratados como adjuntos, dada a ausência de marcas gramaticais que permitam estabelecer uma distinção formal entre eles.

Em consequência, o SP do exemplo 12 (71), [[*kara’iw-a*] *upe*] ‘ao não índio’, é interpretado como adjunto. O mesmo tratamento formal é atribuído aos SP dos exemplos 13 (309), [[*mo’yr-a*] *pupe*] ‘por dois colares’, e 14 (1344), [[*ini-a*] *pupe*] ‘por uma rede’, pelo fato de serem adverbiais: “As relações correspondentes a ‘comprar, vender, trocar por X’ exprimem-se por construções com a posposição *pupe*” (p. 358). Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[12] (71)	ywyrapar-a	o-me’en	[[kara’iw-a] upe]	[OI]
	arco-N	3-dar	não-índio-N	Dat
	‘ele deu o arco ao não-índio’			
	(SEKI, 2000a, p. 72, colchetes nossos)			

[13] (309) ini-a rak a-mojopepy mokōj [[mo'yr-a] pype]
 rede-N At 1sg-trocar dois colar-N por
 'troquei a rede por dois colares'
 (SEKI, 2000a, p. 121, colchetes nossos)

[14] (1344) po ere-mojopepy-potat mo'yr-a [[ini-a] pupe]
 Q 2sg-trocar-Des colar-N rede-N Posp
 'você quer trocar o colar por uma rede?'
 (SEKI, 2000a, p. 247, colchetes nossos)

- g) Adjunto equativo com *wite*:** segundo Seki (2000a, p. 309), “Equativos são expressos por meio de construções com a posposição *wite* ‘comparativo’ (igual, parecido, semelhante), que ocorre associada ao *standard* de comparação, constituindo com ele uma locução posposicional”. Considerando que, em uma nominalização, “O *standard* de comparação (a LN com *wite*) ocorre sob forma nominalizada com *wat* ‘nominalizador de circunstanciais’”, o SP [[*wararuwijaw-a*] *wite*] ‘como a um cachorro’ desempenha a função de adjunto. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[15] (1166) [wararuwijaw-a wite] je=reko-m=awa
 [wararuwijaw-a wite je=ero-eko-m=awa]
 cachorro-N Comp 1sg=ter-G=Pl
 ‘trataram-me como a um cachorro’
 [Fizeram que me sentisse como um cachorro]
 (SEKI, 2000a, p. 309, colchetes nossos)

Nossa proposta de glosa explicita a separação entre {ero-} e {eko}, baseando-se na seguinte informação de Seki (2000a, p. 304): “Uma outra estratégia usada em Kamaiurá para expressar posse alienável é o uso do verbo possessivo *-reko* ‘ter, fazer estar com’, derivado do verbo cópula {-eko} ‘ser, estar’, por meio do prefixo {-ero-} ‘causativo comitativo’”.

- h) Adjunto “objeto direcional”:** o SP [[*w-emireko-a*] *upe*] ‘para a sua esposa’ é chamado por Seki (2000a, p. 73) de “objeto direcional”. Apesar da terminologia “objeto”, próxima do que se convencionou chamar de argumento em análises linguísticas, o SP é tratado como adjunto formalmente, pelo fato de acionar o modo circunstancial. Como já citado, o “Modo circunstancial [...] só ocorre numa construção em que há a topicalização do adverbial” (p. 131) e “Os adverbiais [...] funcionam na sentença como adjuntos e como predicado [locativo, temporal ou existencial] em orações não verbais” (p. 148). Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[16] (75) a'e-ramuẽ=we [[w-emireko-a] upe] i-jo-w ko=wa
 isso-quando=Retr 3-esposa-N Dat 3-ir-Circ FS=MS
 'então ele foi para a sua esposa'
 (SEKI, 2000a, p. 73, colchetes nossos)

[17] (1380) a'eramuewe [[w-emireko-a] upe] i-jo-w ko=wa
 então 3-esposa-N Al 3-ir-Circ FS=MS
 'então ele foi em direção à esposa'
 (SEKI, 2000a, p. 365, colchetes nossos)

- i) **Adjunto reflexivo:** Seki (2000a, p. 72) afirma que “As posposições podem receber os prefixos {*je-*} ‘reflexivo’ e {*jo-*} ‘recíproco’. Estes vêm posicionados entre o marcador de pessoa e o radical. Na presença desses formativos, a terceira pessoa é codificada pelo relacional {*o-*} ‘terceira pessoa reflexiva’”. Tendo em vista que o exemplo mostra predicado verbal, eliminando a possibilidade de a autora interpretá-lo como predicado adverbial, o SP [[*ne=*] *je-upe*] ‘para si’ é formalmente considerado adjunto. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[18] (1044) ere-mepy rak [[*ne=*] *je-upe*]
 2sg-comprar At 2sg=Refl-Dat
 ‘você o comprou para si’
 (SEKI, 2000a, p. 280, colchetes nossos)

- j) **Adjunto recíproco:** como citado, Seki (2000a, p. 72) informa que “As posposições podem receber os prefixos {*je-*} ‘reflexivo’ e {*jo-*} ‘recíproco’. Estes vêm posicionados entre o marcador de pessoa e o radical. Na presença desses formativos, a terceira pessoa é codificada pelo relacional {*o-*} ‘terceira pessoa reflexiva’”. Considerando que os exemplos apresentam predicado verbal, os SP [[*o-*] *jo-wi*] ‘um do outro’, ‘uns aos outros’ e [[*o-*] *jo-upe*] ‘um ao outro’ são considerados adjuntos formalmente. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[19] (1068) o-jepe'a=awa [[*o-*] *jo-wi*]
 3-afastar=Pl 3-Rec-Abl
 ‘eles se afastaram um do outro’

[20] (1071) [[*o-*] *jo-wi*] wejue oro-kyje
 3-Rec-Abl mesmo 1Pe-temer
 ‘nós tememos uns aos outros’

[21] (1070) po pe-jo-popytywõ [[*o-*] *jo-upe*]
 Q 2Pl-Rec-ajudar 3-Rec-Dat
 ‘vocês se ajudam um ao outro?’

(SEKI, 2000a, p. 285, colchetes nossos)

- k) Adjunto agente da “passiva” [upe]:** ao descrever as “Construções com o morfema {-ipyt}”, Seki (2000a, p. 285) afirma que “Há um tipo de construção em Kamaiurá, envolvendo nominalização de verbos transitivos com o sufixo {-ipyt} ‘paciente’, que é funcionalmente equivalente à passiva do Português”. A autora descreve o exemplo 22 (1074) do seguinte modo: “*akwama’e* aparece como sujeito, *towajat* como objeto oblíquo, marcado pela posposição *upe* ‘dativo’, o verbo vem nominalizado com o sufixo {-ipyt} e marcado no caso ‘atributivo’ ” (p. 286). Em seguida, informa que o SP tende a não ser usado: “[...] e de fato, em construções com o nominalizador {-ipyt}, o mais comum é que o agente não seja expresso” (p. 286). Assim, o SP [[*t-owajar-a*] *upe*] ‘pelo inimigo’ é analisado formalmente como adjunto. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[22] (1074) pe akwama’e-a juka-pyr-am [[t-owajar-a] upe]
 Dist homem-N matar-Nom-Atr 3/Indef-inimigo-N Dat
 ‘aquele homem foi morto pelo inimigo’
 [o assassinato do homem pelo inimigo]

[23] (1073) t-owajar-a akwama’e-a o-juka
 3/Indef-inimigo-N homem-N 3-matar
 ‘o inimigo matou o homem’

(SEKI, 2000a, p. 285-286, colchetes nossos)

- l) Adjunto da sentença:** conforme citado anteriormente, Seki (2000a, p. 149, grifos nossos) atribui três funções sintáticas ao SP: “[...] funciona como **adjunto da sentença**, como **complemento** de cópula e como **predicado** de orações não verbais”. A primeira é a mais recorrente e engloba todos os SP adjunto listados acima, os quais apresentamos separadamente com o intuito de contrastar com nossa escala, que será debatida em seguida.

Na visão de Seki (2000a), portanto, os SP tendem a funcionar como adjunto por ocorrerem em posição periférica, tipicamente pós-verbal; serem nominalizados com {*wat*}; serem classificados morfologicamente como adverbiais; e poderem acionar o modo circunstancial quando deslocados para posição pré-verbal. É o caso do constituinte [[*motaw-a*] *r-ehe*] ‘por causa de comida’, no exemplo 24 (443):

[24] (443) kunu’um-a o-jae’o [[motaw-a] r-ehe]
 menino-N 3-chorar comida-N Rel-Causa
 ‘o menino está chorando por causa de comida’

(SEKI, 2000a, p. 149, colchetes nossos)

- [25] (207) [[jakui-a] te=he='aj] a-mo'a=pa
 tipo de flauta-N F=Vis=Próx 1sg-apanhar=MS
 'é flauta jacuí que eu apanhei!'
 (SEKI, 2000a, p. 97, colchetes nossos)
- [26] (1340) i-poryaup [[je=] upe]
 3-coitado 1sg=Dat
 'para mim ele é um coitado'
 (SEKI, 2000a, p. 358, colchetes nossos)
- [27] (1170) [[o-kyr-ama'e-a] wite] aman-a
 3-cair-Nom-N Comp chuva-N
 'parece que vai chover [é como uma que vai cair, a chuva]'
 (SEKI, 2000a, p. 310, colchetes da glosa nossos)

18.2. Proposta de classificação escalar para os SP no Kamaiurá

A seguir, representamos nossa primeira proposta de escala para o Kamaiurá, buscando aproveitar as propriedades dos SP reveladas na própria língua e, sobretudo, nas análises de Seki (2000a, 2000b). A diferença entre esta escala e a anterior é que aquela foi construída de acordo com as análises da autora, enquanto esta inclui nossa proposta de interpretação dos fenômenos descritos por ela, com base em indícios encontrados nas próprias análises da pesquisadora da língua. Adicionalmente, assumimos o recorte teórico da prototipicidade, da perspectiva escalar, para analisar com os SP.

[ARGUMENTO PROTOTÍPICO]

- Argumento “objeto de comparação” (628)
- Argumento “complemento de cópula” (1220)
- Argumento “complemento de cópula” em equativa com *wite* (tipo II) (229)
- Argumento de comparação com *wi* (1153-1155)
- Argumento agente/paciente de construção recíproca com dois nominais (910, 911)

Argumento agente direto de verbo transitivo causativizado (1094)

Argumento destinatário de verbo ditransitivo “dar” [*upe*] e objeto do verbo “trocar” [*pupe*] (71, 1344)

Argumento em construção equativa com *wite* (tipo III) (1166)

Argumento reflexivo (1044)

Quase argumento recíproco (1068, 1071, 1070)

Adjunto agente de construção com sentido passivo (1074)

Adjunto pragmático (207, 1340, 1170)

Adjunto equativo com *wite* (tipo IV) (1167)

Adjunto prototípico (443)

[ADJUNTO PROTOTÍPICO]

Os critérios usados para alocar cada constituinte ao longo da escala estão especificados a seguir. Na medida do possível, tentamos manter a terminologia empregada pelas autoras. Assim, como Seki (2000a) fala em predicado “não verbal”, e Praça (2007) adota predicado

“adverbial”, mantivemos as respectivas nomenclaturas nos protocolos do Kamaiurá e do Apyãwa.

- a) **Argumento¹⁰⁰ “objeto de comparação”**: propomos que, no exemplo 28 (628), o SP nucleado por *wite*, posposição típica de comparação, funciona como um argumento da predicação não verbal, cujo núcleo é o nome *-etama* ‘aldeia’, em construção equativa. Assim, *-etama* ‘aldeia’ é um nome divalente e, quando em função de predicado, ocorre com um argumento interno, *jene* ‘1ª pessoa plural possessivo’, e com um argumento externo, cujo núcleo é a posposição *wite*. A terminologia empregada por Seki (2000a, p. 178), ao classificar o SP de “objeto”, contribui para a análise. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[28] (628) [[i-peir-ipyr -er-a] wite] [a'ia'iw=ine jene=r-etam-a] ko'y=py
 3-varrer-Nom-Pas-N Comp Intens=Af 1Pi=Rel-aldeia-N FS=MS
 ‘nossa aldeia é como [uma] que foi muito varrida’
 [Como uma (que foi) varrida] é [a nossa aldeia]
 (SEKI, 2000a, p. 185, colchetes em negrito nossos)

- b) **Argumento “complemento de cópula”**: o exemplo mostra um argumento posposicional, exigido sintaticamente. O SP [[*ko*] *katy*] ‘na roça’ é interpretado como argumento do SV [[*ere-*] *ko*] ‘você estava’, preenchendo a grade do verbo cópula. Ao empregar “complemento” para nomear tais SP, Seki (2000a) os aproxima dos argumentos, já que a terminologia é tradicionalmente associada a argumentos. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[29] (1220) [[*ko*] *katy*] rak [[*ere-*] *ko*]
 roça Dir At 2sg-Cóp
 ‘você estava na roça’
 (SEKI, 2000a, p. 327, colchetes nossos)

- c) **Argumento “complemento de cópula” em equativa com *wite* (tipo II)**: o constituinte SP [[*a'e-a*] *wite*] é argumento da cópula. Por ser uma estrutura igual ao que a autora classifica de “complemento de cópula”, nós também assim a classificamos. Esclarecemos que esse tipo de SP foi separado do complemento de cópula apresentado para evidenciar o uso argumental do SP nucleado pela posposição *wite* (tipo II), a qual

¹⁰⁰ Em nossa escala, não especificamos os tipos de argumento por não dispormos de dados ou informações suficientes para tanto. A classificação entre “sujeito”, “objeto direto” ou “objeto indireto” pode ser adequadamente realizada pelos pesquisadores da língua.

aparecerá nesta escala também como adjunto (tipo III) e, em nossa segunda escala, até como predicado (tipo I). Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[30] (229) [[a'e-a] wite] rak [[oro]-ko] kwāj pe=wan
 isso-N Comp At 1Pe-Cóp MS Dist=PI
 'é assim que nós ficamos, pessoal'
 [Nós ficamos iguais a isso, pessoal]

(SEKI, 2000a, p. 102, colchetes nossos)

- d) Argumento de comparação com *wi*:** nestes exemplos, a nosso ver, os SP se tornam sintaticamente obrigatórios devido ao uso do intensificador, o qual altera a grade verbal pelo fato de prever outro constituinte na comparação. Esse constituinte é um SP no Kamaiurá¹⁰¹. Logo, o predicado modificado pelo “intensificador” abriria nova vaga argumental, preenchida obrigatoriamente pelo SP *wi* (ablativo, a fonte da comparação), ou seja, haveria mudança de valência provocada pelo uso da partícula intensificadora. Por essa razão, propomos que tais SP sejam analisados em conformidade com o traço [+ARGUMENTO]. Reproduzimos a seguir os exemplos da autora:

[31] (1153) [ene=a'ia'ip] [[ne=]jey'a] [[je=]wi]
 você=Intens 2sg=ser alto 1sg=Abl
 'você é mais alto do que eu'
 [Você é mais alto em relação a mim]

[32] (1154) [[ne=]jey'a] a'ia'ip [[je=]wi]
 2sg=ser alto Intens 1sg=Abl
 'você é mais alto do que eu'

[33] (1155) ene tykwara'i a'ia'ip [[ere-]'ata] [[je =]wi]
 você rápido Intens 2sg-andar 1sg=Abl
 'você anda mais rápido do que eu'

(SEKI, 2000a, p. 307, colchetes nossos)

- e) Argumento agente/paciente de construção recíproca com dois nominais:** em uma construção recíproca com dois nominais, similarmente ao que ocorre em uma comparação, os termos da reciprocidade são imprescindíveis, não sendo possível afirmar, a nosso ver, que o SP seja dispensável à estrutura, como seriam os adjuntos. Em 34 (910), tanto o SP [[wararuwijaw-a] nite] 'e o cachorro' quanto o SN [moĩ-a] 'cobra' exercem papel semântico de agente e paciente simultaneamente. Assim, em nossa proposta, exerceriam a mesma função sintática de sujeito, sendo ambos agente e paciente necessários à ação. Um ponto a se investigar é a razão que levaria os falantes a

¹⁰¹ Um ponto interessante é que o intensificador se agregou ao sujeito no exemplo 31 (1153), contudo, em 32 (1154), parece ter escopo sobre o verbo *ne=jey'a* '2=ser.alto'.

colocar o SP após o verbo em 34 (910), em um aparente constituinte descontínuo, e junto ao SN em 36 (911)¹⁰². Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[34] (910) [moĩ-a] o-jo-u'u [[wararuwijaw-a] nite]
 cobra-N 3-Rec-morder cachorro-NCom
 ‘a cobra e o cachorro se morderam um ao outro’
 (SEKI, 2000a, p. 247, colchetes nossos)

[35] (1064) [moĩ-a] o-jo-u'u [[wararuwijaw-a] nite]
 cobra-N 3-Rec-morder cachorro-N Com
 ‘a cobra e o cachorro se morderam [um ao outro]’
 (SEKI, 2000a, p. 284, colchetes nossos)

Tal constatação encontra respaldo na análise de Seki (2000a, p. 246-247, grifos nossos). Em relação ao exemplo 34 (910), a autora afirma:

A terceira pessoa não apresenta marcadores de pessoa distintos para o singular e o plural, caso em que o número é assinalado por outros recursos. Nos exemplos seguintes, **os nominais coordenados com *nite* ocorrem como sujeitos** de verbo intransitivado com o prefixo {*jo-*} ‘recíproco’, que implica a pluralidade dos sujeitos. Na sentença (911), em que os sujeitos são [+humano], o número é marcado pela sufixação de *awa* ‘plural’ [...]

Reproduzimos o exemplo 36 (911):

[36] (911) [[sapaĩ] [aritana] nite] o-jo-popytywõ=awa
 n.pr. n.pr. Com 3-Rec-ajudar=Pl
 ‘Sapaĩ e Aritana se ajudam um ao outro’
 (SEKI, 2000a, p. 247, colchetes nossos)

Em nossa interpretação, Seki (2000a) acaba por reconhecer o *status* de sujeito para os nominais “coordenados” por *nite* ‘comitativo’. Logo, propomos que os SP em questão sejam tratados como argumento. A posposição exerceria uma função semelhante à de uma conjunção aditiva. Uma opção terminológica para tratar do constituinte SP descontínuo pode ser encontrada em Givón (2001, p. 141), que adota o termo “coagente” para se referir ao constituinte de eventos recíprocos entre agente e objeto.

Existem também casos de coordenação com formas iguais às posposições *wite* ‘comparativo’ e *nite* ‘comitativo’, indicativos de gramaticalização. Seki (2000a) informa:

8.1.4 Outros tipos de coordenação

A coordenação comparativa é assinalada pelo morfema *wite*, formalmente idêntico à posposição comparativa [...]

(SEKI, 2000a, p. 242)

¹⁰² Entre as respostas possíveis, podemos citar a pragmática, que tende a influenciar a ordem dos constituintes nas línguas tupi-guaraní, e a hipótese de Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 76-77) referente aos sintagmas nominais, os quais seriam “adjuntos correferenciais”, e os sujeitos seriam os prefixos de marca pessoal no núcleo verbal.

1) Coordenação com o morfema *nite*:

Esse morfema é idêntico à posposição que marca o comitativo, com o sentido de “com”. É utilizado para coordenar locuções nominais em função de sujeito e de objeto direto, com diferentes implicações para a estrutura da sentença.

Como elemento conjuntivo, o morfema ocorre apenas uma vez, associado ao último dos nominais conjuntos, como uma posposição ao seu objeto. [...]

[...] a locução nominal objeto direto precede imediatamente o verbo, o que resulta nas estruturas:

O+nite O V

A A+nite O V

A O V O+nite

A construção com *nite* em certos contextos é ambígua entre uma interpretação comitativa e conjuntiva. Evidência de que o morfema conserva sua natureza posposicional é o fato de que, ao preceder o verbo, acarreta a ocorrência deste na forma circunstancial.

(SEKI, 2000a, p. 245-246)

- f) **Argumento agente direto de verbo transitivo causativizado:** em nossa proposta de análise, o agente direto da construção causativa com verbo transitivo é previsto na morfologia verbal. O sufixo *-ukat* ‘causativizador’ aumenta a valência do verbo de dois para três participantes (agente direto, paciente e agente indireto), adicionando ao enunciado a presença de um agente direto. O predicado modificado pelo sufixo abre nova vaga argumental, preenchida por um agente indireto em posição de sujeito, e prevê a manutenção do agente direto, que passa a ocorrer em SP. Para nós, no exemplo 37 (1094), o SP agente direto *[[o-kywyr-a] upe]* ‘irmão dela’ representa um participante necessário à estrutura e previsto por ela, razão pela qual seria um argumento. Além disso, mais uma vez a terminologia “objeto indireto (Oi)” ou “oblíquo”, escolhida por Seki (2000a) para classificar esse participante, deixa implícito que a autora reconhece seu valor [+ARGUMENTO]. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

	A	O	V	Oi	
[37] (1094)	kujã	-a	h-y’yw-a	o-’awyky-ukat	[[o -kywyr-a] upe]
	mulher-N	3-flecha-N	3-fazer-Caus	3Refl-irmão -N	Dat
	‘a mulher mandou seu irmão fazer as flechas dele (outro)’				

(SEKI, 2000a, p. 292, colchetes nossos)

Seguindo essa proposta de análise, fenômenos similares podem ser vistos em estruturas causativas do Apyãwa (‘argumento agente causado/direto’) e do Guajá (‘argumento agente direto de verbo transitivo causativizado’), conforme exposto adiante.

- g) **Argumento destinatário de verbo ditransitivo “dar” [upe] e objeto do verbo “trocar” [pupe]:** nestas estruturas, a nosso ver, exige-se o participante em cujo

Assim, postulamos que a expressão do dativo por posposição pode ser uma condição estrutural nessas línguas e não marca de adjunto necessariamente.

- h) Argumento em construção equativa com *wite* (tipo III):** como apontado na Questão 1.2 do protocolo (cf. Apêndice 2), em uma comparação, os termos comparados são indispensáveis ao enunciado, de modo que o SP [[*wararuwijaw-a wite*] ‘como a um cachorro’ apresenta traço [+ARGUMENTO]. Caberia avaliar se a ausência deste SP tornaria a frase incompreensível, o que, em caso afirmativo, reforçaria essa característica. Adicionalmente, de acordo com Seki (2000a, p. 304), o verbo *-reko* ‘ter, fazer estar com’ é “derivado do verbo cópula {-eko} ‘ser, estar’, por meio do prefixo {-ero-} ‘causativo comitativo’. Como outras derivações desse tipo, a forma é transitiva”. Logo, propomos que tal prefixo aumenta a valência do verbo de cópula, abrindo nova vaga argumental, a qual é preenchida pelo SP *wite* ‘comparativo’. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[41] (1166) [wararuwijaw-a wite] je=reko-m=awa
 [wararuwijaw-a wite je=ero-eko-m=awa]
 cachorro -N Comp 1sg=ter-G=Pl
 ‘trataram-me como a um cachorro’
 [Fizeram que me sentisse como um cachorro]

(SEKI, 2000a, p. 309, colchetes nossos)

- i) Argumento reflexivo:** a reflexividade é sintaticamente construída, já que não há morfologia no verbo indicando essa informação, e o morfema de reflexividade se aloca no SP. Seki (2000a, p. 280) afirma que “O prefixo {*je-*} ocorre como reflexivo também com posposições, nas situações em que o objeto é correferente ao sujeito da sentença”. Ao analisar os dados, vemos que a correferência se dá entre o objeto da posposição *ne=* ‘2sg’ e o sujeito da sentença *ere-* ‘2sg’. Consideramos que a correferência entre esse objeto e o sujeito da oração pode indicar traço mais central do SP, fato parecido com o que ocorre no Guajá, conforme explicitado adiante. Além disso, entendemos que o SP é necessário para a compreensão daquilo que efetivamente se comunica, de modo que não poderia ser considerado adjunto prototípico ou mesmo adjunto. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[42] (1044) ere-mepy rak [[ne=] je-upe]
 2sg-comprar At 2sg=Refl-Dat
 ‘você o comprou para si’

(SEKI, 2000a, p. 280, colchetes nossos)

- j) Quase argumento recíproco:** como proposto anteriormente, uma construção recíproca pressupõe a realização dos termos da reciprocidade, tornando o SP de semântica recíproca aparentemente necessário à estrutura, com traço [+ARGUMENTO] (exemplos 43 (1068) e 44 (1071)). Em nossa interpretação, esse tipo de SP não poderia ser considerado adjunto, uma vez que se torna essencial para a compreensão do que efetivamente se comunica. A posição selecionada nesses casos é *wi* ‘ablativo’, o que é coerente com o sentido expresso pelos verbos (transitivos). Essa análise contrasta com o que se depreende do exemplo 45 (1070), em que o SP *[[o-] jo-upe]* ‘um ao outro’ parece apenas reforçar a informação do prefixo de reciprocidade, que já está indicado no verbo (todavia, caberia avaliar as motivações para essa marcação dupla). Este SP está mais próximo dos adjuntos que os outros dois exemplos. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[43] (1068) o-jepe’a=awa [[o-]jo-wi]
3-afastar=Pl 3-Rec-Abl
‘eles se afastaram um do outro’

[44] (1071) [[o-]jo-wi] wejue oro-kyje
3-Rec-Abl mesmo 1Pe-temer
‘nós tememos uns aos outros’

[45] (1070) po pe-jo-popytywõ [[o-]jo-upe]
Q 2Pl-Rec-ajudar 3-Rec-Dat
‘vocês se ajudam um ao outro?’

(SEKI, 2000a, p. 285, colchetes nossos)

- k) Adjunto agente de construção com sentido passivo:** a despeito de receber o rótulo de “agente de verbo transitivo” em construções “passivas” (aspas de Seki (2000a, p. 285 e seguintes)), este SP é tratado como adjunto. Fruto de enunciados elicitados, o “agente de verbo transitivo” (p. 73) ocorre em construções consideradas como um tipo de “passiva”, uma vez que é “[...] funcionalmente equivale à passiva do Português”. Reproduzimos a seguir os exemplos da autora:

[46] (1074) [[pe akwama’e-a] juka-pyr-am] [[t-owajar-a] upe]
Dist homem-N matar-Nom-Atr 3/Indef-inimigo-N Dat
‘aquele homem foi morto pelo inimigo’
[o assassinato do homem pelo inimigo]

[47] (1073) t-owajar-a akwama’e-a o-juka
3/Indef-inimigo-N homem-N 3-matar
‘o inimigo matou o homem’

(SEKI, 2000a, p. 285-286, colchetes nossos)

No exemplo 46 (1074), o sintagma $[[t\text{-owajar-a}] \text{upe}]$ ‘pelo inimigo’, que Seki (2000a) classifica de “agente de verbo transitivo” (p. 73) e de “objeto oblíquo” (p. 286), é interpretado como adjunto devido a suas marcas formais. Todavia, embora seja sintaticamente dispensável, esse participante agente expresso por SP é semanticamente previsto na grade do nome deverbal, motivo pelo qual propomos que não é um adjunto prototípico. Apesar das terminologias empregadas, que remetem à noção de argumento, Seki (2000a) informa explicitamente que o SP tende a não ser expresso. Por isso, o classificamos como adjunto — embora Seki (2000a, p. 354) empregue a expressão “codificação especial do agente” para se referir a esse constituinte, reconhecendo assim o valor “especial” desse adjunto.

- I) **Adjunto pragmático:** como mencionado na Questão 12 do protocolo (cf. Apêndice 2), identificamos a existência de posposições que podem estar desempenhando função pragmática. Em nossa hipótese, o exemplo 48 (207) apresentaria uma “partícula de segunda posição” (p. 94) idêntica à posposição *ehe* em função evidencial. A informação veiculada não parece obrigatória sintática ou semanticamente, porém satisfaz a necessidade pragmática de indicar a fonte da informação, ou a veracidade do que se declara.

[48] (207) $[[\text{jakui-a}] \quad \text{te=he='a}] \quad \text{a-mo'a=pa}$
 tipo de flauta-N F=Vis=Próx 1sg-apanhar=MS
 ‘é flauta jacuí que eu apanhei!’

(SEKI, 2000a, p. 97, colchetes nossos)

Em 49 (1340), por sua vez, *je=upe* ‘para mim’ não tem sentido dativo (apesar da glosa), mas de julgamento do falante (modalizador epistêmico delimitador). Mais uma vez, o uso do SP não parece ser obrigatório, porém altera significativamente o enunciado.

[49] (1340) $\text{i-poryaup} \quad [[\text{je=}] \text{upe}]$
 3-coitado 1sg=Dat
 ‘para mim ele é um coitado’

(SEKI, 2000a, p. 358, colchetes nossos)

O mesmo fato se verifica em 50 (1170)¹⁰³. Logo, questionamos até que ponto um constituinte como *o-kyr-ama'e-a wite* ‘parece que’ pode ser tomado como adjunto, dada

¹⁰³ No momento, não temos elementos suficientes para afirmar que o exemplo 50 (1170) seja um predicado, porém consideramos que essa pode ser uma leitura alternativa desse dado. Ao se referir a ele, Seki (2000a, p. 310) informa: “O *standard* de comparação ocorre em forma nominalizada, como relativa sem núcleo [...], correspondendo a sentenças do tipo ‘parece que...’ do Português”.

sua exigência pragmática (modalizador epistêmico quase asseverativo). Neste sentido, a pragmática aumenta a centralidade dos SP.

[50] (1170) [[o-kyr-ama'e-a] wite] aman-a
 3-cair-Nom-N Comp chuva-N
 'parece que vai chover [é como uma que vai cair, a chuva]'
 (SEKI, 2000a, p. 310, colchetes da glosa nossos)

Embora os SP dos exemplos 48 (207) (*ehe*) e 50 (1170) (*wite*) não sejam previstos nem sintática nem semanticamente na grade dos verbos, consideramos que há necessidade pragmática de expressá-los. Novamente, a discussão sobre a pragmática retroalimenta a escala e permite alocar os constituintes encabeçados por posposição entre participantes mais relevantes para a sentença. Os casos mais evidentes são os dos SP originalmente adjuntos alçados para a função de predicado, ao serem deslocados para a posição pré-verbal, conforme será ilustrado em nossa segunda escala.

- m) Adjunto equativo com *wite* (tipo IV):** a informação transmitida pelo SP não é obrigatória sintática ou semanticamente, e também não parece advir do sentido do verbo. Uma vez que não há sintaxe, semântica ou pragmática exigindo seu uso, propomos que o SP [[*o-uw-a*] *wite*] 'igual ao pai dele' contém traço [+PERIFERIA] e assume a posição de adjunto prototípico na escala, o qual separamos do próximo item para ilustrar a posposição *wite* 'comparativo' também nessa função. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[51] (1167) [kunu'um-a] [kywaw-a] o-'awyky-potat [[o -uw-a] wite]
 menino -N pente-N 3-fazer-Des 3Refl-pai-N Comp
 'menino quer fazer pente igual ao pai dele'
 (SEKI, 2000a, p. 309, colchetes nossos)

- n) Adjunto prototípico:** os SP desta posição são adjuntos em termos sintáticos e semânticos. Em geral, ocupam posição periférica pós-verbal, introduzem circunstância não exigida ou prevista pelos verbos e, a exemplo de 56 (1168) (*wite*), são nominalizados com o morfema {wat}, nominalizador de advérbios/posposições (a viabilidade de nominalizar um termo pressupõe que ele não era argumento primariamente). Assim, o SP [[*motaw-a*] *r-ehe*] 'por causa de comida' representa os adjuntos prototípicos de nossa escala. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[52] (443) kunu'um-a o-jae'o [[motaw-a] r-ehe]
 menino-N 3-chorar comida-N Rel-Causa
 'o menino está chorando por causa de comida'
 (SEKI, 2000a, p. 149, colchetes nossos)

- [53] (10) a) ka'a rupi mijar-a i'ajan
mato por 3Indef+bicho-N 3-muito
'no mato há muitos bichos'
(SEKI, 2000a, p. 58)
- [54] (156) kamajura-a pupe atsã e-je'eŋ je=upe
K.-N em Dim 2s-falar 1sg=Dat
'fale-me um pouco em Kamaiurá'
(SEKI, 2000a, p. 89)
- [55] (84) moĩ-a o-jeupit ywyr-a r -ehe
cobra-N 3-subir árvore-N Rel-Loc
'a cobra subiu na árvore'
(SEKI, 2000a, p. 74)
- [56] (1168) ini-a a-potat pe-a kyaw-a wite=war-a
rede-N 1sg-querer aquele-N rede-N Comp=Nom-N
'eu quero uma rede igual à daquele'
(SEKI, 2000a, p. 310)

18.3. SP como predicado no Kamaiurá

As obras pesquisadas revelam SP também em função de predicado. Nossa hipótese é que essa função pode ser interpretada como posição ainda mais nuclear que a de argumento¹⁰⁴. Na próxima seção, apresentaremos outra proposta possível de escala, considerando o *status* gramatical dos sintagmas posposicionais do mais nuclear, partindo do predicado, ao mais periférico, expresso pelo adjunto prototípico. Fornecemos primeiro a análise da função de predicado de acordo com Seki (2000a), depois representamos, em uma escala, nossa interpretação para os novos constituintes. Nesta outra hipótese, incluiremos somente os SP em função de predicado e mantivemos os demais sintagmas inalterados, de acordo com o que propusemos anteriormente.

Sintagmas posposicionais em função de predicado, de acordo com a interpretação de Seki (2000a):

- a) **Predicado de orações não verbais:** de acordo com Seki (2000a, p. 149, grifos nossos), “Sintaticamente a LP [locução (sintagma) posposicional] funciona como adjunto da sentença, como complemento de cópula e como **predicado** de orações não verbais”. Em relação a esse predicado, a autora informa que “São orações com predicado não verbal e um argumento nuclear em função de So, usadas para exprimir relações de posse,

¹⁰⁴ Hoyos-Andrade (1982, p. 26) define predicado do seguinte modo: “Entende-se por *predicado*, em terminologia funcionalista, o núcleo, o centro do enunciado em torno do qual se organizam os outros elementos que integram esse mesmo enunciado”.

bivalente, com dois argumentos: *ya* ‘água’ e o SN *mojũ-a kwar-a* ‘toca da sucuri’. Reproduzimos novamente o exemplo da autora:

[58] (445) [mojũ-a kwar-a] [[y-a] pupe]
 sucuri-N toca-N água-N dentro
 ‘a toca da sucuri é/fica dentro d’água’
 (SEKI, 2000a, p. 149, colchetes nossos)

- b) Predicado não verbal equativo com *wite* (tipo I):** o mesmo fato se verifica em 59 (1165), no qual o SP [[*sapaĩ-a*] *wite*] ‘igual a Sapaĩ’ atua como predicado não verbal, apresentando traço [+NÚCLEO], e a posposição *wite* ‘comparativo’ projeta dois argumentos nominais (*sapaĩ-a* e *galvão-a*). Nesta escala, expomos o predicado com a posposição *wite* a fim de ilustrar que uma única posposição pode assumir todas as funções sintáticas exercidas pelos SP no Kamaiurá, de predicado a adjunto prototípico, como visto em nossa primeira escala. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[59] (1165) [galvão-a] [[sapaĩ-a] *wite*]
 n.pr. -N n.pr.-N Comp
 ‘Galvão é igual a Sapaĩ/parecido com Sapaĩ’
 (SEKI, 2000a, p. 309, colchetes nossos)

- c) Predicado não verbal deslocado para posição pré-verbal com verbo ativo na 3ª pessoa nominalizado:** o SP [[*motaw-a*] *r-ehe*] ‘por [em busca de] comida’ deslocado para “posição anterior ao verbo” (p. 131) funciona como predicado. Interpretamos a posposição como predicador divalente, com um argumento interno, *motaw-a* ‘comida’, e outro externo, o SN *i-ko-w* ‘[o ato de] estar’. Essa análise encontra respaldo em análises de outras línguas da família tupí-guaraní, as quais defendem que os SP na posição inicial da oração se tornam o rema, conforme Praça (2007, p. 123), e/ou, conforme a proposta de Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 52), podem exercer a função de predicado. No exemplo 60 (444), o SP condiciona a forma verbal para o modo circunstancial e pode ser visto como elemento “desrematizador” (cf. PRAÇA, 2007), ou nominalizador (cf. PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017). Em Gomes e Scandelari (a publicar), detalhamos a função pragmática envolvida nessa construção. O elemento deslocado pode ser interpretado como predicado ou, na análise de Seki (2000a), como “complemento de cópula” (argumento). Em ambas as análises, o SP apresenta traço mais nuclear e, por consequência, menos adjunto. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

- [60] (444) [[motaw-a] r-ehe] [[i-]ko-w]
 comida-N Rel-Causa 3-Cóp-Circ
 ‘ele está por [em busca de] comida’
 (SEKI, 2000a, p. 149, colchetes da glosa nossos)
- [61] (80) [[ok-a] pupe] [i-ko-w]
 casa-N dentro 3-estar-Circ
 ‘ele está dentro de casa’
 (SEKI, 2000a, p. 74, colchetes nossos)
- [62] (1033) [[o-y-a] nite] [i-’ata-w]
 3Refl-mãe-N Com 3-andar-Circ
 ‘ele está andando com a mãe dele [mesmo]’
 (SEKI, 2000a, p. 276, colchetes da glosa nossos)
- [63] (979) [jenemyop-Ø] [a’e -a pype] [i-tsahaw-i]
 tipo de folha-NM esse-N Instr 3-cobrir -Circ
 ‘jenemyop, com ela ele o cobriu’
 (SEKI, 2000a, p. 262, colchetes nossos)
- [64] (1164) [[t-uw-a] wite] [i-ko-w]
 3-pai-N Comp 3-Cóp-Circ
 ‘ele é igual ao pai dele’
 (SEKI, 2000a, p. 309, colchetes nossos)
- [65] (75) a’e-ramuẽ=we [[w-emireko-a] upe] [i-jo-w] ko=wa
 isso-quando=Retr 3-esposa-N Dat 3-ir-Circ FS=MS
 ‘então ele foi para a sua esposa’
 (SEKI, 2000a, p. 73, colchetes nossos)

Em relação aos exemplos 52 (443) e 60 (444), cabe o seguinte contraste: o mesmo SP pode sair de adjunto prototípico (constituente periférico prototípico) a predicado (constituente nuclear prototípico).

Com base no que foi exposto, propomos que os SP em função de predicado assumem posição mais nuclear na oração do que os SP em função de argumento ou de adjunto. Assim, em nossa interpretação, é possível estabelecer uma gradação que reflita a nuclearidade dos constituintes, conforme a função que desempenham na oração. Os SP mais nucleares seriam os predicados, os centrais corresponderiam aos argumentos e quase argumentos, e os mais periféricos seriam os adjuntos e adjuntos prototípicos.

Essa gradação, contudo, não precisa ser estanque. Entendemos que existe certo relativismo nas funções exercidas pelos constituintes. Isso pode ser visto a partir do último exemplo citado (65 (75)). Caso a pessoa gramatical fosse diversa da 3ª, poderíamos classificar esse tipo de SP, [[w-emireko-a] upe] ‘para a sua esposa’, como quase argumento. Em tal estrutura, o verbo prevê o SP semanticamente. Como há necessidade de expressar o “objeto direcional”, que ocorre “junto a nomes com o traço [+humano]” (p. 73), não se trata de adjunto típico. A terminologia empregada pela

autora, ao chamá-lo de “objeto” (argumento), contribui para essa análise (restrita a estruturas com a 1ª ou 2ª pessoa). Consequentemente, verificamos que a própria escala é relativa, pois tanto um argumento quanto um elemento com traço [+PERIFERIA] podem mudar de posição na escala por conta da pragmática (e também da semântica).

3.3.2. Apyãwa (Tapirapé)

A segunda língua pesquisada neste trabalho foi o Apyãwa, falado nas terras indígenas Tapirapé/Karajá e Urubu Branco (MT). A língua pertence ao ramo IV da família tupí-guaraní, de acordo com a classificação proposta por Rodrigues e Cabral (2002).

O protocolo de pesquisa aplicado ao Apyãwa teve por base as seguintes obras: Cruz, Magalhães e Praça (2019); Magalhães, Praça e Cruz (2019); Praça, Magalhães e Cruz (2017); Praça (2007); Leite (1998, 1990); Leite, Soares e Souza (1985); Almeida, Irmãzinhas de Jesus, e de Paula (1983).

Além dessas, pesquisamos mais obras cujas informações não foram aproveitadas neste momento da pesquisa: Dourado e Praça (2016); Praça e Serra (2015); Praça (2013, 2008, 2004, 2002, 2001a, 2001b, 2000, 1999); Paula (2012, 2009, 2008); Praça e Vicente (2010); Rodrigues (2003, 1981); Leite (2003, 1977); Soares e Leite (1991); Wagley e Galvão (1948); Wagley (1945, 1943); Profeta (1926).

Por fim, algumas obras não foram encontradas durante a realização da pesquisa: Leite (1996, 1995, 1994, 1993, 1987, 1967); Leite, Callou e Moraes (1993, 1996); Leite e Vieira (1995, 1990).

Apresentamos a seguir nossa resposta à última questão do protocolo, de número 18, a qual representa uma síntese das análises de especialistas e de nossas propostas de análise, referentes à classificação dos SP no Apyãwa. Disponibilizamos o protocolo completo e preenchido, com as respostas às Questões 1 a 17, no Apêndice 2 desta dissertação.

Os exemplos linguísticos apresentam numeração sequencial entre colchetes, seguida da numeração original da obra consultada.

18. Esboçar proposta de classificação dos sintagmas adposicionais na escala entre argumento e adjunto

Resposta: A seguir, apresentamos a classificação dos SP no Apyãwa, com base em Praça (2007), Praça, Magalhães e Cruz (2017), Cruz, Magalhães e Praça (2019) e Magalhães, Praça e Cruz (2019). Em seguida, apresentamos nossa proposta de tratamento escalar dos SP, na qual

colocamos os SP considerados equivalentes no mesmo ponto. Situamos à direita os menos nucleares ou mais próximos dos adjuntos. As justificativas para cada escala são fornecidas após os esquemas.

Esclarecemos que as propostas de escala são nossas, não das pesquisadoras. As autoras supracitadas não adotam uma noção escalar ou teoria de protótipos, ao menos não de maneira explícita. Seus dados, no entanto, nos levaram a um tratamento teórico e analítico escalar. Em outras palavras, nossos fundamentos para o tratamento [+NUCLEAR] e escalar dos SP estão nas próprias obras das autoras. Por exemplo, em “complemento posposicional”, a terminologia é de Praça (2007, p. 105), não nossa.

Ademais, esclarecemos que as escalas aqui propostas são hipóteses e podem servir de programa de pesquisa aos especialistas do Apyãwa. Neste sentido, com base em nossa pesquisa e no que os próprios autores escreveram, oferecemos possibilidades de análise e hipóteses de classificação dos SP, as quais precisarão ser confirmadas pelos pesquisadores da língua.

18.1. Síntese da literatura sobre as funções dos SP no Apyãwa (Tapirapé)

Apresentamos uma síntese, em forma de escala (para fins de comparação com a escala que proporemos adiante), referente ao *status* gramatical dos sintagmas posposicionais, conforme Praça (2007), Praça, Magalhães e Cruz (2017), Cruz, Magalhães e Praça (2019) e Magalhães, Praça e Cruz (2019). Todos os adjuntos representados nesta escala são chamados por Praça (2007) de “adjunto extra núcleo oracional”, terminologia que simplificamos apenas por questão de espaço, mas mantivemos na última posição da escala a fim de explicitar o constituinte prototípico. Os termos empregados nesta escala refletem o uso das autoras¹⁰⁵.

[ARGUMENTO]

[ADJUNTO]

Adjunto beneficiário (298)
 Adjunto causado (289b)
 Adjunto recíproco (156)
 Adjunto reflexivo (376)
 Adjunto de verbos intransitivos de
 cognição e percepção (285)
 Adjunto dativo (378)
 Adjunto de coordenação *ne* (392)
 Adjunto comparativo (384, 405)
 Adjunto extra núcleo oracional (342)

¹⁰⁵ Não incluímos os chamados “adjuntos correferenciais” na escala por não serem SP (vide exemplo 50 de Cruz, Magalhães e Praça (2019)).

- a) **Adjunto beneficiário:** no trecho seguinte, Praça (2007, p. 110, grifos nossos) rotula o beneficiário de “argumento”: “Quando há a ocorrência de quatro participantes no evento, o *causador*, o paciente, o beneficiário e o *causado*, observa-se que o **argumento com papel semântico de beneficiário** tem primazia sobre o *causado*, sendo este sempre antecedido por aquele”. Em seguida, a autora o trata como “oblíquo”: “Com base no que foi visto, não há diferença gramatical entre o beneficiário e o *causado*. A única diferença existente entre esses **dois oblíquos** é que o beneficiário antecede o *causado* quando há ocorrência de um quarto participante” (p. 110-111, grifos nossos). No entanto, considerando que, segundo a autora, “o indicativo 2 só é ativado por adjuntos extra núcleo oracional” (p. 106) e que os oblíquos acionam o indicativo II (“Outra característica dos oblíquos, peculiar às expressões adverbiais, é que eles podem ativar o indicativo 2 [...], quando se encontram na primeira posição da sentença”, p. 109), Praça (2007) acaba por classificar o SP beneficiário de adjunto. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[66] (298)

ã-ãpa-pãw-akãr tope-ø [[ne=]ø-we] ipa'yw-a ø-we
 1sg.I-fazer-COM-MASD topé-REFER 2sg.II=R-POS Ipa'ywa-REFER R-POS
 ‘eu terminei de fazer o tope para você por meio da Ipa'ywa’

(PRAÇA, 2007, p. 110, colchetes nossos)

- b) **Adjunto causado:** Praça (2007, p. 110) interpreta o SP causado como “oblíquo” e informa que tal constituinte aciona o indicativo II: “Os oblíquos *causado* decorrentes da marcação do sufixo {-akãr}, à semelhança das expressões adverbiais, também ativam o indicativo 2, ao ocuparem a posição mais à esquerda da sentença”. Em comparação com o beneficiário, a pesquisadora afirma: “Com base no que foi visto, não há diferença gramatical entre o beneficiário e o *causado*. A única diferença existente entre esses dois oblíquos é que o beneficiário antecede o *causado* quando há ocorrência de um quarto participante” (PRAÇA, 2007, p. 110-111). Portanto, apesar da terminologia empregada, Praça (2007) acaba por tratar o constituinte causado como adjunto. Reproduzimos a seguir dois exemplos da autora:

[67] (289b)

marãxe'i-ø [[ãpi-ø] ø-we] a-mook-akãr korinãka'i-ø
 Marãxe'i-REFER mamãe-REFER R-POS 3.I-molhar-MASD Korinãka'i-REFER
 ‘Marãxe’i molhou Korinãka’i por meio de mamãe’

(PRAÇA, 2007, p. 107, colchetes nossos)

- [68] (295) ipa'yw-a ø-we [i-ãpa-pãw-akãr-i]
Ipa'ywa-REFER R-POS 3.II-fazer-terminar-MASD-I2
'por meio de Ipa'ywa, ele terminou de fazer'
(PRAÇA, 2007, p. 110, colchetes nossos)

c) **Adjunto recíproco:** de acordo com Praça (2007, p. 138),

As posposições podem receber os prefixos {xe-} 'reflexivo' e {xa-} 'recíproco'. Estes vêm posicionados entre o marcador de pessoa e o radical. Cabe ressaltar que, nestes casos, as posposições recebem o paradigma da Série III e seus complementos nominais são correferentes com o sujeito da oração [...]

Por acionarem o indicativo II, os SP recíprocos são classificados pela autora como adjunto. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

- [69] (156) wyrã-ø=gỹ-ø tanã a-xe'e-xe'eg [[a-]xa-ope]
pássaro-REFER=PL-REFER CERT 3.I-falar-REDUP 3.III-REC-POS
'os pássaros falaram entre eles'
(PRAÇA, 2007, p. 62, colchetes nossos)

d) **Adjunto reflexivo:** como citado no item anterior, Praça (2007) trata os SP reflexivos como adjunto. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

- [70] (376) ie-ø rãka ã-ã mãir-a ø-tãj-pe
1sg-REFER PAS.REC 1SG.i-ir não.índio-REFER R-aldeia-LOC
ma'e-ma'e-ø ø-pyyk-a [[we-]xe-we]
coisa-REDUP-REFER R-pegar-GER 1SG.III-REF-POS
'eu fui à cidade para comprar coisas para mim mesmo'
(PRAÇA, 2007, p. 138, colchetes nossos)

e) **Adjunto de verbos intransitivos de cognição e percepção:** Praça (2007) chama o SP desses verbos de "complemento posposicional" e de "oblíquo", conforme citações:

Alguns verbos intransitivos têm sua ocorrência basicamente vinculada a um complemento posposicional, regido pela posposição *ee* (ee ~ e), cujos significados são 'relativo' ('com respeito a', 'em relação a', 'por causa de') e 'locativo instrumental' ('em', 'por meio de'). [...] Semanticamente, eles podem ser definidos como verbos de cognição e percepção [...]

(PRAÇA, 2007, p. 105)

Um outro fator que corrobora a evidência de que o constituinte posposicional é um oblíquo e não um argumento do verbo está relacionado à sua posição na sentença. Quando uma expressão adverbial, seja um constituinte posposicional ou qualquer advérbio, ocupa a posição mais à esquerda da sentença, ela ativa o indicativo 2. Cabe ressaltar que o indicativo 2 só é ativado por adjuntos extra núcleo oracional [...]

(PRAÇA, 2007, p. 106)

Assim, Praça (2007), apesar de reconhecer a vinculação de certos verbos intransitivos a um “complemento posposicional”, acaba por classificar esse SP como adjunto. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[71] (285) xiwa’ã-ø i-’ew [[mani’yw-a] **r-e**]
caititu-REFER 3.II-gostar maniva- REFER R-POS
‘o caititui gosta de maniva’

[72] (286) xe=r-eã **ne=r-ee**
1sg.II=R-lembrar 2sg.II=R-POS
‘lembrei-me de você’

[73] (284)
ie-ø rãka **ã-ma’ẽ** **ø-ee** ã’ẽ rãka ã’ẽ=gã-ø n=a-ma’ẽ [xe=r-ee]
1sg-REFER PAS.REC 1sg.I-olhar 3.II-POS CD PAS.REC DEM=SG-REFER não=3.I-olhar 1sg.II=R-POS
‘eu a olhei e ela não me olhou’

(PRAÇA, 2007, p. 105-106, colchetes nossos)

- f) **Adjunto dativo:** a posposição *we* ‘dativo’ pode ser usada como ‘destinatário’, ‘benefactivo’, ‘causado’ (*causee*) e ‘complementação de relação’ (‘no que respeita a’), conforme Praça (2007, p. 139-140). Como as demais posposições, insere-se entre as expressões adverbiais, sendo por isso considerada adjunto pela autora. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[74] (378) ãpyãw-a a-mor [[xe=]ø-we] mori-o-ø
Ãpyãwa-REFER 3.II-dar 1sg.II=R-POS murici-INT-REFER
‘Ãpyãwa deu-me murici grande’

[75] (379) ãpi-ø a-yr ’ipirã-ø **xe=r-opy-ø** **ø-we**
mamãe-REFER 3.I-assar peixe-REFER 1sg.I=R-pai-REFER R-POS
‘mamãe assou peixe para o meu pai’

(PRAÇA, 2007, p. 139, colchetes nossos)

[76] (297) mani’aki-ø a-ma-na korowã-ø **kãtowyg-a** **ø-we**
mani’aki-REFER 3.I-CAUS-ir abóbora-REFER Kãtowyga-REFER R-POS
‘Mani’aki mandou abóbora para Kãtowyga’

(PRAÇA, 2007, p. 110)

[77] (381) tãxão-ø rõ’õ a-xarõ **i-xope**
porcão-REFER N.ASS 3.I-ficar.bravo 3.II- POS
‘o porcão ficou bravo no que respeita a ele’
(lit: o porcão ficou bravo para ele)

(PRAÇA, 2007, p. 140)

- g) **Adjunto de coordenação *ne*:** em relação à posposição *ne* ‘coordenação’, Praça (2007, p. 142) afirma que “Esta posposição coordena dois sintagmas nominais”. Na ausência de informações adicionais, entendemos que a pesquisadora a interpreta como expressão

adverbial, que desempenha função de adjunto. Reproduzimos a seguir dois exemplos da autora:

[78] (392) tãpapytyg-a n=a-paej-∅ t-yro-∅ [[xã'ẽ-∅] ∅-ne] rã'ẽ
Tãpapytyga-REFER não=3.I-lavar-NEG 3.II-roupa-REFER panela-REFER R-POS PAS
'Tãpapytyga não lavou roupa nem panela'

[79] (391) xe=r-opy-∅ rãka a-a [[ãpĩ-∅] ∅-ne] ka-pe
1sg.II=R-pai-REFER PAS.REC 3.I-ir mamãe-REFER R-POS roça-LOC
'meu pai e mamãe foram à roça'

(PRAÇA, 2007, p. 142, colchetes nossos)

Essa construção é similar à coordenação com o morfema *nite*, do Kamaiurá. De acordo com (SEKI, 2000a, p. 245, grifos nossos), “Esse morfema é idêntico à posposição que marca o comitativo, com o sentido de ‘com’. É utilizado para coordenar locuções [sintagmas] nominais **em função de sujeito e de objeto direto**, com diferentes implicações para a estrutura da sentença”.

- h) Adjunto comparativo:** na seção “Formas e significados das posposições”, Praça (2007, p. 139) descreve duas posposições comparativas: 1. *wi* (*wi* ~ *xowi*) ‘comparativo de superioridade’, a qual “Estabelece comparação entre dois participantes, indicando que um participante é superior ao outro” (p. 140); e 2. *xãwie* ‘comparativo de igualdade’, que “Estabelece comparação entre dois participantes, estabelecendo similaridades entre eles” (p. 145). Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[80] (384) xãri'i-∅ mĩ a-ãtã wetepe [[marãxe'i-∅] ∅-wi]
Xãri'i-REFER HAB 3.I-andar muito Marãxe'i-REFER R-POS
'Xãri'i sempre anda muito mais que Marãxe'i'

(PRAÇA, 2007, p. 141, colchetes nossos)

[81] (405) akoma'e-kwer-a=agỹ-∅ a-a mãir-a ∅-gãty
homem-GRUP-REFER=PL-REFER 3.I-ir não.índio-REFER R-POS

[t-ãwãxar-a ∅-xãwie]
3.II-inimigos-REFER R-POS

'os homens foram na direção dos não índios iguais a inimigos deles'

(PRAÇA, 2007, p. 145, colchetes nossos)

Esclarecemos que a classificação do SP comparativo no Kamaiurá difere desta, pois, embora seja feita com a mesma posposição (*wi*), lá o elemento comparativo se aloca no sujeito ou acompanha o verbo, o que pode ser interpretado como a abertura de nova vaga argumental para o SP. Ademais, identificamos construções no Apyãwa com *wetepe* ‘muito, em grande quantidade, intensificação’ e sem a posposição *wi* ‘comparativo de superioridade’.

- a) **Argumento¹⁰⁶ de coordenação** (recíproca, companhia e adição): considerando a informação de Praça (2007, p. 142), de que “Esta posposição [*ne*] coordena dois sintagmas nominais”, e tendo em vista que, por definição, uma coordenação relaciona termos sintaticamente equivalentes, a posposição *ne* ‘coordenação’ conecta termos com funções sintáticas iguais. Logo, se o SN *kã’i* ‘macaco’ atua como sujeito, o SP [[*ãxoro-ø*] *ø-ne*] exerceria a mesma função. Semanticamente, tanto o SN quanto o SP desempenham papel de agente e paciente ao mesmo tempo. Em conjunto, parecem formar constituinte descontínuo (argumento), pois ambos atuam como sujeito, nos papéis de agente e paciente, fundamental à ação.

[84] (352b) *kã’i-ø* *a-xa-xokã-patãr* [[*ãxoro-ø*] *ø-ne*]
 macaco-REFER 3.I-REC-machucar-DES papagaio-REFER R-POS
 ‘o macaco e o papagaio estão querendo se machucar’

(PRAÇA, 2007, p. 128, colchetes nossos)

Análise parecida pode ser feita para o exemplo 85 (392), em que o SN *t-yro-ø* ‘roupa’ atua como objeto, e o SP [[*xã’ẽ-ø*] *ø-ne*] cumpriria a mesma função, embora venha em um SP. Semanticamente, ambos os constituintes assumem o papel de tema.

[85] (392)
tãpapytyg-a *n=a-paej-ø* *t-yro-ø* [[*xã’ẽ-ø*] *ø-ne*] *rã’ẽ*
 Tãpapytyga-REFER não=3.I-lavar-NEG 3.II-roupa-REFER panela-REFER R-POS PAS
 ‘Tãpapytyga não lavou roupa nem panela’

(PRAÇA, 2007, p. 142, colchetes nossos)

Uma pergunta teórica a se fazer é: o que motivaria a expressão de um argumento em um SN e de outro de mesma natureza semântica em um SP? Em resposta, uma hipótese seria a importância pragmática de um argumento frente ao outro, ou ainda a inexistência de uma estratégia formal para coordenar dois constituintes que não seja via posposição. Isso nos leva a indagar se, em termos tipológicos, o uso de adposição para cumprir o papel de elemento de coordenação entre constituintes é ou não comum. Deste modo, propomos que o SP nucleado por *ne* seja tratado como argumento pelo fato de poder atuar tanto como sujeito quanto como objeto.

Nossa proposta é similar ao que vimos no Kamaiurá, a respeito da coordenação com o morfema *nite*. Seki (2000a, p. 246) informa que “A construção com *nite* em certos contextos é ambígua entre uma interpretação comitativa e conjuntiva”. Mantemos essa

¹⁰⁶ Em nossa escala, não especificamos os tipos de argumento por não dispormos de dados suficientes para tanto. A classificação entre “sujeito”, “objeto direto” ou “objeto indireto” pode ser adequadamente realizada pelos pesquisadores da língua.

análise para o Apyãwa, em que a posposição ocorre como elemento de coordenação equivalente a uma conjunção.

- b) Argumento agente causado/direto:** como informado por Praça (2007, p. 139), o ‘causado’ (*causee*) “Ocorre em construções transitivas com o sufixo {-akār} ‘mantenedor de agentividade do participante demovido da posição de sujeito’ (MASD)”. A nosso ver, o SP causado pode ser considerado um argumento devido ao uso do sufixo MASD, que aumenta a valência do verbo de dois participantes (agente direto e paciente) para três participantes (agente direto, paciente e agente indireto). Assim, o predicado modificado pelo MASD abre nova vaga argumental, preenchida por um agente indireto na posição de sujeito, e prevê a manutenção do agente direto, embora este passe a ocorrer no SP *we* ‘dativo’. O MASD faz o predicado transitivo causativizado prever ou mesmo manter a existência do agente direto, embora tenha sido demovido da posição de sujeito, como descreve Praça (2007), e esteja alocado em um SP.

A terminologia usada para tratar o sufixo causativo de verbos transitivos, “mantenedor de agentividade do sujeito demovido”, demonstra que a pesquisadora atribui papel relevante ao agente direto, que sofre o controle de um agente indireto. Formalmente, o agente direto, nas palavras de Praça (2007, p. 108, grifos nossos), é um “oblíquo”, tratado como dativo: “o participante demovido da posição de sujeito recebe uma marca de **oblíquo**”, isto é, a posposição *we* ‘dativo’, é “demovido para a **posição de objeto** ou de **oblíquo**” (p. 111) e pode acionar o indicativo II.

A motivação semântica evocada pela autora para tratar o antigo sujeito atribui centralidade ao agente direto, ao mencionar a característica de “reter um alto grau de agentividade” (p. 111) e adotar a terminologia “mantenedor”. Além disso, Praça (2007) oscila entre chamá-lo de oblíquo e de objeto, o que pode revelar incerteza sobre o *status* sintático do constituinte. Assim, não o trata de imediato como adjunto típico e o insere no grupo dos participantes chamados de oblíquo, os quais usufruem de mais centralidade.

Semanticamente, trata-se de um participante pelo fato de ser previsto no pacote instituído pelo sufixo MASD. O antigo sujeito está previsto na grade semântica do verbo e também na formal, pois o sufixo causativo no verbo pressupõe a existência do SP. Ademais, a seguinte afirmação permite supor que o oblíquo é um argumento, porém não nuclear nem tão obrigatório quanto o sujeito e o objeto:

Em Tapirapé, uma característica dos argumentos nucleares sujeito e objeto, enquanto sintagmas nominais, é que eles podem ser elididos quando mencionados anteriormente (292b). Os oblíquos, por sua [vez], não são obrigatórios, entretanto podem ser evocados pelo falante (293b). (PRAÇA, 2007, p. 108-109)

Em outras palavras, a elisão vale tanto para sujeito e objeto quanto para oblíquo. Assim como no Kamaiurá e no Guajá, o agente direto da construção causativa com verbo transitivo é previsto, porém, na perspectiva sintática, é realizado em um SP, cujo *status* argumental ou adjuntivo não está completamente definido. A dupla possibilidade de análise é revelada nas modalizações empregadas por Praça (2007, p. 110, grifos nossos) para descrever o causado, dando indícios de que sua análise permanece em aberto: “**Até esse momento da pesquisa, parece-me** que o oblíquo causado não demonstra possuir propriedades formais que o qualifiquem como argumento nuclear”.

Adicionalmente, outro ponto que induz Praça (2007) a classificar esse SP como adjunto é o teste do indicativo II. Para nós, no exemplo 86 (289b), o SP [[ãpi-ø] ø-we] acrescenta informação semântica necessária à estrutura e prevista por ela, razão pela qual seria participante, com valor [+ARGUMENTO]. No exemplo 87 (291b), o SP [[ma'i'i-ø] ø-we] também fornece informação semântica imprescindível, o que nos leva a indagar se os enunciados de 86 (289b) e 87 (291b) teriam alta frequência de uso sem revelar quem efetivamente praticou as ações de molhar ou de pisar o arroz, respectivamente, e sem contexto para preencher lacunas eventuais. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[86] (289b)

marãxe'i-ø [[ãpi-ø] ø-we] a-mook-akâr korinãka'i-ø
 Marãxe'i-REFER mamãe-REFER R-POS 3.I-molhar-MASD Korinãka'i-REFER
 'Marãxe'i molhou Korinãka'i por meio de mamãe'

(PRAÇA, 2007, p. 107, colchetes nossos)

[87] (291b)

porãke'i-ø a-xaak-akâr 'ãwãxi'i-ø [[ma'i'i-ø] ø-we]
 Porãke'i-REFER 3.I-pilar-MASD arroz-REFER Ma'i'i-REFER R-POS
 'Porãke'i pisou o arroz por meio de Ma'i'i'

(PRAÇA, 2007, p. 108, colchetes nossos)

[88] (295)

[ipa'yw-a ø-we] i-ãpa-pãw-akâr-i
 Ipa'ywa-REFER R-POS 3.II-fazer-terminar-MASD-I2
 'por meio de Ipa'ywa, ele terminou de fazer'

(PRAÇA, 2007, p. 110, colchetes nossos)

- c) **Argumento recíproco:** uma construção recíproca pressupõe a realização dos termos da reciprocidade, tornando o SP de semântica recíproca aparentemente necessário à

Consideramos que tais construções podem refletir diferença entre o que se poderia chamar de valência do predicado ou da oração frente à valência, propriamente dita, do verbo. A morfologia do verbo não acompanha a semântica divalente do predicado, o que indica possível fase em que o verbo ainda não assumiu forma transitiva. Neste sentido, o verbo seria intransitivo, mas o predicado ou a oração não. Embora os SP dessas construções não sejam referenciados na morfologia do verbo e não tenham, sintaticamente, o comportamento típico dos argumentos projetados pelo verbo, seriam necessários ao predicado, razão pela qual Praça (2007, p. 105, grifos nossos) afirma que alguns verbos intransitivos ocorrem, sistematicamente, com um “**complemento posposicional**”.

No exemplo 92 (75), o verbo *i-'ew* ‘gostar’ apresenta índice pessoal típico de verbos intransitivos, porém ocorre com o SP *[[māk-a] r-e]*, o qual preenche a valência do predicado (ou da oração) e, conforme nossa proposta de análise, desempenha a função de argumento ou de quase argumento. Reproduzimos a seguir alguns dados de Praça (2007):

- [92] (75) arar-a i-'ew [[māk-a] r-e]
 arara-REFER 3.II-gostar manga-REFER R-POS
 ‘a arara gosta de manga’
 (PRAÇA, 2007, p. 36, colchetes nossos)
- [93] (106) ã-ma'ẽ [maj-oo-ø r-e]
 1sg.I-olhar cobra-INT-REFER R-POS
 ‘eu olhei a cobra grande’
 (PRAÇA, 2007, p. 46, colchetes nossos)
- [94] (286) xe=r-eã [ne=r-ee]
 1sg.II=R-lembrar 2sg.II=R-POS
 ‘lembrei-me de você’
 (PRAÇA, 2007, p. 106, colchetes nossos)

A ocorrência de verbos intransitivos com complementos remete tanto à noção de verbo “intransitivo estendido” (DIXON, 2002, p. 122-124), o qual depende de um constituinte adicional para ter sentido pleno, quanto à de quase objeto, adotada por Zariquiey (2017) para se referir aos complementos que ocorrem em predicados intransitivos e têm menos propriedades de objeto, a exemplo da ausência de controle de correferência.

Em comunicação fornecida oficialmente durante a defesa desta dissertação, Praça (informação verbal, 2021) informou que já vinha fazendo reanálise dos dados. Atualmente, a pesquisadora considera que os exemplos citados revelam a existência de

[97] (48)

ne=r-amõj-a a-kome'õ xãkowi-ø ø-parageta-ø [xe=ø-we]
 2sg.I=R-avô-REFER 3.I-contar Xãkowi-REFER R-estória-REFER 1sg.II=R-POS
 'seu avô contou a estória de Xãkowi para mim'

(PRAÇA, 2007, p. 28, colchetes nossos)

[98] (546)

a-ixãk-akãr [xe=ø-we] a-xã'ẽ-ymyn-a
 3.I-ver-MASD 1sg.II=R-POS 3.III-panela-VEL-REFER
 'ela mostrou-me a panela velha dela'

(PRAÇA, 2007, p. 187, colchetes nossos)

[99] (94)

kãtowyg-a rãka a-mor [xe=ø-we] mayg-a
 Kãtowyga-REFER PAS.REC 3.I-dar 1sg.II=R-POS remédio-REFER
 'foi Kãtowyga que me deu remédio'

(PRAÇA, 2007, p. 42, colchetes nossos)

- g) Quase argumento benefactivo:** por uma questão de ordem de constituintes, Praça (2007, p. 110, grifos nossos) afirma que “o **argumento** com papel semântico de beneficiário tem primazia sobre o causado”. Ou seja, além de chamá-lo de “argumento”, a autora reconhece o valor mais central do SP beneficiário com base na sintaxe. Contudo, diferentemente do SP destinatário com verbo “dar”, os próximos exemplos tendem a mostrar o benefactivo em posição final. Além disso, tendo em conta a possibilidade semântica de existir ou não um participante beneficiário, consideramos que o sentido destes verbos pressupõe um SP menos necessário que o dos destinatários, razão pela qual propomos que o benefactivo seja colocado em um ponto da escala após os destinatários. Notamos, todavia, que os exemplos de verbos como “assar” e “dizer” são sempre apresentados com SP benefactivo em Praça (2007). Em 100 (379), o SP $[[xe=r-opy-ø] \ \emptyset-we]$ ‘para o meu pai’ ocuparia a função de quase argumento do verbo transitivo *a-yr* ‘assar’. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[100] (379) ãpi-ø a-yr 'ipirã-ø $[[xe=r-opy-ø]$ $\emptyset-we]$
 mamãe-REFER 3.I-assar peixe-REFER 1sg.I=R-pai-REFER R-POS
 'mamãe assou peixe para o meu pai'

(PRAÇA, 2007, p. 139, colchetes nossos)

[101] (293b)

a-ãpa-paw $[[ne=]\emptyset-we]$
 3.I-fazer-COM 2SG.II=R-POS
 '(ele) terminou de fazer para você'

(PRAÇA, 2007, p. 109, colchetes nossos)

Neste ponto da escala, sugerimos incluir também casos como o do exemplo 102 (298), que podemos entender como quase argumento beneficiário de verbo transitivo causativizado: tanto o beneficiário quanto o agente direto de causativa ocorrem em SP e com a mesma posição dativa *we*. Como dito anteriormente, Praça (2007, p. 110)

chama o SP beneficiário de “oblíquo” e informa que “não há diferença gramatical entre o beneficiário e o causado. A única diferença existente entre esses dois oblíquos [SP beneficiário *ne=ϕ-we* e SP causado *ipa’yw-a ϕ-we*] é que o beneficiário antecede o causado quando há ocorrência de um quarto participante”. Assim, pelo critério da ordem, o SP beneficiário seria mais central que o SP agente direto de causativa. Contudo, o papel de agente, tipologicamente, tende a ser mais importante que o de beneficiário e, sobretudo, no caso do Apyãwa, é previsto na grade argumental do verbo, que foi causativizado por meio do sufixo “mantenedor de agentividade do sujeito demovido” (p. 111), motivos pelos quais situamos esse beneficiário em posição abaixo do causado e o consideramos um quase argumento. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[102] (298)

ã-ãpa-pãw-akãr tope-ϕ [[ne=]ϕ-we] ipa’yw-a ϕ-we
 1sg.I-fazer-COM-MASD topé-REFER 2sg.II=R-POS Ipa’ywa-REFER R-POS
 ‘eu terminei de fazer o tope para você por meio da Ipa’ywa’

(PRAÇA, 2007, p. 110, colchetes nossos)

Por fim, incluímos aqui o exemplo 103 (297) e similares, que representam o quase argumento beneficiário de causativa de intransitivo com objeto inanimado: a ocorrência de um objeto inanimado em estrutura causativa de verbo de movimento originalmente intransitivo acarreta a existência lógica de um beneficiário (ou destinatário) animado, haja vista que, na construção, não se manda em algo sem animacidade. Em consequência, propomos que o SP beneficiário [[*kãtowyg-a*] *ϕ-we*] ‘para Kãtowyga’ cumpre a função de quase argumento do SV causativizado *a-ma-na* ‘ir’ (‘fazer ir’, ‘mandar’). Reproduzimos a seguir os dados de Praça (2007):

[103] (297) mani’aki-ϕ a-ma-na korowã-ϕ [[kãtowyg-a] ϕ-we]
 mani’aki-REFER 3.I-CAUS-ir abóbora-REFER Kãtowyga-REFER R-POS
 ‘Mani’aki mandou abóbora para Kãtowyga’

(PRAÇA, 2007, p. 110, colchetes nossos)

- h) Quase argumento complementação de relação:** ao descrever essa estrutura, Praça (2007, p. 140) informa que “A complementação de relação ocorre em construções intransitivas e exprime o sentido de ‘no que respeita a’”. Chama nossa atenção o termo “complementação”, que faz supor um valor mais argumental para esse SP, além do fato de ser alocado entre os SP com função dativa, classificados de “oblíquo”, não apenas de

adjunto. Considerando que esse tipo de SP, como $[[i]-xope]^{108}$ ‘a ele’, em 104 (381), ocorre com verbos intransitivos, propomos que se situe abaixo dos demais dativos na escala, que ocorrem com verbos transitivos. O verbo, apesar de formalmente intransitivo, nucleia uma construção que, além do sujeito, requer uma “complementação”. Embora tal estrutura se assemelhe à dos verbos intransitivos em predicado divalente, considerando que o verbo é intransitivo e que “ficar bravo” poderia equivaler a um verbo cognitivo, algo como “não gostar”, Praça (2007) distingue as estruturas, motivo pelo qual mantivemos a separação. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[104] (381) tãxã- \emptyset rõ’õ a-xarõ **[[i]-xope]**
 porcão-REFER N.ASS 3.I-ficar.bravo 3.II- POS
 ‘o porcão ficou bravo no que respeita a ele’
 (lit: o porcão ficou bravo para ele)

(PRAÇA, 2007, p. 140)

- i) **Adjunto comparativo de superioridade:** estruturas comparativas criam a obrigatoriedade de expressar (ou subentender) todos os elementos da comparação. Constatamos que, no Apyãwa, a comparação de superioridade é instituída quando há presença de um quantificador e um SP regido pela posposição *wi* ‘origem’, o qual aparece na margem direita da sentença e, se anteposto ao verbo, provavelmente acionará o indicativo II. Esse tipo de SP se torna necessário se a intenção for estabelecer comparação de superioridade, ainda que a frase sem ele seja gramatical, porém com sentido diferente. No exemplo 105 (384), o SP $[[marãxe'i-\emptyset] \emptyset-wi]$ ‘em relação a Marãxe’i’ foi introduzido após o quantificador *wetepe* ‘muito’ para criar a sentença comparativa. Sem eles, entendemos que a frase estaria correta, assim como estaria correta até *wetepe*, contudo não haveria em nenhuma das duas possibilidades a leitura comparativa de superioridade. Consequentemente, propomos que o SP seja um adjunto, mas não prototípico, pois seu uso nesse tipo de contexto sugere um valor menos periférico. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[105] (384) xãri’i- \emptyset mĩ a-ãtã wetepe $[[marãxe'i-\emptyset] \emptyset-wi]$
 Xãri’i-REFER HAB 3.I-andar muito Marãxe’i-REFER R-POS
 ‘Xãri’i sempre anda muito mais que Marãxe’i’

(PRAÇA, 2007, p. 141, colchetes nossos)

¹⁰⁸ Segundo Praça (2007, p. 139), $\{we\}$ assume os seguintes alomorfes: $[we \sim ope \sim xope]$.

- j) Adjunto prototípico:** em 106 (104), o SP [['y-∅] r-opi] ‘pelo rio’ é adjunto em termos sintático e semântico, pois introduz circunstância não exigida ou prevista pelo verbo *ara-xokã* ‘matar’ e pode ativar o indicativo II, nos termos de Praça (2007). Em 107 (154), o SP [[ywa-ywa-∅] r-e], além de apresentar as mesmas características, se situa em posição pós-verbal, na periferia direita da frase. Esses exemplos representam o adjunto prototípico de nossa proposta de escala, o qual foi identificado com base nos seguintes critérios: 1) não ter sido chamado por Praça (2007) de “oblíquo”, “complementação”, “complemento”, “objeto” ou “argumento”, como ocorreu com outros SP anteriormente analisados aqui; 2) não ser previsto na semântica do verbo; 3) não gerar correferência com argumento; e 4) não ocorrer sempre ou com alta frequência com os mesmos verbos. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[106] (104)	[['y-∅	r-opi]	ara-xokã	xawaxi-'o-∅	mõ-∅
	rio-REFER	R-POS	1excl-matar	jabuti-INT-REFER	IND-REFER
	‘pelo rio nós matamos uma tartaruga’				
	(PRAÇA, 2007, p. 46, colchetes nossos)				
[107] (154)	xiwã'ã-∅	a-xe-ma-awã	[[ywa-ywa-∅]	r-e]	
	caititu-REFER	3.III-REF-CAUS-gente	fruta-REDUP-REFER	R-POS	
	‘o caititu se faz crescer por causa das frutas’				
	(PRAÇA, 2007, p. 62, colchetes nossos)				

18.3. SP como predicado no Apyãwa (Tapirapé)

As obras pesquisadas revelam SP também em função de predicado. Nossa hipótese é que essa função pode ser interpretada como posição ainda mais nuclear que a de argumento. Na próxima seção, apresentaremos outra proposta possível de escala, considerando o *status* gramatical dos sintagmas posposicionais do mais nuclear, partindo do predicado, ao mais periférico, expresso pelo adjunto prototípico. Fornecemos primeiro a análise da função de predicado de acordo com Praça, Magalhães e Cruz (2017), mantida em Cruz, Magalhães e Praça (2019) e Magalhães, Praça e Cruz (2019), depois representamos, em uma escala, nossa interpretação para os novos constituintes. Nesta outra hipótese, incluiremos dois SP em função de predicado e mantivemos os demais sintagmas inalterados, de acordo com o que propusemos anteriormente.

Sintagmas posposicionais em função de predicado, conforme Praça, Magalhães e Cruz (2017):

- a) Predicado adverbial:** Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 48, grifos nossos) informam que constituintes adverbiais predicam no Apyãwa. Segundo as autoras,

Em **Apyãwa**, em Guajá e em Nheengatú, expressões adverbiais podem funcionar como **predicado** sem necessidade de cópula. [...] O exemplo (25a) abaixo ilustra um **sintagma posposicional em função de predicado** em Guajá. Observe que em (25a) o nome *tapi'ir-a*, flexionado pelo sufixo *-a*, funciona como argumento único do predicado adverbial *ka'a-pe*. O exemplo (25a) contrasta com (25b), em que o mesmo nome, sem o sufixo *-a*, ocorre como predicado existencial, enquanto a expressão adverbial ocorre como adjunto. **Similarmente**, no exemplo (26a) do Apyãwa, a expressão adverbial também funciona como predicado, exigindo um argumento *tãpi'ir-a*, flexionado pelo sufixo referenciante *-a*.

Reproduzimos a seguir os dados das autoras:

- [108] (25a) *tapi'ir-a ka'a-pe* (Gj)
 anta-RFR mato-LOC
 'A anta está no mato'
 [...]
- [109] (26a) *tãpi'ir-a [ka'ã-pe]* (Ap)
 anta-RFR mato-LOC
 'A anta está no mato'
 [...]
- [110] (28a) *wetepe kã'i [kã'ã-pe]* (Ap)
 muitos macaco mato-LOC
 'Muitos macacos estão no mato'
 (PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 48, colchetes nossos)

- b) Predicado adverbial deslocado para posição inicial com verbo afirmativo na 3ª pessoa nominalizado:** Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 52) interpretam a alteração verbal gerada pelo fronteamto dos SP com verbo afirmativo na 3ª pessoa como nominalização, e o SP deslocado como predicado principal:

A comparação entre essas línguas sugere que o sufixo *-u ~ -i* do Tupinambá, assim como seus cognatos nas línguas Apyãwa e Guajá, deve ser reanalisado como um nominalizador. A hipótese defendida neste trabalho é a de que a expressão adverbial na primeira posição se torna o predicado principal e o antigo predicado principal é, por consequência, nominalizado, por passar a funcionar como um argumento do predicado adverbial.

As pesquisadoras também informam que “Em Apyãwa, sintagmas adverbiais e posposicionais em primeira posição ativam a nominalização quando o verbo é ativo e marcado por prefixos de terceira pessoa” (p. 55). Reproduzimos a seguir o exemplo das autoras:

- [111] (44) *[ãxiwe] rō'õ [i-moo-i] a-men-a* (Ap)
 amanhã NASS 3.NA-pintar-NMLZ 3.CO-marido-RFR
 'parece que é amanhã que elas pintarão os maridos delas'
 (PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 52, colchetes nossos)

18.4. Proposta de escala incluindo SP como predicado ao lado de argumento e adjunto no Apyãwa (Tapirapé)

Por fim, representamos nossa segunda proposta de escala para o Apyãwa, agora incluindo os SP em função de predicado. Os demais constituintes permanecem inalterados.

Consideramos o predicado o elemento mais nuclear porque, como informado por Praça (2007, p. 184), “a estrutura oracional básica é aquela composta apenas pelo predicado”, e porque a autora opõe o “núcleo da oração”, entendido como o “predicado e seus argumentos” (PRAÇA, 2007, p. 122) ao “adjunto extra núcleo oracional”.

[+NÚCLEO]

[+PERIFERIA]

Predicado adverbial *in situ* (26a)

Predicado adverbial deslocado para posição inicial com verbo afirmativo na 3ª pessoa nominalizado (1b)

Argumento de coordenação (recíproca, companhia e adição) (352b)

Argumento agente causado/direto (289b, 291b)

Argumento recíproco (156)

Argumento reflexivo (376)

Argumento ou quase argumento de verbo intransitivo em predicado divalente (cognição, percepção, complemento determinativo de matéria) (75)

Quase argumento ou argumento destinatário (378)

Quase argumento benefactivo (379, 298, 297)

Quase argumento complementação de relação (381)

Adjunto comparativo de superioridade (384)

Adjunto prototípico (104, 154)

Os critérios usados para alocar os constituintes SP de tipo predicado ao longo da escala estão especificados a seguir:

- a) **Predicado adverbial *in situ***: o SP $[[ka'ã]-pe]$ funciona como predicado, isto é, como termo que exige (projeta) argumentos. Em outras palavras, o predicado é entendido como o predador com sua grade argumental. A posposição é um predador divalente, com dois argumentos: *ka'ã* ‘mato’ e o SN *tãpi'ir-a* ‘anta’. Empregamos a terminologia “*in situ*” por oposição ao SP em função de predicado adverbial deslocado para posição inicial de oração. Reproduzimos a seguir dois exemplos das autoras:

[112] (26a) tãpi'ir-a ka'ã-pe
anta-RFR mato-LOC
‘A anta está no mato’

[...]

[113] (28a) wetepe kã'i kã'ã-pe
muitos macaco mato-LOC
‘Muitos macacos estão no mato’

(PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 48, colchetes nossos)

Em que pese a glosa LOC ‘locativo’ em 112 (26a), Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 48, grifos nossos) tratam o morfema *-pe* de modo similar ao de 114 (25a), do Guajá, interpretado como sintagma posposicional na função de predicado. Conforme citado anteriormente:

O exemplo (25a) abaixo, ilustra um **sintagma posposicional em função de predicado** em Guajá. Observe que em (25a) o nome *tapi'ir-a*, flexionado pelo sufixo *-a*, funciona como **argumento único** do predicado adverbial *ka'a-pe*. O exemplo (25a) contrasta com (25b), em que o mesmo nome, sem o sufixo *-a*, ocorre como predicado existencial, enquanto a expressão adverbial ocorre como adjunto. **Similarmente**, no exemplo (26a) do Apyãwa, a expressão adverbial também funciona como predicado, exigindo um argumento *tâpi'ir-a*, flexionado pelo sufixo referenciante *-a*.

[114] (25a) *tapi'ir-a ka'a-pe* (Gj)
 anta-RFR mato-LOC
 ‘A anta está no mato’

- b) Predicado adverbial deslocado para posição inicial com verbo afirmativo na 3ª pessoa nominalizado:** o SP [['y-ø] *r-opi*] anteposto para posição inicial funciona como predicado. Interpretamos a posposição como predicador divalente, com um argumento interno, *y* ‘rio’, e outro externo, o SN *i-xãok-i* ‘banha-se’/‘[o ato de] banhar-se’. Essa análise encontra respaldo na visão de que os SP na posição inicial da oração se tornam o rema, conforme Praça (2007)¹⁰⁹, e na proposta de Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 52), segundo a qual os SP, assim como os sintagmas adverbiais, podem exercer a função de predicado. Reproduzimos a seguir os exemplos de Praça (2007):

[115] (1b) [['y-ø] *r-opi*] [i-xãok-i] [t-mõj-a]
 rio-REFER R-POS 3.II-banhar-se-I2 3.II-avô-REFER
 ‘pelo rio, um avô (de gente) se banha’

[116] (1a) *t-amõj-a a-xãok 'y-ø r-opi*
 3.II-avô-REFER 3.I-banhar-se rio-REFER R-POS
 ‘um avô (de gente) se banha pelo rio’

(PRAÇA, 2007, p. 79, colchetes nossos)

Para concluir, comparando os itens a) e b) de nossa segunda escala, constatamos que o predicado adverbial *in situ* difere do SP deslocado para posição inicial (indicativo II) nos seguintes aspectos: 1. ocorre à direita, posição típica de predicado (*in situ*); 2. ocorre em contexto originalmente sem verbo; 3. não tem relação com processo de

¹⁰⁹ “Contudo, se as expressões adverbiais forem deslocadas para a posição mais à esquerda [...], passam a ser o rema, a informação mais importante, recaindo sobre elas um relevo informacional maior, que contextualiza o evento descrito pelo verbo” (PRAÇA, 2007, p. 123).

derivação na sentença; 4. não é alvo de processo discursivo-pragmático necessariamente¹¹⁰; 5. em consequência, é menos marcado.

3.3.3. Guajá

A terceira língua pesquisada neste trabalho foi o Guajá, falado nas terras indígenas Caru, Awá, Alto Turiaçu e Arariboia, no estado do Maranhão (MA). A língua pertence ao ramo VIII da família tupí-guaraní, de acordo com a classificação proposta por Rodrigues e Cabral (2002).

O protocolo de pesquisa aplicado ao Guajá teve por base as seguintes obras: Cruz, Magalhães e Praça (2019); Magalhães (2019); Magalhães, Praça e Cruz (2019); Praça, Magalhães e Cruz (2017); Magalhães (2014); Magalhães e Mattos (2014); Magalhães (2007).

Além dessas, pesquisamos mais obras cujas informações não foram aproveitadas neste momento da pesquisa: Berto *et al.* (2019); Cardoso (2019); Salles (2019); Forline e Magalhães (2016); Magalhães (2016); Garcia (2015, 2010); Guarino (2015); Viola (2015); Yokoi (2014); Hernando e Coelho (2013); Nascimento (2008); Prado (2007); Cormier (2003); Forline (1997); Cunha (1987); CIMI (1986); Cruz (1972); Beghin (1951, 1957); Nimuendajú (1948); Hurley (1932).

Por fim, algumas obras não foram encontradas durante a realização da pesquisa: Garcia (2019); Berto (2017); Hernando *et al.* (2011); Ivanise Gomes (1991); Mércio Gomes (1989).

Apresentamos a seguir nossa resposta à última questão do protocolo, de número 18, a qual representa uma síntese das análises das especialistas e de nossas propostas de análise, referentes à classificação dos SP no Guajá. Disponibilizamos o protocolo completo e preenchido, com as respostas às Questões 1 a 17, no Apêndice 2 desta dissertação.

Os exemplos linguísticos apresentam numeração sequencial entre colchetes, seguida da numeração original da obra consultada.

18. Esboçar proposta de classificação dos sintagmas adposicionais na escala entre argumento e adjunto

Resposta: A seguir, apresentamos a classificação dos SP no Guajá com base em Magalhães (2007, 2014, 2019), Magalhães e Mattos (2014), Praça, Magalhães e Cruz (2017), Cruz, Magalhães e Praça (2019) e Magalhães, Praça e Cruz (2019). Em seguida, apresentamos nossa proposta de tratamento escalar dos SP, na qual colocamos os SP considerados equivalentes no

¹¹⁰ Em Gomes e Scandelari (a publicar), faremos proposta de análise referente à estrutura conhecida como indicativo II e abordaremos sua natureza discursivo-pragmática em diferentes línguas da família tupí-guaraní.

mesmo ponto. Situamos à direita os menos nucleares ou mais próximos dos adjuntos. As justificativas para cada escala são fornecidas após os esquemas.

Esclarecemos que as propostas de escala são nossas, não das pesquisadoras. As autoras supracitadas não adotam uma noção escalar ou teoria de protótipos, ao menos não de maneira explícita. Seus dados, no entanto, nos levaram a um tratamento teórico e analítico escalar. Em outras palavras, nossos fundamentos para o tratamento [+NUCLEAR] e escalar dos SP estão nas próprias obras das autoras. Por exemplo, em “complemento indireto marcado por posposição”, a terminologia é de Magalhães (2007, p. 170), não nossa.

Adicionalmente, esclarecemos que as escalas aqui propostas são hipóteses e podem servir de programa de pesquisa aos especialistas no Guajá. Neste sentido, com base em nossa pesquisa e no que os próprios autores escreveram, oferecemos possibilidades de análise e hipóteses de classificação dos SP, as quais precisarão ser confirmadas pelos pesquisadores da língua.

18.1. Síntese da literatura sobre as funções dos SP no Guajá

Apresentamos uma síntese, em forma de escala (para fins de comparação com a escala que proporemos adiante), referente ao *status* gramatical dos sintagmas posposicionais, conforme Magalhães (2007, 2014, 2019), Magalhães e Mattos (2014) e Praça, Magalhães e Cruz (2017), Cruz, Magalhães e Praça (2019) e Magalhães, Praça e Cruz (2019). Os termos empregados nesta escala, a exemplo de “complemento” e “adjunto”, refletem o uso das autoras¹¹¹.

Como citado na Questão 1 do protocolo (cf. Apêndice 2), Magalhães (2019, p. 899, grifos nossos) tende a classificar as expressões adverbiais, as quais incluem os SP, somente como adjunto: “É possível observar, assim, o mesmo comportamento morfossintático entre verbos eventivos (1), verbos estativos (2), nomes (3) e expressões adverbiais (4), [...] apesar de nomes serem mais usados como argumentos, verbos como predicados e **expressões adverbiais como adjuntos**”.

¹¹¹ Não incluímos os chamados “adjuntos correferenciais” na escala por não serem SP (vide exemplo 49 de Cruz, Magalhães e Praça (2019)).

[ARGUMENTO]

[ADJUNTO]

Complemento agente causativizado em posição de oblíquo (733)
 Complemento de verbo transitivo (670, 671)
 Complemento indireto de verbo intransitivo (153)
 Complemento adverbial com a partícula-predicado *naha'új* (215)
 Adjunto reflexivo/recíproco (124)
 Adjunto recipiente/destinatário (136)
 Adjunto ou adjunto circunstancial (149)

- a) **Complemento agente causativizado em posição de oblíquo:** ao descrever a contraparte causativa de verbo transitivo, Magalhães (2007, p. 206) classifica o SP como “complemento” (como informado na Questão 1 do protocolo, disponibilizado no Apêndice 2 desta dissertação, a autora não chega a definir o termo), afirma que assume “posição de oblíquo” e identifica nele o papel de agente (um agente direto). Segundo a autora,

Nessa construção, o novo participante [da oração causativizada] exerce a função sintática de sujeito, enquanto o antigo participante é demovido dessa função para exercer a função de **complemento**, sendo marcado por meio da posposição *-pé* ‘para’. Este participante, apesar de passar a uma **posição de oblíquo**, continua exercendo o papel semântico de agente do núcleo verbal. (MAGALHÃES, 2007, p. 206, grifos nossos)

Magalhães (2007) não o trata, porém, como argumento, embora também não o classifique abertamente como adjunto. Em sua análise, no conjunto da tese, subentende-se que se trata de um adjunto, embora com *status* sintático e semântico diferenciado, o que se evidencia no uso dos termos “complemento” e “oblíquo” e no reconhecimento do seu papel semântico de agente. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[117] 733. *jahá 'ý-a a-'u-ká karáí [i-we-ma'á-ké Ø-pé]*
 eu água-N 1-ingerir-CAUS não-índio R²-sedento-NZR-RET R¹-para
 ‘eu fiz beber água ao não-índio que estava com sede’

[118] 732. *karáí i-wé-ma'á-kér-a 'ý-a u-'ú*
 não-índio R²-sedento-NZR-RET-N água-N 3-ingerir
 ‘o não-índio que estava com sede bebeu água’

(MAGALHÃES, 2007, p. 207, colchetes nossos)

- b) **Complemento de verbo transitivo:** segundo Magalhães (2007, p. 187, grifos nossos), os SP também exercem a função de “complemento” de verbos transitivos:

Mas há também verbos transitivos que, além dos argumentos nucleares, pedem um **complemento**. O verbo *-manō* ‘fazer.ir’, por exemplo, pode ocorrer com diferentes tipos de **complementos**, desde **sintagmas posposicionais** até nomes comuns ou nomes dêiticos de posição, flexionados pelo **sufixo locativo** *-pe* ~ *-me*. Cada complemento proporciona um **significado diferente ao verbo**.

A autora não atribui a esse SP o *status* de argumento e dá a entender que se trata de adjunto, apesar de: 1) classificá-lo como “complemento”; 2) reconhecer seu papel na constituição do significado do verbo; e 3) afirmar que ele é pedido pelo verbo. Reproduzimos a seguir alguns dados de Magalhães (2007):

[119] 670.

awá-wanihã-∅ ha-wy’y-a ∅-japó. ∅-paparō, ∅-manō i-papó-a [h-ehé]
 Guajá-homem-N R²-flecha-N 3-fazer 3-botar.pena 3-colocar R²-asa-N R²-sobre
 ‘O homem Guajá faz sua flecha. Empena-a, coloca as penas nela.’

[120] 671.

amō mehē a-manō tá [ni = ∅-pé]
 outro quando 1-dar PROJ 2 = R¹-para
 ‘outro dia eu darei a você’

(MAGALHÃES, 2007, p. 187, colchetes nossos)

- c) **Complemento indireto de verbo intransitivo:** Magalhães (2007) classifica o SP de alguns verbos intransitivos e adjetivos como “complemento indireto”, conforme o trecho a seguir:

[...] há verbos intransitivos que, além do argumento nuclear, cuja pessoa é expressa por meio dos prefixos pessoais nominativos, **aditem um ou mais complementos indiretos, marcados por posições**.

São exemplos desses verbos: *-kijé* ‘temer’, *-ĩ* ‘dizer’, *-ma’i* ‘perguntar/falar/pedir’, *-mumu’ũ* ‘ensinar/contar’, *-amakáj* ‘chamar/gritar por’, *-nehē* ‘tirar’, *-maká* ‘rir’, *-jamaká* ‘cuidar’. (MAGALHÃES, 2007, p. 189, grifos nossos)

Em relação à classe dos adjetivos, Magalhães (2007, p. 170, grifos nossos) informa que “há alguns adjetivos que admitem **complemento indireto**, marcado por posposição. Tais adjetivos podem ocorrer sem complemento ou com ele”. Embora classifique esses SP como “complemento” e reconheça que são admitidos por verbos e adjetivos, Magalhães (2007) não os trata como argumentos explicitamente, dando a entender que são adjuntos. No exemplo 121 (153), o SP *[h-ehé]* atua como “complemento indireto” do verbo *jamaká* ‘cuidar’. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[121] 153. *∅-jamaká [h-ehé]*
 3-cuidar R²-em.relação.a
 ‘cuidou dele’

(MAGALHÃES, 2007, p. 60, colchetes nossos)

- d) **Complemento adverbial com a partícula-predicado *naha'új***: Magalhães (2007, p. 74, grifos nossos) esclarece que:

A partícula-predicado *naha'új* significa ‘não encontrado’. O exemplo 215 ilustra a ocorrência da partícula *naha'új* com seu argumento e com um **complemento adverbial**, seguidos da partícula final *anỹ*, o que atesta que o SN *tatú-a* tem *status* de argumento e não se trata de um SN externo.

Apesar da terminologia “complemento” adotada pela autora, ela não o classifica abertamente como adjunto. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[122] 215. *naha'új* *tatú-a* [*wý* \emptyset -*tipir-ahá* *r-ipí*] *anỹ*
 não.encontrado tatu-N chão R¹-varrer-NZR R¹-por CONJ
 ‘Mas não foi encontrado tatu pelo chão varrido’
 (MAGALHÃES, 2007, p. 74, colchetes nossos)

- e) **Adjunto reflexivo/recíproco**: de acordo com Magalhães (2007, p. 54),

As posposições constituem a única classe funcional que se flexiona com prefixos relacionais e distingue-se, assim, das classes não lexicais não flexionáveis – advérbios, pronomes, demonstrativos e partículas. Elas podem receber o prefixo reflexivo/recíproco *i-* (ex. 124).

Além de posposições serem mais parecidas com nomes e verbos do que com outras classes (chamadas de funcionais e, em tese, mais parecidas com as posposições), Magalhães (2007, p. 185) informa que a posposição recebe o prefixo por causa da correferência com o sujeito: “O prefixo reflexivo/recíproco também ocorre quando há co-referência entre o sujeito e o determinante da posposição ou do nome dêitico de posição. Neste caso, o prefixo vem marcado na própria posposição ou nome dêitico, e não no verbo”. A autora não define explicitamente o *status* sintático desse SP, deixando subentendido que se trata de adjunto. Reproduzimos a seguir um exemplo da autora:

[123] 124. \emptyset -*inamũ* [*i-ehé*] *wỹ*
 3-cuspir REFL/REC-sobre PLU
 ‘eles cuspiram um no outro’
 (MAGALHÃES, 2007, p. 55, colchetes nossos)

- f) **Adjunto recipiente/destinatário**: Magalhães (2007, p. 18) chama verbos como *-manõ* ‘dar’ de “complexos”, destacando que eles têm até três participantes, a saber, agente, paciente e recipiente:

Alguns verbos podem exibir uma complexidade considerável devido aos muitos participantes que envolvem, como o verbo *-manõ* ‘dar’, que envolve um participante com papel semântico de *agente*, outro com papel de *paciente* e um terceiro com papel de *recipiente*.

Em sua análise, contudo, a autora não reconhece o *status* de argumento desse SP recipiente, reservando o termo ao que classifica de sujeito e objeto. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[124] 136. *a-manō tá [pĩ= Ø-mé]*
 1-dar PROJ 2 = R¹-para
 ‘eu vou dar a vocês’

(MAGALHÃES, 2007, p. 57, colchetes nossos)

- g) Adjunto ou adjunto circunstancial:** ao tratar de advérbios locativos, Magalhães (2007, p. 36-37, grifos nossos) afirma que “Podem ser resultado de construções locativas particulares (nomes flexionados pelo sufixo do caso locativo [...] ou sintagmas posposicionais [...] que funcionam sintaticamente como um advérbio)”. Considerando que, “Sintaticamente, os advérbios compartilham a característica de funcionar como **adjunto circunstancial, modificando** o significado do verbo ou de toda a oração”, tal SP exerceria a função de adjunto, segundo a autora. Reproduzimos a seguir um exemplo da autora:

[125] 149. *ka'ihú-a Ø-keré waté [wirá r-ehé]*
 cairaro-N 3-dormir no.alto árvore R¹-sobre
 ‘o cairaro (esp. de macaco) dormiu no alto, sobre a árvore’

(MAGALHÃES, 2007, p. 59, colchetes nossos)

18.2. Proposta de classificação escalar para os SP no Guajá

A seguir, representamos nossa primeira proposta de escala para o Guajá, buscando aproveitar as propriedades dos SP reveladas na própria língua e, sobretudo, nas análises das autoras, principalmente Magalhães (2007). A diferença entre esta escala e a anterior é que aquela foi construída de acordo com a análise das autoras, enquanto esta inclui nossa proposta de interpretação dos fenômenos descritos por elas, com base em indícios encontrados nas próprias análises das pesquisadoras da língua. Adicionalmente, assumimos o recorte teórico da prototipicidade, da perspectiva escalar, para analisar com os SP.

[ARGUMENTO PROTOTÍPICO]

[ADJUNTO PROTOTÍPICO]

Argumento agente direto de verbo transitivo causativizado (733)

Argumento reflexivo/recíproco (124)

Argumento ou quase argumento destinatário/recipiente (136)

Quase argumento de verbo intransitivo (153)

Quase argumento de verbo transitivo (670, 671)

Adjunto pragmático (615)

Adjunto com a partícula-predicado *naha'új* (215)

Adjunto prototípico (149)

Os critérios usados para alocar cada constituinte ao longo desta escala estão especificados a seguir:

- a) **Argumento**¹¹² **agente direto de verbo transitivo causativizado**: de acordo com Magalhães (2007, p. 206),

A causativização de temas verbais transitivos ocorre por meio do sufixo *-ká* (após temas terminados em vogal) ~ *-aká* (após temas terminados em consoante), que introduz um terceiro participante na oração. Nessa construção, o novo participante exerce a função sintática de sujeito, enquanto o antigo participante é demovido dessa função para exercer a função de complemento, sendo marcado por meio da posposição *-pé* ‘para’. Este participante, apesar de passar a uma posição de oblíquo, continua exercendo o papel semântico de agente do núcleo verbal. Apenas o objeto é mantido com a mesma função.

A nosso ver, esse trecho revela diferentes motivos para que o SP seja tratado como argumento. O SP causado pode ser considerado um argumento devido ao sufixo *-ká* ~ *-aká*, que aumenta a valência do verbo de dois participantes (agente direto e paciente) para três participantes (agente direto, paciente e agente indireto). Assim, o predicado modificado pelo sufixo abre nova vaga argumental, preenchida por um agente indireto em posição de sujeito, e prevê a manutenção do agente direto, que passa a ocorrer em SP. Nessa perspectiva, o predicado transitivo causativizado prevê o SP agente direto, embora tenha sido demovido da posição de sujeito, como descrito. Semanticamente, o SP é um participante necessário pelo fato de ser previsto no pacote instituído pelo sufixo *-ká* ~ *-aká*, ou seja, o antigo sujeito se mantém na grade semântica do verbo e também na formal, pois o sufixo causativo no verbo pressupõe a existência do SP, o qual recebe de Magalhães (2007) o *status* de “complemento”.

Em relação à terminologia, consideramos que “posição de oblíquo”, termo sintático, não equivale a posição de adjunto, o que reforça nossa perspectiva de sintagma mais nuclear.

Por fim, assim como no Kamaiurá e no Apyãwa, consideramos que o agente direto da construção causativa com verbo transitivo é previsto no predicado, embora seja realizado em um SP. O fato de ocorrer em SP, no entanto, não dá a ele *status* automático de adjunto. A posposição precisa ser empregada com o intuito de diferenciar esse participante dos demais (sujeito e objeto). A diferenciação entre os participantes ocorre

¹¹² Em nossa escala, não especificamos os tipos de argumento por não dispormos de dados suficientes para tanto. A classificação entre “sujeito”, “objeto direto” ou “objeto indireto” pode ser adequadamente realizada pelos pesquisadores da língua.

por necessidade lógica, comunicacional. Para nós, no exemplo 126 (733), o SP [*i-we-ma'á-ké*] \emptyset -*pé*] acrescenta informação semântica necessária à estrutura e prevista por ela, razão pela qual o consideramos participante com valor [+ARGUMENTO]. Um enunciado como esse, sem a expressão do agente direto ou sua recuperação contextual, não nos parece viável, por exercer “o papel semântico de agente do núcleo verbal”, ou seja, por ser uma demanda do verbo, por fazer parte do significado do verbo causativizado. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[126] 733. *jahá 'y-a a-'u-ká karai i-we-ma'á-ké \emptyset -pé*
 eu água-N 1-ingerir-CAUS não-índio R²-sedento-NZR-RET R¹-para
 ‘eu fiz beber água ao não-índio que estava com sede’

[127] 732. *karai i-wé-ma'á-kér-a 'y-a u-'ú*
 não-índio R²-sedento-NZR-RET-N água-N 3-ingerir
 ‘o não-índio que estava com sede bebeu água’

[128] 731.
kamará- \emptyset kahú r-apé-a \emptyset -xak-aká awá \emptyset -wanihã-kér-a \emptyset -pé
 índio-N carro R¹-caminho-N 3-ver-CAUS Guajá R¹-homem-COL-N R¹-para
 ‘os índios mostraram a estrada para os homens Guajá’

[129] 730. *Awá \emptyset -wanihã-kér-a kahú r-apé-a \emptyset -xá*
 Guajá R¹-homem-COL-N carro R¹-caminho-N 3-ver
 ‘os homens Guajá viram a estrada’

(MAGALHÃES, 2007, p. 207, grifos nossos)

- b) Argumento reflexivo/recíproco:** como dito anteriormente, Magalhães (2007, p. 185) explica que as posposições recebem o prefixo reflexivo ou recíproco *i-* quando há correferência com o sujeito: “O prefixo reflexivo/recíproco também ocorre quando há co-referência entre o sujeito e o determinante da posposição ou do nome dêitico de posição. Neste caso, o prefixo vem marcado na própria posposição ou nome dêitico, e não no verbo”. Em outras palavras, a correferência entre o sujeito e o determinante da posposição altera o constituinte que recebe a marca de reflexividade ou reciprocidade: o prefixo se aloca no próprio SP, e a reflexividade/reciprocidade é construída sintaticamente. No exemplo 130 (124), o SP [*i-ehé*] está diretamente relacionado à correferência. Caso contrário, o prefixo estaria ligado ao verbo *inamũ* ‘cuspir’. De modo parecido com o que ocorre no Apyãwa, a correferencialidade, a nosso ver, pode ser usada para defender a centralidade de um participante. Como a correferencialidade pressupõe a realização dos termos da reflexividade/reciprocidade no SP, e esse sentido é construído sintaticamente com a presença do SP, este se torna necessário à estrutura, motivo pelo qual não o consideramos um mero adjunto, e propomos que seja investigado como um argumento. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

- [130] 124. \emptyset -*inamũ* [i-ehé] wỹ
3-cuspir REFL/REC-sobre PLU
'eles cuspiram um no outro'
(MAGALHÃES, 2007, p. 55, colchetes nossos)
- [131] 662. \emptyset -*inamũ* [i-ehé] wỹ
3-cuspir REFL/REC-sobre PLU
'eles cuspiram um no outro/eles cuspiram em si mesmos'
- [132] 660. *ha =* \emptyset -*xirú-a* *a-manõ* [i-ehé]
1 = R¹-roupa-N 1-fazer.ir REFL/REC-sobre
'eu coloquei a roupa sobre mim mesmo' (eu me vesti)
(MAGALHÃES, 2007, p. 185, colchetes nossos)

- c) **Argumento ou quase argumento destinatário/recipiente:** Magalhães (2007, p. 18) analisa o SP do verbo *-manõ* 'dar' em abordagem semântica e acaba por equiparar os participantes agente, paciente e recipiente:

Alguns verbos podem exibir uma complexidade considerável devido aos muitos participantes que envolvem, como o verbo *-manõ* 'dar', que envolve um participante com papel semântico de *agente*, outro com papel de *paciente* e um terceiro com papel de *recipiente*.

A pesquisadora iguala o recipiente/destinatário¹¹³ ao agente e ao paciente em termos de importância para a definição do verbo e de sua "complexidade", nas palavras da autora, elevando a nuclearidade do SP e deixando implícito que não se trata de um participante adjunto. Essa abordagem semântica nos leva a crer, mais uma vez, que Magalhães (2007) pode estar reconhecendo o valor da valência semântica do verbo. A filiação teórica de Magalhães (2007), ao empregar a terminologia de Tesnière (1959), reforça essa percepção.

Para Tesnière (1959, p. 102, grifos e tradução nossos¹¹⁴), os actantes são solicitados pelo processo (verbo) e são equivalentes entre si:

Os actantes são os seres ou coisas que, a qualquer título e de qualquer forma [...] participam do processo. Assim, na frase em Francês *Alfred donne le livre à Charles* [Alfred dá o livro a Charles], *Charles* e até mesmo *le livre* [o livro], embora não estejam agindo por conta própria, **não são menos actantes que Alfred**.

Logo, o SP recipiente assume *status* próximo ao agente-sujeito e ao paciente-objeto, que são argumentos prototípicos. No exemplo 133 (136), não consideramos

¹¹³ Além do termo "recipiente", o dativo do verbo *-manõ* 'dar' também é tratado como "destinatário" (MAGALHÃES, 2007, p. 57).

¹¹⁴ *Les actants sont les êtres ou les choses qui, à un titre quelconque et de quelque façon que ce soit [...] participent au procès. Ainsi, dans la phrase fr. Alfred donne le livre à Charles, Charles, et même le livre, bien que n'agissant pas par eux-mêmes, n'en sont pas moins des actants au même titre qu'Alfred.*

desnecessário o participante que receberá o objeto da ação. O verbo prevê semanticamente o constituinte recipiente, e o SP $[[p\tilde{=} \emptyset\text{-}m\acute{e}]$ ‘para vocês’ exerceria, ao menos, função de quase argumento recipiente/destinatário do verbo “dar”, porém, dado que o SP compõe o significado do verbo e ocorre tanto quanto agente-sujeito e paciente-objeto, poderíamos tratá-lo mesmo como argumento. Lembramos que a posição usada nesse exemplo (*-pé ~ -ipé ~ -mé*) é a mesma do “argumento agente direto de verbo transitivo causativizado” (exemplo 126 (733)) e do “quase argumento de verbo intransitivo” (exemplo 134 (153)) apresentados em nossa escala. Reproduzimos a seguir o exemplo da autora:

[133] 136. *a-manõ tá [p\tilde{=} \emptyset\text{-}m\acute{e}]*
 1-dar PROJ 2 = R¹-para
 ‘eu vou dar a vocês’

(MAGALHÃES, 2007, p. 57, colchetes nossos)

d) Quase argumento de verbo intransitivo: Magalhães (2007, p. 188-189, grifos nossos)

trata alguns SP como “complemento indireto” de verbo intransitivo:

Sintaticamente, eles [os verbos intransitivos] são monovalentes, ocorrendo com apenas um sintagma nominal na função de sujeito [...] Mas, há verbos intransitivos que, além do argumento nuclear, cuja pessoa é expressa por meio dos prefixos pessoais nominativos, **aditem um ou mais complementos indiretos, marcados por posições**. São exemplos desses verbos: *-kijé* ‘temer’, *-’ĩ* ‘dizer’, *-ma’i* ‘perguntar/falar/pedir’, *-mumu ’ũ* ‘ensinar/contar’, *-amakáj* ‘chamar/gritar por’, *-nehẽ* ‘tirar’, *-maká* ‘rir’, *-jamaká* ‘cuidar’.

Apesar de, em princípio, esses verbos serem monovalentes, vemos que sua semântica demanda ou admite complementos, o que faria o predicado ter uma valência diferente do verbo em si mesmo. Em outras palavras, o predicador atribui traços semânticos a seus complementos, que passam a preencher papéis semânticos na predicação (cf. CASTILHO, 2016, p. 687). No que tange à terminologia, destacamos o uso de “complemento”, termo comumente associado a argumentos, e de “indireto”, pelo fato de remeter a “objeto indireto”, o qual, além de ser associado a argumentos, é utilizado por Seki (2000a) na análise de SP dativo do Kamaiurá. Neste sentido, Magalhães (2007) parece perceber o *status* mais argumental desse tipo de constituinte SP, classificando-o como “complemento indireto”, não como adjunto.

No exemplo 134 (153), o SP $[h\text{-}eh\acute{e}]$ assume o papel semântico de “relação” (MAGALHÃES, 2007, p. 59), atuando como participante, a nosso ver, com valor [+ARGUMENTO]. Caberia avaliar se a semântica do verbo seria afetada sem esse tipo de

SP ou, ainda, se o SP é realmente dispensável e em que proporção isso ocorreria na língua. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

Verbo ‘cuidar’

- [134] 153. \emptyset -*jamaká* [h-ehé]
3-cuidar R²-em.relação.a
‘cuidou dele’

(MAGALHÃES, 2007, p. 60, colchetes nossos)

Verbo ‘falar’

- [135] 88. *a'é i-’ĩ-manyhỹ tá* [ni = \emptyset -pé]
DEM 3-falar-errado PROJ 2 = R¹-para
‘ele vai falar errado pra você’

(MAGALHÃES, 2007, p. 43, colchetes nossos)

Verbo ‘temer’

- [136] 148. *a-kijé* [h-ajá]
1-temer R²-de
‘eu tenho medo dele’

(MAGALHÃES, 2007, p. 59, colchetes nossos)

Verbo ‘chamar’

- [137] 183. *akwé h-amakáj* [ni = \emptyset -pé]
aquele 3-chamar 2 = R¹-para
‘aquele que chamou por você’

(MAGALHÃES, 2007, p. 67, colchetes nossos)

Verbo ‘pedir’

- [138] 270. *ma’awá \emptyset -ma’i rawỹ apó* [i-pé] *ra’á*
alguém 3-pedir SIMIL POSS R²-para DUB
‘alguém, aparentemente, deve ter pedido para eles’

(MAGALHÃES, 2007, p. 87, colchetes nossos)

Verbo ‘dizer’

- [139] 648. *areá ani-’ĩ* [i-pé]
nós 123-dizer R²-para
‘nós dissemos a ele’

(MAGALHÃES, 2007, p. 181, colchetes nossos)

Verbo ‘rir’

- [140] 680. \emptyset -*maká kamixá- \emptyset* [h-ehé] *anyĩ*
3-rir jabuti-N R²-sobre CONJ
‘Aí o jabuti riu dela.’

(MAGALHÃES, 2007, p. 189, colchetes nossos)

Verbo ‘contar’

- [141] 948. *a'é \emptyset -mumu’ũ tá* [i-mymý \emptyset -iwe-á-e *r-ehé*]
DEM 3-contar PROJ R²-filho R¹-sedento-NZR-RET R¹-sobre
‘ela vai contar sobre a sede do filho dela’

(MAGALHÃES, 2007, p. 264, colchetes nossos)

Outra perspectiva de análise para tratar da diferença entre a codificação formal e os usos linguísticos se concentra no fato de que as línguas estão em processo de

mudança. Baseada nos trabalhos de Spike Gildea, Magalhães (informação verbal, 2020)¹¹⁵ afirma:

A definição de argumentos por meio dos testes sintáticos típicos (controle de correferência, concordância, reflexividade, etc.) é importante, mas deve-se considerar que recorrer somente a essas propriedades pode não trazer tantos resultados significativos, uma vez que os dados podem estar passando por reanálise na língua. Há línguas, como o Tiriyo (cf. Gildea, 1997), em que há uma reanálise que começa superficial e, posteriormente, vai mudando a língua: começa sintaticamente e só depois aparece na morfologia. Isto é, algumas propriedades são de herança, e outras resultam de reanálise. Cabe ao linguista que estuda uma língua, ou uma família linguística, não se restringir à busca de testes. É necessário olhar para a língua e entender como ela funciona, olhar para a sua história.

Nossa análise segue a mesma linha da autora, de que testes sintáticos são insuficientes para descrições linguísticas, razão pela qual buscamos olhar para as línguas como um todo, ou seja, não só para a morfologia, mas também para as relações sintáticas, semânticas e pragmáticas.

- e) **Quase argumento de verbo transitivo:** novamente, há verbos cujas propriedades semânticas se unem a um complemento e até o demandam, além de projetarem os chamados “argumentos nucleares”. Conforme Magalhães (2007, p. 187, grifos nossos),

Sintaticamente, os verbos transitivos são bivalentes, podendo ocorrer com até dois sintagmas nominais, marcados pelo sufixo nominal, exercendo a função de sujeito e de objeto. [...] Mas há também verbos transitivos que, além dos argumentos nucleares, **pedem um complemento**. O verbo *-manō* ‘fazer.ir’, por exemplo, pode ocorrer com diferentes tipos de complementos, desde sintagmas posposicionais até nomes comuns ou nomes dêiticos de posição, flexionados pelo sufixo locativo *-pe* ~ *-me*. **Cada complemento proporciona um significado diferente ao verbo.**

Nessa descrição, destacamos o fato de o verbo, nas palavras da autora, “pedir” tanto argumentos quanto complementos, diferentemente da descrição do adjunto circunstancial, que somente “**modifica** o significado do verbo ou de toda a oração” (MAGALHÃES, 2007, p. 36, grifos nossos). Em um nível formal, o verbo é tratado pela autora como intransitivo ou transitivo de acordo com a quantidade de “argumentos nucleares” que sua codificação básica apresenta. Todavia, conforme se depreende da descrição de Magalhães (2007), isso não é suficiente para explicar a ocorrência do outro constituinte, chamado pela autora de “complemento” em ambos os casos (com verbos intransitivos ou transitivos), em ambos os predicados.

¹¹⁵ Comunicação fornecida por Marina Maria Silva Magalhães durante a Avaliação do Projeto de Pesquisa (exame de qualificação de mestrado), em março de 2020.

Tendo em vista que, novamente, na sintaxe e na morfologia do verbo, se identificam apenas dois “argumentos nucleares”, enquanto no uso real, na construção do predicado, a língua já inseriu outro participante, marcado por posposição, repetimos um posicionamento que delineamos em nosso referencial teórico e vimos aplicando nas análises das três línguas investigadas (Kamaiurá, Apyãwa e Guajá): a predicação se antecipa à forma do constituinte verbal. Ela projeta mais um argumento, enquanto o verbo ainda não alterou seu *status* (morfo)sintático. Parece haver uma espécie de *delay* ou atraso entre o que o verbo projeta, em termos formais, e o que a língua realmente produz, em termos funcionais (cf. Seções 2.5.1 e 2.6.1). Em outras palavras, a forma avança mais lentamente que a função. Outra opção de análise, não obstante, seria simplesmente reconhecer que existem verbos prototipicamente intransitivos ou transitivos e verbos que não se enquadram nessa classificação, passando assim de uma perspectiva de categorização por condições necessárias e suficientes para uma perspectiva escalar, prototípica.

Deste modo, no exemplo 142 (670), o SP $[[h-] ehé]$ “localização em cima” (MAGALHÃES, 2007, p. 59) desempenha função de “complemento”, com valor [+ARGUMENTO], pelo fato de o verbo transitivo \emptyset -*manõ* ‘colocar’ pedir o SP. Em consequência, vemos os argumentos nucleares, [+ARGUMENTO] em termos prototípicos e, em nossa proposta de análise, o quase argumento, marcado por posposição. Reproduzimos a seguir alguns dados da autora:

[142] 670.

awá-wanihã-∅ ha-wy'y-a ∅-japó. ∅-paparõ, ∅-manõ i-papó-a [h-ehé]
 Guajá-homem-N R²-flecha-N 3-fazer 3-botar.pena 3-colocar R²-asa-N R²-sobre
 ‘O homem Guajá faz sua flecha. Empena-a, coloca as penas nela.’

[143] 671.

amõ mehẽ a-manõ tá [ni = ∅-pé]
 outro quando 1-dar PROJ 2 = R¹-para
 ‘outro dia eu darei a você’

(MAGALHÃES, 2007, p. 187, colchetes nossos)

A nosso ver, essa proposta alinha-se com a fundamentação empregada em Magalhães (2014, p. 326), cuja definição de predicado amplia a análise para além do constituinte predicador:

Aqui, nos inspiramos na interpretação que Queixalós (2001) apresenta para explicar a valência nominal em Katukina. A noção de valência está relacionada à noção de predicado freguiano, isto é, a quantas vagas de argumento uma noção léxica possui (e não à noção de transitividade).

Entendemos que Magalhães (2014) não se baseia na concepção clássica de predicado, segundo a qual um verbo é considerado transitivo ou intransitivo apenas de acordo com os argumentos que explicita. Em vez disso, acaba por referendar análise embasada em toda a construção.

Uma análise amparada no predicado, e não no verbo, também pode ser vista a partir de Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 52), em que o predicado é definido em sentido fregeano: “os predicados adverbiais podem ser monovalentes [...] ou divalentes”; “os sintagmas adverbiais e posposicionais são capazes de predicar e, como predicados, exigem argumentos”.

- f) **Adjunto pragmático:** como referido na Questão 12 do protocolo (cf. Apêndice 2), em nossa análise identificamos posposições que parecem desempenhar função pragmática. Os SP dos exemplos 147 (615), 148 (837) e 149 (936), todos com a posposição *-pé* ‘para’, têm valor não apenas locativo, mas também pragmático. No exemplo 147 (615), o constituinte $[[iha=] \emptyset\text{-pé}]$ acrescenta informação que não parece obrigatória sintática ou semanticamente, porém satisfaz a necessidade pragmática de fornecer julgamento do falante, como modalizador epistêmico avaliativo ou delimitador, e altera o enunciado como um todo, de maneira significativa. O mesmo fato se verifica em 148 (837) e 149 (936). Por isso e por sua relevância pragmática, questionamos até que ponto um constituinte como *iha= \emptyset -pé* ‘para mim’ pode ser tomado como adjunto prototípico, isto é, aquele que, conforme Magalhães (2007, p. 36) apenas “modifica o significado do verbo ou de toda a oração”. Embora a grade argumental normalmente preveja os constituintes sintáticos (argumentos) e, para alguns autores, semânticos (participantes), acreditamos que não se pode ignorar o caráter pragmático de um SP. Nesta perspectiva, entendemos que a pragmática eleva a centralidade do SP, e não o alocamos entre os adjuntos prototípicos. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

[147] 615. *i-páj* [*iha = \emptyset -pé*]
 R^2 -pesado 1 = R^1 -para
 ‘é pesado para mim’

(MAGALHÃES, 2007, p. 170, colchetes nossos)

[148] 837. \emptyset -*mynyhỹ ka'á r-ipí \emptyset -watá-há- \emptyset* [*ihá \emptyset -pé*]
 R^2 -ruim mato R^1 -por R^1 -andar-NZR-N eu R^1 -para
 ‘é ruim para mim andar pelo mato’
 (lit. ‘é ruim a andação pelo mato para mim’)

(MAGALHÃES, 2007, p. 236, colchetes nossos)

- [149] 936. \emptyset -manyhỹ ka'á r-ipí \emptyset -wata-há- \emptyset [iha= \emptyset -pé]
 R²-ruim mato R¹-por R²-andar-NZR-N eu=R¹-para
 'é ruim para mim andar pelo mato'

(MAGALHÃES, 2007, p. 262, colchetes nossos)

Em comunicação fornecida oficialmente durante a defesa desta dissertação, Magalhães (informação verbal, 2021) informou que o uso das posposições dativas em construções similares a essas, traduzidas como 'para mim', são requeridas na fala. Na ocasião, Praça (informação verbal, 2021) apresentou a mesma ponderação em relação ao Apyãwa, de modo que ambas as especialistas tendem a confirmar a existência de SP pragmáticos, portanto, menos periféricos, nessas línguas da família tupí-guaraní.

- g) **Adjunto com a partícula-predicado *naha'új***: assim como verbos se combinam com "argumentos nucleares" e "complementos" simultaneamente, partículas em função de predicado demonstram a mesma propriedade. Segundo Magalhães (2007, p. 74), "O exemplo 215 ilustra a ocorrência da partícula *naha'új* com seu argumento e com um complemento adverbial, seguidos da partícula final *anyĩ*, o que atesta que o SN *tatú-a* tem *status* de argumento e não se trata de um SN externo". No exemplo 144 (215), em nossa interpretação, o SP [[[wý] \emptyset -tipir-ahá] r-ipí], nucleado pela posposição *ipí* 'localização difusa', exerce a função de adjunto, porém não o classificamos como prototípico pelo fato de Magalhães (2007) chamá-lo de "complemento". A semântica da partícula-predicado parece prescindir desse constituinte, tendo em vista que a autora não afirma que ele é requerido semanticamente por ela. Os dados em 146 (213), por exemplo, demonstram uso sem o SP. Reproduzimos a seguir os exemplos da autora:

- [144] 215. *naha'új* *tatú-a* wý \emptyset -tipir-ahá r-ipí anyĩ
 não.encontrado tatu-N chão R¹-varrer-NZR R¹-por CONJ
 'Mas não foi encontrado tatu pelo chão varrido'

- [145] 214. *naha'új* *warí-a* are = \emptyset -pé
 não.encontrado guariba-N 123 = R¹-para
 'não foi encontrado guariba para nós'

- [146] 213. *naha'új* *ma'amiár-a*
 não.encontrado caça-N
 'não foi encontrada a caça'

(MAGALHÃES, 2007, p. 74, grifos nossos)

- h) **Adjunto prototípico**: interpretamos sintagmas posposicionais semelhantes a [[[wirá] r-ehé] como adjunto, em termos sintático e semântico, pelo fato de: acrescentar circunstância não projetada nem prevista pelo verbo *-keré* 'dormir' e situar-se em

posição pós-verbal, na periferia direita do enunciado. De acordo com Magalhães (2007, p. 248), o acionamento do indicativo II seria outro critério, como vemos no exemplo 151 (887), também nucleado pela posposição *-ehé* ‘sobre’. Os exemplos subsequentes representam o adjunto prototípico da escala, o qual foi identificado com base nos seguintes critérios: 1. não ser classificado por Magalhães (2007) como argumento, objeto ou oblíquo, nem ser explicitamente chamado de “complemento”; 2. não ser indubitavelmente previsto na semântica do verbo; 3. não gerar correferência com argumento; 4. não ocorrer sempre ou com alta frequência com os mesmos verbos¹¹⁶; e 5. não carregar informação pragmática. Reproduzimos a seguir os dados da autora:

- [150] 149. *ka'ihú-a Ø-keré waté [[wirá] r-ehé]*
 cairaro-N 3-dormir no.alto árvore R¹-sobre
 ‘o cairaro (esp. de macaco) dormiu no alto, sobre a árvore’
 (MAGALHÃES, 2007, p. 59, colchetes nossos)
- [151] 887. *[i-ka'á r-ehé] kamará [i-'ĩ-ni]*
 R²-mata R¹-sobre índio R²-falar-INDII
 ‘sobre a mata deles os índios falaram’
 (MAGALHÃES, 2007, p. 248, colchetes nossos)

18.3. SP como predicado no Guajá

As obras pesquisadas revelam SP também em função de predicado. Nossa hipótese é que essa função pode ser interpretada como posição ainda mais nuclear que a de argumento. Na próxima seção, apresentaremos outra proposta de escala, agora considerando o *status* gramatical dos sintagmas posposicionais do mais nuclear, partindo do predicado, ao mais periférico, expresso pelo adjunto prototípico. Fornecemos primeiro a análise da função de predicado de acordo com Cruz, Magalhães e Praça (2019), Magalhães (2019), Magalhães, Praça e Cruz (2019) e Praça, Magalhães e Cruz (2017), depois representamos, em uma escala, nossa interpretação para os novos constituintes. Nesta outra hipótese, incluiremos dois SP em função de predicado, mantendo os demais sintagmas inalterados, de acordo com o que propusemos anteriormente.

Sintagmas posposicionais em função de predicado, de acordo com a interpretação das pesquisadoras:

- a) **Predicado adverbial:** Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 79, grifos nossos) informam que constituintes adverbiais predicam no Guajá. Segundo as autoras,

¹¹⁶ Em Magalhães (2007), o verbo *-keré* ‘dormir’ aparece quase trinta vezes e ocorre somente uma com a posposição *-ehé* ‘sobre’. O verbo *-ĩ* ‘falar’ é exemplificado em mais de dez ocorrências, duas das quais com essa posposição.

Como predicados, as expressões adverbiais requerem um SN que funcione como seu argumento externo, como em (15a) [...]. Observe que em (15a), do Guajá, a raiz nominal *iky* ‘piolho’, flexionada com o morfema referenciante *-a*, funciona como o argumento externo do predicado adverbial *i-jakara’a ø-nehe* ‘(está) no cabelo dele’, isto é, a expressão adverbial formada por um **Sintagma Posposicional** é o núcleo de um predicado adverbial divalente que ocorre com seu argumento interno expresso pelo SN *i-jakara’a* ‘cabelo dele’ e com seu argumento externo expresso pelo SN *iky-a* ‘o piolho’, resultante da associação da raiz nominal *iky* ‘piolho’ com o morfema referenciante *-a*.

- [152] (15a) [iky]_{SNarg-a} <i-jakara’a ø-nehe>_{SPospPred}
 piolho-RFR 3.NA-cabelo LK-sobre
 ‘o piolho está no cabelo dele’

(CRUZ; MAGALHÃES; PRAÇA, 2019, p. 79)

Em relação ao exemplo 153 (25a), apresentado após a próxima citação, Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 48-49, grifos nossos) afirmam que,

Em Apyãwa, em Guajá e em Nheengatú, expressões adverbiais podem funcionar como predicado sem necessidade de cópula. [...] O exemplo (25a) abaixo, ilustra um **sintagma posposicional em função de predicado em Guajá**. Observe que em (25a) o nome *tapi’ir-a*, flexionado pelo sufixo *-a*, funciona como argumento único do predicado adverbial *ka’a-pe*. O exemplo (25a) contrasta com (25b), em que o mesmo nome, sem o sufixo *-a*, ocorre como predicado existencial, enquanto a expressão adverbial ocorre como adjunto.

- [153] (25a) *tapi’ir-a [ka’a-pe]*
 anta-RFR mato-LOC
 ‘A anta está no mato’

- [154] (25b) *tapi’i ka’a-pe*
 anta mato-LOC
 ‘Tem anta no mato’
 (Lit.: (Existe) anta no mato)

(PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 48-49, colchetes nossos)

- b) Predicado adverbial deslocado para posição inicial com verbo afirmativo na 3ª pessoa subordinado:** Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 52) interpretam como nominalização a alteração verbal gerada pelo fronteamto dos SP, com o SP deslocado passando a ser o predicado principal:

A comparação entre essas línguas sugere que o sufixo *-u ~ -i* do Tupinambá, assim como seus cognatos nas línguas Apyãwa e Guajá, deve ser reanalisado como um nominalizador. A hipótese defendida neste trabalho é a de que a expressão adverbial na primeira posição se torna o predicado principal e o antigo predicado principal é, por consequência, nominalizado, por passar a funcionar como um argumento do predicado adverbial.

Vejamos um exemplo disso:

[155] (45) *terẽ Ø-pepe i-ho-ni*
 trem R-em 3SG.NA-ir-NMLZ
 ‘Por trem, ele foi’

(PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 53, grifos nossos)

Em relação a esse exemplo, Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 52, grifos nossos) informam que:

[...] o predicado adverbial que tem como núcleo a posposição *-pepe*, tem como argumento interno o nome *terẽ* e como argumento externo a oração nominalizada *i-ho-ni* ‘[o evento de] ele ir’. A justificativa para essa análise é a de que nessas línguas os **sintagmas adverbiais e posposicionais são capazes de predicar e, como predicados, exigem argumentos**. Assim, ao ocorrer na primeira posição, a expressão adverbial manteria sua função de predicado e continuaria a exigir argumento externo, se monovalente, ou argumento interno e externo, se divalente. O antigo predicado principal, agora nominalizado por meio do sufixo *-u ~ -i* do Tupinambá e seus cognatos, em Apyãwa e Guajá, passa, então, a exercer tal função.

Considerando que, no Guajá, o mesmo sufixo ocorre com nomes, Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 54, grifos nossos) formulam possibilidade adicional de análise:

É importante esclarecer, ainda, que **a interpretação desse sufixo como nominalizador não é a mais adequada no caso da análise dos dados da língua Guajá**, uma vez que nessa língua ele ocorre também com predicados que têm como núcleo nomes, como ilustrado no exemplo (41) [...]. Entendemos que a melhor explicação para essa estrutura no Guajá é a de que o antigo predicado principal se torna, não necessariamente um argumento do predicado adverbial, mas passa a ser **subordinado** a ele, subordinação esta evidenciada pela perda de suas características mais finitas, como a substituição das marcas pessoais da série I pelas da série II.

Reproduzimos a seguir o exemplo das autoras:

[156] (41) *kwa kwarahy-ni mĩ-pe*
 MOSTR sol-NMLZ longe-LOC
 ‘Há sol (longe)’

(PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 52)

18.4. Proposta de escala incluindo SP como predicado ao lado de argumento e adjunto no Guajá

Por fim, representamos nossa segunda proposta de escala para o Guajá, agora incluindo os SP em função de predicado. Os demais constituintes permanecem inalterados.

predicado. Tendo em mente que Magalhães (2007, p. 147) afirma que, à exceção do predicado equativo, um SN marcado pelo *-a* não pode ser predicado, interpretamos o SN [*Kamajrú-a*] como argumento, e o SP [*i-pyrý*] como um predicado, nucleado pela posposição adessiva *pyrý* ‘junto a’:

- [158] 131. *Kamajrú-a* [*i-pyrý*]
 Kamajrú-N R²-junto
 ‘o Kamairú está junto dele’
 (MAGALHÃES, 2007, p. 56, colchetes nossos)

Como expresso anteriormente, Magalhães (2019, p. 899, grifos nossos) mantém o posicionamento de que expressões adverbiais podem atuar como predicado:

É possível observar, assim, o mesmo comportamento morfossintático entre verbos eventivos (1), verbos estativos (2), nomes (3) e **expressões adverbiais** (4), ou seja, **todos eles podem exercer primariamente a função de predicado sem o acréscimo de qualquer morfologia derivacional ou cópula**, apesar de nomes serem mais usados como argumentos, verbos como predicados e expressões adverbiais como adjuntos.

- b) **Predicado adverbial deslocado para posição inicial com verbo afirmativo na 3ª pessoa subordinado:** no exemplo 159 (54), o SP [[*terẽ*] *Ø-pepé*] anteposto para a posição inicial do enunciado funciona como predicado. Interpretamos a posposição como predicator divalente, com um argumento interno, *terẽ* ‘trem’, e outro externo, o SN *ha-xá-ni* ‘[a ação de] ele ver’. Essa análise encontra respaldo na visão de que os SP na posição inicial da oração se tornam o rema, conforme Praça (2007, p. 123), e na proposta de Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 52-53), segundo a qual os SP, assim como as expressões adverbiais, podem exercer a função de predicado. Reproduzimos a seguir os dados das autoras:

- [159] 54. [*terẽ* *Ø-pepé*] *ha-xá-ni*
 trem R¹-dentro R²-ver-INDII
 ‘dentro do trem (ele) (a) viu’
 (MAGALHÃES, 2007, p. 36, colchetes nossos)
- [160] (39) [*terẽ* *Ø-pepe*] *i-ho-ni*
 trem R-em 3SG.NA-ir-NMLZ
 ‘Por trem, ele foi’
 (PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 51, colchetes nossos)

3.4. Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, fornecemos algumas informações gerais sobre a família tupí-guaraní e apresentamos as descrições gramaticais dos principais autores das línguas pesquisadas, com destaque para Seki (2000a), Praça (2007) e Magalhães (2007), a respeito de diferentes temas

que concernem à distinção entre argumentos e adjuntos. Adicionalmente, sintetizamos as respostas ao protocolo de pesquisa aplicado às três línguas, mantendo as interpretações dos especialistas, e oferecemos nossas propostas de análise relativas aos SP, as quais devem ser tomadas como hipóteses de pesquisas futuras, a serem conduzidas ou orientadas pelos especialistas nas línguas.

Em nossa pesquisa, identificamos uma função a mais dos SP, a de predicado, e a incluímos na escala das funções desempenhadas por esses sintagmas. Propusemos que, em uma gradação que considere a nuclearidade dos constituintes, a função de predicado pode ser inserida como a mais nuclear, acima dos argumentos. Em consequência, acabamos por divergir de uma visão teórica recorrente que trata predicados de um lado e argumentos e adjuntos de outro, sem fazer correlação entre eles, isto é, sem interpretá-los como tipos de constituintes com maior ou menor nuclearidade na construção dos enunciados, apesar de os pesquisadores serem categóricos em afirmar que o predicado é o constituinte indispensável.

De nossa parte, propomos que os SP podem ser analisados em um único *continuum*, em uma única escala de nuclearidade. Para tanto, mostramos a função de predicado nas pesquisas sob análise e, com base nelas, acabamos por apresentar uma escala ampliada para cada língua, unindo predicados na extremidade esquerda, argumentos ao centro e adjuntos à direita.

Essa proposta está de acordo com a origem da função argumental nas línguas da família tupí-guaraní, a qual, segundo Queixalós (2006. p. 250, tradução nossa¹¹⁷), advém da função de predicado: “A parte principal do artigo consiste na ilustração do fato de que, em certos tipos de sistemas gramaticais, a função de argumento é derivada da função predicativa, como se vê em várias línguas do mundo, e dentro da família tupí-guaraní”.

Adicionalmente, em relação às escalas propostas, chegamos a conclusões parecidas com as de Zariquiey (2017) sobre o Kakataibo (ou Kashibo, língua da família Pano), o que enseja pesquisas tipológicas sobre o assunto:

Nos lados esquerdo e direito da tabela 6, encontramos duas categorias bem definidas que se comportam diferentemente em relação a todas as propriedades listadas na tabela: objetos e adjuntos [...]. No entanto, entre objetos e adjuntos, encontramos quase objetos e objetos oblíquos, produzindo um *continuum* em que quase objetos e objetos oblíquos são mais ou menos semelhantes a objetos ou a adjuntos, dependendo da propriedade que examinamos. (ZARIQUIEY, 2017, p. 736, tradução nossa¹¹⁸)

¹¹⁷ *The main body of the article consists of an illustration of the fact that in a certain type of grammatical systems the argument function is derived from the predicative, as is seen in several languages of the world, and within the Tupi-Guarani family.*

¹¹⁸ *At the left and right sides of table 6 we find two well-defined categories that behave differently in relation to all the properties listed in the table: objects and adjuncts [...]. However, between objects and adjuncts we find quasi-objects and oblique objects, producing a continuum in which quasi-objects and oblique objects are more or less similar either to objects or to adjuncts, depending on the property we examine.*

Em nossas propostas analíticas, consideramos o funcionamento da transitividade segundo duas escolas funcionalistas (cf. Capítulo 2), conforme sintetizado em Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 97):

No que diz respeito à transitividade, tanto a Linguística Funcional norte-americana quanto a Linguística Sistemico-Funcional compreendem-na não como uma propriedade categórica e inerente do verbo, como defende a Gramática Tradicional, mas como uma propriedade da oração como um todo. É, pois, na oração que a transitividade se manifesta, e é nesse nível de análise da língua que se podem estudar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s). Para essas duas abordagens funcionalistas, a transitividade é uma categoria sintático-semântica que reflete a gramática da oração. Nesse sentido, a observação do contexto de uso da oração desempenha um papel crucial na análise da transitividade.

Como expresso em outras partes da dissertação, reiteramos que nossa proposta representa uma hipótese para pesquisas futuras, voltadas a um olhar gramatical menos discreto e mais prototípico.

4. SÍNTESE ANALÍTICO-TEÓRICA

4.1. Introdução

Retomamos neste capítulo alguns autores-chave para explicar nossos posicionamentos teóricos e recuperamos os objetivos específicos que nortearam a pesquisa, buscando sintetizar nossas respostas em face das informações identificadas e analisadas. Por fim, delineamos alguns dos próximos passos ou desafios futuros de nossa pesquisa.

4.2. Síntese teórica

Desde Dowty (1991) e Schütze (1995), constatamos a fragilidade dos testes empregados na distinção entre argumentos e adjuntos, a importância da semântica e da sintaxe na análise dos dados, não só com respeito ao verbo, mas também próprio predicado, bem como as dificuldades terminológicas que permeiam os estudos do tema. Em maior ou menor grau, esses pontos são confirmados por diversos autores de outras correntes teóricas, a exemplo de Witzlack-Makarevich e Bickel (2013), Creissels (2014), Haspelmath (2014a) e Haspelmath e Hartmann (2015).

Furtado da Cunha e Costa (2003, p. 68) seguem perspectiva parecida e avançam para explicações pragmáticas. Como citado anteriormente, sustentam que “a estrutura argumental tem a ver com frequência no uso linguístico real”. Para dar conta disso, em nossa abordagem,

buscamos estabelecer categorizações por meio da teoria dos protótipos (ROSCH, 1973, 1975), não das clássicas condições necessárias e suficientes.

Defendemos, assim, que os fenômenos linguísticos fossem analisados em termos gradativos e aplicamos critérios funcionais, ao lado dos formais disponíveis, para identificar a maior ou menor nuclearidade dos SP nos dados aduzidos pelos pesquisadores.

Nesse percurso, a distinção entre valência sintática e valência semântica, explicitada por Furtado da Cunha e Souza (2011), mostrou-se fundamental. A valência semântica nos auxiliou na identificação de diferentes tipos de SP mais centrais, como aqueles em função de argumento agente direto de verbo transitivo causativizado, argumento ou quase argumento de verbo intransitivo em predicado divalente, quase argumento destinatário e quase argumento benefactivo.

Também recorremos a testes formais para compreender os dados. A correferencialidade com o sujeito das orações, por exemplo, foi empregada para propor a função argumental de participantes SP reflexivos ou recíprocos. A constatação do isomorfismo, por sua vez, fortaleceu a compreensão dos SP em função de predicado, já identificados por Seki (2000a).

Neste sentido, confirmamos a interdependência entre forma e função, amparada na transitividade. Logo, adotamos o instrumental explicativo de Hopper e Thompson (1980), que atesta que a transitividade não deriva apenas do verbo. Essa noção de transitividade, como afirmado no segundo capítulo, influenciou parte relevante das conclusões a que chegamos.

Nossa proposta de análise da estrutura argumental dos SP foi elaborada no nível do predicado. Novamente, percebemos o efeito da observação de que nem todos os participantes previstos são expressos no enunciado, nem codificados como prevê a transitividade do verbo, e de que certos argumentos não são previstos pelo significado do verbo, conforme Haspelmath e Hartmann (2015).

Em nosso esforço explicativo, propusemos que, na falta de um termo melhor, existe um *delay* entre o que o verbo projeta, em termos formais, e o que a língua realmente produz, em termos funcionais, na construção da predicação. Uma vez que a forma demora a se adaptar ao uso, no processo de mudança linguística, a diferença entre ambas pode ser inferida a partir da análise da estrutura argumental. Para nós, o quase argumento de verbo transitivo, assim como a maioria dos quase argumentos aqui propostos, representa exemplo desse fenômeno.

Como a maioria dos autores citados no referencial teórico (cf. Capítulo 2), reconhecemos a propriedade escalar da transitividade, em conjunto com análises baseadas em protótipos, e atribuímos importância central à semântica, ao lado da sintaxe. Em consequência,

podemos propor que argumentos codificados com posposição exercem função com traço [+NUCLEAR] nas orações em que ocorrem.

Na ausência de terminologia consolidada para lidar com tais constituintes, recorreremos a “quase argumento”, na linha de Castilho (2016) e Zariquiey (2017). Ademais, mantendo a hipótese de *delay* entre forma e função, propomos que o quase argumento pode indicar processos de mudança linguística em curso. Os exemplos recorrentes de SP que foram vistos como parte desse processo são os participantes destinatários (dativos) e os classificados como “oblíquo” pelos especialistas.

4.3. De volta aos objetivos da pesquisa

Começamos pelo primeiro objetivo de pesquisa, referente aos critérios usados nas obras dos especialistas para classificar os SP. A atenção privilegiada à sintaxe e à morfologia, em detrimento da semântica e, sobretudo, da pragmática, tem sido o foco de grande parte dos linguistas desde o início do século XX. Após rever várias publicações sobre as línguas da família tupí-guaraní, ficamos com a impressão de que os pesquisadores se concentraram na morfologia verbal para classificar os SP.

Nessas línguas, a morfologia verbal sinaliza se um verbo é intransitivo ou transitivo. E mais, no caso do transitivo, demonstra paradigmas para o sujeito e para o objeto direto. Entretanto, não existe morfologia verbal para a função do que seria o “objeto indireto” (ou “dativo”, ou “oblíquo”). Em consequência, esses constituintes não são tratados como argumento pelos especialistas, mas também nem sempre são classificados categoricamente como adjunto. Em outras palavras, a tendência de priorizar um aspecto da gramática, a morfologia verbal, reduziu as investigações sobre os constituintes que não se encaixam nela, a exemplo dos SP.

Outro critério recorrente empregado para classificar os SP é o sintático, isto é, o ativamento da estrutura conhecida como indicativo II. Assim, os constituintes deslocados para o início da sentença ou para a posição pré-verbal que geram alterações morfológicas no núcleo do predicado tendem a ser considerados menos nucleares pelos especialistas e, em consequência, são tratados como adjunto. A validade desse teste pode ser questionada em trabalhos mais verticais sobre ele. A título de exemplo, no Kamaiurá, Seki (2000a, p. 69) explica que o verbo descritivo também aciona o modo indicativo II (chamado por ela de modo circunstancial), mas não se pode atribuir a um predicado instituído por esse verbo um valor de adjunto. No Apyãwa, Praça (2007) não trata os demonstrativos espaciais dêíticos e o

demonstrativo anafórico *ākaj* como adjuntos, apesar de ativarem o indicativo II. No Guajá, dos cerca de trinta exemplos com essa estrutura aduzidos por Magalhães (2007), apenas dois mostram SP deslocados.

O critério da obrigatoriedade *vs.* opcionalidade também é empregado com regularidade, além de ser frequentemente citado pelos autores para fazer a distinção entre argumentos e adjuntos na literatura teórica. De acordo com ele, a grande diferença seria a opcionalidade do adjunto e a obrigatoriedade do argumento. Contudo, como visto no Capítulo 2 desta dissertação, esse critério não fornece respostas definitivas à questão. Nas análises das línguas tupí-guaraní, a quase totalidade das obras pesquisadas não analisa os SP como obrigatórios, mas apenas como opcionais, partindo do pressuposto de que seriam adjuntos. Em nossas propostas de análise, consideramos que o grau de obrigatoriedade pode ser um dos critérios para avaliar a questão, porém não deve ser o único.

Em relação à tipologia de Pantcheva (2010), referente ao uso de posposições distintas para expressar lugar, meta e fonte, confirmamos que as três línguas se incluem no padrão mais recorrente apontado pela autora, segundo o qual as línguas têm marcadores distintos para expressar as noções de lugar, meta e fonte (Lugar≠Meta≠Fonte). Logo, notamos que todas apresentam diferentes posposições locativas, com variadas possibilidades semânticas, e posposições específicas para indicar meta ou fonte.

Quanto à identificação de papéis semânticos em SP, com o intuito de realizar comparações translinguísticas, conforme aduzido na seção sobre metodologia, encontramos diversos conceitos: ablativo, agente (em “passivas” elicitadas e causativas de verbos transitivos), alativo, benefactivo, causa, causado, comitativo, comparativo, dativo, destinatário, direcional (destinação), fonte, instrumento, locativo(s), meio e paciente (em construção recíproca). Lembramos, contudo, que os especialistas tendem a interpretá-los como adjuntos.

No que tange à identificação de posposições multifuncionais com escopo também pragmático, propomos que tais constituintes podem existir no Kamaiurá e no Guajá. Assim, em nossa interpretação, encontramos posposições com as seguintes funções pragmáticas: fonte da informação (Kamaiurá), foco (Kamaiurá), modalização (Kamaiurá e Guajá). Em relação ao Apyãwa, talvez sejam necessárias pesquisas adicionais para confirmar ou negar a existência de posposições multifuncionais, com destaque para aquelas que possivelmente exprimam modalização, encontradas nas duas outras línguas.

A respeito do tipo de complemento que as posposições podem tomar, verificamos que, em todas as línguas investigadas, as posposições podem ocorrer com marcadores de pessoa, prefixos reflexivos, prefixos recíprocos e prefixos relacionais, além de nomes ou pronomes

internos ao SP — quanto à estrutura interna do SP, apenas o Guajá não apresenta o morfema -*a* no SN. Adicionalmente, a maioria das línguas, mas nem todas, apresenta sufixo de negação e sufixo de nominalização.

Ao verificar se as posposições manifestam algum tipo de identidade formal com outras classes de palavras, constatamos isomorfismo entre posposições, nomes e verbos. Os marcadores de pessoa e os prefixos relacionais tendem a ser usados nas três classes, o que contribui para formar o mesmo paradigma pessoal. Tal constatação suscita novas dúvidas acerca da semelhança funcional entre essas classes, algo ainda a ser investigado.

Em relação à possibilidade de aplicar, à distinção entre argumento e adjunto, uma classificação em termos prototípicos, verificamos que, nas obras pesquisadas, os especialistas tendem a classificar os SP como adjunto, seguindo uma linha mais clássica de categorização pelas condições necessárias e suficientes. Não obstante, ao avaliar os níveis morfossintático, semântico e pragmático de análise linguística, concluímos que parcela significativa dos SP apresenta traços não prototípicos de alguma categoria (predicado, argumento ou adjunto). Com base nisso e nas evidências fornecidas pelos próprios especialistas, propusemos duas escalas ou *continuum*: uma com os traços [+ARGUMENTO] em um extremo e [+ADJUNTO] em outro; e outra escala incluindo a função de predicado como mais nuclear ainda, com os polos [+NÚCLEO] em uma extremidade e [+PERIFERIA] em outra, a fim de incluir todas as funções exercidas pelos SP. Nesta proposta, situamos o predicado à esquerda, em posição mais nuclear, o argumento e o quase argumento ao centro, e os adjuntos à direita, em posição mais periférica.

Em vista disso, avaliamos a possibilidade de identificar diferenças e semelhanças entre as línguas dos distintos ramos da família tupí-guaraní, no tocante às formas e funções dos SP. Com base em nossa pesquisa, podemos somente apontar as características das três línguas investigadas, pertencentes aos ramos IV (Apyãwa), VII (Kamaiurá) e VIII (Guajá), na classificação linguística de Rodrigues e Cabral (2002).

Como indicado anteriormente, as três línguas revelam posposições com marcas formais equivalentes, com destaque para marcadores de pessoa, prefixos reflexivos, prefixos recíprocos e prefixos relacionais, assim como semelhantes estruturas internas dos SP.

Em relação às funções desses sintagmas, a nosso ver, todas as línguas dispõem de poucos tipos de SP em função de predicado prototípico, argumento prototípico ou adjunto prototípico. Entretanto, todas possuem variados tipos de SP em função central menos prototípica, isto é, na função de argumentos e quase argumentos, com destaque para as funções recorrentes de argumento de coordenação, argumento agente direto de verbo transitivo

causativizado, argumento ou quase argumento destinatário e argumento ou quase argumento reflexivo ou recíproco.

Salientamos que, apesar de situarmos a maioria dos SP nas posições centrais de nossas escalas, nossa proposta não difere substancialmente do exame dos especialistas das línguas. Pelo contrário, ela se fundamenta sobretudo nas informações e nas terminologias empregadas por eles. A diferença principal, que motivou nossa conclusão, é a consideração de critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos adicionais na elaboração de nossas escalas. Todos os critérios, porém, foram identificados nas próprias obras dos autores consultados e estão sujeitos a revisão dos especialistas.

Com isso, esperamos que nossas propostas de escala despertem novas inquietações nos pesquisadores, relativamente aos SP, e auxiliem na produção de materiais para os estudos tipológicos desses constituintes e da distinção entre argumentos e adjuntos.

4.4. Próximos passos e desafios futuros

A seguir apresentamos considerações sucintas sobre dois temas principais que permearam nossa discussão e que precisarão ser desenvolvidos em pesquisas futuras. Além desses, compreendemos a necessidade de pesquisar o isomorfismo e a diacronia das posposições nas línguas da família tupí-guaraní, bem como as posposições com escopo pragmático.

4.4.1. Adposições vs. afixos de caso

Um aspecto citado com frequência na literatura, a respeito das adposições, refere-se à similaridade entre elas e os afixos de caso, a exemplo de semelhanças funcionais, semânticas e sintáticas, além da aplicação extensiva de ambos em estratégias de marcação de funções. A proximidade é tão significativa que Haspelmath (2014b) parece duvidar da possibilidade de distingui-los translinguisticamente de modo coerente, como afirma a seguir:

Um outro tipo de diferença que é frequentemente observado pelos linguistas é a diferença entre expressão morfológica e sintagmática: por exemplo, a diferença entre afixos de casos como *-di* em Lezgui [língua falada no Cáucaso] e posposições como *ga* e *o* em Japonês. Contudo, é provavelmente impossível fazer essa distinção de modo coerente entre as línguas (Haspelmath 2011a) e muitas vezes a diferença entre as expressões morfológica e sintagmática é essencialmente ortográfica [...]. (HASPELMATH, 2014b, p. 491, tradução nossa¹¹⁹)

¹¹⁹ *A further kind of difference that is often noted by linguists is the difference between morphological and phrasal expression: for example, the difference between case suffixes such as -di in Lezgian and postpositions such as ga and o in Japanese. However, it is probably impossible to make this distinction in a coherent way across languages*

Em vista dessa similaridade, Hagège (2010) propõe uma série de critérios voltados a diferenciar adposições e afixos de caso, os quais se distribuem entre fonologia, morfologia, ordem de palavras, sintaxe, semântica, pragmática e diacronia. Segundo o autor, embora as adposições e os afixos de caso atuem de modo análogo sintaticamente, como marcadores de funções, haveria diferenças em vários níveis, sobretudo no morfológico, o que os torna elementos linguísticos formalmente distintos. Para negar ou confirmar as hipóteses de cada autor, com relação às línguas tupí-guaraní, projetamos estudos futuros sobre a questão.

4.4.2. Terminologia

A atenção à terminologia permeou parte significativa da discussão apresentada. Desde Rodrigues (1952/2013, p. 46), notamos preocupação com o assunto e o alerta de que os termos usados poderiam não ser apropriados:

Não menos que a interpretação dos fatos da língua, também a terminologia aqui empregada está sujeita à crítica de outros estudiosos. Como ainda se estão iniciando os estudos de gramática tupí, não há uma nomenclatura firmada para os fenômenos da língua: a sistematização reclama nomes para distinguir os fenômenos, e nem sempre é fácil achá-los convenientes. Em muitos casos de nomenclatura, que ocorrem neste trabalho, o próprio autor não está satisfeito.

Passados quase setenta anos de suas constatações, vemos que muitas expressões se consolidaram, talvez por força da tradição. Novas terminologias também ganharam destaque e passaram a ser usadas em conjunto com as demais, em detrimento da necessária e difícil padronização científica. Entre os termos identificados em nossa pesquisa, destacamos os seguintes, referentes ora a adjuntos, ora a argumentos: argumento oblíquo, argumentos circunstanciais, complementação de relação, complemento adverbial, complemento de cópula, complemento de verbos intransitivos, complemento indireto, complemento oblíquo obrigatório, complemento posposicional, complementos circunstanciais da oração, locução posposicional, mantenedor de agentividade do sujeito demovido, objeto indireto, objeto oblíquo, oblíquo obrigatório e pseudocomplemento.

Sem desconsiderar fenômenos particulares de algumas línguas, que requerem terminologias específicas, a variedade de termos encontrada suscita uma importante pergunta de fundo, mais abrangente, que continuará acompanhando nossa pesquisa, a saber: Qual o impacto da variação terminológica na discussão teórica? Consideramos que a profusão de

(Haspelmath 2011a) and often the difference between morphological and phrasal expression is primarily an orthographic one [...]

termos pode estar por trás tanto das dificuldades em definir critérios comuns para identificar argumentos e adjuntos quanto dos desafios para encontrar padrões nas pesquisas tipológicas.

4.5. Considerações finais do capítulo

Buscamos responder sinteticamente a todos os objetivos estabelecidos em nosso projeto de pesquisa, na linha das discussões apresentadas nos capítulos anteriores. Nesse percurso, confirmamos hipóteses aventadas previamente, como a tipologia de Pantcheva (2010), a possibilidade de identificar papéis semânticos em SP que possibilitem comparações translinguísticas e o isomorfismo entre posposições, nomes e verbos.

Ao contrário do previsto, contudo, não confirmamos a hipótese, motivada por Haspelmath (2019a), de que os adjuntos seriam mais marcados (ou sistematicamente codificados) por serem menos usados, enquanto os argumentos seriam menos marcados. Também identificamos poucos tipos de SP em funções de predicado prototípico, argumento prototípico ou adjunto prototípico. Segundo nossa interpretação, as três línguas pesquisadas parecem revelar variados tipos de SP em função de argumentos não prototípicos e quase argumentos. Como resultado, frisamos a necessidade de considerar os níveis semântico e pragmático nas descrições dos SP, a fim de compreender suas funções nas orações.

Por fim, elegemos dois temas principais que permearam nossa discussão e que precisarão ser desenvolvidos em pesquisas futuras: a diferença entre adposições e afixos de caso; e a padronização terminológica entre os pesquisadores das línguas tupí-guaraní.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa, buscamos verificar se o estudo dos SP nas línguas indígenas da família tupí-guaraní oferece oportunidade para compreendermos a distinção entre argumentos e adjuntos em termos tipológicos. O tema insere-se em perspectiva ampla, voltada à classificação das línguas e à apuração de padrões entre elas, a fim de contribuir para o entendimento das línguas indígenas brasileiras, especificamente, e para a compreensão da linguagem humana, em última instância.

As conclusões aqui apresentadas indicam que os atuais critérios de classificação dos SP nas línguas tupí-guaraní são insuficientes tipologicamente. Enquanto esses constituintes não receberem mais atenção nas pesquisas, não será possível suprir os estudos tipológicos de condições para examinar o comportamento dos SP e suas especificidades, sobretudo se

considerarmos papéis semânticos mais controversos, a exemplo do agente de verbos transitivos causativizados e do beneficiário ou recipiente humano de verbos divalentes.

Não obstante, acabamos por fornecer evidência adicional à teoria dos protótipos. Uma vez que a distinção entre argumentos e adjuntos depende dos critérios empregados pelos pesquisadores, propusemos que os critérios usados para identificar a função dos SP poderão permitir comparações translinguísticas se forem ampliados, considerando a nuclearidade e a frequência de uso, e tratados de forma gradativa, escalar, não dicotômica.

Com o intuito de padronizar o trabalho de pesquisa e construir uma base de dados comparável tipologicamente, elaboramos e aplicamos um protocolo de pesquisa (cf. Apêndice 2), composto de perguntas de natureza morfológica, sintática, pragmática, semântica e terminológica. O protocolo continuará a ser aplicado nas pesquisas futuras.

Ao analisar os testes descritos na literatura teórica, constatamos que eles não funcionam plenamente em qualquer língua e, em consequência, é preciso analisar as línguas em si, dos dados para a teoria. Ao longo da pesquisa, recorreremos às obras dos especialistas nas línguas investigadas e verificamos que, apesar de os SP serem frequentemente considerados adjuntos, podem ser classificados de três modos: adjunto, argumento ou predicado. Poucos, entretanto, foram os exemplos identificados de SP atuando prototipicamente em alguma dessas funções, evidência de que classificações embasadas nas clássicas condições necessárias e suficientes não explicam adequadamente esses fenômenos linguísticos. Em vista disso, o questionamento original do projeto foi sendo modificado, de uma visão dicotômica para uma prototípica, mais apta a incluir, e explicar, todas as funções exercidas pelos SP.

Em nossas análises das línguas Kamaiurá, Apyãwa (Tapirapé) e Guajá, encontramos somente um SP que foi tratado como argumento: o “complemento de cópula”, do Kamaiurá. Diante de tal fato, perguntamos o que isso estaria revelando sobre a concepção de argumento dos pesquisadores? E qual seria, enfim, a concepção de adjunto? Notamos que, embora os SP não sejam considerados argumentos, alguns são vistos como predicado nas três línguas pesquisadas, o que seria um indício a favor da centralidade dos SP nessas e em outras línguas da família.

Considerando as propriedades dos SP, não obstante as poucas descrições desses constituintes em função argumental, propusemos gradação entre diversos SP com traços possivelmente [+ARGUMENTO]. Verificamos, por exemplo, que existem verbos intransitivos e transitivos que, sistematicamente, ocorrem com algum SP compondo seu sentido e preenchendo a valência de um predicado que extrapola a transitividade codificada no verbo. Em nossa

proposta, sugerimos que o SP não prototípico situado entre argumentos e adjuntos, nessa gradação, seja considerado um quase argumento.

Em consequência, como proposta explicativa para os SP da família tupí-guaraní, analisamos a transitividade pelo nível do predicado e adotamos o conceito de protótipo linguístico. Isso nos levou a formular duas propostas de escala ou *continuum*: a primeira, com argumentos prototípicos em uma extremidade e adjuntos prototípicos em outra; a segunda, incluindo a função de predicado como a mais nuclear entre todas, unindo assim as três funções, com os polos [+NÚCLEO] de um lado e [+PERIFERIA] de outro. A inserção dos constituintes posposicionados ao longo das escalas ampara-se nos vários critérios aplicados à identificação de predicados, argumentos e adjuntos, de acordo com os indícios encontrados nas análises dos especialistas, incluídas suas terminologias.

Ao propor que, em uma gradação, se considere a nuclearidade dos constituintes, inserindo a função de predicado no mesmo contínuo dos argumentos e dos adjuntos, elaboramos hipótese de trabalho futuro, com o intuito de examinar a relação entre adjuntos, argumentos e predicados como partes do mesmo sistema na construção de enunciados, isto é, na produção de comunicação.

A fim de incluir todas as funções exercidas pelos SP e diferenciar os usos mais e menos prototípicos, além do caráter sintático que habitualmente se analisa na grade argumental do predicador, defendemos a necessidade de inclusão do caráter semântico e também do pragmático. Assim, para propor a maior centralidade dos SP, consideramos desde critérios formais, como a morfologia verbal e correferencialidade com o sujeito da oração, conforme visto no Apyãwa e no Guajá, até funções pragmáticas, como as modalizações epistêmicas do Guajá e do Kamaiurá, passando por critérios semânticos, a exemplo do SP em predicado divalente, dos objetos ou complementos indiretos de verbos transitivos e do dativo de verbos como 'dar'. Todas as propostas derivadas desses critérios são tratadas por nós como hipóteses para investigações tipológicas futuras.

Acreditamos que existam vantagens tanto em valorizar a semântica e a pragmática nas análises linguísticas quanto em conferir aos SP da família tupí-guaraní um tratamento escalar ou gradativo. Uma delas é a inclusão de temas relevantes no espaço central das pesquisas tipológicas. Entre eles, citamos:

- a) SP com função de núcleo de predicado;
- b) SP em coordenação com SN sujeito ou objeto;
- c) SP reflexivo ou recíproco em função aparentemente de argumento;
- d) SP agente direto de causativa morfológica de verbo transitivo;

- e) SP destinatário ou recipiente de verbos do tipo “dar” (dativo);
- f) SP em comparações;
- g) SP com função de quase argumento;
- h) SP com função pragmática.

Ao buscar compreender a terminologia que os autores usam para tratar dos SP, deparamos com variedade considerável de termos. Os diferentes termos usados pelos pesquisadores para fazer referência a conceitos similares nos fizeram questionar o impacto da variação terminológica na discussão linguística teórica. Embora tenhamos iniciado comparação entre as terminologias adotadas e as análises gramaticais dos constituintes posposicionados, mais estudos serão necessários para compreender a relação entre terminologia e descrição linguística.

Outro tema a ser aprofundado, a respeito das mesmas línguas, refere-se à existência de posposições multifuncionais com funções pragmáticas, além das sintáticas já identificadas. Apesar de alguns indícios, não pudemos confirmar com segurança a existência de tais posposições.

Pesquisaremos também eventuais diferenças entre posposições e afixos de caso, tendo em vista que a similaridade entre ambos, que englobaria desde aspectos funcionais e semânticos a comportamentos sintáticos, é uma característica citada com frequência na literatura teórica.

A pesquisa, portanto, permanece em andamento, e serão necessários dados de mais línguas da família tupí-guaraní para respondermos, de maneira efetiva, às perguntas e às hipóteses aqui apresentadas. Como informado anteriormente, as escalas propostas são hipóteses e podem servir de programa de pesquisa aos especialistas nas línguas analisadas. Com base em nossa pesquisa e no que os próprios especialistas escreveram, formulamos possibilidades de análise e hipóteses de classificação dos SP, as quais precisarão ser confirmadas pelos especialistas. Neste sentido, oferecemos perguntas, não respostas. Desejamos, com isso, incentivar os pesquisadores a investigar as reais funções dos SP nos predicados.

REFERÊNCIAS

- ABNEY, Stephen Paul. A computational model of human parsing. *Journal of Psycholinguistic Research*, New York, v. 18, n. 1, p. 129-144, 1989.
- AGOSTINHO, Pedro. *Mitos e outras narrativas Kamayurá*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- AIKHENVALD, Alexandra Y. Review of ‘Gramática do Kamaiurá’. *Language*, Washington, D.C., v. 78, n. 2, p. 316-319, 2002.
- ALMEIDA, Antônio; IRMÃZINHAS DE JESUS; DE PAULA, Luiz G. *A língua Tapirapé*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1983.
- ALVES, Flávia C. Relações de objeto em Canela. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2021. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0011
- ARISTAR, Anthony R. On diachronic sources and synchronic pattern: an investigation into the origin of linguistic universals. *Language*, Washington, D.C., v. 67, n. 1, p. 1-33, 1991.
- BEGHIN, François-Xavier. Les Guajá. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. V, p. 137-139, 1951.
- BEGHIN, François-Xavier. Relation du premier contact avec les indiens Guajá. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, N.S. XLVI, p. 197-204, 1957.
- BERTO, Flávia de F. *Tipologia de articulação de cláusulas: contribuições de um estudo sobre o Guajá*. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2017.
- BERTO, Flávia de F.; CARDOSO, Guilherme R.; AWA GUAJÁ, Hajkaramykã; GUAJÁ, Ytatxĩ; GUAJÁ, Manatxika; AWA GUAJÁ, Tatuxa’a. Guajá: Kamixatuhujaxa’amỹ jawajaxa’amỹ hajkaminũ ta xi haraka: o finado dono do jabuti queria transar com o finado dono do jaguar. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 131-174, jan.-abr. 2019.
- BRANDON, Frank R.; SEKI, Lucy. Moving interrogatives without an initial + WH node in Tupí. In: COOK, Eung-Do; GERDTS, Donna B. (ed.). *Syntax and semantics: syntax of Native American languages*. New York: Academic Press, 1984. v. 16.
- BYBEE, Joan L. The diachronic dimension in explanation. In: HAWKINS, John A. (ed.). *Explaining language universals*. Oxford: Blackwell, 1988. p. 350-379.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CARDOSO, Guilherme R. *Ariku karai pyry: o “ficar no meio dos brancos” para os Awa do Pindaré, MA*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

CARVALHO, José C. M.; LIMA, Pedro E.; GALVÃO, Eduardo E. *Observações zoológicas e antropológicas na região dos formadores do Xingu*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Imprensa Nacional, 1949.

CASTILHO, Ataliba T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

CASTILHO, Ataliba T.; CASTILHO, Célia Maria M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992, p. 213-261.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. A política indigenista da Nova República. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 101, p. 60-69, jan./fev. 1986.

COLLINS, I. Vaughn. *Formulário dos vocabulários padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras*. II questionário Kamaiurá. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1962.

CORMIER, Loretta A. *Kinship with monkeys: the Guajá foragers of eastern Amazonia*. New York: Columbia University Press, 2003.

CREISSELS, Denis. Cross-linguistic variation in the treatment of beneficiaries and the argument vs. adjunct distinction. *Linguistic Discovery*, Hanover, v. 12, n. 2, p. 41-55, 2014.

CRUZ, Aline. *Fonologia e gramática do Nheengatú: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Vrije Universiteit, Amsterdam, 2011.

CRUZ, Aline; MAGALHÃES, Marina Maria S.; PRAÇA, Walkíria N. A morfologia transcategorial e sua relação com o padrão omnipredicativo em línguas da família Tupi-Guarani. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, [Online], v. 17, n. 32, p. 69-94, 2019.

CRUZ, Olímpio. *Vocabulário de quatro dialetos indígenas do Maranhão: Guajajara, Canela, Urubu e Guajá*. São Luís: SIOGE, 1972.

CRYSTAL, David. *A dictionary of linguistics and phonetics*. 6. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

CUNHA, Péricles. *Análise fonêmica preliminar da língua Guajá*. 1987. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

DIETRICH, Wolf. *More evidences for an internal classification of Tupi-Guarani languages*. Berlin: Gebr. Mann Verlag, 1990.

DIETRICH, Wolf. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-25.

DIXON, Robert M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

DOURADO, Karine; PRAÇA, Walkíria N. Os *Ãpyãwa* (Tapirapé), os neologismos e a escola indígena: políticas linguísticas em resposta ao etnocídio. *Revista Letra Capital*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2016.

DOWTY, David. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, Washington, D.C., v. 67, n. 3, p. 547-619, Sept. 1991.

DRUDE, Sebastian. Aweti in relation with Kamayurá: the two tupian languages of the upper xingu. In: FRANCHETTO, Bruna (org.). *Alto Xingu: uma sociedade multilíngue*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011. p. 155-192.

EPPS, Patience. *A Grammar of Hup*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2008.

EVERETT, Daniel L.; SEKI, Lucy. Reduplication and CV Skeleta in Kamayurá. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Massachusetts, v. 16, n. 2, p. 326-30, 1985.

FERREIRA, Lucy S. *Yazyk Kamaiura: Fonétika, Fonológuija, Krátkie Svedénija o Grammátike*. 1973. Tese (Doutorado) – [S. n.], Moscou, 1973.

FORLINE, Louis Carlos. *The persistence and cultural transformation of the Guajá Indians: foragers of Maranhão State, Brazil*. 1997. Tese (Doutorado) – University of Florida, Gainesville, 1997.

FORLINE, Louis; MAGALHÃES, Marina Maria S. Engaging with friends and enemies: sociolinguistic implications of contact between the Awá-Guajá and their Tupí-Guaraní neighbors. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, v. 2016, n. 240, p. 29-52, 2016.

FRANCHETTO, Bruna (org.). *Alto Xingu: uma sociedade multilíngue*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Revista Gragoatá*. Niterói, n. 21, p. 115-131, 2006.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio. A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 61-70, 2003.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria M. de. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2.

GALVÃO, Eduardo. Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Xingu. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 1-58, 1953.

GARCIA, Uirá Felipe. *Karawara: a caça e o mundo dos Awá-Guajá*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GARCIA, Uirá Felipe. Pelas matas do Pindaré: imagens do isolamento Awa-Guajá. In: RICARDO, Fany Pantaleoni; GONGORA, Majoí Fávero (org.). *Cercos e resistências: povos*

indígenas isolados na Amazônia brasileira. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019. p. 107-114.

GARCIA, Uirá Felipe. Sobre o poder da criação: parentesco e outras relações awá-guajá. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 91-122, 2015.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. v. I.

GOMES, Dionei M. *Argumentos e adjuntos em línguas indígenas brasileiras*. 2018. Projeto de Pesquisa – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GOMES, Dionei M. Postpositions in Mundurucu (Tupi): formal and functional features. *Revista Forma y Función*, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 109-150, 2019. DOI: 10.15446/fyf.v32n2.80817

GOMES, Ivanise P. *Aspectos fonológicos do parakanã e morfossintáticos do awá-guajá (Tupi)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

GOMES, Mércio P. *Antropologia da sobrevivência dos índios Guajá*. 1989. Projeto de Pesquisa – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

GRINEVALD, Colette; SEIFART, Frank. Noun classes in African and Amazonian languages: towards a comparison. *Linguistic Typology*, Berlin, v. 8, p. 243-285, 2004.

GUARINO, Manuela Luna S. W. *Concordância verbal e hierarquia de pessoa da língua Guajá: uma análise gerativista*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GUERRERO, Lilián (ed.) *Adposiciones y elementos de su tipo en lenguas amerindias*. [S. l.: s. n.], 2017. Proposta de volume coletivo. Disponível em: <http://www.aml.org.mx/wp-content/uploads/Adposiciones-y-elementos-de-su-tipo-Guerrero.-L-presentacion.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.

HAGÈGE, Claude. *Adpositions: function-marking in human languages*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HARRISON, Carl H. A forma linguística de uma teoria folclórica dos Kamaiurás. *Arquivos de Anatomia e Antropologia do Instituto de Antropologia Professor Souza Marques*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 81-98, 1977.

HARRISON, Carl H. *Formulário dos vocabulários padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras*. II questionário Kamaiurá. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1964.

HASPELMATH, Martin. Adpositions. In: FRAWLEY, William J. (ed.). *International Encyclopedia of Linguistics*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2003. p. 39-41.

HASPELMATH, Martin. Arguments and adjuncts as language-particular syntactic categories and as comparative concepts. *Linguistic Discovery*, Hanover, v. 12, n. 2, p. 3-11, 2014a.

HASPELMATH, Martin. Comparative syntax. In: CARNIE, Andrew; SATO, Yosuke; SIDDIQI, Dan (ed.). *The Routledge Handbook of Syntax*. London: Routledge, 2014b. p. 490-508.

HASPELMATH, Martin. *Differential place marking and differential object marking*. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37762885/Differential_place_marking_and_differential_object_marking. Acesso em: 22 set. 2019.

HASPELMATH, Martin. *Explaining grammatical coding asymmetries: form-frequency correspondences and predictability*. 2019a. Disponível em: https://www.academia.edu/37510601/Explaining_grammatical_coding_asymmetries_Form-frequency_correspondences_and_predictability. Acesso em: 22 set. 2019.

HASPELMATH, Martin. *Towards standardization of morphosyntactic terminology for general linguistics*. 2019b. Disponível em: https://www.academia.edu/40785920/Towards_standardization_of_morphosyntactic_terminology_for_general_linguistics. Acesso em: 22 set. 2019.

HASPELMATH, Martin; HARTMANN, Iren. Comparing verbal valency across languages. In: MALCHUKOV, Andrej; COMRIE, Bernard. (ed.). *Valency classes in the world's languages: introducing the framework, and case studies from Africa and Eurasia*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015. p. 41-72.

HERNANDO, Almudena; COELHO, Elisabeth Maria B. (org.). *Estudos sobre os Awá: caçadores-coletores em transição*. São Luís: EDUFMA, 2013.

HERNANDO, Almudena; POLITIS, Gustavo; RUIBAL, Alfredo G.; COELHO, Elisabeth Maria B. Gender, power, and mobility among the Awá-Guajá. *Journal of Anthropological Research*, Albuquerque, v. 67, p. 189-211, 2011.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Washington, D.C., v. 56, n. 2, p. 251-299, jun. 1980.

HOYOS-ANDRADE, Rafael Eugenio. Funcionalismo vs. gerativismo: algumas reflexões de epistemologia linguística. *Alfa*, São Paulo, v. 26, p. 25-31, 1982.

HURLEY, Jorge. *Rio Gurupy*. Belém: Instituto Macedo Costa, 1932.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos especiais. O Brasil indígena. 2020. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

JACKENDOFF, Ray. *X-bar syntax: a study of phrase structure*. Cambridge: MIT Press, 1977.

JENSEN, Cheryl Joyce S. Tupí-Guaraní. In: DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). *The Amazonian languages*. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 125-163.

KAMAIURÁ, Kanawayuri; KAMAIURÁ, Aisanain Paitu; KAMAIURÁ, Ajumã; KAMAIURÁ, Wary; KAMAIURÁ, Jareu; KAMAIURÁ, Janumakakumã; KAMAIURÁ, Yrywuajy; SEKI, Lucy. *Kamajura Jemo'etap*. Brasília: MEC, 1998.

KAMAIWRÁ, Aisanain Páltu. *Uma análise linguístico-antropológica de exemplares de dois gêneros discursivos Kamaiurá*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 2003.

LEITE, Yonne F. A incorporação nominal em Tapirapé. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMERICA LATINA, 10., 1993, Vera Cruz. *Anais [...]*. Vera Cruz: ALFAL, 1993.

LEITE, Yonne F. A nasalidade vocálica em Tapirapé. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 49-61, 2003.

LEITE, Yonne F. As construções causativas em Tapirapé. *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, Lima, v. 3, p. 73-86, 1994.

LEITE, Yonne F. As línguas da família tupi-guarani: uma proposta de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA E LITERATURA, 28., 1996, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: [S. n.], 1996.

LEITE, Yonne F. Aspectos da fonologia e morfofonologia Tapirapé. *Boletim do Museu Nacional – Linguística*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-17, 1977.

LEITE, Yonne F. Atividade e estatividade em Tapirapé. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 2., 1987, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPOLL, 1987.

LEITE, Yonne F. De homens, árvores e sapos: forma, espaço e tempo em Tapirapé. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 85-103, 1998.

LEITE, Yonne F. Estrutura silábica e articulação secundária em Tapirapé. In: WETZELS, Leo (org.). *Estudos fonológicos das línguas brasileiras*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 151-194.

LEITE, Yonne F. *Gramática Irantxé*: notas gramaticais e lista vocabular. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1967. (Série Diversos Linguística).

LEITE, Yonne F. *Para uma tipologia ativa do Tapirapé*: os clíticos referenciais de pessoa. Campinas: Caderno de Estudos Linguísticos, 1990. v. 18, p. 37-56.

LEITE, Yonne F.; CALLOU, Dinah M. I.; MORAES, João A. Topicalização e deslocamento à esquerda: sintaxe e prosódia. In: CASTILHO, Ataliba T. de. (org.). *Gramática do português falado*: as abordagens. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1993. v. 3, p. 315-360.

LEITE, Yonne F.; CALLOU, Dinah M. I.; MORAES, João A. Tópicos e adjuntos. In: CASTILHO, Ataliba T. de; BASÍLIO, Margarida. (org.). *Gramática do português falado*: estudos descritivos. São Paulo: Unicamp, 1996. v. 4, p. 321-339.

LEITE, Yonne F.; SOARES, Marília F.; SOUZA, Tânia C. O papel do aluno na alfabetização de grupos indígenas: a realidade psicológica das descrições linguísticas. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 53, p. 1-22, 1985.

LEITE, Yonne F.; VIEIRA, Márcia D. As construções causativas em línguas da família tupí-guaraní: um problema sintático. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL*, 9., 1995, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: ANPOLL, 1995. v. 1, p. 974-980.

LEITE, Yonne F.; VIEIRA, Márcia D. Atividade e ergatividade nas línguas da família tupí-guaraní: problemas de análise. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL*, 5., 1990, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: ANPOLL, 1990. p. 247-255.

MAGALHÃES, Marina Maria S. A gramaticalização de verbos em partículas na língua Guajá e sua relação com a omnipredicatividade. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 3, p. 897-918, set.-dez. 2019.

MAGALHÃES, Marina Maria S. Os dois diferentes tipos de sintagmas nominais complexos com núcleo verbal estativo da língua Guajá. *In: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dione M. (org.). O sintagma nominal em línguas amazônicas*. São Paulo: Pontes Editores, 2016. p. 187-202.

MAGALHÃES, Marina Maria S. Os predicados existenciais do Guajá. *Signótica*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 309-329, 2014.

MAGALHÃES, Marina Maria S. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família Tupí-Guaraní)*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MAGALHÃES, Marina Maria S.; PRAÇA, Walkíria N.; CRUZ, Aline da. Gradação da omnipredicatividade na família Tupi-Guarani. *Forma y Función*. Santa Fé de Bogotá, v. 32, n. 2, p. 151-189, 2019. DOI: 10.15446/fyf.v32n2.80818

MARTIN, Jack B. Creek voice: beyond valency. *In: DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). Changing valency: case studies in transitivity*. New York: Cambridge University Press, 2000. p. 375-403.

MELLO, Antônio A. S. Evidências fonológicas e lexicais para o sub-agrupamento interno Tupi-Guarani. *In: CABRAL, Ana Suely A. C.; RODRIGUES, Aryon D. (org.). Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história*. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Belém: EDUFPA, 2002. t. 1, p. 338-342.

MELLO, Antônio A. S.; KNEIP, Andreas. Novas evidências linguísticas (e algumas arqueológicas) que apontam para a origem dos povos tupi-guaraní no leste amazônico. *Literatura y Linguística*, Santiago, n. 36, dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0716-58112017000200299>.

MICHAEL, Lev. *Amazonian Languages: linguistic diversity of “Greater Amazonia”*. Chicago: LSA Linguistic Institute, jul. 2015. 62 slides. Disponível em: https://www.academia.edu/27577814/Amazonian_Languages_Linguistic_Diversity_of_Greater_Amazonia_2015_LSA_Institute_Class_Day_1. Acesso em: 2 jul. 2021.

MITHUN, Marianne. The evolution of noun incorporation. *Language*, Washington, D.C., v. 60, n. 4, p. 847-894, 1984.

NASCIMENTO, Ana Paula L. M. *Estudo fonético e fonológico da língua Guajá*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NEVES, Maria Helena de M. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NICHOLS, Johanna. Head-marking and dependent marking grammar. *Language*, Washington, D.C., v. 62, n. 1, p. 56-119, 1986.

NIMUENDAJÚ, Curt. The Guajá. In: STEWARD, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Publishing Office, 1948. v. 3, p. 135-136.

OBBERG, Kalervo. *Indian tribes of northern Mato Grosso*. Washington: Institute of Social Anthropology; Smithsonian Institute, 1953.

ONISHI, Masayuki. Non-canonically marked subjects and objects: parameters and properties. In: AIKHENVALD, Alexandra Y.; DIXON, Robert M. W.; ONISHI, Masayuki (ed.). *Non-canonical marking of subjects and objects*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2001. p. 1-51.

ONISHI, Masayuki. Transitivity and valency-changing derivations in Motuna. In: DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). *Changing valency: case studies in transitivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 115-144.

PANTCHEVA, Marina. The syntactic structure of location, goals and sources. *Linguistics*, Berlin, v. 48, n. 5, p. 1043-1081, 2010.

PAULA, Eunice D. *Eventos de fala entre os Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da etnossintaxe: singularidades em textos orais e escritos*. 2012. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

PAULA, Eunice D. O caso Tapirapé: uma escola indígena frente às políticas públicas. *Tellus*, Campo Grande, ano 8, n. 14, p. 171-183, 2008.

PAULA, Eunice D. Saudações Tapirapé: expressões do Tekateka. *Signótica*, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 279-304, 2009.

PAYNE, Thomas E. *Describing morphosyntax: a guide for field linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PRAÇA, Walkíria N. A dupla oposição nome/verbo e argumento/predicado em Tapirapé. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 68-88, 2008.

PRAÇA, Walkíria N. Aspectos da modalidade epistêmica em Tapirapé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, v. 8, p. 113-128, 2013.

PRAÇA, Walkíria N. Considerações sobre a incorporação nominal em Tapirapé. *In: ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDO DA LINGUAGEM DO GENTRO-OESTE*, 2., 2004, Goiânia. *Atas [...]*. Goiânia; Brasília: GELCO; Oficina Editorial IL-UnB, 2004.p. 1464-1470.

PRAÇA, Walkíria N. *Morfossintaxe da língua Tapirapé*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PRAÇA, Walkíria N. Negação de constituinte topicalizado em Tapirapé. *In: CABRAL, Ana Suelly A. C.; RODRIGUES, Aryon D. (org.). Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história*. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Belém: EDUFPA, 2002. t. 1, p. 413-417.

PRAÇA, Walkíria N. *Nomes como predicados na língua Tapirapé*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

PRAÇA, Walkíria N. Orações independentes com núcleos verbais e nominais em Tapirapé. *Universa*, Brasília, v. 8, n. 3, p. 553-570, 2000.

PRAÇA, Walkíria N. Sobre o Indicativo II em Tapirapé. *Estudos sobre Línguas Indígenas*, Belém, v. 1, p. 167-177, 2001a.

PRAÇA, Walkíria N. Um caso de reestruturação gramatical em Tapirapé. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN*, 2.,13-16 mar. 2001, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Boletim da ABRALIN, 2001b. v. 26, n. especial, p. 630-631. (Comunicação individual).

PRAÇA, Walkíria N.; MAGALHÃES, Marina M. S.; CRUZ, Aline da. Indicativo II da família Tupí-Guaraní: uma questão de modo? *LIAMES*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 39-58, jan.-jun. 2017.

PRAÇA, Walkíria N.; SERRA, Cristiane. T. Similaridades morfossintáticas do Português de Siricari em cotejo com o Português étnico Æpyãwa (Tapirapé): um estudo afro-indígena. *Web-Revista Sociodialeto*, [Online], v. 6, p. 307-326, 2015.

PRAÇA, Walkíria N.; VICENTE, Helena S. G. A expressão gramatical da polidez em Tapirapé. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 11, p. 97-116, 2010.

PRADO, Helbert M. *O impacto da caça versus a conservação de primatas numa comunidade indígena Guajá*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PROPHETA, Benedicto. *O indígena brasileiro: expedição entre as tribos selvagens da ilha do bananal e norte de Mato Grosso*. Bahia: A Nova Graphica, 1926.

QUEIXALÓS, Francesc. The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani. *In: LOIS, Ximena; VAPNARSKY, Valentina (ed.). Lexical categories and root classes in Amerindian Languages*. Bern: Peter Lang AG, 2006. p. 249-287.

QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei M. Predicados, nomes, sintagmas. In: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei M. (org.). *O sintagma nominal em línguas amazônicas*. São Paulo: Pontes Editores, 2016. p. 7-27.

ROBERT, Stéphane. *Perspectives synchroniques sur la grammaticalisation: polysémie, transcatégorialité et échelles syntaxiques*. Lovaina; Paris: Peeters, 2003.

RODRIGUES, Aryon D. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 187-195, 2018. Artigo originalmente publicado em 1999. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v9i1.19521>

RODRIGUES, Aryon D. As línguas gerais sul-americanas. *PAPIA*, Brasília, v. 4, p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, Aryon D. Abertura e ressonância. *Estudos Linguísticos*, Araraquara, v. 4, p. 324-333, 1981. Disponível em: http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Arodriques-1981/rodriques_1981_abertura.pdf. Acesso em: 2 jul. 2021.

RODRIGUES, Aryon D. Análise morfológica de um texto Tupí. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 45-62, 2013. Artigo originalmente publicado em 1952. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v3i1.16234>

RODRIGUES, Aryon D. Argumento e predicado em Tupinambá. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 93-102, 2013. Artigo originalmente publicado em 1996. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v3i1.16237>

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon D. Morfologia do Verbo Tupi. *Letras*, Curitiba, v. 1, p. 121-152, 1953.

RODRIGUES, Aryon D. Panorama das línguas indígenas da Amazônia. In: QUEIXALÓS, Francesc; RENAULT-LESCURE, Odile (org.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 15-28.

RODRIGUES, Aryon D. Silêncio, nasalidade e laringalidade em línguas indígenas brasileiras. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 11-24, 2003.

RODRIGUES, Aryon D. Sobre a natureza do caso argumentativo. In: QUEIXALÓS, Francesc. (org.). *Des noms et des verbes en tupi-guarani: état de la question*. Munique: Lincom Europa, 2001. p. 103-114.

RODRIGUES, Aryon D. Tarefas da linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos (Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada)*, [Online], v. 1, n. 1, p. 4-15, 1966. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org/text:rodriques-1966-tarefas>. Acesso em: 2 jul. 2021.

RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C. (org.). *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história*. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Belém: EDUFPA, 2002. t. 1, p. 327-337.

ROSCH, Eleanor. Cognitive reference points. *Cognitive Psychology*, San Diego, v. 7, p. 532-47, 1975.

ROSCH, Eleanor. Natural categories. *Cognitive Psychology*, San Diego, v. 4, p. 328-350, 1973.

ROSCH, Eleanor; MERVIS, Carolyn B. Family resemblances: studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*, San Diego, v. 7, p. 573-605, 1975.

SAELZER, Meinke. Fonologia provisória da língua Kamaiurá. *Série Linguística*, Brasília, n. 5, p. 131-70, 1976.

SALLES, Heloísa L. A partícula ‘tá(~matá)’ na estrutura oracional da língua Guajá. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 3, p. 791-804, set.-dez. 2019.

SCHMIDT, Max. *Estudos de etnologia brasileira*. Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

SCHÜTZE, Carson T. PP attachment and argumenthood. *MIT Working Papers in Linguistics*, [Online], v. 26, p. 95-151, 1995.

SEKI, Lucy. A reduplicação em Kamaiurá e Tupinambá. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 8., 1984, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Departamento de Letras (PUC), 1984. p. 49-56.

SEKI, Lucy. Aspectos diacrônicos da língua Kamaiurá (Tupi-Guarani). In: STAIB, Bruno. (org.). *Linguística romanica et indiana*. 1. ed. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2000d. v. 1, p. 566-581.

SEKI, Lucy. Classes de palavras e categorias sintático-funcionais em Kamaiurá. In: QUEIXALÓS, Francesc. (org.). *Des noms et des verbes en tupi-guarani: état de la question*. Munich: Lincom Europa, 2001. p. 39-66.

SEKI, Lucy. Construções com o gerúndio em Kamaiurá. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 685-702, 2014.

SEKI, Lucy. Construções locativas em Kamaiurá. In: ENCUESTRO DE LENGUAS INDÍGENAS AMERICANAS, 3., 2013, San Carlos de Bariloche. *Actas [...]*. San Carlos de Bariloche: UNRN, 2013a.

SEKI, Lucy. Estratégias de relativização. In: VOORT, Hein van der; KERKE, Simon van de (ed.). *Indigenous languages of Lowland South America*. Leiden: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS), 2000b. v. 1, p. 309-324.

SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000a.

SEKI, Lucy. Kamaiurá (Tupi-Guarani) as an active-stative language. In: PAYNE, Doris. L. (ed.). *Amazonian linguistics*. Studies in Lowland South American languages. Austin: University of Texas Press, 1990. p. 367-391.

SEKI, Lucy. Língua Kamayurá: o desafio de analisar e descrever partículas. *In: PARTÍCULAS*, 2013 Brasília. *Conferências [...]*. Brasília: UnB, 2013b.

SEKI, Lucy. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. *Impulso*, [Online], n. 27, p. 233-256, 2000c.

SEKI, Lucy. Linguística indígena no Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 257-290, 1999.

SEKI, Lucy. Marcadores de pessoa do verbo Kamaiurá. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 3, p. 22-40, 1982.

SEKI, Lucy. O Kamaiurá: língua de estrutura ativa. *Revista dos Departamentos de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 5, p. 217-227, 1976.

SEKI, Lucy. Observações sobre variação sociolinguística em Kamaiurá. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 4, p. 73-87, 1983.

SEKI, Lucy. Para uma caracterização tipológica da língua Kamaiurá. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 12, p. 15-24, 1987.

SEKI, Lucy. Partículas de constituinte da língua Kamaiurá. *In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC*, 48., 1996, São Paulo. *Comunicações [...]*. São Paulo: SBPC, 1996. Comunicação apresentada na mesa-redonda “Línguas indígenas brasileiras: aspectos morfossintáticos”.

SEKI, Lucy. Sobre as partículas da língua Kamaiurá. *In: CENSABELLA*, Marisa; *BARROS*, J. Pedro V. (org.). *Actas de las III Jornadas de Linguística Aborígen*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. v. 1, p. 45-72.

SHIBATANI, Masayoshi; BYNON, Theodora. *Approaches to language typology: a conspectus*. New York: Oxford University Press, 1995.

SILVA, Márcio F. *A fonologia segmental Kamayurá*. 1981. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

SOARES, Marília F.; LEITE, Yonne F. Vowel shift in the Tupi-Guarani language family: a typological approach. *In: KEY*, M. R. (org.). *Language change in South American Indian languages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991. p. 36-53.

STEINEN, Karl von den. Entre os aborígenas do Brasil central. *Revista Arquivo do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 34-58, 1940.

STORTO, Luciana R. Duas classes de verbos intransitivos em Karitiana (família Arikém, tronco Tupi). *In: QUEIXALÓS*, Francisc (org.). *Des noms et des verbes en tupi-guarani: état de la question*. Munique: Lincom Europa, 2001. p. 163-180.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1959.

VIOLA, Eduardo V. *Pronomes pessoais e marcadores de pessoas nas línguas ameríndias*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

WAGLEY, Charles. Um Tapirapé atinge a maioria. *Revista do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 16-17, 1945.

WAGLEY, Charles. Xamanismo Tapirapé. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-94, 1943.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. The Tapirapé. In: STEWARD, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Publishing Office, 1948. v. 3, p. 167-178.

WHALEY, Lindsay J. *Introduction to typology: the unity and diversity of language*. London: Sage Publications, 1997.

WITZLACK-MAKAREVICH, Alena; BICKEL, Balthasar. Towards a questionnaire on grammatical relations: a project bridging between typology and field linguistics. *Tomsk Journal of Linguistics and Anthropology*, [Online], v. 2, n. 2, p. 124-134, 2013.

YOKOI, Marcelo. *Na terra, no céu: os Awá-Guajá e os outros*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

ZARIQUIEY, Roberto. Objects, quasi-objects and oblique objects in Kakataibo (Panoan, Peru). *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v. 83, n. 4, p. 719-41, out. 2017.

APÊNDICE 1 – Protocolo de pesquisa

Protocolo de pesquisa

Língua (ramo):

Obras pesquisadas:

1. O(A) autor(a) usa o termo “argumento” ou “complemento”? Em caso afirmativo, como o define?
 - 1.1 O(A) autor(a) usa o termo “sujeito”? Em caso afirmativo, como o define?
 - 1.2 O(A) autor(a) usa o termo “objeto”? Em caso afirmativo, como o define?
 - 1.3 Quais são os tipos de objeto na língua?
2. O(A) autor(a) usa o termo “adjunto”? Em caso afirmativo, como o define?
 - 2.1 O(A) autor(a) usa algum termo semelhante a “adjunto”, tal como “adverbial”, “circunstante”, “circunstancial”, “periférico”, etc.? Em caso afirmativo, como o define?
3. O(A) autor(a) usa o termo “oblíquo”? Em caso afirmativo, como o define?
4. O(A) autor(a) usa o termo “predicado”? Em caso afirmativo, o define em termos de informação sobre um sujeito (Aristóteles) ou em termos lógicos (Frege)?
5. Adposições ocorrem com quais morfemas? Qual a ordem deles?
 - 5.1 Adposições ocorrem com argumento interno oracional?
6. Existem semelhanças entre adposições, nomes e verbos? Em caso afirmativo, quais são elas?
7. Como o(a) autor(a) descreve sintaticamente os sintagmas adposicionais?
8. O(A) autor(a) propõe algum critério sintático ou identifica alguma propriedade sintática para diferenciar argumentos e adjuntos?
9. Há sintagmas adposicionais envolvidos com estruturas aplicativas? Em caso afirmativo, como se comportam sintaticamente?
10. O que diferencia os sintagmas adposicionais de outros sintagmas?
11. Sintagmas adposicionais estão envolvidos em algum processo particular de focalização ou topicalização com implicações estruturais específicas? Em caso afirmativo, especifique.
12. Há adposições multifuncionais com função pragmática para além da função sintática que normalmente exercem? Em caso afirmativo, especifique.
13. Quais papéis semânticos são expressos pelos sintagmas adposicionais?
 - 13.1 Existe sintagma adposicional com função de agente, paciente, recipiente ou algum outro papel semântico translinguisticamente associado a argumento? Qual(is)?

- 13.2 Há adposições distintas para expressar lugar, meta e fonte? Especifique.
- 13.3 Há alguma posposição que desempenha múltiplas funções sintático-semânticas? Em caso afirmativo, especifique a posposição e liste suas funções.
14. Há adposições derivadas? Em caso afirmativo, apresentam alguma particularidade frente ao conjunto das demais adposições? Especifique e informe percurso diacrônico, se possível.
15. Sintagma adposicional com função de argumento apresenta tamanho diferente de sintagma adposicional com função de adjunto?
- 15.1 Papéis alativos são expressos por marcação zero ou por adposições fonologicamente menores que as usadas para expressar papéis ablativos?
- 15.2 Papéis instrumentais são expressos por marcação zero ou adposições fonologicamente menores que as usadas para expressar papéis comitativos?
16. Há afixos de caso com função semelhante à desempenhada pelas adposições? Em caso afirmativo, como o(a) autor(a) os diferencia das adposições?
17. Com relação a adjuntos, argumentos, predicados e sintagmas adposicionais, quais termos o(a) autor(a) usa? Existe alguma terminologia particular?
18. Esboçar proposta de classificação dos sintagmas adposicionais na escala entre argumento e adjunto.

APÊNDICE 2 – Aplicação do protocolo de pesquisa

Kamaiurá

Apresentamos a seguir o protocolo preenchido com informações sobre a língua Kamaiurá (ramo VII). A resposta à última questão do protocolo, de número 18, foi apresentada no Capítulo 3 desta dissertação e sintetiza nossas principais propostas de análise.

Os exemplos linguísticos apresentam numeração sequencial entre colchetes, seguida da numeração original da obra consultada.

1. O(A) autor(a) usa o termo “argumento” ou “complemento”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Seki (2000a) não define “argumento” ou “complemento”. As menções a “argumento” remetem às funções de A, O, Sa e So: “Sujeito de verbo transitivo”, “Objeto direto”, “Sujeito de V. Intransitivo Ativo” e “Sujeito de V. Descritivo”, respectivamente (p. 25-26). Ao descrevê-las, a autora as classifica como “argumentos nucleares” (p. 157). O termo “argumento nuclear” parece ter relação direta com o “caso nuclear” {-a}, uma vez que os argumentos são marcados por esse caso. Há oposição entre esses argumentos e os adjuntos: “Além dos argumentos nucleares, a oração complemento pode conter adjuntos” (p. 175). Também são usadas orações nominalizadas como argumento.

Assim, entendemos que “argumento” é o que a autora considera nuclear. Talvez daí venha a noção de caso “nuclear”. Como parte da oração simples, Seki (2000a) reconhece também o “predicado verbal”. Em contraponto, lista o que chama de “constituente periférico”: “objeto indireto, causa, locação”, que são adjuntos para ela:

Além dos argumentos nucleares A, Sa, So, O e do predicado verbal a oração simples pode conter outros constituintes que exprimem distintos papéis semânticos — objeto indireto, causa, locação etc., e que são tratados como adjuntos, dada a ausência de marcas gramaticais que permitam estabelecer uma distinção formal entre eles. (SEKI, 2000a, p. 157)

De acordo com Seki (2000a, p. 171), algumas menções a “complemento” se referem às mesmas funções (A, O, Sa e So): “Os complementos oracionais funcionam nas sentenças da língua como objeto (O), como sujeito So e Sa e, mais raramente, como sujeito (A)”. Além disso, o termo aparece nas seguintes expressões: “complemento de cópula”, “complementos nominalizados”, “complemento predicativo”, “orações complemento”, “verbo complemento”, “pseudocomplemento”, “complemento de sujeito e de objeto” (o complemento de sujeito e de

objeto converge com o caso atributivo, que tem funções de predicado a adjunto, mesmo sendo tratado como “oblíquo” pela autora).

Entre essas expressões, destacamos a discussão sobre “pseudocomplementos de verbos fasais”: os pseudocomplementos que ocorrem com verbos transitivos são um constituinte deverbal nominalizado e recebem caso {-a}; os intransitivos ocorrem com um deverbal nominalizado, mas recebem caso atributivo, uma marcação “oblíqua” (SEKI, 2000a, p. 199).

Em relação ao “complemento de cópula”, esclarecemos que a cópula se aproxima dos verbos intransitivos (p. 71), mas apresenta algumas diferenças de marcação e, conforme a autora (p. 158), “não admite LN [locução (sintagma) nominal] em função de Sa”. Seki (2000a, p. 158) afirma que “A LN complemento nas orações copulativas precede imediatamente a cópula e pode vir marcada ou no caso nuclear ou no caso atributivo”. A autora esclarece que “Semanticamente os dois tipos de complemento assinalam uma distinção entre estados vistos como permanentes (caso ‘nuclear’) e estados vistos como contingentes (caso ‘atributivo’)” (p. 159). Assim, esses tipos de complemento são constituintes obrigatórios sintaticamente (argumentos) e diferenciados semanticamente, o que acarreta marcações específicas mais ou menos nucleares (caso nuclear *vs.* caso atributivo).

Interpretamos o chamado “complemento de cópula” como argumento com base em afirmações e evidências da gramática de Seki (2000a). Inicialmente, a autora reconhece que o verbo “{-eko} ‘ser, estar, ficar’ ” (p. 70) pode ser locativo, mas também informa que é usado como cópula (p. 70-71), situação em que é tratado como intransitivo. Tal classificação não causa estranhamento, uma vez que verbos intransitivos podem ocorrer em predicados ou orações transitivas, conforme vimos em Hopper e Thompson (1980).

Antes de tratar do SP complemento de cópula, Seki (2000a) apresenta usos tipificados desse verbo:

IV) complemento de cópula:
 [1] (255) kara’iw-a pe-ko
 não-índio-N 2pl-Cóp
 ‘vocês são não-índios’

(SEKI, 2000a, p. 108)

IV) somente ocorrem como complemento de cópula quando nominalizados com os morfemas acima: {-ama’e} ‘atributivo’ e {-uma’e} ‘atributivo negativo’:
 [2] (46) i-katu-ma’e-a pe-ko (*pe-katu pe-ko; i-katu pe-ko)
 3-bom-Nom-N 2pl-Cóp
 ‘vocês são bons’

(SEKI, 2000a, p. 68)

Consideramos relevante para a análise argumental do constituinte, o fato de Seki (2000a, p. 110) também classificar o complemento de cópula de “complemento predicativo”:

- I) complemento predicativo, em orações com o verbo cópula {-eko}:
- [3] (266) ymawe i-tuw-i manowor-am i-ko-w
há muito 3-deitar-Circ moribundo-Atr 3-Cóp-Circ
'há muito ele está deitado [como] moribundo'

Adicionalmente, evidência crucial de que o complemento de cópula é interpretado pela autora como argumento é o fato de Seki (2000a, p. 126) situá-lo entre as relações gramaticais sujeito e objeto:

- 3) Relações gramaticais na sentença:
As nominalizações são produtivamente usadas na derivação de novos termos e funcionam como distintos elementos da sentença. Ocorrem frequentemente em orações não verbais como sujeito e como predicado:
- [4] (335) akwama'e-a porawyky-taw-a ywyrapar-a ko'yt
homem-N trabalhar-Nom-N arco-N FS
'arco é trabalho de homem'
- Aparecem como complemento de cópula, como sujeito e como objeto de predicados verbais. Em geral, nessas funções ocorre a forma mínima da nominalização — o verbo nominalizado e seu argumento único:
- [5] (336) petym-a 'u-tar-a a-ko
fumo-N ingerir-Nom-N 1sg-Cóp
'eu sou fumante'
- [6] (337) jene-'añ-a 'u-taw-a ne je okoj o-mokoayay ko'yt
1Pi-alma-N comer-Nom-N As Rep Afast 3-enfurecer FS
'o fato de ele [o gavião] comer as nossas almas enfureceu-o'
- [7] (338) e-kytsi ko'yt t=ere-ywō katu i-'u-tar-er-a
2sg-cortar/Imper FS Ex=2sg-flechar Intens 3-comer-Nom-Pas-N
'corte [a cobra em pedaços] para você flechar os comedores deles'

Em reforço a essa classificação, ao tratar das funções sintáticas dos sintagmas posposicionais no Kamaiurá, Seki (2000a, p. 149) distingue três funções, descartando assim a possibilidade de analisar o “complemento de cópula” como adjunto ou, logicamente, como predicado (dada a presença do verbo de cópula): “Sintaticamente a LP [locução (sintagma) posposicional] funciona como adjunto da sentença, como complemento de cópula e como predicado de orações não verbais”.

Por fim, na Seção “4.1.2 Orações com cópula”, Seki (2000a, p. 158) é categórica na descrição da estrutura da oração copulativa, deixando claro que ela é composta de um constituinte obrigatório à esquerda (SN), o qual pode ser substituído por SP em outros contextos, igualmente descritos por Seki (2000a) como cópula.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 25-26, 45, 66, 71, 107-108, 123-124, 126, 149-150, 157-159, 160, 165-166, 168, 170-175, 199, 250, 354.

1.1. O(A) autor(a) usa o termo “sujeito”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim, porém não há definição em Seki (2000a). Mesmo não definindo “sujeito”, a autora se refere a essa categoria em diversas ocasiões, a exemplo de: “Sujeito”, “Sujeito de Verbo Transitivo (A)”, “Sujeito de Verbo Intransitivo (S)”, “Sujeito de Verbo Intransitivo Ativo

(Sa)”, “Sujeito de Verbo Descritivo (So)”. Seki (2000a, p. 123) informa que adota a terminologia de Dixon (A, Sa, So e O) para tratar da “função do nominal” (p. 352). De acordo com Seki (2000a, p. 281), “[...] o sujeito, que pode vir assinalado na sentença somente por afixos no verbo, sendo a sua referência recuperada pelo contexto linguístico e não linguístico”.

Na maioria dos exemplos da obra, em nossa interpretação, o sujeito prototípico remete às noções de tópico e agente, seguindo a ordem “AOV e SV” (p. 45), e aparece como único argumento selecionado pelo predicado ou como argumento externo ao sintagma verbal, conforme se vê a seguir:

- | | |
|---|---|
| [8] (23) i je morerekwat
eu chefe
'eu sou chefe' | [9] (29) je=Ø -katu
lsg=Rel-ser bom
'eu sou bom'
(SEKI, 2000a, p. 62-63, grifos nossos) |
| [10] (249) kunu'um-a tete rak o -ho ko'yt
menino-N somente At 3-ir FS
'somente o menino foi' | [11] (250) i-'ajur-a i-huku
3-pescoço-N 3-comprido
'o pescoço dele é comprido'
(SEKI, 2000a, p. 107-108, grifos nossos) |
| [12] (258) ywyrá(-a) o -kaj
árvore-N 3-queimar
'a árvore está queimando' | [13] (259) jawár(-a) o -juka
onça-N 3-matar
'ele matou a onça'
(SEKI, 2000a, p. 109, grifos nossos) |
| [14] (332) o -je'eṅ-uma'e (Sa)
3-falar-Nom
'um que não fala' [é calado] | [15] (333) i -je'eṅ-uma'e (So)
3-falar-Nom
'um que não fala' [é mudo]
(SEKI, 2000a, p. 125, grifos nossos) |
| [16] (529) wararuwijaw-a moĩ-a o -u'u
cachorro-N cobra-N 3-morder
'o cachorro mordeu a cobra' | [17] (530) moĩ-a wararuwijaw-a o -u'u
cobra-N cachorro-N 3-morder
'a cobra mordeu o cachorro'
(SEKI, 2000a, p. 166, grifos nossos) |

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 25, 62-63, 107-109, 123, 125, 126, 166, 352-353.

1.2. O(A) autor(a) usa o termo “objeto”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim, porém não encontramos definição explícita em Seki (2000a). Como indicado na questão anterior, a pesquisadora adota a terminologia de Dixon para tratar da “função do nominal” (p. 352).

As menções a “objeto” incluem as seguintes expressões: “objeto de verbos”, “objeto direto”, “objeto indireto”, “objeto direcional”, “objeto de posposição”, “predicativo de objeto” (SEKI, 2000a, p. 110), “objeto de comparação”, “objeto oblíquo”. Em relação ao objeto de comparação, destacamos o fato de ele ocorrer não só com a posposição *wite*, mas também com *wi* ‘ablativo’ (cf. “comparação”). Considerando que, em uma comparação, os termos comparados são imprescindíveis, não consideramos que o SP seja dispensável, como seriam os adjuntos. No exemplo 18 (628), de objeto de comparação, vemos um predicado não verbal (SP):

[18] (628)
 [[i-peir-ipy-r-er-a] wite] a'ia'iw=ine jene=r-etam-a ko'y=py
 3-varrer-Nom-Pas-N Comp Intens=Af 1Pi=Rel-aldeia-N FS =MS
 'nossa aldeia é como [uma] que foi muito varrida'

(SEKI, 2000a, p. 185)

No exemplo 19 (629), vemos a relativização de objeto de comparação, com verbo e posposição nominalizados:

[19] (629)
 [tyruher-a] [e-mepy] [je=upe] [[[ne =r-emi-mepy-her-a] wite]=war-a] [i-upe]
 vestido-N sg-comprar 1sg=Dat 2sg=Rel-Nom-comprar-Pas-N Comp=Nom-N 3-Dat
 'compre um vestido para mim igual ao que você comprou para ela'
 (SEKI, 2000a, p. 185, colchetes nossos)

À exceção do que a autora chama de “objeto indireto”, os exemplos de objeto tendem às noções de paciente e foco, nas quais o constituinte aparece como argumento interno ao predicador (p. 63, 108, 166, respectivamente):

[20] (28) je=r-ehe
 1sg=Rel-por
 'por minha causa'

[21] (30) je=r-etsak
 1sg=Rel-ver
 'você me vê'
 (SEKI, 2000a, p. 63, grifos nossos)

[22] (252) kunu'um-a h-uwaj-a w-ekyj
 menino-N 3-rabo-N 3-puxar
 'o menino está puxando o rabo dele'

[23] (253) je=r-uw-a nite
 1sg=Rel-pai-N com
 'com meu pai'
 (SEKI, 2000a, p. 108, grifos nossos)

[24] (529) wararuwijaw-a moĩ-a o-u'u
 cachorro-N cobra-N 3-morder
 'o cachorro mordeu a cobra'

[25] (530) moĩ-a wararuwijaw-a o-u'u
 cobra-N cachorro-N 3-morder
 'a cobra mordeu o cachorro'
 (SEKI, 2000a, p. 166, grifos nossos)

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 108, 166, 180, 185, 286, 296-297, 352, 354.

1.3. Quais são os tipos de objeto na língua?

Resposta: De acordo com Seki (2000a), os tipos de objeto são: objeto (direto) de verbos, objeto indireto, objeto direcional (estes dois classificados por Seki (2000a, p. 157) como adjunto, “dada a ausência de marcas gramaticais [diferenciais]”) e objeto de posposição (predicadora). Como informado na questão anterior, as menções a “objeto” também incluem as seguintes expressões: objeto direto, predicativo de objeto, objeto de comparação e objeto oblíquo.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 45, 62-64, 72-73, 90, 157, 296-297.

2. O(A) autor(a) usa o termo “adjunto”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Seki (2000a, p. 157) trata os adjuntos como “adverbiais” e realça sua posição periférica na sentença. Entre os adjuntos, incluem-se: o que a autora chama de “objeto indireto”, os numerais e o “caso locativo” (que também funciona como predicado). Destacamos que,

conforme Seki (2000a), as posposições tendem a exercer função de adjunto. Os adjuntos são considerados, formalmente, “constituintes periféricos”.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 78, 110, 150, 157, 167, 294, 354.

2.1. O(A) autor(a) usa algum termo semelhante a “adjunto”, tal como “adverbial”, “circunstante”, “circunstancial”, “periférico”, etc.? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Seki (2000a) trata “advérbio” e “adverbial” do mesmo modo. Em relação a este último, afirma:

Os adverbiais são identificados pelas seguintes propriedades: (I) ao precederem um verbo com sujeito de terceira pessoa, acarretam a ocorrência do verbo na forma circunstancial; (II) são nominalizados com **wat**; (III) funcionam na sentença como adjuntos e como predicado em orações não verbais. Em Kamaiurá, essas propriedades são partilhadas por advérbios, por nominais marcados nos casos oblíquos e por locuções posposicionais. (SEKI, 2000a, p. 148)

Assim, percebemos que a autora identifica as propriedades dos adverbiais, porém não o faz para os nominais ou argumentos. Para Seki (2000a), os adverbiais podem ser tratados como um grupo coeso por compartilhar propriedades similares, entre elas, a de funcionar como adjuntos e predicados.

De modo parecido com o que vemos em Givón (2001), o termo “adverbial” é usado como hiperônimo de advérbios, nomes em caso oblíquo (caso locativo) e SP¹²⁰. Ainda se incluem nesse grupo, conforme a autora (SEKI, 2000a, p. 78 e 69), os numerais e os descritivos — pois acionam o modo circunstancial, como os demais adverbiais. Consideramos tal fato relevante, já que os descritivos não funcionam como verbos comuns (que não têm a propriedade de acionar o modo circunstancial). Também por acionar o modo circunstancial, inclui-se no grupo o nominal em caso atributivo (o chamado “caso atributivo” faz o nominal se comportar como um “oblíquo adverbial” (SEKI, 2000a, p. 112)). Algumas partículas (*po* ‘interrogativa polar’ e *potenip* ‘talvez’ (p. 85)), pelo mesmo motivo, assemelham-se a adverbiais.

¹²⁰ Ao tratar das relações gramaticais mais comumente atestadas, Givón (2001, p. 108, grifos e tradução nossos) menciona funções sintáticas conhecidas, como sujeito, objeto direto e objeto indireto, porém recorre ao termo “*adverb*” para se referir a uma dessas relações: “Como observado acima, os participantes em estados ou eventos, em qualquer papel semântico, também podem assumir alguma relação gramatical na oração. Dessas, as mais universalmente atestadas são: (6) a. sujeito, b. objeto direto, c. objeto indireto, d. predicado, **e. advérbio**” (*As noted above, participants in states or events, in whatever semantic role, can also assume some grammatical relation in the clause. Of those, the most universally attested are: (6) a. subject b. direct object c. indirect object d. predicate e. adverb*). Com isso, notamos que o autor não a classifica como adjunto, circunstância, oblíquo ou algum termo geralmente associado às funções sintáticas, mas opta pelo mesmo nome da classe gramatical. Neste sentido, Givón (2001) emprega “advérbio” como termo para relação gramatical, algo similar ao que já ocorria nos estudos das línguas indígenas da família tupí-guaraní, a exemplo de Seki (2000a), com o uso do hiperônimo “adverbiais”.

Conforme Seki (2000a, p. 163), adverbiais podem funcionar como núcleo de predicado em orações locativas e existenciais, ou seja, não são apenas os SP que funcionam como núcleo de predicado não verbal. Ao definir a classe de advérbio, a autora reproduz a definição e as propriedades dos chamados adverbiais (p. 76-77).

O termo “circunstancial” é usado para um tipo de modo, na perspectiva de Seki (2000a). Conforme o Quadro 7 de Seki (2000a, p. 127), suas características são: forma dependente, sufixo {-i} ([-i ~ -w]), negação {-e’ym}, marcador de pessoa por prefixo relacional. “Circunstância”, por sua vez, é usado para expressar uma informação adicional, como lugar e tempo (vide “circunstância de tempo” (p. 200)).

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 69, 76-78, 85, 112, 121-123, 126-127, 131, 148, 149, 163, 167, 200, 207.

3. O(A) autor(a) usa o termo “oblíquo”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. De acordo com Seki (2000a), os “oblíquos” apresentam propriedades formais características de advérbios, ou seja, são tratados como adjuntos. No trecho a seguir, podemos subentender que “oblíquo” é o oposto de “argumento”, isto é, de uma “função nuclear” (p. 114), pelo fato de Seki (2000a, p. 216) contrapô-los em sua explicação, como faz com [+HUMANO] e [-HUMANO]: “O conjunto de palavras interrogativas reflete as distinções +humano/-humano e argumento/oblíquo”. Em alguns exemplos (1074, 1094), apresentados a seguir, os oblíquos se assemelham a objetos semânticos (isto é, exigidos pelo sentido do verbo) que recebem marca formal de adjunto (objeto marcado como adjunto).

De acordo com as “posições relativizáveis” (p. 178), os oblíquos estão hierarquicamente abaixo dos argumentos, com menos acesso a operações sintáticas, o que sugere abordagem escalar baseada na “na hierarquia de acessibilidade proposta em Keenan e Comrie (1977)”. Como explicado anteriormente, o “objeto indireto” é um tipo de oblíquo (p. 294 e 297). Por “objeto oblíquo”, Seki (2000a) parece se referir a termos semanticamente necessários, mas sintaticamente dispensáveis, como evidenciam os exemplos 26 a 28 (1039 a 1041), em que o SP tem valor instrumental, e o exemplo 29 (1074), no qual o SP atua como participante agente na estrutura que Seki (2000a, p. 285) classifica como “construção ‘passiva’ ”. No exemplo 30 (1094), o SP causado é rotulado de oblíquo e recebe a abreviatura “Oi” (objeto indireto):

[26] (1039) ka’aher-a o-kytsi [[kye’i-a] pupe]
 papel-N 3- cortar faca-N Instr
 ‘ele cortou o papel com a faca’

[27] (1040) kunu’um-a o-je-kytsi kye’i-a pupe
 menino-N 3-Refl-cortar faca-N Instr
 ‘o menino se cortou com a faca’

[28] (1041) ene ere-je-kytsi kye'i-a pupe
 você 2sg-Refl-cortar faca-N Instr
 'você se cortou com a faca'
 (SEKI, 2000a, p. 279)

[29] (1074) [[pe akwama'e-a [juka-pyr-am]]] [[t-owajar-a] upe]
 Dist homem-N matar-Nom-Atr 3/Indef-inimigo-N Dat
 'aquele homem foi morto pelo inimigo'
 [o assassinato do homem pelo inimigo]
 (SEKI, 2000a, p. 286, colchetes nossos)

	A	O	V	Oi	
[30] (1094)	kujã-a	h-y'yw-a	o-'awyky-ukat	[[o-kywyr-a] upe]	
	mulher-N	3-flecha-N	3-fazer-Caus	3Refl-irmão-N	Dat
	'a mulher mandou seu irmão fazer as flechas dele (outro)'				
	(SEKI, 2000a, p. 292, colchetes nossos)				

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 127, 148, 112, 114, 178, 188, 199, 216, 218, 276, 279-281, 286, 291-292, 294, 297, 305-306.

4. O(A) autor(a) usa o termo “predicado”? Em caso afirmativo, o define em termos de informação sobre um sujeito (Aristóteles) ou em termos lógicos (Frege)?

Resposta: Sim. Seki (2000a) não apresenta definição, tampouco diferencia os dois tipos de predicado, mas parece trabalhar com a ideia fregeana, segundo a qual o predicado é o termo que exige argumentos. Seki (2000a, p. 165) afirma que, “Em Kamaiurá, o número mínimo de constituintes na oração é um — o predicado”, o que respalda a percepção de que o predicado ocupa a posição mais nuclear na língua, comportando-se como núcleo prototípico. Com base no próximo excerto, subentendemos que o predicado é o termo que governa as relações gramaticais:

Resumindo, nos complementos nominalizados, os argumentos em função de S e O são genitivizados, mas não o argumento em função de A. De fato, o predicado continua a governar as relações gramaticais na oração complemento independentemente do verbo principal. (SEKI, 2000a, p. 175).

Adicionalmente, chama atenção comportamento de predicados na língua:

Um ponto interessante é que, em Kamaiurá, os nomes marcados com os distintos sufixos casuais podem ocorrer como predicado em orações não verbais, e nomes nos casos “nuclear”, “atributivo” e “não marcado” são frequentes em orações que exprimem identidade, função, papel, situação em que os diferentes casos assinalam distinções de natureza semântico-pragmática. (SEKI, 2000a, p. 115)

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 62, 65, 67, 77, 84, 115, 146, 150-151, 153, 160, 165, 168-169, 175, 213, 221, 301, 323.

5. Adposições ocorrem com quais morfemas? Qual a ordem deles?

Resposta: De acordo com Seki (2000a), as posposições ocorrem com prefixos relacionais, marcadores de pessoa, prefixos reflexivo e recíproco, sufixo de negação e morfema nominalizador. Nas descrições da autora, notamos indícios de isomorfismo entre verbos, nomes e posposições:

As posposições são flexionadas com os prefixos relacionais e ocorrem com marcadores de pessoa (clíticos) basicamente da mesma maneira que os nomes possuíveis e os descritivos.

Similarmente ao nome e ao verbo, as posposições se distribuem em duas classes conforme sua ocorrência com um dos alomorfes do relacional {r-} [...]. As demais posposições são da classe Ø. (SEKI, 2000a, p. 71)

Especificando a descrição, Seki (2000a, p. 72) informa que elas “se subdividem conforme a possibilidade de ocorrência com os alomorfes do prefixo relacional {i-} ‘terceira pessoa não reflexiva’”. Em relação aos prefixos reflexivo e recíproco, afirma:

As posposições podem receber os prefixos {je-} ‘reflexivo’ e {jo-} ‘recíproco’. Estes vêm posicionados entre o marcador de pessoa e o radical. Na presença desses formativos, a terceira pessoa é codificada pelo relacional {o-} ‘terceira pessoa reflexiva’. [...]

A negação de posposições é assinalada por e^{ym}. (SEKI, 2000a, p. 71)

Outro indício de isomorfismo entre verbos, nomes e posposições pode ser visto na seguinte passagem: “A reflexividade exprime-se em Kamaiurá por meio de um prefixo {je-} exclusivo de verbos e posposições, e de um prefixo especial {o-} ‘terceira pessoa reflexiva’, que ocorre com nominais possuíveis, posposições e formas dependentes do verbo” (p. 279). Adicionalmente Seki (2000a, p. 280) informa que “O prefixo {je-} ocorre como reflexivo também com posposições, nas situações em que o objeto é correferente ao sujeito da sentença. O prefixo vem posicionado entre o radical posposicional e o marcador de pessoa”.

Ainda em relação ao recíproco, Seki (2000a, p. 285) esclarece que “O recíproco somente foi registrado com posposições marcadas com prefixo de terceira pessoa reflexiva {o-}. Esta última forma ocorre mesmo nas situações em que a primeira ou a segunda pessoa estão envolvidas na construção”. Em mais uma evidência de isomorfismo, a autora afirma que “A relação recíproca é marcada por um prefixo invariável {jo-}, que se anexa a radicais verbais transitivos e a radicais posposicionais [...]” (p. 283).

Por fim, lembramos que as posposições são nominalizadas com (-)wat. De acordo com o Quadro 1 de Seki (2000a, p. 54), {(-)wat} é nominalizador exclusivo de advérbios e posposições, mas também ocorre com palavras interrogativas. Pelos exemplos aduzidos, entendemos que o constituinte encabeçado pela posposição é nominalizado com esse morfema. Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 54, 71-72, 149-150, 279-280, 284-285, 360.

5.1. Adposições ocorrem com argumento interno oracional?

Resposta: Aparentemente, não. Em relação aos “objetos” que as posposições admitem, Seki (2000a, p. 149) afirma que todos os tipos de SN podem exercer função de objeto de posposição, quais sejam: nomes não possuídos; demonstrativos; forma dêitica *a’e* marcada com sufixo casual; interrogativo *awa* ‘quem’; verbos nominalizados; orações adverbiais nominalizadas; palavra *amo* ‘outro’; pronomes pessoais clíticos. O que a autora classifica como “orações complemento”, em outros trechos da obra, são estruturas nominalizadas, não orações (cf. SEKI, 2000a, p. 170-171, inclusive Quadro 8). Isto é, ocorrem apenas com orações nominalizadas. Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 149, 170-171, 185-186.

6. Existem semelhanças entre adposições, nomes e verbos? Em caso afirmativo, quais são elas?

Resposta: Sim, conforme exposto na Questão 5. Os marcadores de pessoa (clíticos) ocorrem com posposições (objeto), nomes possuídos (possuidor), verbos descritivos (sujeito), verbos transitivos (objeto) e formas verbais dependentes (sujeito e objeto):

- I) como possuidor, junto a nomes possuídos:
 [31] (27) je=r-ekowe
 1sg=Rel-coração
 ‘meu coração’
- II) como objeto de posposições:
 [32] (28) je=r-ehe
 1sg=Rel-por
 ‘por minha causa’
- III) como sujeito, junto a verbos descritivos:
 [33] (29) je=Ø-katu
 1sg=Rel-ser bom
 ‘eu sou bom’
- IV) como objeto, junto a verbos transitivos:
 [34] (30) je=r-etsak
 1sg=Rel-ver
 ‘você me vê’
- V) como sujeito e como objeto, com certas formas verbais dependentes:
 [35] (31) je=tsaro=k ne=mano-ramuẽ a’e=wa jyjryp-Ø
 1sg=buscar=Vol 2s=morrer-Subj Nint=MS amigo-NM
 ‘venha me buscar quando você morrer, amigo!’

(SEKI, 2000a, p. 63)

De acordo com Seki (2000a, p. 55-58), os prefixos relacionais ocorrem com nomes inalienavelmente possuídos (*r-* ou *Ø-* possuído; *t-* possuidor de terceira pessoa indefinida), nomes alienavelmente possuídos (*o-* possuidor correferente ao sujeito; *i-* possuidor diferente do sujeito) e verbos (sujeito *So* de verbo descritivo; objeto de verbo transitivo; sujeito de verbo intransitivo quando ocorre incorporação nominal; sujeito e objeto de verbo dependente). O relacional {*r-*} e a classe {*Ø-*} ocorrem com radicais nominais possuídos e radicais de verbos.

Os alomorfes do prefixo relacional {i-} ‘terceira pessoa não reflexiva’ também geram a subdivisão da classe dos nomes. O prefixo {je-} ocorre como reflexivo com verbos. O prefixo especial {o-} ‘terceira pessoa reflexiva’ ocorre com nominais possuíveis e formas verbais dependentes. O prefixo {jo-} ‘recíproco’ anexa-se a radicais verbais transitivos.

Em resumo, as classes de palavras que apresentam possível isomorfismo com as posições são os verbos e os nomes, e o paradigma pessoal é o mesmo para posições (objeto), nomes (possuidor), verbos descritivos (sujeito), verbos transitivos (objeto) e verbo dependente (sujeito ou objeto, com exceção do gerúndio (p. 353)).

Com relação a aspectos sintáticos, os descritivos também acionam o modo circunstancial (p. 69). Logo, eles têm algo em comum com as posições que possibilita esse processo pragmático de “topicalização” (nos termos de Seki (2000a, p. 131)): pertencem ao que, em análise nossa, parece ser um macrogrupo ou macroclasse, intitulado pela autora de “adverbiais”. Igualmente às posições, também acionam o modo circunstancial: os advérbios (p. 76), os numerais (p. 78), as chamadas “partículas iniciais” (p. 84), os nominais em caso atributivo (“oblíquo adverbial”, p. 112).

Em nossa interpretação de Seki (2000a, p. 170), também consideramos que há isomorfismo entre nomes, verbos descritivos, qualquer verbo subordinado e posições: a subordinação amplia o espectro de isomorfismo entre as classes, uma vez que qualquer verbo passa a fazer parte do grupo marcado pela série II (“pronomes clíticos”, na terminologia da autora). O fato de serem clíticos e não formas presas (prefixos) se mostra relevante em nossa pesquisa, uma vez que carregam maior potencial para atuar como argumento.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 55-56, 63, 71, 86, 128, 145-146, 170, 190, 279-281, 324; 69, 76, 78, 84, 112.

7. Como o(a) autor(a) descreve sintaticamente os sintagmas adposicionais?

Resposta: Seki (2000a, p. 149) afirma que os SP podem ser classificados de três formas: adjunto, “complemento de cópula” (argumento) ou predicado. Segundo os critérios formais empregados pela autora, tais sintagmas tendem a ser [+ADJUNTO]. Resumimos esses critérios da seguinte forma: 1. Posição: periférica, tipicamente pós-verbal; 2. Marcas gramaticais: nominalização com {wat}; 3. Classificação morfológica: adverbiais; 4. Relações sintático-pragmáticas: como outros adverbiais, os SP acionam o modo circunstancial. De acordo com Seki (2000a, p. 71), as posições “ocorrem após nominais marcados com o sufixo {-a} ‘nuclear’, relacionando-os ao verbo ou a outro elemento da construção sintática”. Neste sentido,

concluimos que elas estabelecem vínculo sintático e semântico entre tais nominais e as classes dos verbos, nomes e descritivos.

Por fim, pelo fato de apresentarem propriedades formais características de advérbios, os SP são descritos como “oblíquos”, isto é, termos não nucleares, embora, como sugerimos na Questão 3, em algumas situações os oblíquos se assemelhem a argumentos semânticos (exigidos pelo sentido do verbo) que recebem marca formal de adjunto.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 71-72, 148-150, 157, 165-169, 354.

8. O(A) autor(a) propõe algum critério sintático ou identifica alguma propriedade sintática para diferenciar argumentos e adjuntos?

Resposta: Além da possibilidade de empregar a concordância como critério para identificar argumentos, não encontramos testes específicos sobre argumentos e adjuntos em Seki (2000a). Há trechos, porém, em que a pesquisadora trata de relativização e hierarquia.

De acordo com Seki (2000a, p. 66), a concordância é um traço típico de argumentos, pois só diz respeito a “sujeito” e “objeto [direto]”, e pode ser usada como um dos parâmetros para classificar um participante como mais ou menos central: “Nos modos independentes [...], apenas um marcador de pessoa ocorre no verbo transitivo. A seleção do marcador é governada por uma hierarquia de referências que determina a concordância com o sujeito (séries I e III), com o objeto (pronomes clíticos) ou com ambos (série IV)”.

Seki (2000b, p. 320) informa que “A relativização da posição de oblíquos e de objeto de comparação ocorre frequentemente sob a forma de relativas sem núcleo. O verbo nominalizado vem marcado com sufixo de caso oblíquo ou vem associado a posições”.

Quanto à hierarquia, os “oblíquos” (SP e N-caso.locativo) estão hierarquicamente abaixo dos argumentos, com menos acesso a operações sintáticas, o que sinaliza o caráter [+ADJUNTO] dos oblíquos (p. 178).

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 66, 128, 138-140, 170, 178, 182-183, 296.

Páginas consultadas de Seki (2000b): p. 313-322.

9. Há sintagmas adposicionais envolvidos com estruturas aplicativas? Em caso afirmativo, como se comportam sintaticamente?

Resposta: Seki (2000a) não faz menção ao termo “aplicativa”. A busca por expressões congêneres, como “alçamento” ou “promoção a objeto”, confirmou a ausência desse tipo de dado ou operação de valência em sua obra.

10. O que diferencia os sintagmas adposicionais de outros sintagmas?

Resposta: Aparentemente, não há características exclusivas de SP no Kamaiurá. Eventuais peculiaridades são compartilhadas com outro sintagma, sobretudo com o adverbial: na morfologia, ambos são nominalizados com {-wat}; na sintaxe, são marcados pela posição mais periférica e estão disponíveis para ser deslocados para o início da sentença e participar do acionamento do “modo circunstancial” no verbo ativo, além de funcionarem como adjunto ou predicado de oração não verbal; na pragmática, estão envolvidos em processos de “topicalização” e modalização.

Os morfemas listados nas Questões 5 e 6 não são exclusivos dos SP, conforme sintetizado a seguir:

- a) Os pronomes clíticos são comuns a posposições (objeto), nomes (possuidor), verbo descritivo (sujeito), verbo transitivo (objeto), verbo dependente (sujeito e objeto);
- b) Os prefixos relacionais são comuns a posposições e demais classes citadas em a);
- c) Os prefixos reflexivo {je-} e recíproco {jo-} ocorrem com posposições e radicais transitivos (os quais se tornam intransitivos).

A nominalização de posposições ocorre com (-)wat, que atinge também advérbios e palavras interrogativas (SEKI, 2000a, p. 216).

O deslocamento dos SP para a posição pré-verbal aciona o modo circunstancial, assim como a de outros adverbiais e a de descritivos (estes são interpretados por nós como uma classe contínua, transitando entre verbos, nomes, adverbiais e posposições).

Sobre possibilidade de omissão ou apagamento não automático, Seki (2000a, p. 205) afirma que “A locução posposicional ocorre na oração com o verbo *dicendi* associada à citação [...]. É possível a omissão do verbo *dicendi*, da locução posposicional ou de ambos”.

A negação não é critério para distinguir as posposições, pois o afixo de negação *e'ym* ocorre com radicais nominais, posposicionais, adverbiais e verbais.

A interrogação também não é critério para distinguir as posposições, pois sujeito e objeto são interrogados com *awa* e *ma'anuat*, palavras também usadas para interrogar o objeto da posposição.

Tantas semelhanças entre SP, SN argumentos e SV (predicado) podem ser indício de que os SP são mais argumento (núcleo) do que adjunto (periferia), conforme proposto na Questão 18 deste protocolo (cf. Capítulo 3).

Páginas consultadas de Seki (2000a): posição (p. 45, 167-169); nominalização (p. 121); apagamento (p. 188, 205, 250, 257, 268-269); interrogação (p. 45, 78, 98, 150, 211, 216, 218).

11. Sintagmas adposicionais estão envolvidos em algum processo particular de focalização ou topicalização com implicações estruturais específicas? Em caso afirmativo, especifique.

Resposta: Sim. Seki (2000a) informa que a colocação de um SP em posição pré-verbal, à esquerda de verbo ativo com sujeito de 3ª pessoa, tem implicações na estrutura verbal, a qual passa a receber marcas específicas, como o sufixo {-i} (e seus alomorfes) e o prefixo relacional {i-} ‘terceira pessoa’ ou, quando houver SN antes de verbo, do prefixo relacional {r-}. Esses prefixos dão caráter mais nominal à estrutura, conforme análise de Rodrigues (1952/2013) e, mais recentemente, de Praça, Magalhães e Cruz (2017). Ressaltamos que, no Kamaiurá, isso só ocorre se o sujeito for de 3ª pessoa e não vier “expresso por nominal posicionado antes do adverbial” (SEKI, 2000a, p. 131). O fenômeno é chamado por Rodrigues (1952/2013, 1953) de modo “indicativo II” ou “indicativo onomático”¹²¹ e, por Rodrigues (1981) e Seki (2000a), de “modo circunstancial”.

Entre as propriedades do modo circunstancial, podemos destacar que: é considerado “oblíquo”; marca orações que funcionam como adverbiais (“Os modos subjuntivo, condicional, consecutivo, circunstancial e também o gerúndio (em certos usos) são oblíquos, sendo usados para marcar orações subordinadas que funcionam como adverbiais na sentença” (SEKI, 2000a, p. 127)); é usado com verbos ativos e sujeito de 3ª pessoa; tem escopo sobre o predicado (“Os marcadores de negação, de modo circunstancial, e o sufixo {-ukat} ‘Causativo’ têm escopo sobre todo o predicado” (SEKI, 2000a, p. 148)); e o verbo ocorre com marcas mais nominais (prefixos relacionais).

Sobre a ordem típica dos adjuntos, Seki (2000a, p. 167) conclui que ocorrem à direita do verbo:

Viu-se que a oração pode conter adjuntos, expressos por adverbiais, e que estes ocorrem como constituintes periféricos, precedendo A ou seguindo V. Contudo, o fato de que, ao virem no início da oração, os adverbiais condicionam o aparecimento do verbo com sujeito de terceira pessoa na forma circunstancial leva a concluir que a posição básica dos mesmos é pós-verbal.

No âmbito funcional, Seki (2000a) trata o modo circunstancial como “topicalização do adverbial” (p. 131) e também “topicalização de oblíquos” (exemplo 36 (1033)):

¹²¹ Os termos “ónoma” e “rhêma” foram desenvolvidos por Platão na obra *Sofista*, na qual ele estabelece a relação entre o *lógos* (discurso) e suas partes constituintes. O *lógos* é composto de *ónoma* (nome) e *rhêma* (verbo). *Ónoma* também é entendido como a parte que executa a ação; *rhêma*, como a parte que exprime essa ação. Então, em uma fórmula, teríamos algo como *lógos* (oração/discurso) = *ónoma* (nome/agente) + *rhêma* (verbo/ação) (cf. NEVES, 2005).

[36] (1033) [[o-y-a] nite] [i-'ata-w]
 3Refl-mãe-N Com 3-andar-Circ
 'ele está andando com a mãe dele [mesmo]'
 (SEKI, 2000a, p. 276, colchetes da glosa nossos)

O exemplo 37 (979), sobre o qual a autora fala em “nominal topicalizado deslocado”, também se revela interessante:

[37] (979) [jenemyop-Ø] [a'e-a pype] i-tсахaw-i
 tipo de folha-NM esse-N Instr 3-cobrir-Circ
 'jenemyop, com ela ele o cobriu'
 (SEKI, 2000a, p. 262, colchetes nossos)

O SP toma a referência do tópico extraposto *jenemyop* e aciona o circunstancial por estar posicionado à esquerda do verbo, não necessariamente no início da sentença.

Quanto à focalização, Seki (2000a) não menciona explicitamente a possibilidade de ser acionada por SP, mas “por frenteamento de constituinte e pelo uso de certas partículas de segunda posição, como *te* ‘foco’ ” (p. 354). Entretanto, conforme exposto na Questão 12, defendemos a existência de função similar ao foco com as posições *ehe* ‘causa, locativo, assunto’ e *upe* ‘dativo’.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 69, 76, 78, 84-85, 91, 96, 112, 127, 131, 148-150, 165, 168-169, 215, 218, 315, 354, 358.

12. Há adposições multifuncionais com função pragmática para além da função sintática que normalmente exercem? Em caso afirmativo, especifique.

Resposta: Em nossa interpretação, sim. Podemos supor convergência ou relação de origem entre a posposição *ehe* ‘causa, locativo, assunto’ e a partícula de segunda posição *ehe ~ he* ‘constatativo visual’, que tem natureza pragmática:

[Partículas de segunda posição e seus significados]

16) **ehe ~ he** ‘constatativo visual’. Indica que o falante se baseia em evidência visualmente percebida. O enunciado em (207) ocorre no texto no momento em que o pescador retira a rede da água e vê o seu conteúdo:

[38] (207) jakui-a te=**he**=’aŋ a-mo’a=pa
 tipo de flauta-N F=Vis=Próx 1sg-apanhar=MS
 ‘é flauta jacuí que eu apanhei!’

(SEKI, 2000a, p. 97)

Segundo Magalhães (informação verbal, 2021)¹²², no exemplo 38 (207), a posição na sentença e os elementos aos quais a partícula *ehe ~ he* ‘constatativo visual’ se vincula seriam indicativos de que a partícula não tem origem na posposição *ehe*, diferentemente de nossa hipótese.

¹²² Comunicação fornecida por Marina Maria S. Magalhães durante a defesa desta dissertação de mestrado, em junho de 2021.

Com base nos dados a seguir, propomos a existência de função pragmática com as posições *ehe* ‘causa, locativo, assunto’ e *upe* ‘dativo’. O exemplo 40 (1340) evidencia o uso pragmático, com a posposição extrapolando o escopo sintático:

[Meios de expressar funções semânticas não locais]

12) Referência:

Exprime-se por LP [locução (sintagma) posposicional] com a posposição *-ehe* ‘causa, locativo’ ou com a posposição *-upe* ‘dativo’, ou ainda por LN focalizada:

[39] (1339) toryw-a r-ehe a-'e-potat
 festa-N Rel-Posp 1sg-dizer-Des
 ‘quero falar sobre a festa’

[40] (1340) i-poryaup je=upe
 3-coitado 1sg=Dat
 ‘para mim ele é um coitado’

(SEKI, 2000a, p. 358, grifos nossos)

Além disso, a posposição *wite* ‘comparativo’ é usada para expressar comparação em um contexto e, em outro, para indicar dúvida (modalização “parece que”), o que, a nosso ver, pode indicar função também pragmática:

4) O *standard* de comparação ocorre em forma nominalizada, como relativa sem núcleo, em construções como nos exemplos a seguir, correspondendo a sentenças do tipo “parece que...” do Português:

[41] (1170) o-kyr-ama'e-a wite aman-a
 3-cair-Nom-N Comp chuva-N
 ‘parece que vai chover [é como uma que vai cair, a chuva]’

(SEKI, 2000a, p. 310)

Para nós, esses usos sugerem indício de mudança no sistema. Nos dois primeiros exemplos (38 (207) e 39 (1340)), *ehe* teria adquirido funções pragmáticas (fonte da informação e modalizador epistêmico delimitador, respectivamente); no terceiro (41 (1170)), *wite* teria ganhado valor de modalizador epistêmico dubitativo ou quase asseverativo¹²³.

Páginas consultadas de Seki (2000a): *ehe* p. 74, 97, 358; *wite* p. 309-311; *wite* e *nite* p. 242, 245-246.

13. Quais papéis semânticos são expressos pelos sintagmas adposicionais?

Resposta: Com base em nossa leitura de Seki (2000a), separamos os papéis semânticos que ocorrem com SP em dois grupos, ordenados do mais nuclear para o menos: 1. agente (em construções “passivas” elicitadas e causativas de verbos transitivos) e paciente em construção recíproca; 2. ablativo, alativo, benefactivo, causa, causado, comitativo, comparativo, dativo, destinatário, direcional (destinação), fonte, instrumento, locativo(s) e meio. Conforme indicado na Questão 7, Seki (2000a) tende a interpretá-los como adjuntos. As funções sintáticas assumidas pelo SP agente são apresentadas na próxima questão.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 72-76, 173, 200, 247, 309-310, 351, 358.

¹²³ Sobre os modalizadores, empregamos a terminologia de Castilho e Castilho (1993).

intransitivos (sem objeto direto), monotransitivos (com objeto direto, sem objeto indireto) e ditransitivos (com objeto direto e indireto). (SEKI, 2000a, p. 289).

Em outras palavras, Seki (2000a) parece reconhecer um *status* argumental (+NUCLEAR) do constituinte SP em função de “objeto indireto”.

Adicionalmente, se um “verbo ditransitivo” é causativizado, o agente direto pode se manifestar com mais um SP, com as seguintes possibilidades de ordem de constituintes:

- (1108) a) A O/Causee V O Oi
b) A Oi/Causee O V Oi

(SEKI, 2000a, p. 294)

Ou seja, haverá dois SP com função semântica central: um que é o alvo/recipiente e o outro que é o agente direto. Em nossa interpretação, ambos são fundamentais ao evento e apresentam, em consequência, traços [+ARGUMENTO] e [-PERIFERIA].

Páginas consultadas de Seki (2000a): *upe* p. 72, 179, 208, 285-286, 294, 354; 287, 358-359.

13.2. Há adposições distintas para expressar lugar, meta e fonte? Especifique.

Resposta: Sim. Conforme Seki (2000a), há posposições distintas para expressar lugar, a exemplo de *pupe* ou *pype* (em, dentro), *ehe* (sobre, em), *rupi* (por, ao longo de), *owake* (diante de) e “várias outras posposições locativas derivadas de radicais de natureza nominal pelo acréscimo de sufixos locativos” (p. 76). Seki (2000a, p. 360) também informa que existem tipos distintos de funções locativas (locação geral, interior, exterior, difusa, superior, inferior, posterior, anterior, lateral, medial, marginal, próximas, circunferencial, ulterior, ceterior).

Para exprimir o papel semântico de meta, os falantes do Kamaiurá usam *katy* ‘alativo, direcional’ (para, a) e *upe* ‘alativo’ (para). Neste último caso, com verbo de movimento, indicando “movimento direcionado, em aproximação a objeto [+HUMANO]” (p. 365).

Para exprimir o papel de fonte, os falantes empregam uma posposição específica: *wi* ‘ablativo’ (de). Como resumido na Seção 4.3 desta dissertação, as três línguas em análise confirmam essa tipologia.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 72-73, 76, 360, 365.

13.3. Há alguma posposição que desempenha múltiplas funções sintático-semânticas?

Em caso afirmativo, especifique a posposição e liste suas funções.

Resposta: De acordo com Seki (2000a, p. 72-73), a posposição *upe* ‘dativo’ (hiperônimo) pode expressar: 1. “objeto indireto, com verbos como *-me’ey* ‘dar’, *kawe’ey* ‘contar’ ”; 2. benefactivo; 3. “destinatário, em construções que reportam discurso direto”; 4. “*causee*, em construções causativas com verbo transitivo”; 5. “objeto direcional, junto a nomes com o traço

[+humano]”; 6. “sentido de ‘no que respeita a’ ”; 7. “agente de verbo transitivo” (em “construção passiva” elicitada). A nosso ver, o *status* sintático do participante encabeçado pela posposição *upe* ‘dativo’ não é homogêneo, estando alguns mais próximos de argumentos, e outros, de adjuntos.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 72-73, 76, 360, 365.

14. Há adposições derivadas? Em caso afirmativo, apresentam alguma particularidade frente ao conjunto das demais adposições? Especifique e informe percurso diacrônico, se possível.

Resposta: Sim. Seki (2000a, p. 76) afirma que “Há várias outras posposições locativas derivadas de radicais de natureza nominal pelo acréscimo de sufixos locativos”. A única particularidade seria o processo de formação dessas posposições, o qual vincula sua semântica à noção locativa e, possivelmente, à função de adjunto. De acordo a pesquisadora, a função das posposições derivadas é locativa. Seki (2000a, p. 360) esclarece que elas “são formadas pelo acréscimo de sufixos locativos a radicais que remetem a um objeto/local específico, tomado como ponto de referência”. Para nós, o fato de serem formadas pelo acréscimo desses sufixos a nominais pode revelar vestígio sobre a formação das posposições simples: raiz nominal + sufixos locativos.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 76, 110, 219, 352, 360, 366, 372.

15. Sintagma adposicional com função de argumento apresenta tamanho diferente de sintagma adposicional com função de adjunto?

Resposta: Não. Nos SP tratados por Seki (2000a) como adjunto ou “objeto indireto” (papel semântico para a autora), as posposições usadas são as mesmas (*upe* e *pupe*). Naqueles vistos como “complemento de cópula” (argumento ou predicado, conforme Questão 18, apresentada no Capítulo 3 desta dissertação), as posposições apresentam tamanho semelhante às demais (a exemplo de *ehe* e *katy*). Sintaticamente, os SP em função de adjunto, quando situados à esquerda do verbo, ampliam o enunciado por meio do modo circunstancial. Todavia, o complemento de cópula também aciona o modo circunstancial. Assim, podemos afirmar que o Kamaiurá não apresenta codificação assimétrica que permita diferenciar argumentos e adjuntos dentro dos SP.

Em relação ao tamanho das posposições, o que há são algumas posposições locativas maiores que as demais (estas apresentam em geral duas ou mais sílabas), como “-**enone** ‘locativo temporal’: antes de” e “-**owake** ‘locativo espacial’: diante de” (p. 75-76). Com base

nos dados de Seki (2000a, p. 76), estimamos que cerca de 40% das posposições locativas derivadas (de radicais de natureza nominal, pelo acréscimo de sufixos locativos) também são extensas: *-eme'yp* ‘à margem’, *-wyrp* ‘sob, debaixo’, *-pyteryp* ‘no meio’, *-ypywryri* ‘sob, no fundo (de água)’, *-ywypyp* ‘junto a, no chão’, *-ywywryri* ‘no fundo, sob a terra’, *-'atukupep* ‘atrás’, *-jopa'õm* ‘entre’, *-'atukupe* ‘cotas’).

Considerando que as posposições locativas mais extensas são essencialmente adjuntos, poderíamos questionar se a extensão estaria correlacionada com sua função sintática, entretanto, tal relação não se verifica, pois a maioria das posposições locativas apresenta tamanho similar ao das outras posposições (uma ou duas sílabas).

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 72-76, 149.

15.1. Papéis alativos são expressos por marcação zero ou por adposições fonologicamente menores que as usadas para expressar papéis ablativos?

Resposta: Não. Em Seki (2000a), identificamos *katy* ‘alativo, direcional’ e *wi* ‘de’ ablativo, ou seja, contrário à tendência exposta por Haspelmath (2019a), ao menos em relação às posposições.

Página consultada de Seki (2000a): p. 75.

15.2. Papéis instrumentais são expressos por marcação zero ou adposições fonologicamente menores que as usadas para expressar papéis comitativos?

Resposta: Não. Conforme Seki (2000a), o comitativo é expresso pela posposição *nite* ‘comitativo’, além de outras formas, e o instrumental, pela posposição *pupe/pype* ‘instrumento, meio’. Neste sentido, não há diferença de tamanho em relação a essas posposições, diferentemente do que propõe Haspelmath (2019a).

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 73-74.

16. Há afixos de caso com função semelhante à desempenhada pelas adposições? Em caso afirmativo, como o(a) autor(a) os diferencia das adposições?

Resposta: Sim. Constatamos, de acordo com o previsto na literatura teórica, similaridade entre as posposições e o afixo de caso locativo. Seki (2000a, p. 109) informa que “o caso ‘locativo’ é marcado pelo sufixo {-ip} que se realiza em quatro alomorfes **-p ~ -m ~ -ip ~ -im**” [...] Os quatro alomorfes recebem uma vogal epentética /e/ quando, em certos contextos, são seguidos por palavras iniciadas em consoante”.

Seki (2000a, p. 110) afirma que “O caso ‘locativo’ exprime locação espacial e temporal e também a direção. É usado para marcar nominais nas funções de adjunto da oração e de predicado”. Ou seja, embora não sejam usados para expressar argumentos, esses afixos compartilham com as posposições noções semânticas e funções sintáticas. Eles também **não** são usados para expressar outras funções mais centrais (*causee*, agente da “passiva”, benefactivo, alvo/recipientes, entre outras).

Assim, em Seki (2000a), encontramos o SN-locativo apenas nos extremos de nossa proposta de escala: predicado e adjunto (vide Questão 18, no Capítulo 3 desta dissertação). Os afixos locativos não só têm uma função a menos que as posposições, a de argumento, mas, mais do que isso, não preenchem o amplo espectro existente entre o predicado e o adjunto prototípico. Ou seja, tais afixos não desempenham as funções dos SP intermediários: são várias as funções semânticas e pragmáticas não operadas por um afixo de caso.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 86, 109-110, 175, 185-186, 204, 368.

17. Com relação a adjuntos, argumentos, predicados e sintagmas adposicionais, quais termos o(a) autor(a) usa? Existe alguma terminologia particular?

Resposta: Sim. Há uma variedade de termos na obra de Seki (2000a) que podem suscitar dúvidas e se relacionam não só aos SP, mas também aos demais temas da pesquisa. Apresentamos abaixo as terminologias organizadas pela função sintática mais prototípica que a autora atribui aos termos: adjunto, argumento e predicado.

- a) Mais relacionados a “adjunto”: adjunto, adverbial, agente de verbo transitivo, atributivo, caso locativo, caso oblíquo (atributivo, por exemplo), circunstância (a palavra “circunstância” inclui-se entre os termos que a autora usa para se referir a adjuntos e adverbiais), constituinte periférico, locução posposicional (pode ser argumento ou predicado também), modo circunstancial, objeto direcional, objeto indireto, objeto oblíquo, oblíquo, oblíquo adverbial, posposição simples (pode fazer parte de complemento de cópula ou predicado), pseudocomplemento (existe argumento {-a} ‘nuclear’ e oblíquo {-am} ‘atributivo’ desse tipo), subconstituente adverbial, topicalização de adverbial (p. 131) ou topicalização de oblíquo. As abreviaturas correspondentes aos adjuntos são: Obl (“Oblíquo”) e Oi (“Objeto indireto”);
- b) Mais relacionados a “argumento”: argumento, argumento nuclear, caso nuclear, complemento, complemento de cópula, locução nominal, objeto, objeto de comparação (pode ser interpretado como predicado, cf. exemplo 628), objeto direto, sujeito. Em relação aos tipos de sujeito, identificamos: sujeito de verbo transitivo (A), sujeito de

verbo intransitivo (S), sujeito de verbo intransitivo ativo (Sa) e sujeito de verbo descritivo (So). As abreviaturas correspondentes aos argumentos são expressas pelas siglas: A, O (Objeto direto), S, Sa e So. Consideramos que essas abreviaturas ou siglas funcionam como termos na medida em que são usadas nos enunciados e não apenas nas glosas;

Conforme citado na Questão 1, Seki (2000a, p. 171) emprega “complemento” como sinônimo de “argumento” do verbo, o que inclui sujeitos e objetos: “Os complementos oracionais funcionam nas sentenças da língua como objeto (O), como sujeito So e Sa e, mais raramente, como sujeito (A)”.

- c) Mais relacionados a “predicado” (a noção de “predicado” adotada tende à perspectiva fregeana, de projeção de argumentos): (verbo) descritivo, modo gerúndio (pode ocorrer como oração subordinada adverbial), orações com predicado não verbal e predicado.

Em meio a toda a terminologia, destacamos as seguintes expressões, entre as quais algumas que sugerem classificações gradativas ou escalares: adjunto, adverbial, circunstância, objeto indireto, objeto oblíquo e oblíquo.

Por fim, registramos a forma aparentemente vaga com que Seki (2000a, p. 71, grifos nossos) opta por se referir às posposições, ao empregar “relacionar” em vez de explicitar o vínculo sintático e semântico que o sintagma estabelece na oração: “É uma classe fechada de elementos que ocorrem após nominais marcados com o sufixo {-a} ‘nuclear’, **relacionando-os** ao verbo ou a outro elemento da construção sintática”.

Páginas consultadas de Seki (2000a): p. 25-26, e seguintes.

Apyãwa (Tapirapé)

Apresentamos a seguir o protocolo preenchido com informações sobre a língua Apyãwa (ramo IV). A resposta à última questão do protocolo, de número 18, foi apresentada no Capítulo 3 desta dissertação e sintetiza nossas principais propostas de análise.

Os exemplos linguísticos apresentam numeração sequencial entre colchetes, seguida da numeração original da obra consultada.

1. O(A) autor(a) usa o termo “argumento” ou “complemento”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Praça (2007) não apresenta definição explícita, porém deixa claro que argumento é função sintática. O sujeito e o objeto são tratados como argumento. Em algumas passagens, a autora parece usar “argumento” como sinônimo de complemento, inclusive de complemento de posposição:

Nomes e verbos quando instituem argumentos (complementos) recebem esse morfema. Não somente os itens lexicais, como nomes, incluindo os nomes próprios, e verbos, mas também as classes fechadas de pronomes e de demonstrativos podem recebê-lo. Os nomes marcados com {-a}, referenciantes, portanto, ocorrem como [...] complemento de posposição (90) [...]

[44] (90) i-men-a xe=r-ãpe-∅ r-opi a-a
3.II-marido-REFER 1sg.II=R-caminho-REFER R-POS 3.I-ir
'o marido dela vai no meu caminho'

(PRAÇA, 2007, p. 40-41)

Em outras, parece contrapor complemento a argumento: “os complementos [...] foram alçados para a posição de argumento” (p. 135). Em nossa interpretação, nesse trecho sobre incorporação nominal, a autora adota “complemento” para os constituintes exigidos por nomes, e reserva “argumento” para os exigidos por verbos. A autora associa a capacidade de designar entidades a “argumento”: “Sua função [morfema -a] parece ir além da de atribuir referência a temas predicativos, designando entidades e, por conseguinte, a de ser argumento” (p. 44).

Praça (2007, p. 79) emprega “argumento nuclear” e o associa ao SN: “Cabe ressaltar que sintagmas nominais (argumentos nucleares) não ativam o I2”. Em outro trecho, a pesquisadora parece tratar “argumento nuclear” como “complemento oblíquo” obrigatório: “o constituinte posposicional não é um argumento nuclear, ou seja, [não é] um complemento oblíquo exigido pelo verbo” (p. 106). Em seguida, relaciona “argumento nuclear” a “constituintes internos ao núcleo oracional”: “Os argumentos nucleares, portanto, não ativam o indicativo 2 por serem constituintes internos ao núcleo oracional”. Todavia, em outra passagem,

menciona um “verbo transitivo [*pyk* ‘cobrir’] que possui dois argumentos nucleares” (p. 111), um sujeito e um objeto.

O argumento também é entendido como elemento exigido pelo predicado, tendo em vista que o núcleo oracional é o “predicado com sua estrutura argumental saturada” (p. 122-123). Essa concepção fregeana também aparece em “[...] orações intransitivas e transitivas, de acordo com o número de argumentos requeridos pelo verbo” (p. 180).

Para se referir a construções genitivas (nomes inalienavelmente possuídos), Praça (2007, p. 56) usa a expressão “complemento adnominal obrigatório”. A pesquisadora emprega “complemento nominal obrigatório” (p. 137) para descrever os elementos internos ao SP.

Verbos também podem vir a receber o morfema {-a} e funcionar como argumento. De acordo a citação a seguir, podemos concluir que o objeto e o argumento único desse tipo estão alinhados: são absolutivos. O constituinte A não pode receber o morfema -a, o que o torna diferente dos demais argumentos. Ou seja, não identificamos verbo marcado por {-a} funcionando como A, mas sim como S e P.

Os verbos, por sua vez, podem receber o morfema {-a} nos seguintes ambientes sintáticos: argumento único de verbo descritivo e objeto de transitivo, como em (92) e (93), respectivamente:

- [45] (92) *xe=ø-xe'eg-a* *mĩ* *i-ãrõãrõ*
 1sg.II=R-falar-REFER HAB 3.II-ser.bonito
 ‘minha fala sempre é bonita’
- [46] (93) *ie=ø* *ã-ixã-matã* *ne=ø-porããj-a*
 1sg-REFER 1sg.I-ver-querer 2sg.II=R-dançar-REFER
 ‘eu quero ver sua dança’

(PRAÇA, 2007, p. 41)

Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 76) e Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 159) defendem que o argumento, no Apyãwa, é expresso pela marca de pessoa no verbo, não pelo SN, o qual teria a função de “adjunto correferencial”.

Cruz, Magalhães e Praça (2019) tratam o argumento externo como sinônimo de sujeito. Com relação às expressões adverbiais predicadoras, consideram que o SN funciona como argumento externo de tais expressões. Para que expressões adverbiais atuem como argumento, devem ser nominalizadas. Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 71) tratam o “complemento de posições” (ou “objeto de posição”) como argumento interno da posição.

1.1 O(A) autor(a) usa o termo “sujeito”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Praça (2007) não apresenta definição explícita, porém fornece “justificativa para a noção de sujeito” (p. 12), a qual se ampara no fato de “que é a categoria sujeito que controla a correferencialidade” (p. 186). Praça (2007, p. 185) afirma que:

As estruturas oracionais transitivas SVO (538) ou OVS (539) são as mais frequentes na fala cotidiana [...]

[47] (538) **Kono-∅** a-mim **xe=∅-pã'yr-a**
Kono-REFER 3.I-esconder 1sg.II=R-colar-REFER
'Kono escondeu meu colar'

[48] (539) **xãwãroo-pypar-a** a-ixãk **xãri'i-∅**
onça-rastro-REFER 3.I-ver Xãri'i-REFER
'Xãri'i viu rastro de onça'

(PRAÇA, 2007, p. 185)

Ainda quanto à ordem dos constituintes, Praça (2007, p. 180) informa que, “Em orações constituídas apenas por sujeito e predicado, o sintagma nominal sempre antecede o predicado”. Segundo a autora, o sujeito pode ser elidido (p. 108-109) e tende a ser o tema da oração (p. 123-124). O controle de correferência é feito pelo sujeito gramatical: “são as relações gramaticais de Sujeito [S e A] que governam a reflexivização, a correferencialidade intraoracional, bem como entre sentenças complexas” (p. 190).

Conforme relatado na questão anterior, em Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 88), “sujeito” é visto como sinônimo de “argumento externo”.

1.2 O(A) autor(a) usa o termo “objeto”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Praça (2007, p. 190) afirma que “A única propriedade positiva que define a função de objeto é que o Paciente pode ocupar a única vaga morfológica do transitivo nas orações independentes em virtude da hierarquia de pessoa”. O significado de “positiva” não é esclarecido. O objeto pode ser elidido desde que haja menção prévia a ele: “Em Tapirapé, uma característica dos argumentos nucleares sujeito e objeto, enquanto sintagmas nominais, é que eles podem ser elididos quando mencionados anteriormente (292b)” (p. 108-109):

[49] (292a) **ãxe'i** rãka moro-∅ i-pyyk-i peke'i-∅
ontem PAS.REC Moro-REFER 3.II-pegar-I2 pequi-REFER
'ontem Moro pegou pequi'

[50] (292b) **ãxe'i** rãka i-pyyk-i
ontem PAS.REC 3.II-pegar-I2
'ontem (ela) pegou'

(PRAÇA, 2007, p. 109)

Assim, são características do objeto: ocupar vaga no verbo transitivo, em função da hierarquia de pessoa, e ser elidido, a depender do contexto. Além disso, de acordo com o exemplo 51 (9), o objeto pode ser um verbo acompanhado do sufixo referenciante {-a}, sem nominalização:

[...] de maneira similar ao “nome”, ao receberem o morfema {-a}, os temas identificados com características semânticas prototípicas de “verbos” funcionam como argumento:

[...]

[51] (9) ã-inow i-xe'eg-a
 1sg.I-ouvir 3.II-falar-REFER
 'eu escuto a fala dela'

(PRAÇA, 2007, p. 12)

Conforme relatado na Questão 1, Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 71) tratam o “objeto de posposição” (ou “complemento de posposições”) como argumento interno da posposição.

1.3 Quais são os tipos de objeto na língua?

Resposta: Os tipos mencionados por Praça (2007) são argumentos de verbo transitivo: “objeto de verbos transitivos”, “objeto de primeira, segunda ou terceira pessoa”, “objeto da subordinada” e “objeto incorporado”. Além dessa terminologia, Praça (2007, p. 27) utiliza “complemento de posposições” e “complemento de nomes relativos e autônomos”.

Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 71), conforme exposto na Questão 1, mencionam o “objeto de posposição”, entendido como sinônimo de “complemento de posposições” e tratado como argumento interno da posposição.

2. O(A) autor(a) usa o termo “adjunto”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. O termo é usado apenas cinco vezes e sempre na expressão “adjunto extra núcleo oracional”, em contraposição aos constituintes internos do núcleo da oração, conforme vemos em: “expressões adverbiais são ‘adjuntos extra núcleo oracional’, isto é, compõem a oração, no entanto, não fazem parte do núcleo oracional” (PRAÇA, 2007, p. 122).

O principal critério usado por Praça (2007, p. 106) para diferenciar adjuntos de argumentos é a ativação do indicativo 2: “o indicativo 2 só é ativado por adjuntos extra núcleo oracional [...]. Os argumentos nucleares, portanto, não ativam o indicativo 2 por serem constituintes internos ao núcleo oracional”. Adicionalmente, a autora informa que expressões adverbiais “genuínas” (p. 86) não recebem o sufixo {-a}, o que podemos entender como característica do adjunto.

Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 79) recorrem à nominalização como critério para tornar as expressões adverbiais argumento: “as expressões adverbiais não acessam primariamente a função de argumentos e, para desempenhar tais funções, devem ser nominalizadas”.

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 159) chamam os SN de “adjuntos correferenciais”, definidos como “elementos periféricos”. A mesma terminologia é mantida em Cruz, Magalhães e Praça (2019). Assim, Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 76) e Magalhães, Praça e Cruz (2019,

p. 159) defendem que a função de argumento é expressa pela marca de pessoa no verbo, não pelos SN, os quais atuariam como “adjunto correferencial”. Logo,

No caso do Tupinambá, do Apyãwa e do Guajá, o núcleo do predicado expressa seus argumentos por meio de índices de pessoa, de modo que os sintagmas nominais, sempre opcionais, são interpretados por nós como adjuntos correferenciais, isto é, elementos periféricos cuja função é apenas esclarecer a referência dos índices pessoais, que são os verdadeiros argumentos. (MAGALHÃES; PRAÇA; CRUZ, 2019, p. 159)

Ressaltamos elemento chave nessa análise, referente ao conceito de adjunto, o qual, para as autoras, está diretamente relacionado à noção de “periférico”, não central, não nuclear. Contudo, elas não fazem menção à possibilidade de tais SN acionarem o indicativo II como os demais adjuntos nessas línguas, o que, em conjunto com a leitura de obras prévias sobre o Apyãwa, revela que os SN em posição inicial ou pré-verbal não acarretam mudanças no verbo. Adicionalmente, as autoras não informam se o teste do deslocamento de expressões adverbiais para o início da sentença continua a ser critério seguro para identificar adjuntos nas línguas analisadas¹²⁴.

2.1 O(A) autor(a) usa algum termo semelhante a “adjunto”, tal como “adverbial”, “circunstante”, “circunstancial”, “periférico”, etc.? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Praça (2007) utiliza “expressão adverbial” como macroclasse que inclui “posposições, quantificadores e advérbios” (p. XVIII), haja vista que “exercem funções circunstanciais na oração” (p. 8) ou “acrescentam informações adicionais” (p. 123). Além disso, esses elementos “compartilham propriedades distribucionais e morfológicas [...] a saber: ativam o **indicativo 2** [...] e podem ser nominalizados pelo sufixo {-wār} ‘nominalização de circunstância’ ” (p. 137).

Em relação a “circunstância”, Praça (2007) usa o termo em “nominalização de circunstância” (p. 70), “circunstância condicional” (p. 198), “circunstância temporal” (p. 205), mas não apresenta definição. A expressão “modo circunstancial” é citada como sinônimo do modo indicativo II (p. 122).

¹²⁴ Como informado por Praça (2007, p. 190), “é o sujeito gramatical que controla a correferência na subordinada”, o que entendemos ser uma das atribuições do SN, não só do prefixo verbal. Em comunicação fornecida durante a defesa desta dissertação, Magalhães (informação verbal, 2021) informou que, em sua análise, o adjunto correferencial é diferente do adjunto adverbial. Este último é o único que ativa o chamado indicativo II.

Por fim, “periférico” é empregado para indicar extremidades ou para algo que não ocupa posição central: “[...] expressões adverbiais que, como elementos periféricos, ocupam, em geral, a posição final da sentença” (PRAÇA, 2007, p. 122); “as expressões adverbiais são elementos periféricos ao núcleo da oração [...] compõem a oração, no entanto, não fazem parte do núcleo oracional” (p. 122); e

A negação de predicado {na=...-i} faz com que o predicado mantenha seu status de rema, mesmo que expressões adverbiais ocupem a periferia à esquerda. A negação, por ser um tipo de foco contrastivo (cf. Givón, 2001), aumenta a carga informacional do predicado, impedindo-o de perder sua função remática. (MAGALHÃES; PRAÇA; CRUZ, 2019, p. 124)

Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 42) também usam o termo “expressões adverbiais” como sinônimo de sintagmas adverbiais e posposicionais. Em relação a “modo circunstancial”, as autoras atribuem o termo a Rodrigues (1996/2013), Praça (1999) e Seki (2000a), mas interpretam o fenômeno “como um tipo particular de nominalização” (PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 40-41).

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 159) empregam o termo “periféricos” para se referir aos “adjuntos correferenciais” e associam ambos à noção de opcionalidade. A expressão “circunstante” é usada em uma ocorrência no texto, na expressão “circunstantes locativos” (p. 173).

Como informado nas Questões 1 e 2, Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 76) usam o termo “adjunto correferencial” para se referir “aos adjuntos pronominais ou nominais que ocorrem, opcionalmente, com a função de: I) reforçar a expressão do argumento expresso por uma marca de 1ª ou 2ª pessoa, e II) especificar a identidade do argumento expresso por uma marca de 3ª pessoa”. Nesse artigo, as pesquisadoras reforçam a noção de que adjuntos são opcionais: “como qualquer adjunto, é opcional” (p. 79).

3. O(A) autor(a) usa o termo “oblíquo”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Praça (2007) não apresenta definição explícita, porém contrapõe o termo à ideia de argumento, conforme os trechos “o constituinte posposicional [dos verbos de cognição e percepção] é um oblíquo e não um argumento do verbo” (p. 106) e “A análise dos dados acima suscita a questão de o novo participante introduzido em (290b) ser um argumento nuclear do verbo ou apenas um oblíquo” (p. 108).

[52] (290a) marare- \emptyset a-ma-yj kotatã'i- \emptyset
 vaca-REFER 3.I-CAUS-correr menina-REFER
 ‘a vaca fez a menina correr’

[53] (290b) marare- \emptyset a-ma-yj-**akãr** kotâtã'i- \emptyset
 vaca-REFER 3.I-CAUS-correr-MASD menina-REFER
 'a vaca mandou a menina correr'

(PRAÇA, 2007, p. 107-108)

Quanto a essa última citação, retomamos ponto central do nosso debate: um SP agente direto em uma causativa de transitivo seria argumento ou adjunto? À primeira vista, Praça (2007) trata como adjunto, porém, ao registrar a dúvida entre argumento nuclear e oblíquo, dá indícios de que a análise permanece em aberto, o que se repete com a seguinte modalização: “Até esse momento da pesquisa, parece-me que o oblíquo causado não demonstra possuir propriedades formais que o qualifiquem como argumento nuclear” (p. 110). Adicionalmente, afirma que os oblíquos “não são obrigatórios” (p. 109) e que “eles podem ativar o indicativo 2” (p. 109), sendo esta uma característica fundamental para diferenciá-los dos argumentos nucleares (p. 106). Assim, acaba por tratar “oblíquo” como “adjunto”: “o indicativo 2 só é ativado por adjuntos extra núcleo oracional” (p. 106).

Além dos oblíquos causado e beneficiário, Praça (2007, p. 106) também classifica como “oblíquo” os constituintes posposicionais que ocorrem com os “verbos de cognição e percepção” (p. 105) e informa: “Um outro fator que corrobora a evidência de que o constituinte posposicional é um oblíquo e não um argumento do verbo está relacionado à sua posição na sentença” (p. 106). Sobre esses verbos, a autora declara que não existem “verbos divalentes com oblíquo obrigatório” (p. 105) ou, em outras palavras, com “um complemento oblíquo exigido pelo verbo” (p. 106). A nosso ver, no entanto, apresenta análise dúbia: a) afirma que os verbos *ma'ẽ* ‘olhar’, *'ew* ‘gostar’ e *eã* ‘lembrar’ são intransitivos, mas “têm sua ocorrência basicamente vinculada a um complemento posposicional [o mesmo que chama de oblíquo]” (p. 105); b) menciona a possibilidade de serem “tratados como uma classe de verbos ‘transitivos indiretos’ ” (p. 105); c) mas reconsidera essa análise porque ativam o indicativo II e porque “Os referidos verbos podem ocorrer sem a presença desse constituinte (287) ou com um constituinte posposicional regido por outra posposição, como **kãty** (288)” (p. 106). Apresentamos os exemplos mencionados a seguir:

[54] (287)
 ãpi ie- \emptyset **xe=r-eã**
 mamãe 1sg- REFER 1sg.II=R-lembrar
 ‘mamãe, eu me lembrei’

[55] (288)
 ie- \emptyset ã-ma'ẽ-ixe **kwe- \emptyset** **ø-kãty** ã'ẽ ã-jxãk anoxã- \emptyset
 1sg-REFER 1sg.I-olhar-GRAT D.E-REFER R-POS CD 1sg.I-ver rato-REFER
 ‘olhei (à toa) naquela direção e vi o rato’

(PRAÇA, 2007, p. 106-107)

Além disso, Praça (2007, p. 111) informa:

A não existência de verbos bitransitivos pode ser também verificada no funcionamento dos processos de ajustes de valência promovidos pelos morfemas {**xe-**} ‘reflexivo’ [...], que reduz a valência, e pelo {**ma-**} ‘causativo’ [...], que aumenta a valência verbal, em co-ocorrência com o sufixo {**-akâr**} ‘mantenedor de agentividade do sujeito demovido’ (MASD).

As locuções posposicionais também são tratadas como oblíquo (p. 146).

Em relação às expressões empregadas, vemos “oblíquo obrigatório” (p. 105), “complemento oblíquo” (p. 106), “oblíquo causado” e “oblíquo beneficiário” (p. 110). A autora emprega as terminologias na mesma expressão: “[...] não há, no Tapirapé, uma classe de verbos bivalentes com **complemento oblíquo obrigatório**” (p. 106, grifos nossos).

4. O(A) autor(a) usa o termo “predicado”? Em caso afirmativo, o define em termos de informação sobre um sujeito (Aristóteles) ou em termos lógicos (Frege)?

Resposta: Sim. Praça (2007) usa o termo na perspectiva fregeana e afirma que nomes e verbos predicam. A autora informa que, por causa da onipredicatividade, o critério sintático (distinção entre predicado e argumento) não é suficiente para diferenciar a classe lexical (p. 10). A identificação do argumento se faz pelo critério morfológico (codificação com {-a}), em oposição ao predicado (ausência do {-a}): “A função predicativa não é marcada morfológicamente, ou seja, a ausência de marca indica a função predicativa. A função argumentativa é assinalada pelo {-a}”.

Com base na frequência de uso, Praça (2007, p. 13) constata que os nomes tendem a ser argumentos, e os verbos, predicados. Ademais, em orações equativas e inclusivas, o predicado é marcado com o sufixo {-a} (p. 44-45)¹²⁵.

Segundo a autora, nos predicados nominal e verbal, ocorrem o mesmo prefixo de causativização (p. 13-14), morfema descontínuo de negação (p. 16) e sufixo de nominalização (p. 17 e 71). Conforme Praça (2007, p. 17),

À luz dos dados, pôde-se observar que os processos morfossintáticos de aumento de valência, indicação de tempo ou aspecto e negação demonstram de forma clara que as similaridades comportamentais compartilhadas são decorrentes da predicatividade de ‘nomes’ e ‘verbos’.

Os tipos de predicado são diferenciados com base na codificação de pessoa (p. 196). Além disso, os predicados podem ser “ativos” (prefixos da Série I) e “não ativos” (prefixos da

¹²⁵ O predicado equativo marcado com -a é recorrente na família tupí-guaraní, a exemplo do que ocorria no Tupinambá e do que ocorre em outras línguas, como Apyãwa, Assuriní do Tocantins, Guajá, Kamaiurá (cf. QUEIXALÓS, 2006).

Série II) (p. 199-200). Percebemos, assim, que a descrição de Praça (2007) não centra o debate sobre a expressão de pessoa no tipo verbal, mas no tipo de predicado.

Em relação à pragmática, Praça (2007, p. 123) afirma que, “comumente em uma oração, o predicado é o rema, a informação central e nova”.

Em Praça, Magalhães e Cruz (2017) e nos dois artigos de 2019, das mesmas autoras, as expressões adverbiais são incluídas entre as classes que podem atuar como predicado. Como tal, “os predicados adverbiais podem ser monovalentes [...] ou divalentes”. A partir desse trecho e do seguinte, é possível compreender que “predicado” é definido em termos fregeanos: “os sintagmas adverbiais e posposicionais são capazes de predicar e, como predicados, exigem argumentos” (PRAÇA; MAGALHÃES; CRUZ, 2017, p. 52).

5. Adposições ocorrem com quais morfemas? Qual a ordem deles?

Resposta: De acordo com Praça (2007), as posposições ocorrem com marcadores de pessoa (séries II e III, sendo esta de prefixos não acentuados), clítico (série II, exceto terceira pessoa), prefixo *i-* (terceira pessoa da série II), sintagma nominal (o qual pode incluir nomes marcados com o intensivo *-’o* ou o atenuativo *-’i*), prefixo relacional (*r-*), sufixo negativo *-e’ym*, demonstrativos espaciais, demonstrativos anafóricos, reflexivo *xe-* e recíproco *xa-*. As posposições têm “complemento obrigatório” (p. 36).

À exceção do sufixo de negação, os “complementos” e os demais morfemas ocorrem à esquerda das posposições. Praça (2007, p. 52) informa que as posposições podem ser reduplicadas, porém não identificamos exemplos desse processo: “A reduplicação é um processo morfológico produtivo em Tapirapé. Ocorre em nomes, verbos, posposições, advérbios, numerais e em morfemas como o atenuativo e o intensivo”.

Praça (2007) descreve, ainda, as locuções posposicionais (“compostas de um nome que recebe os locativos {-**ipe**} e {-**imo**}, formando sintaticamente um todo indivisível, que funciona como posposição” (p. 147)) e os conectivos discursivos (“locuções resuntivas formadas pelo demonstrativo **ã’ẽ**, que recebe [...] a posposição {-**wi**} ‘ablativo’ ” (p. 203)).

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 168) afirmam que “A série II de marcadores pessoais também ocorre com posposições em todas as línguas da família possivelmente porque, com muita frequência, as adposições têm sua origem em nomes”. Conforme dito anteriormente, tais marcadores são interpretados pelas autoras como argumento interno das posposições (p. 167).

5.1 Adposições ocorrem com argumento interno oracional?

Resposta: Não identificamos exemplos de posposições com argumento interno oracional. De qualquer forma, apresentamos o exemplo 56 (181) para mostrar como se comporta uma oração alçada à função de “complemento” (argumento) de posposição: é necessário acrescentar marca nominal (o sufixo referenciante). A posposição ocorre com oração nominalizada:

[56] (181)

xere=ø-ypy-ø	agỹ-ø	r-emi-ãpa-ø	xawie
1incl.II=R-primeiro-REFER	PL-REFER	R-N.PAC-fazer-REFER	POS
‘iguais aos feitos pelos nossos antigos’			
(Referindo-se aos cestos e peneira que um jovem Tapirapé aprendeu a fazer, apenas olhando fotografias antigas desses objetos)			

(PRAÇA, 2007, p. 70)

Conforme Praça (2007, p. 137), lembramos a estrutura do SP:

As posposições, que são o núcleo do sintagma posposicional, são precedidas pelo prefixo relacional {r-} (r- ~ ø- ∞ n-) [...]), quando seu complemento é um sintagma nominal sempre marcado com o sufixo {-a} ‘referenciante’ (372), ou um clítico da série II (373). Caso contrário, elas são introduzidas pelo prefixo {i-} de terceira pessoa da Série II (374) ou pelo paradigma de pessoa da Série III (375).

6. Existem semelhanças entre adposições, nomes e verbos? Em caso afirmativo, quais são elas?

Resposta: Sim. As posposições ocorrem com prefixo relacional {r-}, prefixo {i-} ‘terceira pessoa’ (série II), paradigma de pessoa da série III, prefixo {xe-} ‘reflexivo’, prefixo {xa-} ‘recíproco’, sufixo de negação {-e’ym} e sufixo {-wãr} ‘nominalização de circunstância’. Ao tratar da “morfologia transcategorial”¹²⁶, Praça (2007, p. 25) informa que o prefixo relacional {r-} e os marcadores de pessoa das séries II (clíticos) e III ocorrem com verbos, nomes e posposições. O prefixo relacional {r-} e os prefixos das séries II e III também ocorrem com orações subordinadas.

Os prefixos {xe-} ‘reflexivo’ e {xa-} ‘recíproco’ são usados com posposições e verbos. O sufixo de negação {-e’ym} ocorre com nomes, verbos, advérbios, posposições e construções subordinadas adverbiais (p. 50). Em relação à reduplicação, Praça (2007, p. 52) informa tratar-se de um processo morfológico que “Ocorre em nomes, verbos, posposições, advérbios, numerais e em morfemas como o atenuativo e o intensivo”.

¹²⁶ “[...] morfemas que são onipresentes em diferentes tipos de constituintes, principalmente naqueles compostos por nomes e verbos, mas que também podem aparecer nos constituídos por posposições e advérbios” (PRAÇA, 2007, p. 25).

Por fim, Praça (2007, p. 70) afirma que “O sufixo {-wã̃r} ‘nominalização de circunstância’ ocorre somente com expressões adverbiais”. Não encontramos elementos exclusivos de posposições.

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 169) interpretam o isomorfismo como “marcação transcategorial de argumento interno”. A mesma análise é mantida por Cruz, Magalhães e Praça (2019), ao tratarem da morfologia transcategorial.

Entendemos que, ao empregar a expressão “morfologia transcategorial”, já adotada em Praça (2007), as autoras se referem a morfemas que ocorrem com diferentes classes de palavras, sejam elas nomes, posposições ou verbos. A terminologia parece advir de Robert (2003), que a utiliza em abordagem teórico-analítica específica, com implicações dela decorrentes, conforme se observa a seguir:

Apresenta-se, com efeito, um fenômeno que se pode denominar ‘gramaticalização sincrônica’ ou ‘transcategorialidade’: em muitas línguas, encontra-se assim um certo número de morfemas que funcionam, sincronicamente, em diferentes categorias sintáticas. Trata-se, por exemplo, de lexemas usados em outras partes em função preposicional e subordinativa, ou morfemas gramaticais que são, ao mesmo tempo, determinantes do nome e marcadores predicativos ou mesmo introdutores de proposições. Esses morfemas, que têm sido chamados de ‘transcategoriais’ (ou plurifuncionais), funcionam, portanto, em diferentes escalas sintáticas e exibem uma polissemia notável que acompanha essa mudança de categoria sintática. (ROBERT, 2003, p. 149, tradução nossa¹²⁷).

Como, neste momento da pesquisa, não trabalharemos com essas implicações, adotamos a terminologia “isomorfismo” para tratar da identidade formal entre diferentes sintagmas, referente tanto a marcações de caso e morfemas quanto a estruturas internas, ordem e paradigmas.

7. Como o(a) autor(a) descreve sintaticamente os sintagmas adposicionais?

Resposta: As posposições são consideradas “expressões adverbiais” (PRAÇA, 2007, p. 70 e 137). Em consequência, Praça (2007) descreve-as como adjunto. Conforme visto na Questão 3, a autora não identificou “verbos divalentes com oblíquo obrigatório” (p. 105) no Apyãwa. Os SP semanticamente vinculados a verbos são consideradas adjunto, e a justificativa principal para essa análise é o fato de acionarem o indicativo II quando topicalizados:

¹²⁷ *Il présente, en effet, un phénomène que l’on peut appeler ‘grammaticalisation synchronique’ ou ‘transcategorialité’: dans de nombreuses langues, on trouve ainsi un certain nombre de morphèmes qui fonctionnent, en synchronie, dans différentes catégories syntaxiques. Il s’agit, par exemple, de lexèmes utilisés par ailleurs en fonction prépositionnelle et subordinante, ou de morphèmes grammaticaux à la fois déterminants du nom et marqueurs prédictifs ou encore introducteurs de propositions. Ces morphèmes, que l’on a appelés ‘transcategoriels’ (ou plurifonctionnels), fonctionnent donc à différentes échelles syntaxiques et présentent une polysémie remarquable accompagnant ce changement de catégorie syntaxique.*

Alguns verbos intransitivos têm sua ocorrência basicamente vinculada a um complemento posposicional, regido pela posposição *ee* (*ee ~ e*), cujos significados são ‘relativo’ (‘com respeito a’, ‘em relação a’, ‘por causa de’) e ‘locativo instrumental’ (‘em’, ‘por meio de’). Tal fato poderia guiar uma análise segundo a qual esses verbos são tratados como uma classe de verbos “transitivos indiretos”, ou seja, de verbos divalentes com oblíquo obrigatório. Semanticamente, eles podem ser definidos como verbos de cognição e percepção, e são os seguintes: *ma’ẽ* ‘olhar’ (284), *’ew* ‘gostar’ (285) e *eã* ‘lembrar’ (286), sendo que apenas o verbo *ma’ẽ* ‘olhar’ flexiona com o paradigma de pessoa da Série I, enquanto que os outros dois flexionam com o paradigma da Série II. [...]

Apesar de ocorrerem basicamente com essa posposição, observa-se que o constituinte posposicional não é um argumento nuclear, ou seja, um complemento oblíquo exigido pelo verbo. [...]

Um outro fator que corrobora a evidência de que o constituinte posposicional é um oblíquo e não um argumento do verbo está relacionado à sua posição na sentença. Quando uma expressão adverbial, seja um constituinte posposicional ou qualquer advérbio, ocupa a posição mais à esquerda da sentença, ela ativa o indicativo 2. Cabe ressaltar que o indicativo 2 só é ativado por adjuntos extra núcleo oracional [...]. (PRAÇA, 2007, p. 105-106)

No exemplo 57 (298), no entanto, com estrutura causativa, Praça (2007, p. 110, grifos nossos) descreve o beneficiário, que está em um SP, como “argumento com papel semântico de beneficiário”:

Quando há a ocorrência de quatro participantes no evento, o *causador*, o paciente, o beneficiário e o *causado*, observa-se que o **argumento com papel semântico de beneficiário** tem primazia sobre o *causado*, sendo este sempre antecedido por aquele: [57] (298)

<i>ã-ãpa-pãw-akãr</i>	<i>tope-ø</i>	<i>ne=ø-we</i>	<i>ipa’yw-a</i>	<i>ø-we</i>
1sg.I-fazer-Compl-MASD	topé-REFER	2sg.II=R-POS	Ipa’ywa-REFER	R-POS
‘eu terminei de fazer o tope para você por meio da Ipa’ywa’				

Praça (2007, p. 122) utiliza a expressão “complemento circunstancial” para tratar dos constituintes que acionam o indicativo II, entre os quais está o SP: “Praça (2001) imputa à topicalização de um complemento circunstancial a ocorrência do I2 no Tapirapé”.

Em relação à função de predicado, como visto na Questão 4, não encontramos menção a predicado posposicional, nem a predicado adverbial’ em Praça (2007), posicionamento que foi revisto a partir de Praça, Magalhães e Cruz (2017).

As chamadas “locuções posposicionais” (“nomes marcados com os locativos”) são tratadas como oblíquo (PRAÇA, 2007, p. 146).

Em Praça, Magalhães e Cruz (2017) e nos dois artigos de 2019, das mesmas autoras, consideram que os sintagmas adverbiais em função de predicado podem ser monovalentes ou divalentes. A série não ativa de marcadores pessoais (série II) é vista como “como aquela cuja função é expressar argumentos internos tanto de predicados verbais quanto de não verbais” (CRUZ; MAGALHÃES; PRAÇA, 2019, p. 71). Por sua vez, Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 174) interpretam o prefixo relacional como “marca de adjacência”. Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 91) mantêm a análise e o glosam como LK ‘*linker*’.

8. O(A) autor(a) propõe algum critério sintático ou identifica alguma propriedade sintática para diferenciar argumentos e adjuntos?

Resposta: Sim. Em relação ao indicativo II, Praça (2007, p. 122) formula a seguinte hipótese:

Entretanto, uma questão que parece ser pertinente é: por que somente as expressões adverbiais podem ativar o I2 ao ocupar essa posição? Minha hipótese para esta questão é a de que as expressões adverbiais são elementos periféricos ao núcleo da oração, enquanto que os argumentos nominais são elementos internos. Sintaticamente, as expressões adverbiais são ‘adjuntos extra núcleo oracional’, isto é, compõem a oração, no entanto, não fazem parte do núcleo oracional.

Com isso, entendemos que o foco da autora para fazer a distinção entre argumentos e adjuntos é a nuclearidade dos termos na oração. Ou seja, a ativação do indicativo II acaba funcionando como teste sintático para medir o grau de nuclearidade de um constituinte.

Os argumentos nucleares não ativam o indicativo II, diferentemente dos não nucleares: “Os argumentos nucleares, portanto, não ativam o indicativo 2 por serem constituintes internos ao núcleo oracional”; “o constituinte posposicional não é um argumento nuclear, ou seja, [não é] um complemento oblíquo exigido pelo verbo” (PRAÇA, 2007, p. 106).

Adicionalmente, conforme exposto na Questão 1, Praça (2007, p. 44, grifos nossos) associa a capacidade de designar entidades à noção de argumento, embora esse não seja um critério sintático: “Sua função [morfema *-a*] parece ir além da de atribuir referência a temas predicativos, designando entidades e, por conseguinte, a de ser **argumento**”.

Assim, são critérios para fazer a distinção: nuclearidade, ativação do indicativo II (“Cabe ressaltar que sintagmas nominais (argumentos nucleares) não ativam o I2” (p. 79)), impossibilidade de receber o sufixo *-a* ‘referenciante’ (p. 86) e possibilidade de receber o sufixo *-wãr* ‘nominalização de circunstância’, que “ocorre somente com expressões adverbiais” (p. 70 e 137). Não encontramos menções explícitas a testes sintáticos ou relativizações, embora a ativação do indicativo II possa ser tratada como teste sintático.

Magalhães, Praça e Cruz (2019) destacam o caráter opcional e periférico dos “adjuntos correferenciais”. Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 86) distinguem os argumentos dos adjuntos formados por SN com base na ordem livre destes e na inexistência de marcação de caso. Como informado na Questão 2.1, neste último artigo, as autoras reforçam a noção de que adjuntos são opcionais (p. 79). Entretanto, não identificamos informações sobre a ativação do indicativo II por tais adjuntos, de modo que a principal diferença entre adjuntos e argumentos pode ficar

comprometida, uma vez que os adjuntos correferenciais não parecem acionar o indicativo II como fazem os demais adjuntos.¹²⁸

9. Há sintagmas adposicionais envolvidos com estruturas aplicativas? Em caso afirmativo, como se comportam sintaticamente?

Resposta: Não. As estruturas aplicativas, interpretadas por Praça (2007, p. 130) como “causativo comitativo”, geram construções transitivas. De acordo com a autora,

O causativo comitativo {*era-*} (*era-* ~ *ra-* ~ *r-* ~ *ere-* ~ *re-* ~ *wera-* ~ *wer-*) é um aplicativo³¹ que, diferentemente do morfema {*ma-*}, aumenta a valência verbal apenas de verbos intransitivos ativos. [...]

³¹ ‘Aplicativo’ é um processo morfossintático que promove um participante para a posição de objeto.

Como informado na Questão 6, a mudança de valência ocorre com as formas “{*xe-*} ‘reflexivo’; {*xa-*} ‘recíproco’; {*ma-*} ‘causativo’; {*era-*} (*era-* ~ *ra-* ~ *r-* ~ *ere-* ~ *re-* ~ *wera-* ~ *wer-*) ‘causativo comitativo’ e a incorporação nominal” (p. 126).

10. O que diferencia os sintagmas adposicionais de outros sintagmas?

Resposta: Os SP são considerados “expressões adverbiais”, caracterizadas por ativar o indicativo II e ser nominalizadas com o sufixo *-wãr* ‘nominalização de circunstância’ (PRAÇA, 2007, p. 137). Em relação à ordem, “geralmente, ocupam a posição final nas sentenças” (p. 123). Segundo Praça (2007, p. 86), a marca do sufixo *-a* é “vedada às expressões adverbiais ‘genuínas’”. Assim, como informado nas Questões 6 e 7, não encontramos elementos exclusivos de SP no Apyãwa.

11. Sintagmas adposicionais estão envolvidos em algum processo particular de focalização ou topicalização com implicações estruturais específicas? Em caso afirmativo, especifique.

Resposta: Sim. Podem alterar o núcleo do predicado as “formas circunstanciais” (PRAÇA, 2007, p. 70) ou “expressões adverbiais” (p. 137), entre as quais se incluem advérbios, locuções posposicionais, posposições, quantificadores, além de outros elementos, como: orações subordinadas adverbiais, “oblíquos”, “oblíquos *causado* decorrentes da marcação do sufixo

¹²⁸ Em comunicação fornecida durante a defesa desta dissertação, Magalhães (informação verbal, 2021) informou que, em sua análise, todos os adjuntos são opcionais, mas apenas os adjuntos adverbiais ativam o indicativo II. Ademais, apenas os adjuntos correferenciais podem receber o sufixo referenciante *-a*.

{-akār} [‘causativo de verbos transitivos’]” (p. 110), pró-formas interrogativas, pronomes demonstrativos e “nomes espaciais” (p. 89).

O núcleo do predicado passa a receber o sufixo *-i* (*-i ~ -ø*) quando essas formas iniciam a sentença e há “argumentos sujeito e objeto de terceira pessoa” (p. 120) com verbos transitivos e intransitivos ativos. A esse fenômeno Praça (2007) dá o nome “indicativo 2 (I2)”. Pragmaticamente, a autora trata o processo como desrematização do predicado (p. 124).

Os demonstrativos espaciais dêiticos, apesar de ativarem o indicativo II, podem receber o sufixo *-a*, razão pela qual são classificados como nominais. No caso do pronome demonstrativo anafórico *ākaj*, que ativa o indicativo II, mas não recebe o sufixo *-a*, Praça (2007) o considera um nominal por “funcionar como núcleo de sintagma nominal [...] e de não precisar receber o sufixo referenciante para ocupar uma posição de argumento” (p. 90). Em nossa interpretação, isso indica que o teste do indicativo II para identificar expressões adverbiais ou adjuntos pode ser, novamente, relativizado.

Conforme expresso por Praça (2007, p. 106), “o indicativo 2 só é ativado por adjuntos extra núcleo oracional”, não por argumentos nucleares. No exemplo 58 (404), contudo, o SP na primeira posição da sentença não aciona o indicativo II:

[58] (404)

[[xõ-ø] r-opi] rāka a-ra-a i-kāty
capim-REFER R-POS PAS.REC 3.I-CC-ir 3.II-POS
‘pelo capim elas foram (com os baldes) na direção deles’
(referindo-se aos muricis)

(PRAÇA, 2007, p. 145, colchetes nossos)

Como informado na Questão 2.1, Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 41) interpretam o indicativo II “como um tipo particular de nominalização”. Adicionalmente, as pesquisadoras informam que o fenômeno ocorre com “expressões adverbiais deslocadas para a primeira posição da sentença”. Em outras palavras, para essa nominalização ocorrer, não basta que a expressão adverbial seja posicionada à esquerda do verbo, ela deve estar no início da sentença.

12. Há adposições multifuncionais com função pragmática para além da função sintática que normalmente exercem? Em caso afirmativo, especifique.

Resposta: À primeira vista, não. Encontramos posposições multifuncionais, mas não com função claramente pragmática, conforme resposta ao Item 13.3 deste protocolo.

13. Quais papéis semânticos são expressos pelos sintagmas adposicionais?

Resposta: Conforme previsto na literatura teórica, as posposições são polissêmicas e podem expressar diversos papéis semânticos. De acordo com Praça (2007, p. 139-146), esses papéis

são: 1. *we* ‘destinatário’, ‘benefactivo’, ‘causado’ (*causee*) e “complementação de relação” (‘no que respeita a’); 2. *wi* ‘ablativo’ (literal e metafórico) e ‘comparativo de superioridade’; 3. *pyri* ‘comitativo’; 4. *ee* ‘superessivo’ (‘em contato com, sobre’), ‘complemento determinativo de matéria’, ‘por causa de’ e ‘sobre, a respeito’; 5. *ne* ‘coordenação’; 6. *opi* ‘perlativo’ (“lugar através do qual se passa”, p. 143); 7. *pe* ‘instrumento’; 8. *pype* ‘inessivo’ e ‘ilativo’ (“movimento para dentro”, p. 144); 9. *enone* ‘anterioridade’ (de tempo ou espaço); 10. *ewiri* ‘posterioridade’ (de tempo ou espaço); 11. *kāty* ‘alativo’; 12. *xāwie* ‘comparativo de igualdade’; 13. *awāke* ‘antessivo’ (“à frente de determinada entidade”, p. 146); e 14. *awāxī* ‘alativo terminativo’ (“movimento em direção à determinada entidade que acaba em contato com essa entidade”, p. 146).

As locuções posposicionais, ainda conforme Praça (2007, p. 147-148), expressam: 1. *arimo* ‘altitude’ (‘por cima de, em cima’); 2. *wyripe* ‘subessivo’ (“posição de uma entidade em relação à outra que lhe fica por cima”, p. 147); 3. *wyrimo* ‘por baixo de, embaixo’; 4. *awājpe* ‘do outro lado’; 5. *owāpe* ‘no fundo de’; e 6. *ypype* ‘perto de’ (espacial).

Em suma, identificamos SP com papel de alvo (destinatário ou benefactivo, cf. em Praça (2007), exemplos 48, 293b, 294, 297 ‘fazer ir algo para alguém’, 298 com sufixo {-akār} ‘causativo’, 378), benefactivo (cf. 298, 379, 546), fonte (cf. 382, 383), instrumento (cf. 395, 396), experienciador (com “verbos de cognição e percepção”, p. 105), locativo, entre outros. Há também SP com papel de agente (classificado como “causado”, p. 110), cf. 289b, 291b (vide nota de rodapé com “mandar fazer”), 295 (topicalizado), 296, 298 (com sufixo {-akār} ‘causativo’), e 380, todos no sentido de “fazer por meio de alguém”, causador-agente, paciente, tema ou em construção “passiva” — Praça (2007, p. 219) não fornece exemplos de passiva e comenta essa possibilidade nas considerações finais da tese.

Em nossa proposta, nos exemplos 59 (352b) e 60 (391), com a posposição *ne* ‘coordenação’, o SP pode ser interpretado como agente:

[59] (352b)

kā'i-∅ a-xa-xokā-patār **āxoro-∅** **∅-ne**
 macaco-REFER 3.I-REC-machucar-DES papagaio-REFER R-POS
 ‘o macaco e o papagaio estão querendo se machucar’

(PRAÇA, 2007, p. 128, grifos nossos)

[60] (391)

xe=r-opy-∅ rāka a-a **āpī-∅** **∅-ne** ka-pe
 1sg.II=R-pai-REFER PAS.REC 3.I-ir mamãe-REFER R-POS roça-LOC
 ‘meu pai e mamãe foram à roça’

(PRAÇA, 2007, p. 142, grifos nossos)

Em Almeida, Irmãzinhas de Jesus, e de Paula (1983, p. 54), o morfema *-ne* é interpretado como ‘companhia’: “O posposicional *-ne* é usado com nomes no sentido de ‘em companhia de’: *ãwãne tã pea?* ‘com quem você vai?’ ”.

No exemplo 60 (391), o SN e o SP exerciam apenas o papel de agente, diferentemente de 59 (352b), em que são agente e paciente.

13.1 Existe sintagma adposicional com função de agente, paciente, recipiente ou algum outro papel semântico translinguisticamente associado a argumento? Qual(is)?

Resposta: Sim. Conforme resposta à Questão 13, existe SP com função de destinatário ou benefactivo (exemplos com verbo “dar”: 94, 313, 322, 378, 516) e receptor em verbos aparentemente de três lugares, como “dar”, “contar” (48, 453, 456, 475), “dizer” (260-262, 465) e “fazer ir/mandar” (297). Em todas as ocorrências, a posposição usada é a mesma (*we ~ xope* ‘destinatário, benefactivo’).

Como informado anteriormente, “verbos de cognição e percepção” (*ma’ẽ* ‘olhar’, *ew* ‘gostar’, *eã* ‘lembrar’, p. 105) costumam aparecer com a posposição *ee* (*ee ~ e*) ‘superessivo’ (‘em contato com, sobre’), ‘complemento determinativo de matéria’, ‘por causa de’ e ‘sobre, a respeito’. Podemos questionar se, nessas situações, os SP funcionariam como objeto indireto. O mesmo questionamento se aplica ao exemplo 62 (211), exemplificado na Questão 13.3, com a posposição *we* ‘destinatário’, ‘benefactivo’, ‘causado’ (*causee*) e “complementação de relação” (‘no que respeita a’, p. 140).

A respeito de estruturas similares à passiva e, conseqüentemente, à possível existência de mais um SP agente, Praça (2007, p. 219) afirma: “A recursividade da causativização seguida da reflexivação aponta para uma construção, que de certa forma pode ser denominada de ‘passiva’ ”. Como informado na Questão 13, não identificamos exemplos dessa construção.

Quanto à estrutura causativa de transitivo, podemos afirmar que o papel de agente ocorre em um SP. Observa-se que, com o sufixo {-akãr} ‘causativo’, os SP são usados no sentido de “fazer por meio de alguém”, como nos exemplos 289b, 291b, 295, 296, 298, 380. O exemplo 546 tem sentido distinto (“para mim”). A posposição usada nessas situações também é *we*.

13.2 Há adposições distintas para expressar lugar, meta e fonte? Especifique.

Resposta: Sim. Existem diferentes posposições que exprimem noções locativas, como: *opi* ‘perlativo’ “lugar através do qual se passa” (PRAÇA, 2007, p. 143) (exemplos 393 e 394); *pype* ‘inessivo’ (397) e ‘ilativo’ “movimento para dentro” (p. 144) (exemplo 398); *enone* ‘anterioridade’ (399 e 400); *ewiri* ‘posterioridade’ (402); *awãke* ‘antessivo’ “à frente de

determinada entidade” (p. 146) (exemplo 407). As locuções posposicionais também indicam papéis locativos, conforme exemplos 411 a 416 de Praça (2007).

Quanto aos papéis semânticos de meta e fonte, identificamos: *kāty* ‘alativo’ (exemplos 403 e 404), *awāxi* ‘alativo terminativo’ (408) e *wi* ‘ablativo’ literal (382) e metafórico (383). Como resumido na Seção 4.3 desta dissertação, as três línguas em análise confirmam essa tipologia.

13.3 Há alguma posposição que desempenha múltiplas funções sintático-semânticas?

Em caso afirmativo, especifique a posposição e liste suas funções.

Resposta: Sim. De acordo com Praça (2007), existem quatro posposições que exercem mais de um papel semântico, quais sejam: 1. *we* ‘destinatário’ (exemplo 378), ‘benefactivo’ (379), ‘causado’ (*causee*) (380) e ‘complementação de relação’ (‘no que respeita a’) (381); 2. *wi* ‘ablativo’ (exemplos 382 e 383) e ‘comparativo de superioridade’ (384); 3. *ee* ‘superessivo’ (‘em contato com, sobre’) (387), ‘complemento determinativo de matéria’ (388), ‘por causa de’ (389) e ‘sobre, a respeito’ (390); e 4. *pype* ‘inessivo’ (397) e ‘ilativo’ (‘movimento para dentro’, p. 144) (398).

Em nossa interpretação, a posposição *we* (*we ~ ope ~ xope*) talvez possa ser identificada também como ‘assunto’, no exemplo 61 (166), e argumento benefactivo de *pyyk* ‘pegar’, no exemplo 62 (211):

[61] (166)

mỹ=gã-∅ tã a-xe’eg **xe=∅-we**
 IND=SG-REFER INTER 3.I-falar 1sg.II=R-POS
 ‘quem me chamou?’

(PRAÇA, 2007, p. 64, grifos nossos)

[62] (211)

amōtee-∅ tãwāxar-a n=a-pyyk-i ipikyr-ã **a-xe-we** ’y-∅ r-opi
 IND-REFER índio-REFER não=3.I-pegar-I2 piaba-REFER 3.III-REF-POS rio-REFER R-POS
 ‘os outros índios não pegam piabas pelo rio’

(PRAÇA, 2007, p. 80, grifos nossos)

A posposição *wi* revela usos que parecem ter sentido de posse ou fonte (exemplos 63 (308) e 64 (310), respectivamente):

[63] (308)

tãtã-∅ a-pāw **xe=∅-wi**
 banana-REFER 3.I-acabar 1sg.II=R-POS
 ‘as bananas acabaram (de mim)’

[...]

[64] (310)

pitýwer-a a-’o-pāw **xe=∅-wi** narāxi-∅
 criança-REFER 3.I-ingerir-Compl 1sg.II=R-POS laranja-REFER
 ‘as crianças comeram todas as (minhas) laranjas’

(PRAÇA, 2007, p. 114, grifos nossos)

A posposição *ee* (*ee ~ e*), com os “verbos de cognição e percepção” (p. 105), também é associada pela autora a ‘locativo instrumental’ (‘em’, ‘por meio de’) e ‘relativo’ (‘com respeito a’, ‘em relação a’, ‘por causa de’):

[65] (284)

ie-ø rāka ã-ma'ẽ ø-ee ã'ẽ rāka ã'ẽ=gã-ø n=a-ma'ẽ xe=r-ee
 1sg-REFER PAS.REC 1sg.I-olhar 3.II-POS CD PAS.REC DEM=SG-REFER não=3.I-olhar 1sg.II=R-
 POS

‘eu a olhei e ela não me olhou’

[66] (285)

xiwa'ã-ø i-'ew mani'yw-a r-e
 caititu-REFER 3.II-gostar maniva-REFER R-POS

‘o caititui gosta de maniva’

[67] (286)

xe=r-eã ne=r-ee
 1sg.II=R-lembrar 2sg.II=R-POS

‘lembrei-me de você’

(PRAÇA, 2007, p. 105-106, grifos nossos)

14. Há adposições derivadas? Em caso afirmativo, apresentam alguma particularidade frente ao conjunto das demais adposições? Especifique e informe percurso diacrônico, se possível.

Resposta: Sim. Conforme resposta às Questões 5 e 13, Praça (2007, p. 146) as classifica como “locuções posposicionais”, as quais pertencem à classe das expressões adverbiais, exercem funções circunstanciais e atuam como “oblíquos”. De acordo com Praça (2007, p. 146), “Os referidos morfemas locativos diferem das posposições por não receberem o prefixo relacional {r-} nem o prefixo de terceira pessoa da Série II {i-}”.

Praça (2007, p. 147, grifos nossos) afirma que “As locuções posposicionais são compostas de um **nome** que recebe os locativos {-ipe} [-ipe ~ -pe ~ -ime ~ -me ‘locativo pontual’] e {-imo} [-imõ ~ -mõ ~ -wõ ‘locativo difuso’], formando sintaticamente um todo indivisível, que funciona como posposição”. Para nós, tal afirmação revela origem nominal das “locuções posposicionais”. A autora também informa que “Qualquer **nome** relativo, autônomo ou absoluto pode receber esses sufixos locativos” (p. 147, grifos nossos).

Ainda a respeito do percurso diacrônico, como citado na Questão 5, Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 168) afirmam que “A série II de marcadores pessoais também ocorre com posposições em todas as línguas da família possivelmente porque, com muita frequência, as adposições têm sua origem em nomes”. No entanto, não identificamos evidências diacrônicas no artigo em questão.

15. Sintagma adposicional com função de argumento apresenta tamanho diferente de sintagma adposicional com função de adjunto?

Resposta: De acordo com Praça (2007), os SP do Apyãwa atuam somente como adjuntos. No entanto, mesmo se extrapolarmos essa análise e recorrermos aos exemplos em que a função dos SP pode ser interpretada como [+ARGUMENTO], como exposto na Questão 18 (cf. Capítulo 3), o tamanho dos SP não varia.

Os chamados “verbos de cognição e percepção” (p. 105) ocorrem com as posposições *ee* (*ee ~ e*) ‘superessivo’ ou *kãty* (*kãty ~ gãty*) ‘alativo’. No exemplo 57 (298), reproduzido na Questão 7, em que o beneficiário é chamado de argumento, a posposição empregada é *we* (*we ~ ope ~ xope*) ‘benefactivo’. A mesma posposição é usada no exemplo 62 (211), citado na Questão 13.3, e em dados adicionais que suscitam dúvidas quanto à classificação, fornecidos na Questão 18 (cf. Capítulo 3). Neste tipo de situação, também encontramos as posposições *wi* (*wi ~ xowi*) ‘ablativo’ e *xãwie* ‘comparativo de igualdade’.

No momento atual de nossa pesquisa, a distinção que podemos perceber em relação ao tamanho dos SP se refere ao fato de, à exceção do SP recíproco (exemplo 377, *ewiri* ‘posterioridade’), não encontrarmos posposições com mais de duas sílabas entre os SP com possível função de argumento em nossa análise, como *enone* ‘anterioridade’, *awãke* ‘antessivo’ ou *awãxi* ‘alativo terminativo’. Além disso, talvez seja possível afirmar que os SP candidatos a argumento tendem a ocorrer com posposições monossílabas.

15.1 Papéis alativos são expressos por marcação zero ou por adposições fonologicamente menores que as usadas para expressar papéis ablativos?

Resposta: Não. No Apyãwa, identificamos *kãty* (*kãty ~ gãty*) ‘alativo’, *awãxi* ‘alativo terminativo’ e *wi* (*wi ~ xowi*) ‘ablativo’, ou seja, contrário à tendência exposta por Haspelmath (2019a), ao menos em relação às posposições.

15.2 Papéis instrumentais são expressos por marcação zero ou adposições fonologicamente menores que as usadas para expressar papéis comitativos?

Resposta: Sim. O instrumental é expresso pelas posposições *pe* ‘instrumento’ ou *ee* (*ee ~ e*) ‘locativo instrumental’ (‘em’, ‘por meio de’), enquanto o comitativo, pela posposição *pyri*, além do prefixo {*era-*} (*era-* ~ *ra-* ~ *r-* ~ *ere-* ~ *re-* ~ *wera-* ~ *wer-*) ‘causativo comitativo’. Ou seja, os papéis instrumentais são expressos por posposições menores, em conformidade com a proposta de Haspelmath (2019a).

16. Há afixos de caso com função semelhante à desempenhada pelas adposições? Em caso afirmativo, como o(a) autor(a) os diferencia das adposições?

Resposta: Praça (2007) não faz menção a afixos de caso no Apyãwa. As locuções posposicionais desempenham função semelhante à das posposições e são formadas a partir de “nomes marcados com os locativos {-ipe} (-ipe ~ -pe ~ -ime ~ -me) ‘locativo pontual’ e {-imõ} (-imõ ~ -mõ ~ -wõ) ‘locativo difuso’ ” (p. 146).

Como citado anteriormente, Praça (2007, p. 146) informa que “Os referidos morfemas locativos diferem das posposições por não receberem o prefixo relacional {r-} nem o prefixo de terceira pessoa da Série II {i-}”. Assim, Praça (2007, p. 147) explica que “As locuções posposicionais são compostas de um nome que recebe os locativos {-ipe} e {-imo}, formando sintaticamente um todo indivisível, que funciona como posposição”. Tais locuções expressam: 1. *'arimo* ‘altitude’ (‘por cima de, em cima’); 2. *wyripe* ‘subessivo’ (‘posição de uma entidade em relação à outra que lhe fica por cima’, p. 147); 3. *wyrimo* ‘por baixo de, embaixo’; 4. *awãjpe* ‘do outro lado’; 5. *owãpe* ‘no fundo de’; e 6. *ypype* ‘perto de’ (espacial) (p. 147-148).

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 172) defendem que, “Com exceção dos casos locativos (que são casos semânticos) associados aos nomes, não há, em nossa análise, marcadores gramaticais de caso nas línguas TG”. A mesma análise é mantida em Cruz, Magalhães e Praça (2019).

17. Com relação a adjuntos, argumentos, predicados e sintagmas adposicionais, quais termos o(a) autor(a) usa? Existe alguma terminologia particular?

Resposta: Sim. Os termos relativos a adjuntos, argumentos e predicados são apresentados a seguir:

- a) Mais relacionados a “adjunto”: adjunto extra núcleo oracional, complementação de relação, complemento circunstancial, complemento determinativo de matéria, complemento posposicional, elemento periférico, expressão adverbial, forma circunstancial, função circunstancial, indicativo 2 (I2), locativo, locução posposicional, oblíquo, oblíquo beneficiário, oblíquo causado, oblíquo obrigatório, topicalização de complemento circunstancial;
- b) Mais relacionados a “argumento”: argumento, argumentos de predicado, argumento nuclear, argumento único de intransitivos, complemento, complemento adnominal obrigatório, complemento de posposição, complemento nominal obrigatório, objeto, objeto da subordinada, objeto de primeira, segunda ou terceira pessoa, objeto de verbo

transitivo, sujeito, tema¹²⁹. Em relação ao sujeito, identificamos termos relacionados, como agente, sujeito de verbos transitivos (A), sujeito (S), sujeito de verbos intransitivos ativos (Sa) e sujeito de verbos intransitivos descritivos (So) (p. XV-XVII);

- c) Mais relacionados a “predicado” (geralmente, na perspectiva fregeana, de projeção de argumentos): constituinte básico, (verbo) descritivo, núcleo (ora é o verbo, ora é o predicado e seus argumentos), predicado, predicado ativo e não ativo, predicado descritivo, predicado existencial ‘absoluto’, predicado existencial possessivo, predicado monovalente, predicado nominal, rema, “temas identificados com características semânticas prototípicas de verbos” (p. 12).

Em meio a essa terminologia, destacamos as seguintes, entre as quais algumas que sugerem classificações gradativas ou escalares: adjunto extra núcleo oracional, complemento oblíquo obrigatório, expressão adverbial, formas circunstanciais, oblíquo, oblíquo obrigatório e “temas identificados com características semânticas prototípicas de verbos” (p. 12).

Outras terminologias empregadas são: complemento nominal (de posposição), constituintes internos ao núcleo oracional, elementos internos, elementos não nucleares, oração, MASD (mantenedor de agentividade do sujeito demovido), modificador, nomes absolutos, nomes autônomos, nomes relativos, núcleo oracional (equivale ao predicado com seus argumentos), sentença.

Magalhães, Praça e Cruz (2019) usam a expressão “adjunto correferencial” para se referir a SN que seriam “adjuntos pronominais ou nominais” (p. 76) e empregam o termo “argumento” para se referir a “índices de pessoa” (p. 159). Também discorrem sobre a “transcategorialidade” desses índices (a qual, neste momento, optamos por chamar de isomorfismo). Cruz, Magalhães e Praça (2019) mantêm as terminologias. Outros termos usados são: argumento externo, argumento interno, complemento de posposições, expressões adverbiais e objeto de posposição.

Leite (1998) utiliza: complemento oblíquo, indicativo II, objeto indireto, sentença nuclear, sintagmas circunstanciais. Leite (1990) emprega: A [sujeito das orações transitivas], O [objeto das orações transitivas], Sa [sujeito das orações intransitivas dinâmicas], So [sujeito das orações intransitivas estativas].

¹²⁹ O emprego de “tema” remete à terminologia morfológica de Rodrigues (1952/2013, p. 51), que inaugurou os estudos das línguas indígenas com descrições amparados em “tema verbal” e “tema nominal”, não necessariamente nas classes “verbo” e “nome”.

Almeida, Irmãzinhas de Jesus, e de Paula (1983), por sua vez, adotam as seguintes terminologias: adverbiais, indicativo II, locativo posposicional, modalidade [circunstancial], nome de circunstância, nominalização circunstancial, objeto, oração, posposicionais, predicado, relacionador circunstancial. As siglas usadas são: A [atuante], Ci [circunstância], O [objeto], P [predicado], S [sujeito].

nossos)¹³¹. No trecho a seguir, diferentemente do que ocorre em outras passagens da tese, Magalhães (2007, p. 19, grifos nossos) dá a entender que “complemento” equivale a argumento interno: “[Os verbos em Guajá] Podem ser transitivos ou intransitivos, **com e sem complemento**”. No entanto, para as demais situações, identificamos:

- a) “complemento de verbos transitivos” (p. 140): “Como complemento de verbos transitivos, os nomes associados ao sufixo de caso translativo indicam a propriedade adquirida pelo objeto do verbo”. Nesse caso, acreditamos que a autora emprega o termo “complemento” para um “argumento” extra, que extrapola o número de argumentos ditos nucleares, previstos regularmente na grade do verbo;
- b) “complemento de verbos intransitivos” (p. 140): aqui vemos que a autora classifica o verbo como “intransitivo”, mas atribui a ele um “complemento”. Em nossa interpretação, tais verbos teriam mais transitividade do que os intransitivos usados sem “complemento”. Analisando o exemplo 70 (508), consideramos que o uso leva ao reconhecimento de um “complemento” para um verbo que, regularmente, não tem complemento:

Como complemento de verbos intransitivos, os nomes associados ao sufixo de caso translativo indicam a propriedade adquirida pelo único argumento do verbo:

[70] 508. *Maír-a Ø-pó tapi'ír-eme*
Maíra-N 3-pular anta-TRANS

‘Maíra pulou como anta’ (Maíra virou anta)

(MAGALHÃES, 2007, p. 140)

- c) “complemento indireto, marcado por posposição” (p. 170): “há alguns adjetivos que admitem complemento indireto, marcado por posposição. Tais adjetivos podem ocorrer sem complemento ou com ele”¹³²;
- d) “complementos locativos formados por posposições” (p. 210), o que revela distinção entre os termos “argumento” e “complemento”. Tal diferença se torna explícita no emprego de “complemento circunstancial da oração” (p. 53) e “complemento adverbial” (p. 74), os quais são tratados com equivalência nesta passagem: “complementos adverbiais (ou circunstanciais)” (p. 138).

Magalhães (2007, p. 138, grifos nossos) também informa que:

¹³¹ O uso de “complemento” nem sempre esteve associado aos argumentos. Na Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP), que vigorou de 1967 a 2004, o termo já não era usado sempre como argumento, vide “complemento circunstancial” em lugar de adjunto adverbial.

¹³² O constituinte classificado como adjetivo por Magalhães (2007) é interpretado por nós como verbo intransitivo estativo. A autora parece ter adotado esta última classificação em trabalhos mais recentes, como Magalhães (2014) e posteriores.

Em Guajá, identifica-se um caso gramatical e dois casos semânticos. Aquele marca as relações nucleares principais e estes formam **dois tipos de complementos adverbiais (ou circunstanciais)**: um que indica espaço ou tempo definido e outro que indica uma nova propriedade adquirida por um dos argumentos da oração. O primeiro é o caso “locativo pontual” (Rodrigues 2001b) e o segundo é o caso “translativo” (Rodrigues 2001b, antes chamado por ele de “predicativo” ou “atributivo”).

Assim, notamos que Magalhães (2007) classifica dois constituintes diferentes como “complemento adverbial”: os nomes marcados pelo sufixo dos chamados “casos semânticos” e o SP que ocorre com a partícula-predicado *naha'új*.

Magalhães (2007, p. 187) diferencia “argumentos nucleares” de “complemento”, novamente utilizando “complemento” para o constituinte que extrapola o número dos argumentos previstos regularmente na transitividade formalmente identificada no verbo:

Mas há também verbos transitivos que, além dos argumentos nucleares, pedem um complemento. O verbo *-manõ* ‘fazer.ir’, por exemplo, pode ocorrer com diferentes tipos de complementos, desde sintagmas posposicionais até nomes comuns ou nomes dêiticos de posição, flexionados pelo sufixo locativo *-pe* ~ *-me*. Cada complemento proporciona um significado diferente ao verbo.

No excerto seguinte, notamos uso de “complemento” mais próximo de adjunto, diferentemente do uso de “complemento translativo”: “As posposições formam uma classe fechada de palavras que estabelece relações gramaticais com seus determinantes formando sintagmas posposicionais com função sintática de complementos circunstanciais da oração” (MAGALHÃES, 2007, p. 53). Logo, é possível afirmar que há tanto oscilação na terminologia entre complemento e adjunto, quanto uso deliberado de “complemento” para indicar o que chamamos de quase argumento (caso translativo).

Tendo em vista que, segundo Magalhães (2007, p. 138-140), o sufixo locativo só ocorre com nomes e demonstrativos e exerce a função de “adjunto circunstancial na oração”, e que o sufixo translativo ocorre com nomes e adjetivos em construções adverbiais, atuando como “complemento circunstancial translativo”, consideramos que a distinção entre “adjunto” e “complemento” empregada pela autora se daria apenas em termos de gradação.

Também verificamos oscilação no uso de “complemento” e “adjunto” na seção referente aos afixos nominalizadores, na qual Magalhães (2007, p. 210-211, grifos nossos) classifica o SP tanto de “complemento locativo” quanto de “adjunto locativo”, ao informar que o sufixo nominalizador *-(a)há(r)*:

Acrescenta-se a temas verbais transitivos (exs. 744 e 745) e a **complementos locativos** formados por posposições (exs. 746 e 747), advérbios locativos (ex. 748) ou nomes flexionados pelo caso locativo (exs. 749 e 750), sendo obrigatória a referência ao determinante do verbo ou da posposição nominalizados. No primeiro caso, resulta em nomes com papel semântico de agente e, nos demais, em nomes que se caracterizam por indicar a pertinência ao lugar indicado pelo **adjunto locativo**. [...]

- [71] 744. *a'é i-pyhyk-ahár-a*
DEM R²-pegar-NZR-N
'ele é o pegador dele'
- [72] 745. *papé Ø-japo-hár-a jahá*
papel R¹-fazer-NZR-N eu
'eu sou professora' (lit. 'eu sou fazedora de papel')
- [73] 746. *y' r-awaj-hár-a*
rio R¹-outro.lado-NZR-N
'morador do outro lado do rio'
- [74] 747. *ha = r-ipá r-aké-hár-a*
1 = R¹-casa R¹-perto-NZR-N
'meu vizinho' (lit. 'aquele que mora perto da minha casa')
- [75] 748. *ha = n-imá amete-hár-a*
1 = R¹-animal.de.estimacão longe-NZR-N
'o meu bicho de estimacão que é de longe'
- [76] 749. *katu-p-ahár-a*
fora-LOC-NZR-N
'morador de fora' (lit. 'aquele que é de fora')
- [77] 750. *a-ma'i awá Xirakapu-p-ahá Ø-pé*
2/IMP-pedir Guajá Tiracambú-LOC-NZR R¹-para
'peça aos Guajá (moradores) do Tiracambú!'
(MAGALHÃES, 2007, p. 210-211)

Logo, identificamos mais um exemplo de uso do termo “complemento” para constituinte formado por posposiçãõ.

Já Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 76) e Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 159) defendem que o argumento é expresso pela marca de pessoa no verbo, não pelo SN, o qual teria a função de “adjunto correferencial”. Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 88) tratam o argumento externo como sinônimo de sujeito.

Com relação às expressões adverbiais predicadoras, consideram que o SN funciona como argumento externo de tais expressões. Para que expressões adverbiais atuem como argumento, devem ser nominalizadas. Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 71) tratam o “complemento de posposições” (ou “objeto de posposiçãõ”) como “argumento interno de uma posposiçãõ” — conforme visto, Magalhães (2007) trata como “complemento”, porém Magalhães e Mattos (2014, p. 272) já falavam em “argumento interno”.

A despeito de analisar os nomes em SN como “adjunto correferencial”, Magalhães (2019, p. 899) afirma que eles tendem a atuar como argumento no Guajá, além de reiterar que expressões adverbiais podem predicar na língua:

É possível observar, assim, o mesmo comportamento morfossintático entre verbos eventivos (1), verbos estativos (2), nomes (3) e expressões adverbiais (4), ou seja, todos eles podem exercer primariamente a função de predicado sem o acréscimo de qualquer morfologia derivacional ou cópula, apesar de nomes serem mais usados como argumentos, verbos como predicados e expressões adverbiais como adjuntos.

1.1 O(A) autor(a) usa o termo “sujeito”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Magalhães (2007) não apresenta definição explícita, mas inclui o termo entre as funções sintáticas (ou “papel sintático”, p. 16), os “argumentos necessários dos predicados” (p. 143) e as “relações nucleares principais, isto é, nomes com função sintática de sujeito de predicados verbais (ex. 513), adjetivais (ex. 514) ou nominais (primeiro nome do ex. 518) [...]” (p. 141). A nosso ver, essas expressões não são apenas terminologia, mas meios de conceituar. Seguem-se os exemplos mencionados:

[78] 513. *tapi'ír-a Ø-wyhy' ahá ka'á r-ipí*
 anta-N 3-correr CTF mato R¹-por
 ‘a anta correu (indo) pelo mato’

[79] 514. *i-mymýr-a h-ahý*
 R¹-filho-N R²-doente
 ‘o filho dela está doente’

[...]

[80] 518. *Itaxĩ-a pĩ = Ø-tamỹ-a?*
 Itaxĩ-N 23 = R¹-chefe-N
 ‘Itaxiê (o) chefe de vocês?’

(MAGALHÃES, 2007, p. 141-142)

Magalhães (2007, *passim*) se refere à função de sujeito em diversas ocasiões, como “sujeito”, “sujeito do verbo, seja ele transitivo ou intransitivo”, “sujeito dos predicados intransitivos”, “sujeito da oração”, “sujeito de orações com predicado verbal”, “sujeito de orações equativas”, “sujeito de predicados estativos”, “sujeito de predicados verbais [...], adjetivais [...] ou nominais”, entre outras. As siglas usadas são “sujeitos de intransitivos (S)”, “sujeitos de transitivos (A)”, e “sujeitos Sa e So dos predicados eventivo intransitivos e dos predicados estativos” (a classe dos adjetivos se enquadra nestes últimos). Novamente, ressaltamos que, além de serem termos, revelam posicionamentos teóricos de fundo.

A função de sujeito pode ser exercida por nomes, nomes qualificadores, pronomes independentes, pronomes dependentes, demonstrativo discursivo e demonstrativo espacial. Adicionalmente, “A pessoa e o número do sujeito e do objeto são marcados no verbo por meio de prefixos pessoais ou por meio de prefixos relacionais associados a pronomes dependentes” (MAGALHÃES, 2007, p. 175).

Existem duas situações em que o sujeito não aparece na sentença: elisão (“desde que o contexto discursivo explicita seu referente”, p. 242) e sujeito inexistente (com predicados existenciais (p. 234-235)).

Magalhães (2007) aplica o teste de correferência entre os sujeitos da oração principal e da subordinada tanto para identificar a função de predicado nas equativas (p. 242) quanto para identificar os tipos de orações adverbiais (p. 266). Os predicados nominais, contudo, não apresentam correferência de sujeito (p. 269).

Em Magalhães (2007), não encontramos informações referentes à ordem de constituintes na língua (à exceção de orações subordinadas e predicados nominais). No entanto, Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 87) afirmam que a ordem dos SN é “relativamente livre (mais livre no Apyãwa do que no Guajá)”. Com relação ao Apyãwa, Praça (2007, p. 180) informa que, “Em orações constituídas apenas por sujeito e predicado, o sintagma nominal sempre antecede o predicado”, o que nos leva a crer que a ordem dos SN é mais rígida no Guajá. Magalhães e Mattos (2014, p. 270-271) confirmam essa constatação:

[81] (47) Manã-Ø <ha =Ø-pyhy>
 Manã-N 1.II=R-pegar
 ‘Manã me pegou’

[...]

[82] (48) pape-a <a-pyhy> (jaha)
 papel-N 1.I-pegar eu
 ‘eu peguei o papel’

Tanto os SNs que ocorrem como sujeito em predicados verbais divalentes cujo objeto ocorre por meio de um marcador da série II (ex. 47), quanto os SNs que ocorrem como objeto em predicados verbais divalentes cujo sujeito ocorre por meio de um marcador da série I (ex. 48) são externos ao sintagma verbal e têm função de argumentos, uma vez que têm posição fixa na oração e são obrigatórios (a menos que estejam subentendidos no contexto).

Conforme relatado na questão anterior, Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 88) interpretam o sujeito como sinônimo de argumento externo.

1.2 O(A) autor(a) usa o termo “objeto”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Assim como ocorre com o termo “sujeito”, Magalhães (2007) não apresenta definição explícita, mas inclui “objeto” entre as funções sintáticas (p. 48), os “argumentos necessários dos predicados” (p. 143) e as “relações nucleares principais” (p. 141). A autora se refere à função de objeto em diferentes passagens, como “objeto”, “objeto (O)”, “objeto direto”, “objeto sintático do verbo”, “objeto dos verbos transitivos”, “objeto dos predicados transitivos”, “objeto de predicados dependentes”, “objeto de orações”, “objeto de posposições”, “argumento O”. A função de objeto pode ser exercida por nomes, pronomes, pronomes dependentes, demonstrativos e demonstrativos espaciais. Como visto na questão anterior, “A pessoa e o número do sujeito e do objeto são marcados no verbo por meio de prefixos pessoais ou por meio de prefixos relacionais associados a pronomes dependentes” (p. 175). Em Magalhães (2007), não encontramos informações referentes à possibilidade de omissão de objetos na língua.

Como informado na Questão 1, Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 71) tratam o “objeto de posposição” (ou “complemento de posposições”) como argumento interno da posposição, mantendo a análise de Magalhães e Mattos (2014).

1.3 Quais são os tipos de objeto na língua?

Resposta: Os tipos mencionados são o objeto de verbo, predicado ou oração e o objeto de posições. Como apresentado no subitem anterior, Magalhães (2007) usa as expressões “objeto”, “objeto (O)”, “objeto direto”, “objeto sintático do verbo”, “objeto dos verbos transitivos”, “objeto dos predicados transitivos”, “objeto de predicados dependentes”, “objeto de orações”, “objeto de posições”, “argumento O”.

Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 71), conforme exposto anteriormente, mencionam o “objeto de posposição”, entendido como sinônimo de “complemento de posições”.

2. O(A) autor(a) usa o termo “adjunto”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Magalhães (2007) não apresenta definição explícita, e o termo é usado em poucos trechos da tese. Seguindo a descrição dos advérbios, podemos concluir que a autora interpreta o adjunto como “constituente opcional da oração”, o qual altera o significado do enunciado, mas não o define:

Sintaticamente, os advérbios compartilham a característica de funcionar como adjunto circunstancial, modificando o significado do verbo ou de toda a oração. Eles tendem a ocorrer como constituintes opcionais das orações e não como membros obrigatórios que definem o significado principal do evento, do estado ou da existência de uma entidade. A posição sintática dos advérbios dentro da oração varia muito de acordo com a natureza deles e alguns têm uma considerável flexibilidade de posição. (MAGALHÃES, 2007, p. 36)

Nessa passagem, vemos que Magalhães (2007) trata o advérbio como adjunto circunstancial do verbo ou da oração.

Considerando que o “modo indicativo II” (p. 247) é ativado por advérbios, concluímos que tais constituintes são capazes de promover modificação estrutural significativa na sentença, independentemente do tipo de predicado (p. 247).

Magalhães (2014, p. 314) reforça a perspectiva de que adjuntos são opcionais: “O pronome independente *jaha* ‘eu’ é um adjunto e, portanto, é opcional e não exerce a função de argumento do núcleo do predicado existencial”.

Magalhães (2014, p. 324) afirma que o SN que coocorre correferencialmente a outra marca de argumento é considerado “adjunto correferencial”: “O SN ou o pronome independente que pode coocorrer correferencialmente com a marca pessoal que expressa o agente ou paciente é considerado um ‘adjunto correferencial’ (nomenclatura sugerida em comunicação pessoal por Francesc Queixalós)”.

Magalhães e Mattos (2014, p. 268) afirmam que um SN pode ser argumento ou adjunto: “Os SNs que ocorrem nos diferentes tipos de predicados expressando os participantes do

evento, estado ou predicando a existência de uma entidade podem ter *status* de argumento interno, argumento externo ou adjunto correferencial”. E esclarecem que esta última terminologia se refere a pronomes que reforçam a marca do argumento:

No Guajá, “adjunto correferencial” refere-se aos adjuntos pronominais que ocorrem opcionalmente com a função de reforçar a expressão do argumento expresso por uma marca de 1ª ou 2ª pessoa, e nos casos em que a expressão do argumento é uma marca de 3ª pessoa, com a função de especificar a identidade desse argumento. (MAGALHÃES; MATTOS, 2014, p. 268).

Por sua vez, Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 159) classificam os SN de “adjuntos correferenciais”, definidos como “elementos periféricos”. A mesma terminologia é mantida em Cruz, Magalhães e Praça (2019). Assim, Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 76) e Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 159) defendem que a função de argumento é expressa pela marca de pessoa no verbo, não pelos SN, os quais atuariam como “adjunto correferencial”. Para as autoras,

No caso do Tupinambá, do Apyãwa e do Guajá, o núcleo do predicado expressa seus argumentos por meio de índices de pessoa, de modo que os sintagmas nominais, sempre opcionais, são interpretados por nós como adjuntos correferenciais, isto é, elementos periféricos cuja função é apenas esclarecer a referência dos índices pessoais, que são os verdadeiros argumentos. (MAGALHÃES; PRAÇA; CRUZ, 2019, p. 159)

Ressaltamos elemento chave nessa análise, referente ao conceito de adjunto, o qual, para as autoras, está diretamente relacionado à noção de “periférico”, não central, não nuclear. Contudo, as pesquisadoras não fazem menção à possibilidade de tais SN acionarem o indicativo II, o que, em conjunto com a leitura de obras prévias sobre o Guajá, revela que os SN em posição pré-verbal não acarretam mudanças no verbo. Adicionalmente, as autoras não informam se o teste do deslocamento de advérbios ou construções adverbiais para o início da sentença continua a ser critério seguro para identificar adjuntos. Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 88) afirmam, contudo, que nem todos os SN do Guajá podem ser tratados como adjunto correferencial: “o pequeno conjunto de verbos intransitivos estativos que não ocorre mais com a série não ativa somente pode expressar seu argumento único por meio de SN”.

Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 79) recorrem à nominalização como critério para fazer da expressão adverbial um argumento: “as expressões adverbiais não acessam primariamente a função de argumentos e, para desempenhar tais funções, devem ser nominalizadas”. Segundo essa análise, a nominalização atesta o limite entre as expressões adverbiais e os chamados “argumentos nucleares”, em uma perspectiva de categorização baseada nas condições necessárias e suficientes. Embora as CNS estejam implícitas, o termo

“argumentos nucleares” suscita uma questão: haveria argumentos não nucleares na língua, isto é, argumentos com propriedades menos nucleares que outros? Na perspectiva escalar e prototípica que propomos, a resposta é afirmativa.

2.1 O(A) autor(a) usa algum termo semelhante a “adjunto”, tal como “adverbial”, “circunstante”, “circunstancial”, “periférico”, etc.? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Além dos termos “adjunto circunstancial”, “complementos circunstanciais da oração”, “circunstante” (terminologia atribuída a Tesnière (1959)) e “constituente opcional da oração”, Magalhães (2007) cita “tema nominal de circunstância” e “orações adverbiais de circunstância”.

Os usos de “adverbial” são adjetivos: “construção com semântica adverbial”, “construção adverbial”, “complemento adverbial”, “função adverbial”, entre outros. Ou seja, em vez de empregar o termo “adverbial” como macroclasse gramatical, conforme usado em outras obras que tratam da família tupí-guaraní, Magalhães (2007) recorre à expressão “construção adverbial”. Como informado na Questão 1, Magalhães (2007) emprega a terminologia “complemento adverbial” para dois constituintes diferentes: o nome marcado por sufixo de “caso semântico” (p. 138) e o SP que ocorre com a partícula-predicado *naha'új*.

Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 42) utilizam o termo “expressões adverbiais” como sinônimo de sintagmas adverbiais e sintagmas posposicionais. Em relação ao “modo circunstancial”, as autoras atribuem o termo a Rodrigues (1996/2013), Praça (1999) e Seki (2000a), porém interpretam o fenômeno “como um tipo particular de nominalização” (p. 40-41).

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 159) usam o termo “periféricos” para se referir aos “adjuntos correferenciais” e associam ambos à noção de opcionalidade. A expressão “circunstante” é usada na expressão “circunstantes locativos” (p. 173).

Como informado nas Questões 1 e 2, Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 76) empregam o termo “adjunto correferencial” para se referir “aos adjuntos pronominais ou nominais que ocorrem, opcionalmente, com a função de: I) reforçar a expressão do argumento expresso por uma marca de 1ª ou 2ª pessoa, e II) especificar a identidade do argumento expresso por uma marca de 3ª pessoa”. Embora o debate sobre a classificação dos SN como adjuntos correferenciais não se inclua no escopo desta dissertação, nos reportamos a eles para expor a visão das pesquisadoras sobre adjuntos, que são considerados opcionais (p. 79).

3. O(A) autor(a) usa o termo “oblíquo”? Em caso afirmativo, como o define?

Resposta: Sim. Magalhães (2007) usa o termo apenas três vezes, em uma das quais entre aspas, na expressão “ ‘argumento oblíquo’ ” (p. 197), atribuída a Mithun (1984). Em nossa interpretação, ao adotar essa terminologia, Magalhães (2007) revela que os oblíquos são mais centrais em uma possível escala de nuclearidade, isto é, estão mais próximos dos argumentos, embora a pesquisadora não adote a perspectiva escalar de modo explícito. Nos demais usos de “oblíquo”, embora não apresente definição explícita, a pesquisadora dá a entender que:

- a) o papel semântico de agente é incomum à “posição de oblíquo”: “Este participante [SP em causativa], **apesar de passar a uma posição de oblíquo**, continua exercendo o papel semântico de agente do núcleo verbal” (p. 206, grifos nossos); e
- b) o oblíquo ou exerce função menos relevante, ou não interfere diretamente na estrutura (p. 221): “É provável que, em Guajá, o argumento em função de A nunca ocorra neste tipo de nominalização [verbos nominalizados com $-py(r) \sim -pe(r)$], nem como um oblíquo”.

Os exemplos de oblíquos apresentam constituintes posicionados na extremidade direita dos enunciados, todos em SP com a posposição *-pe* ‘para’, a qual “indica o destinatário ou a causa” (p. 57), também chamado de “recipiente” (p. 18).

4. O(A) autor(a) usa o termo “predicado”? Em caso afirmativo, o define em termos de informação sobre um sujeito (Aristóteles) ou em termos lógicos (Frege)?

Resposta: Sim, o termo é empregado centenas de vezes. Magalhães (2007) não apresenta definição explícita, porém, ao descrever as “partículas-predicado”, explica que essas partículas “são também predicados, pois têm a particularidade de exigirem um argumento” (p. 73-74). Deste modo, para a autora, ser predicado significa selecionar argumento, o que entendemos como uma concepção fregeana do termo, reforçada pela afirmação de que existem “os argumentos necessários dos predicados, isto é, sujeito e objeto direto” (p. 143).

Ainda em relação à definição do termo, destacamos a afirmação de que “nas construções existenciais o predicado é um todo monovalente, desprovido de sujeito, tendo como núcleo um nome com ou sem determinante” (p. 234), o que sugere a possibilidade de todo o predicado, não apenas seu núcleo, possuir transitividade (exemplos 83 (833) e 84 (834)). No entanto, ao mencionar “predicados intransitivos” e “predicados transitivos”, entendemos que Magalhães (2007) se refere à transitividade do núcleo do predicado.

- [83] 833. *tapi'í*
 anta
 'tem anta' (lit. 'anta (existe)')
- [84] 834. *ha = r-a'y*
 1 = R¹-filho
 'eu tenho filho' (lit. 'meu filho (existe)')

(MAGALHÃES, 2007, p. 235)

Existem quatro tipos de predicados no Guajá: transitivos, intransitivos (eventivos e estativos), existenciais e estativos (p. 228). Os tipos de predicado são diferenciados com base na semântica (eventivos, estativos, existenciais e equativos (p. VII)), na classe gramatical (adjetivos, nomes e verbos (p. 24)) e nos paradigmas de pessoa (prefixos pessoais e pronomes dependentes (p. 228)). Magalhães (2007, p. 229) descreve também a cisão dos predicados intransitivos conforme prefixos pessoais (predicado verbal) e pronomes dependentes (predicado adjetivo).

As três classes de palavras (adjetivos, nomes e verbos) têm função predicativa primária, ou seja, “exercem função de predicado, sem cópula ou qualquer outro recurso morfossintático” (p. 13). Assim, afirma que, “para exercer função de argumento, as raízes verbais e adjetivais devem ser marcadas” (p. 29). Isso não ocorre com os nomes, que prescindem de marcação na função argumental. Diferentemente dos verbos (p. 19), os nomes tendem a ocorrer como argumento, apesar de serem predicado primariamente (p. 17).

Em predicados nominais equativos, chama atenção o fato de o predicado ser marcado com o sufixo nominal {-a} (p. 141, 240). Em sentido oposto, “os temas nominais não marcados com o sufixo -a constituem predicados existenciais” (p. 144).

Nos predicados instituídos pelas três classes, podem ocorrer, igualmente, os seguintes morfemas: demonstrativo discursivo *a'é* (p. 65); sufixo de nominalização *-ma'á* (p. 213); e negação formada pelo “proclítico $n = \sim ni = \sim nV$ = associado ao sufixo *-í ~ -j ~ -k'*”, o qual interpretamos como morfema descontínuo, porém Magalhães (2007) não emprega essa análise (p. 280).

Com relação à ordem dos constituintes, os predicados nominais tendem a apresentar o predicado antes do nome, ambos marcados com o sufixo nominal *-a* (p. 239). Nas sentenças com orações subordinadas, a oração principal sempre aparece antes das orações nos modos gerúndio (p. 268), subjuntivo (p. 270) ou consecutivo (p. 273).

Magalhães (2014, p. 326) apresenta definição de predicado fregeano e sua relação com valência:

Aqui, nos inspiramos na interpretação que Queixalós (2001) apresenta para explicar a valência nominal em Katukina. A noção de valência está relacionada à noção de

predicado freguiano, isto é, a quantas vagas de argumento uma noção léxica possui (e não à noção de transitividade).

Em Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 52) e nos dois artigos das mesmas autoras de 2019, afirmam que as expressões adverbiais, incluídos os SP, podem atuar como predicado. Como tal, “os predicados adverbiais podem ser monovalentes [...] ou divalentes”. A partir dos trechos seguintes, é possível compreender que “predicado” é definido em sentido freguiano: “os predicados adverbiais podem ser monovalentes [...] ou divalentes”; “os sintagmas adverbiais e posposicionais são capazes de predicar e, como predicados, exigem argumentos” (p. 52).

Magalhães (2019, p. 899) mantém o posicionamento de que expressões adverbiais podem predicar:

É possível observar, assim, o mesmo comportamento morfossintático entre verbos eventivos (1), verbos estativos (2), nomes (3) e expressões adverbiais (4), ou seja, todos eles podem exercer primariamente a função de predicado sem o acréscimo de qualquer morfologia derivacional ou cópula, apesar de nomes serem mais usados como argumentos, verbos como predicados e expressões adverbiais como adjuntos.

Destacamos, nesse trecho, a extensão sintática das expressões adverbiais: de predicado a adjunto.

5. Adposições ocorrem com quais morfemas? Qual a ordem deles?

Resposta: Segundo Magalhães (2007), as posposições ocorrem com demonstrativos, nomes, nomes dêiticos de posição, pronomes, pronomes dependentes (os quais “constituem elementos clíticos de sintagmas”, p. 49), pronome pessoal dependente de terceira pessoa plural *wỹ*, partícula interrogativa *mō*, prefixos relacionais, prefixo reflexivo/recíproco *i- ~ j- ~ ij- ~ je-*, sufixo *-(a)há(r)-* ‘afixo nominalizador’ e, “em casos bem específicos, alguns verbos” (p. 54). Além disso, os determinantes podem ser verbos ou adjetivos nominalizados, formando orações adverbiais nominalizadas (“As orações adverbiais assim constituídas exprimem as relações próprias das respectivas posposições”, p. 264). Em relação aos prefixos relacionais, a autora informa que “As posposições constituem a única classe funcional que se flexiona com prefixos relacionais” (p. 54).

Magalhães (2007, p. 62) afirma que demonstrativos podem ser núcleo das construções posposicionadas, embora a nuclearidade não esteja clara em alguns exemplos¹³³:

¹³³ Magalhães (2007, p. 138) afirma que as posposições são os elementos nucleares do SP: “[...] posposições, que, além de serem acentuadas, constituem núcleos dos sintagmas em que ocorrem e são flexionadas pelos prefixos relacionais”.

Os demonstrativos podem ser núcleos de construções adverbiais locativas quando marcados com o sufixo locativo *-pe ~ -p* (exs. 166-168) ou quando determinantes de posposições locativas (ex. 169):

[...]
 [85] 169. *ara-kwá kwé r-ipí*
 13-passar ali (próximo) R¹-por
 ‘passamos por ali (pelo igarapé)’

Análise similar é feita aos nomes dêiticos de posição “Os nomes dêiticos de posição [...] constituem núcleos de construções adverbiais” (p. 155).

De acordo com a autora, os seguintes morfemas atuam sintaticamente como “determinante de posposições” (p. 48): demonstrativos, nomes, pronomes e “alguns verbos” (p. 54).

Quanto à ordem dos morfemas, os exemplos evidenciam que todos ocorrem à esquerda das posposições (à exceção do sufixo nominalizador *-(a)há(r)*).

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 168) propõem que “A série II de marcadores pessoais também ocorre com posposições em todas as línguas da família possivelmente porque, com muita frequência, as adposições têm sua origem em nomes”. Tais marcadores são interpretados pelas autoras como argumento interno das posposições (p. 167).

5.1 Adposições ocorrem com argumento interno oracional?

Resposta: Sim, diferentemente do que identificamos no Kamaiurá e no Apyãwa. Magalhães (2007, p. 53-54) informa que:

As posposições seguem-se aos determinantes e flexionam-se segundo estejam contíguas ou não a estes dentro do sintagma posposicional do qual são núcleos. Tais determinantes podem ser nomes (ex. 120), pronomes (ex. 121), demonstrativos (ex. 122) ou, em casos bem específicos, alguns verbos (ex. 123).

[...]
 [86] 123. *jahá ni = n-ixá ha = Ø-keré r-ipí¹⁹*
 eu 2 = R¹-ver 1 = R¹-dormir R¹-por
 ‘eu te vi no meu sonho’ (lit. ‘eu te vi pelo meu dormir’)

Ressaltamos, entretanto, que a mesma estrutura do exemplo 86 (123) aparece com verbo nominalizado, conforme esclarecimento a seguir¹³⁴:

Um outro informante prefere a formulação da mesma oração com a forma nominalizada do verbo:

¹³⁴ No exemplo 88 (951), o verbo *kere* ‘dormir’ também foi nominalizado para ocorrer com o sufixo de caso locativo:

[88] 951. *nĩ = n-ixá ha = Ø-kere-há-p araká*
 2 = R¹-ver 1 = R¹-dormir-NZR-LOC AT1
 ‘eu te vi durante a minha dormida’

(MAGALHÃES, 2007, p. 265)

[87] *jahá ni = n-ixá ha = Ø-kere-há r-ipí*
 eu 2 = R¹-ver 1 = R¹-dormir-NZR R¹-por
 ‘eu te vi pelo meu dormir’

(MAGALHÃES, 2007, p. 54)

Adicionalmente, como informado na questão anterior, as posposições do Guajá podem ocorrer com “orações adverbiais nominalizadas” (p. 264). Tais nominalizações, demonstradas nos exemplos 89 a 91 (946 a 948), ligam-se às posposições por meio do sufixo relacional, porém não apresentam o sufixo nominal *-a*:

[89] 946.
nijã ani-’ĩ tá Sãluí-pe ni=Ø-jahó-a-e r-ehé
 você 2-dizer PROJ São.Luis-LOC 2=R¹-ir-NZR-RET R¹-sobre
 ‘você vai falar sobre a sua ida a São Luís’

[90] 947.
a-kijé are=Ø-manũ-tá-há r-íá
 1-temer 13=R¹-morrer-PROSP-NZR R¹-de
 ‘eu tive medo que nós morrêssemos’

[91] 948.
a’é Ø-mumu’ũ tá i-mymý Ø-iwe-á-e r-ehé
 DEM 3-contar PROJ R²-filho R¹-sedento-NZR-RET R¹-sobre
 ‘ela vai contar sobre a sede do filho dela’

(MAGALHÃES, 2007, p. 264)

6. Existem semelhanças entre adposições, nomes e verbos? Em caso afirmativo, quais são elas?

Resposta: Sim. De acordo com Magalhães (2007), as posposições ocorrem com prefixos relacionais, pronomes dependentes, o pronome pessoal dependente de terceira pessoa plural *wỹ*, o prefixo reflexivo/recíproco *i-* e o sufixo nominalizador *-(a)há(r)*. Quando nominalizadas, podem receber o sufixo de negação *-y’yım- ~ -’ým- ~ -’ỹ*. Em relação a tais morfemas, identificamos que:

- adjetivos, nomes, posposições e verbos recebem prefixos relacionais, se subdividem em duas classes (p. 55) e ocorrem com pronomes dependentes (p. 49);
- nomes, núcleos de orações dependentes e posposições ocorrem com o pronome pessoal dependente de terceira pessoa plural *wỹ* (p. 51);
- nomes dêiticos de posição, posposições e verbos ocorrem com o prefixo reflexivo/recíproco *i-* (p. 183-185);
- na classe II dos prefixos relacionais, adjetivos, posposições e verbos só ocorrem com a classe IIa (p. 130);
- advérbios, nomes com locativo, posposições e verbos ocorrem com o sufixo nominalizador *-(a)há(r)* (p. 210-211); e
- o sufixo de negação *-y’yım- ~ -’ým- ~ -’ỹ* é o mesmo para as palavras nominalizadas (p. 208).

Para nós, o isomorfismo verificado entre os sintagmas nominal, posposicional e verbal é indicativo de que o constituinte SP pode ser mais nuclear no Guajá.

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 169) interpretam o isomorfismo como “marcação transcategorial de argumento interno”. A mesma análise é mantida por Cruz, Magalhães e Praça (2019), ao tratarem da morfologia transcategorial.

7. Como o(a) autor(a) descreve sintaticamente os sintagmas adposicionais?

Resposta: Magalhães (2007, p. 53) afirma que os SP funcionam como “complementos circunstanciais da oração”. Conforme indicado na Questão 1, o termo “complemento” é usado para fazer referência a constituinte ora mais adjunto, ora mais argumento. Em relação aos SP, verificamos uso mais próximo ao de adjunto, diferentemente do que ocorre na expressão “complemento translativo”. Todavia, registramos que o termo “complemento” foi empregado no lugar de “adjunto”, o que pode revelar constituinte mais necessário à construção. O termo “circunstancial” indica que os SP expressam circunstâncias, a exemplo de espaço e tempo (p. 138). Por fim, a escolha de “oração” revela que os sintagmas não são complemento de um constituinte específico, como um verbo ou um nome, mas da oração ou mesmo do predicado.

Magalhães (2007, p. 36-40) também refere o SP que funciona como advérbio ou “advérbio complexo”, atuando sintaticamente como “adjunto circunstancial da oração”. Nessas passagens, a autora parece mostrar relação de sinonímia entre “complemento” e “adjunto”, diferentemente do que ocorre ao empregar “complemento translativo”. Entendemos que as posposições locativas usadas como numerais ordinais exercem essa função de “adjunto circunstancial da oração”, pelo fato de formarem construções adverbiais (p. 47).

Ao fornecer exemplo com SP (92 (54)) e, em outro trecho, afirmar que “O modo indicativo II [...] tem sua ocorrência condicionada à presença de advérbios ou construções adverbiais topicalizados em posição inicial na oração independente”, Magalhães (2007, p. 247) trata o SP como um tipo de advérbio ou construção adverbial (ou, ao menos, entende que fazem parte do mesmo paradigma sintático).

[92] 54. *terẽ Ø-pepé ha-xá-ni*
 trem R¹-dentro R²-ver-INDII
 ‘dentro do trem (ele) (a) viu’

(MAGALHÃES, 2007, p. 36)

As demais funções atribuídas às posposições são “complemento” (não nuclear) de verbo transitivo (p. 187); “complemento indireto” de adjetivo (p. 169-170) e de verbo intransitivo (p. 189); “complemento”, em “posição de oblíquo”, nas estruturas causativas (p. 206-207); e “complemento locativo” ou “adjunto locativo” quando nominalizadas (p. 210-211).

Em Praça, Magalhães e Cruz (2017) e nos dois artigos de 2019, das mesmas autoras, consideram que os sintagmas adverbiais em função de predicado podem ser monovalentes ou divalentes. A série não ativa de marcadores pessoais (série II) é vista como “como aquela cuja função é expressar argumentos internos tanto de predicados verbais quanto de não verbais” (CRUZ; MAGALHÃES; PRAÇA, 2019, p. 71). Por sua vez, Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 174) interpretam o prefixo relacional como “marca de adjacência”. Cruz, Magalhães e Praça (2019, p. 91) mantêm a análise e o glosam como LK ‘*linker*’.

8. O(A) autor(a) propõe algum critério sintático ou identifica alguma propriedade sintática para diferenciar argumentos e adjuntos?

Resposta: Não encontramos menções explícitas a testes sintáticos, porém os adjuntos são capazes de promover modificação estrutural significativa na sentença quando deslocados para a posição inicial. Embora a ativação do indicativo II possa ser tratada como teste, parece que o indicativo II é pouco produtivo com os SP: dos cerca de trinta exemplos fornecidos, a maioria é condicionada pela anteposição de partículas, e apenas dois contêm SP (considerados “construções adverbiais”, p. 36). Adicionalmente, notamos que os exemplos de Magalhães (2007) mostram os SP quase sempre à direita, na posição final da sentença. Assim, deduzimos que essa posição seja típica e tipificadora de adjuntos.

De acordo com a Questão 2, concluímos que a autora interpreta os adjuntos como “constituintes opcionais da oração”, o que os distingue de “membros obrigatórios” (p. 36) ou argumentos nucleares (A, S e O, conforme p. 147).

Magalhães (2007, p. 36, grifos nossos), indiretamente, apresenta definição dos “membros obrigatórios”, os quais interpretamos como argumentos em sua obra: “**definem** o significado principal do evento, do estado ou da existência de uma entidade” (não fica claro para nós como definir “o significado principal do evento”). Os adjuntos, por sua vez, apenas “**modificam** o significado do verbo ou de toda a oração”. Com base nesses critérios, consideramos que, se um evento transitivo causativo tiver em seu significado básico a previsão de um agente direto (SP), este teria traço [+ARGUMENTO]. Similarmente, os SP “recipiente” ou “destinatário” do verbo “dar” e os locativos com afixo de caso seriam mais centrais do que periféricos, uma vez que são demandados pelo verbo e guardam relação semântica com ele, contribuindo para a **definição** do seu significado, se empregarmos o termo de Magalhães (2007, p. 36).

Com base na análise da autora, o critério para a distinção entre argumento e adjunto é também semântico, pois a diferença entre as categorias se situa entre “**definir** o significado

principal do evento” (+ARGUMENTO) e “**modificar** o significado do verbo” (+ADJUNTO) (2007, p. 36, grifos nossos).

Conforme abordado anteriormente, Magalhães, Praça e Cruz (2019) destacam o caráter opcional e periférico dos chamados adjuntos correferenciais. Cruz, Magalhães e Praça (2019) distinguem os argumentos dos adjuntos formados por SN com base na ordem livre destes e na inexistência de marcação de caso. Como informado na Questão 2.1, neste último artigo, as pesquisadoras reforçam a noção de que adjuntos são opcionais (“como qualquer adjunto, é opcional”, p. 79). Novamente, por não se incluir no escopo desta dissertação, mantemos fora do debate a classificação dos SN como adjuntos correferenciais.

9. Há sintagmas adposicionais envolvidos com estruturas aplicativas? Em caso afirmativo, como se comportam sintaticamente?

Resposta: Magalhães (2007) não faz menção ao termo “aplicativa”. A busca por expressões congêneres, como “alçamento” ou “promoção a objeto”, confirmou a ausência desse tipo de dado ou operação de valência em suas análises¹³⁵.

10. O que diferencia os sintagmas adposicionais de outros sintagmas?

Resposta: Apesar de as posposições serem “a única classe funcional que se flexiona com prefixos relacionais” (MAGALHÃES, 2007, p. 54), não há características exclusivas dos SP no Guajá¹³⁶. Eventuais peculiaridades são compartilhadas com algum outro sintagma, a exemplo das construções adverbiais, que acionam o indicativo II. Conforme Magalhães (2007, p. 247), lembramos que “Nesta língua ele ocorre com todos os tipos de predicado, desde que o sujeito seja de terceira pessoa”. Assim, como informado nas Questões 5, 6 e 7, não encontramos elementos exclusivos dos SP no Guajá.

11. Sintagmas adposicionais estão envolvidos em algum processo particular de focalização ou topicalização com implicações estruturais específicas? Em caso afirmativo, especifique.

Resposta: Sim. De acordo com Magalhães (2007, p. 36), “As construções adverbiais, quando em posição inicial de sentença precedendo um predicado com sujeito de terceira pessoa,

¹³⁵ Uma hipótese para explicar a inexistência de SP em estruturas aplicativas pode ser a maior centralidade dos SP nas três línguas pesquisadas. Ou seja, talvez não precisem ser promovidos a uma função mais argumental.

¹³⁶ A nosso ver, o fato de se flexionarem com prefixos relacionais coloca as posposições em paradigma semelhante a nomes e verbos.

condicionam a ocorrência do núcleo do predicado no modo indicativo II”. Entre as construções adverbiais, podemos citar aquelas que são nominalizadas com o morfema *-hár-*, como advérbios e posposições (p. 210), e as palavras marcadas com o sufixo locativo *-pe*, como nomes e demonstrativos.

Além das construções adverbiais, o indicativo II é acionado por partículas de posição inicial (p. 72). Todavia, a partícula interrogativa *mõ* não altera o predicado quando aparece repetida no fim da oração (p. 80). Esse fato, a nosso ver, pode indicar uso pragmático do indicativo II no Guajá.

Magalhães (2007, p. 247) informa que o indicativo II independe do tipo de predicado, o qual passa a receber um prefixo relacional e o sufixo *-ri ~ -ni*: “Nesta língua ele ocorre com todos os tipos de predicado, desde que o sujeito seja de terceira pessoa”.

Como informado na Questão 2.1, Praça, Magalhães e Cruz (2017, p. 41) interpretam o modo indicativo II “como um tipo particular de nominalização”. As autoras informam que o fenômeno ocorre com “expressões adverbiais deslocadas para a primeira posição da sentença”. Em outras palavras, para essa nominalização ocorrer, não basta que a expressão adverbial seja posicionada à esquerda do verbo, ela deve estar no início da sentença.

12. Há adposições multifuncionais com função pragmática para além da função sintática que normalmente exercem? Em caso afirmativo, especifique.

Resposta: Aparentemente, sim. Em nossa análise, os exemplos 93 (615), 94 (837) e 95 (936), todos com a posposição *-pé* ‘para’, não se prestam a uso meramente dativo, mas podem indicar função pragmática, imprimindo modalização pessoal nas afirmações.

[...] há alguns adjetivos que admitem complemento indireto, marcado por posposição

[93] 615. *i-páj iha=Ø-pé*
R²-pesado 1=R¹-para
‘é pesado para mim’

(MAGALHÃES, 2007, p. 170)

[94] 837.

Ø-mynyhỹ ka'á r-ipí Ø-watá-há-Ø ihá Ø-pé
R²-ruim mato R¹-por R¹-andar-NZR-N eu R¹-para
‘é ruim para mim andar pelo mato’ (lit. ‘é ruim a andação pelo mato para mim’)

(MAGALHÃES, 2007, p. 236)

[95] 936. *Ø-manyhỹ ka'á r-ipí Ø-wata-há-Ø iha=Ø-pé*
R²-ruim mato R¹-por R²-andar-NZR-N eu=R¹-para
‘é ruim para mim andar pelo mato’

(MAGALHÃES, 2007, p. 262)

13. Quais papéis semânticos são expressos pelos sintagmas adposicionais?

Resposta: Conforme previsto na literatura teórica, as posposições são polissêmicas e, de acordo com Magalhães (2007), podem expressar os seguintes papéis semânticos: 1. *-pepé* ‘inessivo’ ou ‘instrumental’; 2. *-pamê* ‘comitativo’; 3. *-pyry* ‘adessivo’; 4. *-pé ~ -ipé ~ -mé* ‘destinatário’ ou ‘causa’; 5. *Ø-kytyry* ‘alativo’; 6. *-iá ~ -ajá* ‘ablativo’; 7. *-ehé*, ‘localização’, ‘associação’ ou ‘relação’; 8. *-ipí ~ -apí* ‘perlativo’ (espaço ou tempo) ou ‘locativo difuso’; 9. *-aké* ‘localização próxima’; e 10. *-awáj* ‘lado oposto’. Ressaltamos que o SP nucleado pela posposição *-pé* também atua como agente direto de causativa de verbos transitivos.

Assim, identificamos SP com papel de alvo (destinatário, beneficiário, “recipiente”), causa, fonte (ablativo), instrumento, assunto, locativo, entre outros. Existem ainda SP com papel de agente direto em estruturas causativas (exemplos 96 (731) e 97 (733)), além de adjuntos circunstanciais na função de agente (“a expressão do agente, opcional, ocorre como adjunto circunstancial”), mas sem exemplos (MAGALHÃES, 2007, p. 73).

[96] 731.

kamará-Ø kahú r-apé-a Ø-xak-aká awá Ø-wanihã-kér-a Ø-pé
 índio-N carro R¹-caminho-N 3-ver-CAUS Guajá R¹-homem-COL-N R¹-para
 ‘os índios mostraram a estrada para os homens Guajá’

[...]

[97] 733.

jahá ’y-a a-’u-ká kará i-we-ma’á-ké Ø-pé
 eu água-N 1-ingerir-CAUS não-índio R²-sedento-NZR-RET R¹-para
 ‘eu fiz beber água ao não-índio que estava com sede’

(MAGALHÃES, 2007, p. 207)

13.1 Existe sintagma adposicional com função de agente, paciente, recipiente ou algum outro papel semântico translinguisticamente associado a argumento? Qual(is)?

Resposta: Sim. A seguir, acrescentamos, entre parênteses, o número dos exemplos fornecidos por Magalhães (2007), seguido pela posposição usada no enunciado. Existem SP com função de agente em estruturas causativas (731 *-pé*, 733 *-pé*), adjuntos circunstanciais na função de agente (“A expressão do agente, opcional, ocorre como adjunto circunstancial” (MAGALHÃES, 2007, p. 73)) e SP com função de destinatário, beneficiário e “recipiente” (p. 18), a exemplo de construções com os seguintes verbos: *-ĩ* ‘dizer’ (648 *-pé*, 946 *-ehé*, 1004 *-pamê*), *-ma’í* ‘perguntar/falar/pedir’ (88 *-pé*, 270 *-pé*, 533 *-pé*, 750 *-pé*), *-amakáj* ‘chamar/gritar por’ (183 *-pé*), *-maká* ‘rir’ (649 *-ehé*, 680 *-ehé*), *-jamaká* ‘cuidar’ (153 *-ehé*, 766 *-ehé*), *-manõ* ‘dar’ (134-136 *-pé ~ -ipé ~ -mé*, 442 *-pé*, 671 *-pé*, 998 *-pé*), ‘enviar’ (300 *-pé*, 757 *-pé*), colocar (670 *-ehé*), *-mũ* ‘dar’ (292 *-pé*).

Em quase todos os exemplos, a posposição mais usada é *-pé* (*-pé* ~ *-ipé* ~ *-mé* ‘destinatário’, ‘causa’) ou *-ehé* ‘localização’, ‘associação’, ‘relação’.

13.2 Há adposições distintas para expressar lugar, meta e fonte? Especifique.

Resposta: Sim. Conforme Magalhães (2007), existem diferentes posposições que exprimem noções locativas, como: *-pepé* ‘inessivo’, *-pyry* ‘adessivo’, *-ehé* ‘localização em cima’, *-ipí* ~ *-apí* ‘perlativo’ ou ‘localização difusa’, *-aké* ‘localização próxima’ e *-awáj* ‘lado oposto’. Quanto aos papéis semânticos de meta e fonte, identificamos: \emptyset -*kytyry* ‘alativo’ e *-iá* ~ *-ajá* ‘ablativo’. Como resumido na Seção 4.3 desta dissertação, as três línguas em análise confirmam essa tipologia.

13.3 Há alguma posposição que desempenha múltiplas funções sintático-semânticas?

Em caso afirmativo, especifique a posposição e liste suas funções.

Resposta: Sim. De acordo com Magalhães (2007), existem quatro posposições que exercem mais de um papel semântico, quais sejam: 1. *-pepé* ‘inessivo’ ou ‘instrumental’; 2. *-pé* ~ *-ipé* ~ *-mé* ‘destinatário’ ou ‘causa’; 3. *-ehé*, ‘localização’, ‘associação’ ou ‘relação’; e 4. *-ipí* ~ *-apí* ‘perlativo’ (espaço ou tempo) ou ‘locativo difuso’¹³⁷. Como informado na Questão 13, o SP nucleado pela posposição *-pé* também atua como agente direto de causativa de verbos transitivos.

14. Há adposições derivadas? Em caso afirmativo, apresentam alguma particularidade frente ao conjunto das demais adposições? Especifique e informe percurso diacrônico, se possível.

Resposta: Aparentemente, há uma posposição derivada. Conforme Magalhães (2007, p. 61), a posposição da classe II *-aké* ‘localização próxima’ “associada, provavelmente, à partícula *até* ‘realmente’, resultou na forma *-akaté* que indica que o referente está realmente próximo”. Com base no exemplo fornecido, não identificamos particularidades em relação às demais posposições.

[98] 163. \emptyset -*ikú* *Awaré* *r-ipá* *r-akaté*
3-ficar Auré R¹-casa R¹-realmente.perto
‘ficou realmente perto da casa dos Auré’

(MAGALHÃES, 2007, p. 61)

¹³⁷ As ocorrências são parecidas com o que foi visto no Ayāwa, em que também há quatro posposições com mais de um papel semântico: 1. *we* ‘destinatário’, ‘benefactivo’, ‘causado’, ‘complementação de relação’; 2. *wi* ‘ablativo’, ‘comparativo de superioridade’; 3. *ee* ‘superessivo’, ‘complemento determinativo de matéria’, ‘por causa de’, ‘sobre, a respeito’; e 4. *pype* ‘inessivo’, ‘ilativo’.

A respeito do percurso diacrônico, como informado na Questão 5, Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 168) afirmam que “A série II de marcadores pessoais também ocorre com posposições em todas as línguas da família possivelmente porque, com muita frequência, as adposições têm sua origem em nomes”. As autoras não fornecem exemplos ou detalhes adicionais desse caminho diacrônico.

15. Sintagma adposicional com função de argumento apresenta tamanho diferente de sintagma adposicional com função de adjunto?

Resposta: De acordo com o entendimento de Magalhães (2007), os SP do Guajá atuam em construções adverbiais, na função de circunstancial, o qual é chamado de “complemento” (p. 53) ou “adjunto” (p. 36-40) da oração.

No entanto, se extrapolarmos essa análise e recorrermos às situações em que os SP podem ser interpretados como [+ARGUMENTO], a exemplo daqueles que expressam papéis semânticos translinguisticamente associados a argumento, como informado na Questão 13.1, o SP tende a ser nucleado pela posposição *-pé ~ -ipé ~ -mé* ‘destinatário’, ‘causa’, a menor do Guajá, ou pela posposição *-ehé* ‘localização’, ‘associação’, ‘relação’. As demais posposições costumam ser maiores que essas (*-pepé* ‘inessivo’ ou ‘instrumental’; *-pamẽ* ‘comitativo’; *-pyrý* ‘adessivo’; \emptyset -*kytyrý* ‘alativo’; *-iá ~ -ajá* ‘ablativo’; *-ipí ~ -apí* ‘perlativo’ (espaço ou tempo) ou ‘locativo difuso’; *-aké* ‘localização próxima’; *-awáj* ‘lado oposto’). Considerando que as posposições mais extensas tendem a ser adjunto, poderíamos questionar se a extensão estaria correlacionada a sua função sintática, o que, em caso afirmativo, contribuiria para a proposta de Haspelmath (2019a).

15.1 Papéis alativos são expressos por marcação zero ou por adposições fonologicamente menores que as usadas para expressar papéis ablativos?

Resposta: Não. Segundo Magalhães (2007), no Guajá, temos *-kytyrý* ‘alativo’, e *-iá ~ -ajá* ‘ablativo’, ou seja, contrário à tendência exposta por Haspelmath (2019a), ao menos em relação às posposições.

15.2 Papéis instrumentais são expressos por marcação zero ou adposições fonologicamente menores que as usadas para expressar papéis comitativos?

Resposta: Não. O papel instrumental é expresso pela posposição *-pepé* ‘instrumento’, e o papel comitativo, pela posposição *-pamẽ* ‘comitativo’. Ou seja, os papéis são expressos por posposições de tamanhos equivalentes, diferentemente do que propõe Haspelmath (2019a).

16. Há afixos de caso com função semelhante à desempenhada pelas adposições? Em caso afirmativo, como o(a) autor(a) os diferencia das adposições?

Resposta: Sim. Magalhães (2007, p. 138) diferencia as posposições dos afixos de caso ‘locativo pontual’ e ‘translativo’ com base na tonicidade, na capacidade de ser núcleo de sintagmas e na flexão: “Os dois casos semânticos são marcados nos nomes por afixos átonos, os quais se distinguem nitidamente das posposições, que, além de serem acentuadas, constituem núcleos dos sintagmas em que ocorrem e são flexionadas pelos prefixos relacionais”. Observamos, entretanto, que Praça, Magalhães e Cruz (2017) e Cruz, Magalhães e Praça (2019) não acentuam as posposições do Guajá, nem nas glosas nem nos textos.

O sufixo locativo só ocorre com nomes e demonstrativos (p. 139) e exerce a função de “adjunto circunstancial na oração” (p. 138). O sufixo translativo, por sua vez, ocorre com nomes e adjetivos em construções adverbiais, atuando como “complemento circunstancial translativo” (p. 140), além de também ocorrer com verbos estativos (p. 172).

Em Magalhães (2007), advérbios, posposições, “complemento locativo” (caso locativo) e “complemento translativo” ou “advérbios complexos” (caso translativo) são tratados pelo hiperônimo “construções adverbiais”. De acordo com a autora,

As construções adverbiais formadas por nomes ou adjetivos que recebem o sufixo de caso translativo funcionam sintaticamente como **advérbios complexos** [“adjunto circunstancial da oração”, p. 36]. Elas indicam a propriedade adquirida pelo sujeito dos verbos intransitivos ou pelo objeto dos verbos transitivos e ocorrem sempre no final da oração. (MAGALHÃES, 2007, p. 38, grifos nossos)¹³⁸

Em outras passagens, contudo, Magalhães (2007, p. 140) classifica os participantes como “complementos circunstanciais translativos” e “complemento de verbos intransitivos”: “O sufixo casual *-reme* ocorre em nomes em função de complementos circunstanciais translativos. [...] Como complemento de verbos intransitivos, os nomes associados ao sufixo de caso translativo indicam a propriedade adquirida pelo único argumento do verbo”. Embora o constituinte não seja um SP, é uma construção adverbial que ora foi tratada como adjunto, ora como complemento. A variação terminológica evidencia a dificuldade de classificar esse tipo de participante.

Magalhães, Praça e Cruz (2019, p. 172) defendem que, “Com exceção dos casos locativos (que são casos semânticos) associados aos nomes, não há, em nossa análise, marcadores gramaticais de caso nas línguas TG”. A mesma análise é mantida em Cruz, Magalhães e Praça (2019).

¹³⁸ Interpretamos como verbos intransitivos estativos a classe de palavras tratada de “adjetivo” por Magalhães (2007).

17. Com relação a adjuntos, argumentos, predicados e sintagmas adposicionais, quais termos o(a) autor(a) usa? Existe alguma terminologia particular?

Resposta: Sim. Os termos relativos a adjuntos, argumentos e predicados são apresentados a seguir:

- a) Mais relacionados a “adjunto”: adjunto adverbial translativo (adjunto translativo), adjunto circunstancial (da oração ou do verbo (p. 36)), adjunto locativo, argumentos circunstanciais (“circunstante”, na terminologia atribuída a Tesnière (1959)), “argumento oblíquo” (na terminologia atribuída a Mithun (1984)), complemento adverbial, complemento de verbos intransitivos, complemento de verbos transitivos, complemento indireto, complementos circunstanciais, complementos circunstanciais da oração, complementos circunstanciais translativos, constituintes opcionais das orações¹³⁹;
- b) Mais relacionados a “argumento”: argumento, argumento da oração, argumento em função de objeto, argumento em função de sujeito, argumento S nos predicados intransitivos, argumento único (So), argumentos A e O nos predicados transitivos, argumentos agentes (Sa) e pacientes (So), argumentos da sentença, argumentos necessários dos predicados (sujeito e objeto direto), argumentos nucleares (A, S e O), função argumentativa primária, função argumentativa secundária, membros obrigatórios, objeto, objeto (O), objeto direto, objeto sintático do verbo, objeto dos verbos transitivos, objeto dos predicados transitivos, objeto de predicados dependentes, objeto de orações, objeto de posposições, relações nucleares principais (sujeito de predicados verbais, adjetivais ou nominais e objeto de predicados verbais; “actantes” na terminologia atribuída a Tesnière (1959)), sujeitos de intransitivos (S), sujeitos de transitivos (A), sujeitos Sa e So dos predicados eventivo intransitivos e dos predicados estativos;
- c) Mais relacionados a “predicado” (geralmente, na perspectiva fregeana, de projeção de argumentos): função predicativa primária, numerais¹⁴⁰, partículas intra-predicado, partículas-predicado, predicados (adjetivais) estativos, predicados (nominais) equativos, predicados (nominais) existenciais, predicados (verbais) eventivos, predicados dependentes, predicados independentes, predicados intransitivos estativos,

¹³⁹ Assim como visto em Praça (2007), destacamos as várias menções a “complemento” para tratar de adjuntos.

¹⁴⁰ De acordo com Magalhães (2007, p. 45-46, grifos nossos): “No Guajá os numerais constituem uma classe lexical independente cujos membros podem ocorrer tanto como **núcleos de predicados** quanto como modificadores de sintagmas nominais” (p. 45); “Os numerais diferenciam-se também dos advérbios pois, apesar de ambas as classes ocorrerem como modificadores de sintagmas nominais [...], somente os numerais podem ser **núcleos de predicados intransitivos** [...]” (p. 45); “Quando **núcleo de predicados**, os numerais exigem apenas um argumento, com papel semântico de ‘paciente’ ” (p. 46).

predicados intransitivos eventivos, predicados não verbais, predicados no modo indicativo, predicados transitivos.

Em meio a essa terminologia, destacamos as que sugerem classificações gradativas ou escalares: argumento da oração, argumento oblíquo, argumentos circunstanciais, argumentos da sentença, complemento de verbos intransitivos, complemento de verbos transitivos e oblíquo.

Outras terminologias empregadas são: construção adverbial, construção com semântica adverbial, determinante de posposição, função adverbial, orações adverbiais de circunstância, tema nominal de circunstância — em relação a esta última, Rodrigues (2001) emprega “tema nominal” e “nomes de circunstância”, porém a expressão “tema nominal de circunstância” é de Magalhães (2007).

Como informado no protocolo sobre o Apyãwa, Magalhães, Praça e Cruz (2019) usam a expressão “adjunto correferencial” para se referir a “adjuntos pronominais ou nominais” (p. 76), ou seja, aos SN das línguas analisadas, e empregam o termo “argumento” para se referir a “índices de pessoa” (p. 159). Também discorrem sobre a “transcategorialidade” desses índices (a qual, neste momento, optamos por chamar de isomorfismo). Cruz, Magalhães e Praça (2019) mantêm as terminologias. Outros termos usados são: argumento externo, argumento interno, complemento de posposições, expressões adverbiais e objeto de posposição.